



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Stephanie Braun Clemente

**Hugo Chávez Frías: um comandante nas relações exteriores com os Estados  
Unidos**

Rio de Janeiro

2022

Stephanie Braun Clemente

**Hugo Chávez Frías: um comandante nas relações exteriores com os Estados Unidos**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof.º Dr. Paulo Afonso M. Velasco Júnior

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C512 Clemente, Stephanie Braun.  
Hugo Chávez Frías: um comandante nas relações exteriores com os Estados Unidos / Stephanie Braun Clemente. – 2022.  
187 f.

Orientador: Paulo Afonso Monteiro Velasco Júnior.  
Dissertação (Mestrado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Chávez Frías, Hugo, 1954-2013 – Teses. 2. Venezuela – Relações exteriores – Estados Unidos – Teses. 3. Estados Unidos – Relações exteriores – Venezuela – Teses. 4. Venezuela – Política e governo – 1999-2013 – Teses. I. Velasco Júnior, Paulo A. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 327(87:73)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Stephanie Braun Clemente

**Hugo Chávez Frías: um comandante nas relações exteriores com os Estados Unidos**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Política Internacional

Aprovada em 04 de março de 2022.

Banca Examinadora:

---

Profº. Drº. Paulo Afonso Monteiro Velasco Júnior (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Profª. Drª. Miriam Gomes Saraiva  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Profª Drª. Carolina Silva Pedroso  
Universidade Federal de São Paulo

Rio de Janeiro

2022

## **DEDICATÓRIA**

A todos os pesquisadores brasileiros, não desistam! Juntos faremos a ciência prosperar.

## AGRADECIMENTOS

À minha família e a Gabriel Xavier, meu namorado, por sempre me apoiarem e estarem comigo, nos melhores e piores momentos, incentivando-me a não desistir, apoiando-me e me aconselhando.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em específico, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UERJ), seu corpo docente, direção e administração. Os anos de mestrado não foram fáceis devido a ocorrência da pandemia, mas o Programa conseguiu manter sua qualidade e me possibilitou um espaço propício para amadurecer como pesquisadora.

Em especial, agradeço a meu orientador, Paulo Velasco, em primeiro lugar por ter me acolhido como sua orientanda; por compartilhar comigo da empolgação e ânimo para o desenvolvimento dessa pesquisa sobre Venezuela; por estar sempre à disposição para tirar dúvidas e dar conselhos; por todo o tempo dedicado nas reuniões de orientação; por ter me ensinado não apenas sobre pesquisa, mas também sobre docência; por ser um exemplo para mim e por me impulsionar a seguir em minha carreira acadêmica. Muito obrigada!

A todos os professores com os quais tive contato durante esses anos, Ana Paula Tostes, Alexis Dantas, Bruno Borges, Carlos Milani, Claudio Silveira, Elias Jabbour, Hugo Suppo, Lorena Granja, Maria Regina Soares de Lima, Miriam Saraiva, Paulo Velasco e Renato Boschi. Todos foram de extrema importância em minha trajetória acadêmica, contribuindo para minha formação e constante aprendizado. Meu muito obrigada, os levarei no coração.

A meus colegas de turma de mestrado, que foram essenciais nesse percurso. O apoio de vocês e o companheirismo que desenvolvemos foi indispensável para que o mestrado tenha sido uma experiência mais leve. Obrigada pelos conselhos e por estarem sempre dispostos a ouvir os desabafos um do outro. Agradeço, em especial, à Ana Lúcia Lacerda, amiga que me acompanha desde a graduação e está sempre ao meu lado, nos piores e melhores momentos da vida acadêmica.

Às professoras Miriam Gomes Saraiva e Carolina Silva Pedroso por participarem da banca de avaliação de minha pesquisa e por todos os comentários e sugestões realizadas no sentido de seu aperfeiçoamento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agora a América é, para o mundo, nada mais do que os Estados Unidos: nós habitamos, no máximo, uma sub-América, uma América de segunda classe, de nebulosa identificação. É a América Latina, a região das veias abertas.

*Eduardo Galeano – Prefácio de Veias Abertas da América Latina*

## RESUMO

CLEMENTE, Stephanie B. *Hugo Chávez Frías: um comandante nas relações exteriores com os Estados Unidos*. 2022. 187 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A ascensão de Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela veio acompanhada de uma série de inflexões que o líder promoveu, em nome de seu projeto político, a Revolução Bolivariana. Modificações foram empregadas não apenas na política interna do país, mas também na política externa, ainda que possam ser observadas tanto continuidades quanto dissemelhanças nas políticas do novo governo frente à de seus antecessores. Em termos da postura externa desfechada para os Estados Unidos, partimos da constatação de que se encontrava presente o binômio ideologia-pragmatismo em tal agenda, ou seja, mesmo em um ambiente antagônico, podem ser enxergadas aproximações entre Caracas e Washington. O trabalho parte deste ponto com a finalidade de cumprir seu objetivo central, que consiste em identificar como Chávez centralizava as decisões de política externa em torno de sua figura como líder, com foco na temática do relacionamento comercial com os Estados Unidos. Ademais, promove a análise de quais foram as unidades definitivas de decisão, nos termos de Hermann e Hermann (1989), que estiveram presentes em relação à política externa para os Estados Unidos no tocante a temática comercial e investiga se atores domésticos foram relevantes para o processo decisório da política externa e em que medida concordavam ou não com o presidente, bem como seu grau de autonomia decisória. Para tanto, empregou a metodologia de uma pesquisa exploratória, que combina fontes secundárias com fontes primárias para a sua consecução. Documentários, discursos do presidente e dos chanceleres, episódios do programa *Aló Presidente*, bem como documentos dos atores domésticos mapeados foram usados para a conformação da pesquisa. Por meio deles, foi possível identificar que a unidade definitiva de decisão para a temática selecionada foi o líder predominante, visto que Chávez era muito ativo e participava pessoalmente da política externa, possuindo baixo nível de sensibilidade ao entorno. Por sua vez, os atores domésticos desfrutavam de baixa autonomia decisória, concordando com os ideais do presidente, de forma que não se consolidaram como unidades decisórias.

Palavras-chave: Política externa venezuelana. Relações exteriores. Estados Unidos. Atores domésticos. Governo Hugo Chávez. Unidades de decisão.

## ABSTRACT

CLEMENTE, Stephanie B. *Hugo Chávez Frías: a commander in foreign relations with the United States*. 2022. 187 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The rise of Hugo Chávez (1999-2013) in Venezuela was accompanied by a series of inflections that the leader promoted, in the nome of his political project, the Bolivarian Revolution. Modifications were used not only in the country's domestic policy, but also in foreign policy, although both continuities and dissimilarities in the policies of the new government vis-à-vis its predecessors can be observed, so that we present the main points of Bolivarian diplomacy. In terms of the external posture adopted by the United States, we start from the observation that the ideology-pragmatism binomial was present in such agenda, that is, even in an antagonistic environment, approximations between Caracas and Washington can be seen. The work starts from this point to fulfill its main objective, which is to identify how Chávez centralized foreign policy decisions around his figure as a leader, focusing on the topic of trade relations with the United States. Furthermore, it promotes the analysis of which were the definitive decision-making units, in the terms of Hermann and Hermann (1989), that were present in relation to the foreign policy for the United States regarding the trade theme and investigates whether domestic actors were relevant to the foreign policy decision-making process and to what extent they agreed or not with the president, as well as their degree of decision-making autonomy. For that, it used the methodology of an exploratory research, which combines secondary sources with primary sources for its attainment. Documentaries, speeches by the President and Chancellors, episodes of the *Aló Presidente* program, as well as documents from the mapped domestic actors were used in the research. Through them, it was possible to identify that the definitive unit of decision for the selected theme was the predominant leader, since Chávez was very active and personally participated in foreign policy, having a low level of sensitivity to the environment. Domestic actors enjoyed low decision-making autonomy, agreeing with the President's ideals, so that they were not consolidated as decision-making units.

Keywords: Venezuelan foreign policy. External Relations. United States. Domestic actors. Hugo Chávez government. Decision units.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Ação Democrática
ALBA/TCP	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio para os Povos
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
APE	Análise de Política Externa
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAN	Comunidade Andina de Nações
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CNU	Conselho Nacional de Universidades
COPEI	Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
CRBV	Constitución de la República Bolivariana de Venezuela
CTV	Confederación de Trabajadores de Venezuela
DIP	Direito Internacional Público
EMPREEN	Empresarios por Venezuela
EUA	Estados Unidos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPPSB	Grande Polo Patriótico Simón Bolívar
IRI	International Republican Institute
LCR	La Causa Roja
MAS	Movimiento Al Socialismo
MBR 200	Movimiento Bolivariano Revolucionario 200
MEP	Movimiento Electoral del Pueblo
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINCI	Ministério de Comunicação e Informação
MPPRE	Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores
MUD	Mesa de Unidade Democrática
MVR	Movimiento por la Vª República
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
NED	National Endowment for Democracy
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCV	Partido Comunista de Venezuela

PDVSA	Petróleos de Venezuela
PE	Política Externa
PECh	Política Externa Chavista
PIB	Producto Interno Bruto
PNDESN	Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación
PPT	Partido Patria Para Todos
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
RCTV	Radio Caracas Televisión
SELA	Sistema Económico Latino-Americano
UCV	Universidad Central de Venezuela
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Exportações venezuelanas para os Estados Unidos (2004-2009).....	91
Tabela 1 -	Comércio entre Venezuela e Estados Unidos entre os anos 1988-2013.....	92
Tabela 2 -	Principais destinos comerciais da Venezuela (1999-2013).....	93
Tabela 3 -	Tarifas médias aplicadas bilateralmente às importações do parceiro.....	96
Gráfico 2 -	Exportação e Importação Venezuela – Estados Unidos (1988-2012).....	97
Figura 1 -	Imagem da página inicial do antigo blog de Hugo Chávez.....	111
Figura 2 -	Página do Vice Ministério de Comércio Exterior.....	144
Tabela 4 -	Autonomia e perfil de atuação dos atores em Política Externa.....	168

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>BASES PARA COMPREENDER A POLÍTICA EXTERNA DE HUGO CHÁVEZ</b> .....	24
1.1	<b>Lentes teóricas para analisar a Política Externa Chavista</b> .....	26
1.2	<b>Ambiente político pré Chávez</b> .....	32
1.3	<b>A formação da coalizão política chavista</b> .....	38
1.4	<b>Mudanças em política interna</b> .....	40
1.5	<b>Considerações Parciais</b> .....	45
2	<b>AS INFLEXÕES EM POLÍTICA EXTERNA E O RELACIONAMENTO EX- TERNO DA VENEZUELA COM OS ESTADOS UNIDOS</b> .....	48
2.1	<b>Mudanças em política externa</b> .....	51
2.1.1	<u>Busca por novos parceiros e diálogos internacionais</u> .....	56
2.1.2	<u>A diplomacia do petróleo</u> .....	62
2.1.3	<u>Política de Segurança e Defesa</u> .....	68
2.2	<b>Inflexões na política externa para os Estados Unidos</b> .....	72
2.3	<b>Política Externa dos Estados Unidos para a Venezuela</b> .....	78
2.3.1	<u>Governo de Bill Clinton</u> .....	78
2.3.2	<u>Governo de George Walker Bush</u> .....	79
2.3.3	<u>Governo de Barack Hussein Obama</u> .....	83
2.4	<b>Pragmatismo: temática do relacionamento comercial bilateral</b> .....	86
2.5	<b>Considerações Parciais</b> .....	96
3	<b>O PROCESSO DECISÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA NA VENEZUELA CHAVISTA</b> .....	100
3.1	<b>A estrutura política interna da Venezuela</b> .....	103
3.1.1	<u>O papel do líder do executivo na política venezuelana</u> .....	109
3.2	<b>Política externa como política pública: impactos das mudanças internas na formu- lação de política externa venezuelana</b> .....	112
3.2.1	<u>Reformas no Serviço Exterior do país</u> .....	116
3.3	<b>Atores domésticos e política externa: em que medida suas vozes ecoavam?....</b>	121
3.3.1	<u>Poder Legislativo: Assembleia Nacional (Comissão Permanente de Política Ex- terna)</u> .....	124

3.3.2	<u>Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores (Casa Amarilla)</u> .....	127
3.3.3	<u>Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência</u> .....	136
3.3.4	<u>Instituto de Altos Estudos Políticos e Diplomáticos Pedro Gual</u> .....	136
3.3.5	<u>Ministério do Poder Popular da Energia e Petróleo</u> .....	139
3.3.6	<u>Ministério do Poder Popular para o Comércio ou Ministério do Poder Popular para In- dústrias Leves e Comércio</u> .....	142
3.3.7	<u>Ministério do Poder Popular para a Defesa</u> .....	146
3.4	<b>Chávez: o líder predominante na temática do relacionamento bilateral com os EUA</b> .....	148
3.5	<b>Resultados</b> .....	158
3.5.1	<u>Respostas ao Referencial Teórico</u> .....	160
3.5.2	<u>Unidade Definitiva de Decisão</u> .....	164
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	169
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	179

## INTRODUÇÃO

Para se ter uma melhor compreensão do cenário que levou Hugo Rafael Chávez Frías à presidência da Venezuela, de 1999 a 2013, é preciso recorrer a fatos históricos pontuais que abriram espaço para que transformações relevantes se passassem no sistema político venezuelano. O primeiro deles foi o *Caracazo* (ou *Sacudón*), movimento que aconteceu em 1989, e os eventos que o sucederam, que representam um ponto de inclinação da política *puntofijista*, que vinha sendo desenvolvida até então e que, após tais episódios, não mais consegue se recompor. O *Caracazo* representa o desgosto popular frente às ações impostas pelo então presidente Carlos Andrés Pérez, e foi levado a cabo por meio de protestos e manifestações.

Dentro de tal ambiente de descontentamento político, em 4 de fevereiro de 1992 (4-F), um grupo militar, representado pela figura de Chávez, utilizou o *Sacudón* como plataforma para buscar legitimar a tentativa de golpe ao governo de Andrés Pérez. A investida militar foi comedida pelas autoridades e os envolvidos foram presos, inclusive Hugo Chávez. Mas, tal fato se mostrou suficiente para que tal personalidade - que posteriormente foi anistiado - pudesse difundir sua imagem e ideias ao povo venezuelano, o que favoreceu o caminho para a edificação de sua posterior carreira política.

Chávez fundou o partido chamado *Movimiento por la Vª República* (MVR) e se lançou como candidato às eleições através da coalizão denominada Polo Patriótico, em 1998. O Polo Patriótico reunia vários partidos de esquerda, quais sejam: o *Movimiento Quinta República*, o *Partido Patria Para Todos* (PPT), o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), o *Movimiento Al Socialismo* (MAS), o *Movimiento Electoral del Pueblo* (MPE) e o *La Causa Roja* (LCR). Tais partidos se atrelaram sob a ideologia bolivariana, doutrina tal que era constituída, principalmente, pelo culto à figura de Bolívar, possuindo caráter nacionalista, anti-imperialista e anti-neoliberal.

Chávez era agraciado com o apoio de uma extensa plataforma eleitoral, constituída por movimentos e agrupamentos de diferentes feições, mas que, em comum, possuíam o desgosto com o antigo *establishment*, formado pelo sistema bipartidário do *Pacto de Punto Fijo*, que regia o país há 40 anos. Por conseguinte, o Polo Patriótico ganhou com cerca de 56% dos votos e, desde então, os difusos juramentos eleitorais começaram a tomar forma na realidade, como a promoção e fortalecimento de um novo modelo de democracia, pautado pela efetiva participação popular, que atrelado pela busca ao distanciamento das dissoluções neoliberais, lograram tirar o país da crise em que se deparava no governo de Andrés Pérez.

Assim, Chávez consegue ascender ao poder no ano de 1999. A partir de sua vitória, de fato, o presidente promoveu alterações profundas e importantes no tecido social venezuelano, dando forma ao que se conhece como Revolução Bolivariana da Venezuela. Em meio as diversas alterações políticas que Chávez promoveu quando chegou ao poder, merecem ser destacadas algumas no que tange a Política Externa (PE) do país. Dentre elas constam a utilização não exclusivamente comercial dos hidrocarbonetos para a projeção do país no sistema internacional; a busca de uma maior integração latino-americana, em confronto ao *hegemon* do sistema internacional, os Estados Unidos (EUA), promovendo um rompimento com a orientação externa que, pelo menos dos anos 1980 a 1990, configurava a Venezuela como aliada praticamente incondicional deste importante país.

Em relação à política externa venezuelana para com os EUA, o presente trabalho se coloca em consonância com o modelo conceitual elaborado por Leonardo Valente (2014), que apresenta dessemelhantes tipos de política revisionista periférica para os países latino-americanos. Segundo tal modelo, a atuação do país bolivariano entre os anos 1999-2002 pode ser classificada como de um “revisionismo autônomo forte”, que desembocou em uma orientação externa mais discreta ao longo dos primeiros anos e que detinha uma postura declaradamente autônoma, com a adoção de um caráter mais independente em relação aos EUA.

Todavia, a partir do ano de 2002, dois acontecimentos marcaram a inflexão no tipo de atuação de política externa da Venezuela, principalmente em suas relações com os EUA. O primeiro deles foi a tentativa de golpe que retirou Chávez do poder por um período de 48 horas, tentativa essa que foi orquestrada por grupos da oposição que contaram com o financiamento de agências estadunidenses ao longo do ano de 2001. Além disso, no curto período de tempo em que Pedro Carmona, então presidente da federação do comércio, assumiu o poder executivo, os EUA foram um dos únicos países a reconhecerem o governo interino. Outro acontecimento marcante nesse sentido foi o *El Paro Petrolero*, que se deu entre os anos de 2002-2003. A partir de então, a postura do país se torna mais antagônica em relação aos EUA - que não se tratava de uma política que propunha um rompimento total de relações - sendo assim enquadrada como seguindo uma política de “revisionismo antagônico forte”, que não tinha mais a pretensão de ser discreta e buscava, principalmente, por meio da retórica da confrontação, sua forma de atuação mais visível (VALENTE, 2014).

Após a tentativa de golpe, a retórica chavista frente aos EUA começou a ser endurecida e, ao longo de todo governo de George W. Bush, os confrontos político-diplomáticos foram eminentes. Nesse sentido, como demonstra McCoy (2005), os sinais do governo Bush sobre a tentativa de golpe na Venezuela foram confusos. Primeiro o governo alertou contra, depois,

quando aconteceu, o governo o aprovou, tendo recuado posteriormente. Ademais, pelo que consta, em 2001, os EUA apoiaram financeiramente grupos da oposição venezuelana à Chávez com recursos advindos do *National Endowment for Democracy*, organização criada e financiada pelo Congresso norte americano.

Apesar disso, a Venezuela manteve relações comerciais com os EUA, principalmente por necessitar das divisas geradas pelo comércio do petróleo. Segundo Corrales (2009), o período de Hugo Chávez no poder é melhor compreendido como sendo atuante de uma postura que ele denomina como “*social power diplomacy*”. Modo de atuar análogo ao *hard power* e ao *soft power*, mas que, por sua vez, possui especificidades que são marcantes. Com a *social power diplomacy*, a nação venezuelana procurava atrair outras nações para seu entorno de poder, as quais não eram movidas pela demonstração de poderio militar ou econômico, nem mesmo eram atraídas pela força da ideologia e dos valores que a nação bolivariana projetava.

O poder social promovia gastos abundantes em projetos sociais no exterior, tendo se mostrado como uma maneira muito eficaz de angariar aliados e admiradores externamente. A partir disso, com esse propósito, Chávez iniciou gastos internacionais que promoviam investimentos, ajuda e subsídios ao maior número possível de Estados. Tais dispêndios eram, em sua maior parte, faturados como auxílio ao desenvolvimento para estes países. De tal forma, entende-se que, para a condução do *social power*, era essencial para a Venezuela manter suas exportações de petróleo para os EUA, visto que as divisas que conseguia com a venda de sua *commodity* mais valiosa foi o que permitiu que tal demonstração de poder pudesse ocorrer e se manter. Como aponta Corrales (2011), a Venezuela estava aproveitando do mais formidável *boom* do petróleo desde os anos 70 e, sem essa variável, o regime chavista não conseguiria passar do discurso para a prática.

Internamente, a Venezuela também conseguiu manter projetos que auxiliavam na manutenção da coesão doméstica graças à renda petroleira. Após as ações da oposição, que culminaram no golpe de 2002, o governo viu a necessidade de atuar em várias frentes, com vistas a ampliar sua base de sustentação. Um exemplo desses esforços é o lançamento do *Sistema Nacional de Misiones*, as quais, inicialmente, procuravam solucionar as insuficiências e problemas da população gerados pela paralisação petroleira de 2002-2003. "Esses planos sociais promovem estruturas da administração pública paralelas às tradicionais e alcançam amplos setores populares, além de um terço dos setores médios da sociedade venezuelana." (SEABRA, 2010, p. 214). Como resultado dessas Missões, destaca-se seu enorme impacto sobre as condições de vida das classes populares, já que eram promovidos cursos de alfabetização e educação, investimentos em postos de saúde e em mercados com produtos vendidos a preços baixos, dentre

outros benefícios populares. Além das Missões, o governo também promovia empregos públicos e bons contratos com o Estado, o que demandava que o regime tivesse renda para manter todos esses projetos.

Diante dos fatos apresentados, ao longo do período de tempo determinado, qual seja, o dos governos de Hugo Chávez Frias, apesar das relações conflituosas, dados demonstram que suas relações comerciais com os EUA não foram paralisadas e que ações mais voltadas ao pragmatismo foram perseguidas pelos governos, afinal era necessário manter o comércio entre as partes. A economia venezuelana é historicamente rentista, dependente das exportações de sua maior *commodity*, o petróleo; ao passo que os EUA necessitam importar tal bem para suprir sua grande demanda interna. Isto demonstra a existência de um binômio ideologia-pragmatismo<sup>1</sup> em tal agenda de política externa.

Entretanto, diversos são os trabalhos que já abordam o fato de que o pragmatismo se manteve presente nas relações entre a Venezuela chavista e os Estados Unidos, apesar de na retórica diplomática e política, tais países não serem um exemplo de Estados que mantinham relações cordiais. Sendo assim, trazer esse olhar em nada inova na literatura sobre o tema. Exemplos de pesquisas admiráveis que versam sobre esse assunto são o trabalho de Romero (2006), que denomina tais relações como “una relación esquizofrénica” (ROMERO, 2006, p. 79) e o de Leonardo Monteiro, que batiza como “inimigos sim, negócios à parte” (VALENTE, 2012, p. 1). Para tais autores, isso se manifestava assim porque a Venezuela ainda era um Estado importante para os interesses dos EUA, principalmente em vista de sua localização geográfica, relevante para a geopolítica na região - ao norte da América do Sul, entre o Atlântico e o Caribe - e por conta de suas reservas petrolíferas que, para De Oliveira (2003) indica uma grande interdependência econômica.

Por sua vez, Cícero (2016) demonstra como houve tentativas por parte da Venezuela e dos Estados Unidos em diversificar parcerias com o intuito de diminuir tal interdependência no que tange o comércio do petróleo e seus derivados. Aqui entende-se que aceitar tal parceria dependente, em que uma grande assimetria pesava para a Venezuela, seria uma postura desconexa com o que a Revolução Bolivariana pregava. De tal forma, buscar por novos parceiros comerciais se apresentou como uma estratégia coerente e pragmática, afinal, ao diversificar, o governo poderia prevenir, em certa medida, que seus projetos acabassem sendo prejudicados.

---

<sup>1</sup> É necessário pontuar que, em termos da definição de política externa ideológica ou pragmática, a pesquisa se coloca de acordo com o trabalho de Gardini (2011), que argumenta que ambas são facetas complementares e que por mais que exista tensão entre os dois elementos, eles não são mutuamente excludentes. Nesse sentido, não há uma dicotomia entre a ideologia e o pragmatismo, afinal todas as doutrinas e abordagens políticas acabam sendo ideológicas em alguma medida, de forma que até mesmo o pragmatismo possui algum teor ideológico.

Segundo Cícero (2016), Chávez buscou realizar parcerias com outros Estados, como, por exemplo, com a China, Rússia, Irã, Cuba e Europa, além de ter conferido concessões tributárias e fiscais para que empresas europeias se estabelecessem no país.

Assim, percebe-se que o estudo das relações bilaterais entre esses dois Estados no período de tempo delimitado não é algo inovador. Entretanto, visto como o comércio de hidrocarbonetos é um tema recorrente e relevante para o país, a pesquisa em questão inova ao repousar o olhar da investigação para verificar se esse tópico da Política Externa Chavista (PECh) era fortemente centralizado na tomada de decisões do próprio presidente ou se este aglutinou outros atores domésticos que tinham interesses pela temática.

Sendo assim, além de demonstrar como se deram as relações entre esses Estados ao longo do período determinado, buscará ponderar os limites com os quais Chávez deparou-se no emprego da retórica revolucionária e o que poderia ser implementado, na prática, com relação à Washington, visto que o pragmatismo foi adotado na arena econômica. De tal feitio, a pesquisa trará avanços aos estudos sobre a política externa de Chávez ao demonstrar se este foi a unidade decisória em tal processo, além de evidenciar como se deu a atuação de atores internos em tal cenário.

O entendimento acerca dos atores domésticos participantes dos processos de política externa é um campo de estudos que ainda não é muito difundido acerca da PECh. Desta forma, tendo em vista a pouca diversidade em estudos sobre política externa venezuelana que trazem um olhar analítico sobre os atores que compõe o *policy making* de política externa do país, a pesquisa auxiliará a suprir tal lacuna encontrada. Ao trazer à luz a investigação sobre se a figura do presidente foi ou não mandatária e única em todos os temas do relacionamento bilateral com os Estados Unidos e analisar se houve a presença de atores domésticos decisivos para tal, será inovadora e irá auxiliar na compreensão mais ampla das relações entre esses dois Estados com conduções políticas, econômicas e sociais tão díspares, além de trazer avanços para o pensar acerca da Diplomacia Bolivariana no geral.

Nesse sentido, visto como era importante para a Venezuela manter estáveis suas exportações de petróleo, que tinham nos EUA seu principal mercado consumidor, acreditamos que, até mesmo em relação à condução da política externa bilateral com os EUA, Chávez provocou alterações profundas e detinha grande poder decisório. Afinal, Chávez mudou, principalmente a partir de 2002, a cordialidade que era mantida por governos anteriores e logo declarou os EUA o principal adversário do país, como um país imperialista e capitalista, que não agia de acordo com os ideais do novo governo. Sendo assim, tudo indicava para um rompimento de relações, algo que não aconteceu ao longo dos governos chavistas.

As relações foram mantidas, principalmente pela iminente dependência que o país mantinha em termos comerciais com seu vizinho “adversário”. Portanto, torna-se imperativo considerar se a manutenção das relações ocorreu por decisão única do presidente ou não, de forma a vislumbrar se houve a participação de outros atores em tal processo. É necessário pensar sobre se o presidente decidia todas as pautas e temáticas externas e se outros atores tinham voz no processo decisório e em que medida.

Visto isso e tomando em consideração o ambiente político-econômico da Venezuela chavista, que mantinha projetos sociais com a finalidade de conquistar maior apoio para a manutenção do governo, tanto do público interno quanto do externo, e que, para tanto, necessitava manter as vendas petroleiras em bases estáveis, a pergunta que a pesquisa visa responder pode ser desmembrada em duas questões centrais: Quais atores participaram do processo decisório da política externa venezuelana, em seu aspecto comercial, frente aos Estados Unidos? Em que medida Hugo Chávez tinha maior autonomia decisória em política externa do que outros atores domésticos no que tange tal temática?

Acredita-se ser possível corroborar uma hipótese central ao longo do estudo. Ela aponta para o fato de que acreditamos que Chávez se concentrou como o líder predominante, sendo a unidade definitiva de decisão - nos termos da tipologia desenvolvida por Hermann e Hermann (1989) - em diversas pautas da política externa implementada de 1999-2013, dentre elas, o relacionamento bilateral com os Estados Unidos. Acreditamos que existiam outros atores domésticos que participavam do processo decisório de política externa, mas que estes, por diversas razões, apoiavam o presidente em suas decisões, não se configurando como *checks and balances* frente a suas posturas e tendo menor autonomia decisória.

Acreditamos que o mecanismo decisório centrado no líder predominante foi empregado em diversas pautas da política externa, como por exemplo, na pauta da integração latino-americana, nos projetos da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), na Petrocaribe e também nas relações comerciais do país com os Estados Unidos. No tocante ao último exemplo citado, tem-se que, por mais que Chávez implementasse a retórica anti-imperialista e anti-estadunidense em seus discursos internos e externos, reconhecia o fato de que seu país ainda precisava manter bons níveis comerciais com tal parceiro, de forma que o pragmatismo foi adotado em tal temática da política externa bilateral.

Assim, ao observar tal ponto da condução externa, a presente pesquisa considera que houve limitações para a atuação do presidente Chávez em sua retórica anti-estadunidense, que promovia o confronto com Washington. Desta forma, buscará analisar o papel de líder predominante de Chávez, nos termos de Hermann e Hermann (1989), com base no argumento de que

este soube identificar os limites que deveria empregar entre sua retórica e suas ações concretas para manter a renda petroleira, de forma que concentrou o pragmatismo como linha condutora ao longo do processo decisório da política externa comercial para os EUA.

Hugo Chávez teria identificado que não poderia ultrapassar limites na retórica utilizada quando se referia à Washington. Por mais que fosse necessário manter uma linha de ação confrontacionista para garantir e satisfazer sua base de apoio interna, que concordava com os princípios bolivarianos, o presidente soube identificar em quais arenas e momentos podia seguir tal conduta e em quais não. Principalmente quando analisada a pauta do comércio bilateral entre os países, compreende-se que Chávez soube ser pragmático, com vistas a manter as exportações de petróleo em bons níveis. Tal comércio era expressivo e promovia as bases financeiras para a manutenção da *social diplomacy* e das *misiones*.

Nesse sentido, torna-se necessário, também, analisar quais foram os outros atores participantes do processo decisório em matéria da política econômica/comercial com os EUA, bem como seu grau de autonomia decisória para a condução desta. Acredita-se, preliminarmente, que estes convergiam com as posições adotadas pelo líder do executivo, que tinha proeminência, e apoiavam a condução de política externa por ele adotada. Os atores identificados foram: o Poder Legislativo (Assembleia Nacional); O Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores; o Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência; o Instituto de Altos Estudos Políticos Diplomáticos Pedro Gual; o Ministério do Poder Popular do Petróleo e Energia; o Ministério do Poder Popular de Produção e Comércio e o Ministério do Poder Popular para a Defesa.

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo central identificar COMO Chávez centralizava as decisões de política externa em torno de sua figura como líder, com foco na temática da condução desta em termos do relacionamento comercial com os Estados Unidos e, a partir disto, os objetivos secundários propícios para a análise são analisar quais foram as unidades definitivas de decisão que estiveram presentes em relação à política externa para os Estados Unidos no tocante a temática comercial e suas variáveis de controle; investigar se atores domésticos foram relevantes para o processo decisório da PE chavista e em que medida concordavam ou não com o presidente, de forma a identificar se estes representavam, em alguma medida, *checks and balances* para as ações do executivo em relação à temática comercial do relacionamento bilateral com os EUA; e abordar os quadros conceituais da diplomacia bolivariana, bem como o ambiente de tensão que existia, gerado pelo revisionismo antagônico forte de Chávez e como, mesmo dentro de tal ambiente, podem ser enxergadas aproximações entre a Venezuela chavista e os Estados Unidos.

Para tanto, foi pautada pela metodologia de uma pesquisa exploratória, com a finalidade de obter, por meio de uma revisão de literatura, informações e dados que contribuam para a resposta da pergunta e a verificação das hipóteses levantadas. Sendo assim, se adequou às possibilidades de fontes possíveis para tal. Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa exploratória, pautada pela revisão de literatura, adotando, primordialmente, fontes secundárias para realizar o estudo proposto, qual seja, analisar o processo decisório da política externa venezuelana, com vistas a identificar os atores que faziam parte deste. Foram analisados e estudados artigos, livros e produções biográficas sobre Hugo Chávez e sua política externa.

Em um segundo momento, a pesquisa adotou o uso de fontes primárias, como filmes e documentários que versam sobre a política externa chavista, discursos do presidente e dos chanceleres e de episódios do programa que o presidente gravava todo domingo, chamado *Aló Presidente*, que estão disponíveis online na plataforma de vídeos Youtube. Ademais, contou com a análise de documentos produzidos pelos outros atores apontados como participantes do processo de formulação da política externa chavista. Com isso, foi possível mobilizar fontes que auxiliaram na elaboração dos resultados da pesquisa, mostrando, com base em informações primárias, como se deu o processo decisório aqui analisado.

### **Atores domésticos no processo decisório de política externa**

Como a pesquisa busca trazer um olhar para o processo de formulação de política externa da Venezuela, com vistas a identificar os atores que faziam parte deste, a demarcação de tais atores domésticos e o estudo do papel de líder do presidente demandam que teorias de Análise de Política Externa (APE) sejam utilizadas na análise, por serem estas as mais propícias para o melhor entendimento do objeto de estudo proposto.

Em linhas gerais, Hill (2003) traz grandes contribuições para os estudos de APE. Ele considera que os indivíduos que participam da elaboração de tal política são dotados, no geral, de liberdade de ação para impactar e influenciar em decisões. Porém, a forma com que o fazem dependerá de diversos fatores, que vão desde as qualidades pessoais e políticas dos envolvidos, a natureza da questão que está sendo decidida e as estruturas políticas de cada Estado. Ainda nesse sentido, Arbilla (2000) argumenta que o processo de circulação de ideias e seu acesso à agenda externa são o resultado da circulação de indivíduos ou grupos que, eventualmente, adquirem acesso e/ou influência sobre os órgãos e indivíduos participantes do processo de formulação do que ele denomina como quadros conceituais da diplomacia.

Como defende Carlos Milani (2015), a política externa se constitui como um elo entre o sistema internacional e o plano doméstico, ou seja, ela é, ao mesmo tempo, uma política de Estado e uma política pública. Por um lado, é política de Estado por recorrer em preocupação com questões relativas à soberania, aos interesses nacionais, integridade territorial, dentre outros. Por outro lado, é uma política pública em sua interface doméstica, que engloba agendas de diferentes atores, além de seus interesses e percepções, assim como acontece com outras políticas públicas. Jogos de poder entre atores econômicos, políticos e sociais fazem parte de tal interface da política externa, em que alguns atores podem ganhar e outros perder. De tal forma, é essencial entender a PE como uma política pública para compreender como se dá a mobilização de atores internos no processo de tomada de decisões que envolvem o país externamente.

Além disso, para ter melhor noção acerca da tomada de decisões em política externa, é mandatório distinguir analiticamente a estrutura e o processo dela. Essa análise é encontrada no trabalho de Hudson e Vore (1995). A estrutura da política externa é, segundo eles, integrada por um ou vários atores governamentais domésticos, que acabam por deter a capacidade de comprometer os recursos da sociedade, além de evitar que uma decisão, quando adotada, possa ser revertida de forma simples. Já o processo de tomada de decisões se vincula com a dinâmica decisória, na qual participam tanto atores governamentais quanto não governamentais, que agem de acordo com a sequência temporal do processo decisório, que tem início a partir do momento em que estímulos externos e internos requerem a tomada de uma decisão e vai até o momento em que tal disposição seja efetivamente implementada.

Por sua vez, o trabalho de Hermann e Hermann (1989), configura base teórica central para a pesquisa proposta. Esses autores definem que para que um indivíduo ou grupo(s) de indivíduo(s) tenham a envergadura para decidir sobre política externa, devem ser capazes de mobilizar recursos públicos para a implementação da política e devem possuir a possibilidade real para decidir, ou seja, ter legitimidade para tal. Nesse sentido, criam três formas para classificar o ator que se apresenta como a unidade definitiva de decisão, as quais são, o líder predominante, um grupo único ou múltiplos atores autônomos. Essas unidades auxiliarão na construção da análise e argumentos da pesquisa, portanto, são essenciais e serão mais bem trabalhadas e explicadas no primeiro capítulo do trabalho.

Por outro lado, também é importante apontar teorias que abrangem os fatores sistêmicos, essenciais para compreender o ambiente em que se formulavam as políticas externas. Nesse sentido, o realismo neoclássico, de Rose (1998) e o uso dos níveis de análise mapeados por Breuning (2007) merecem destaque na presente apuração.

O realismo neoclássico demonstra que, até mesmo o paradigma realista, enxergou a necessidade de combinar variáveis domésticas ao nível de análise da estrutura. Rose (1998) argumenta que teorias de política externa buscam explicar o que e quando os Estados tentam atingir no ambiente externo. A política externa, ele diz, é conduzida por fatores externos e internos. Assim, o realismo neoclássico incorpora explicitamente tanto variáveis internas quanto externas, atualizando e sistematizando insights extraídos do realismo clássico.

Já Breuning (2007) argumenta ser possível trabalhar em uma análise com três tipos de níveis, os quais são o individual, o do Estado e o sistêmico. Aqui consideramos que, em tais termos, os três níveis de análise apresentados são relevantes para entender o mecanismo decisório da PE chavista, afinal, os três possuem relação entre si e são importantes para explicar tal contexto, como será visto ao longo da pesquisa.

### **Descrição dos capítulos**

A pesquisa está dividida em três capítulos, além da introdução e da conclusão. A divisão em três permite abordar melhor cada um dos pontos indispensáveis para o entendimento do leitor acerca do que a dissertação se propõe a trazer como conhecimento analítico sobre o processo decisório de política externa na Venezuela ao longo dos governos de Chávez e como tal processo se deu na temática específica do relacionamento com os Estados Unidos.

O primeiro capítulo apresenta elementos históricos, conceituais e teóricos, partindo do ambiente político que permitiu a vitória de Hugo Chávez em 1998 e, conseqüentemente, as mudanças que este implementou na condução política do país. Ademais, o referencial teórico no qual o trabalho se pautará para a realização da análise será apresentado, brevemente, em uma discussão que permita a explicação e emprego de conceitos determinantes e as bases teóricas para o entendimento acerca da política externa da Venezuela a partir da ascensão de Chávez.

Seguindo, o segundo capítulo foca numa apreciação de alterações realizadas pelo novo governo em matéria de política externa para, então, repousar o foco na apresentação das relações da Venezuela com os Estados Unidos, demonstrando como tal relacionamento se apresenta em um *continuum* que varia entre o confronto ideológico e certo grau de pragmatismo, a depender da temática de tais relações.

Por fim, o terceiro e último capítulo traz a análise primordial da pesquisa, no qual se buscará, de fato, analisar a hipótese desenhada. Assim, este propõe-se a demonstrar para o leitor o personalismo do presidente em várias arenas da política externa, como este se engajava ativamente na construção desta e implementava o que se denomina como diplomacia presidencial,

além de demonstrar como se dava a participação e influência dos outros atores no processo de formulação da política externa, visando analisar se estes configuravam múltiplos atores autônomos na temática comercial para os EUA ou se a figura do líder predominante era a unidade definitiva de decisão.

Assim, a utilização de discursos do presidente, de documentos oficiais do governo e dos Ministérios do Poder Popular de Despachos da Presidência, do Poder Popular para Relações Exteriores, do Poder Popular para a Defesa, do Poder Popular do Petróleo e Energia, do Poder Popular para as Indústrias Leves e Comércio, a Assembleia Nacional, junto à Comissão Permanente de Política Exterior e o Instituto de Altos Estudos Políticos Diplomáticos Pedro Gual, nos auxiliou na construção da pesquisa nesse momento.

Ademais, à guisa de conclusão, o terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos com a pesquisa. O referencial teórico empregado no primeiro capítulo é retomado, num diálogo com o que foi descoberto ao longo da apreciação, trazendo respostas teóricas para o caso venezuelano nos governos de Chávez. Ademais, a análise com base conceitual do texto de Hermann e Hermann (1989) é realizada, chegando-se à conclusão de qual foi a unidade decisória de PE para o caso estudado, por meio da observação do grau de autonomia que cada um dos atores apresentados possuía no processo decisório. Por fim, serão apresentadas as considerações finais e proposições para futuras análises.

## 1 BASES PARA COMPREENDER A POLÍTICA EXTERNA DE HUGO CHÁVEZ

Por Cristo, o maior socialista da história, por todas as dores, por todos os amores, por todas as esperanças, que farei cumprir com os mandatos supremos desta maravilhosa Constituição, ainda que custe a minha própria vida. Pátria, socialismo ou morte.

*Hugo Chávez*, em discurso ao assumir seu segundo mandato (2007-2013).

Esta pesquisa se pautará na apresentação dos elementos históricos, conceituais e teóricos necessários para a consecução da análise que a pesquisa busca responder, quais sejam: Quais atores participaram do processo decisório da política externa venezuelana, em seu aspecto comercial, frente aos Estados Unidos? Em que medida Hugo Chávez tinha maior autonomia decisória em política externa do que outros atores domésticos no que tange tal temática?

Para tanto, parte-se da apresentação do referencial teórico no qual o trabalho se pauta para a efetivação da apreciação, na seção “1.1”, em uma discussão que busca explicar e empregar alguns conceitos determinantes e as bases teóricas para ter-se melhor compreensão acerca da política externa chavista. Como o foco da pesquisa é em repousar o olhar para o papel que atores domésticos possuíam no processo de formulação da PE, assim como investigar como o líder foi capaz de concentrar as estruturas desta ainda mais em suas mãos, algumas teorias de APE foram selecionadas.

Por ser a política externa uma política pública, permeada por jogos de poder entre os atores envolvidos (MILANI, 2015), é mandatório ponderar acerca dos fatores tanto externos quanto internos que impactam em sua formulação e consecução. Sendo assim, no ambiente doméstico, os atores que participam acabam por reivindicar seu direito legítimo (como partes do jogo político) de versar sobre questões externas (ARBILLA, 2000). A forma como tais figuras se apresentam irá depender de como são as estruturas políticas de cada país, de suas qualidades políticas e pessoais, bem como da natureza de cada assunto a ser acordado (HILL, 2003).

Ademais, considerar como se fundamentam a estrutura e o processo de tomada de decisões é ponto crucial para melhor compreensão de como a política externa é formulada em cada país em específico. Compreender quais atores governamentais domésticos adquirem a capacidade para influir nas disposições externas de sua sociedade, além de serem capazes de evitar

que decisões sejam revertidas facilmente, são os fatores que nos permitem mapear como se dá a estrutura da política externa. E, o processo decisório diz respeito a ponderar acerca dos atores governamentais e não governamentais que agem na tomada de decisões, tendo seu início quando estímulos externos e internos são recebidos até a ocasião em que, traduzidos tais estímulos e consideradas as ações que serão levadas a cabo, a disposição externa seja, de fato, implementada (HUDSON; VORE, 1995).

Para além disso, é ponto crucial para a pesquisa abranger a identificação dos atores que possuíam evidência no processo decisório de PE. Para tanto, como demonstram Hermann e Hermann (1989), é possível identificar três atores, a depender da temática em questão, possíveis de serem os que possuem maior proeminência, ou seja, capazes de serem o que denominam como **unidade definitiva de decisão**. A unidade definitiva pode se apresentar como o líder predominante, como um grupo único ou como múltiplos atores autônomos. Para identificá-los, é necessário avaliar qual deles possuiu destaque na tomada de decisões, sendo necessário ter em mente que: a unidade definitiva pode se mostrar diferente, a depender da problemática em questão, sendo crucial levar em consideração o que os autores determinam como sendo as “variáveis de controle” para cada uma das unidades que são por eles conceituadas.

Entretanto, é válido destacar que observar apenas fatores internos não é o suficiente para compreender e analisar o ambiente de formulação e atuação de uma política externa, razão pela qual a pesquisa combinou o aparato teórico acima apresentado, que volta seu olhar para o tabuleiro doméstico, com teorias que possuem a capacidade de melhor contemplar o tabuleiro sistêmico no qual a Venezuela, presidida por Chávez, atuava. É crucial avistar os dois tabuleiros, que se relacionam entre si, com a finalidade de melhor abranger os posicionamentos e políticas adotadas pela Venezuela em seu relacionamento com os Estados Unidos.

Sendo assim, por um lado, o realismo neoclássico possui contribuição importante, por demonstrar como pressões do Sistema Internacional são capazes de moldar direções da política externa, porém ressaltando que as capacidades materiais de um país dentro do Sistema não são traduzidas em comportamentos automaticamente, visto que os grupos domésticos, seus interesses e pressões também impactam na formulação de uma PE (ROSE, 1998). Por outro lado, a identificação dos níveis de análise que estão envolvidos no processo decisório de PE e as vozes presentes em cada um deles é realizada por Breuning (2007). Assim, os níveis que podem ser considerados são o individual – líderes e tomadores de decisão -, o do Estado – aparatos burocráticos, agências, lobbies, grupos de pressão, opinião pública e sociedade civil - e o sistêmico – capacidades que cada país possui de enfrentar os demais, a partir de sua posição no Sistema Internacional -.

Como visto, as considerações teóricas dão início ao capítulo, de forma que, a partir delas, compreende-se as lentes de análise que a pesquisa instrumentaliza para versar sobre a política externa chavista. Posteriormente, o texto apresenta o ambiente político que permitiu a vitória eleitoral de Hugo Chávez Frías, em 1998 e, conseqüentemente, as mudanças que este implementou na condução política do país, com foco na política interna. É mandatório compreender as alterações em políticas internas nesse momento, visto que a política externa é integrada pela interação entre o doméstico e o internacional.

De tal maneira, a segunda parte da apreciação, a partir da seção “1.2” foca na política interna. Em tal seção, é demonstrado como se dava o ambiente político da Venezuela antes de Hugo Chávez ser eleito, o que permite a compreensão de porque e como tal líder conseguiu chegar à direção do país, conquistando o apoio de grande parte da população, que carecia de mudanças políticas e econômicas e avistava nele a esperança de lográ-las. Partindo disso, a seção “1.3” apresenta como se deu a coalizão política de Chávez, no intuito de demonstrar, de forma mais aprofundada, sua elevação ao poder, a partir de sua base de apoio político interna. Por fim, a seção “1.4” irá aclarar as principais mudanças que o presidente bolivariano promoveu na política interna, categóricas para melhor compreensão das mudanças em política externa, que serão apresentadas no próximo capítulo deste trabalho.

### **1.1 Lentes teóricas para analisar a Política Externa Chavista**

Destacam-se algumas teorias que repousam o olhar com mais ênfase para o ambiente doméstico – que não desconsideram o ambiente sistêmico – com vistas a expor e explicar a complexidade do ambiente de formulação de política externa, que é uma política pública. Como defende Milani (2015), a política externa se constitui como um elo entre o sistema internacional e o plano doméstico, de forma que ela é, ao mesmo tempo, uma política de Estado e uma política pública. Por um lado, é política de Estado por recorrer em preocupação com questões relativas à soberania, aos interesses nacionais, integridade territorial, dentre outros. Por outro lado, é uma política pública em sua interface doméstica, que engloba agendas de diferentes atores, além de seus interesses e percepções, assim como acontece com outras políticas públicas. Jogos de poder entre atores econômicos, políticos e sociais fazem parte de tal interface da política externa, em que alguns atores podem ganhar e outros perder. Justamente por englobar fatores políticos internos ou por “fazer parte da zona cinzenta do Estado” (MILANI, 2015, p.60), a política externa não está a salvo do que Maria Regina Soares de Lima (2005) descreve como a “política doméstica, lugares de conflitos e das facções” (LIMA, 2005, p.2).

Milani (2015) argumenta que as divergências de acesso ao sistema político-institucional entre os diversos atores que fazem parte do plano doméstico, é uma das demarcações basilares do processo decisório da política externa. Nesse sentido, acreditamos que Chávez tinha maior proeminência decisória do que outros atores, angariando apoio desses atores para seus interesses e decisões e conseguindo manter homogeneidade, com aparato governamental afeito a seus ideais, excluindo atores da antiga elite do processo.

Ainda de acordo com Milani (2015) tem-se que o sistema presidencialista possui a tendência de entregar poder considerável ao executivo. Assim, tal autor argumenta que o presidente, figura que possui legitimidade conferida pelas urnas, é quem decide acerca da composição de seu ministério de relações exteriores e possui controle sobre a administração deste. Nesse sentido, a diplomacia presidencial é um ponto que merece destaque, haja vista que Chávez foi um ator que se utilizou dela. Tal tipo de diplomacia implica que o presidente tenha uma participação “ativa, pessoal, frequente, abrangente e efetiva na concepção e execução da política externa, indo além das atribuições de rotina *ex officio*”. (MILANI, 2015, p.60).

Feitas tais considerações, o trabalho de Hermann e Hermann (1989), configura base teórica central para a pesquisa proposta. Esses autores definem que para que um indivíduo ou grupo(s) de indivíduo(s) tenham a envergadura para decidir sobre política externa, devem ser capazes de mobilizar recursos públicos para a implementação da política e devem possuir a possibilidade real para decidir, ou seja, ter legitimidade para tal. Nesse sentido, criam três formas para classificar o ator que se apresenta como a unidade definitiva de decisão, as quais são, o líder predominante, um grupo único ou múltiplos atores autônomos. Para cada uma dessas tipologias, são atribuídas características que possuem a finalidade de auxiliar os pesquisadores a conseguir identificar mais facilmente qual delas se apresenta em um determinado governo. Vale ressaltar que, os autores pontuam que num mesmo governo pode-se ter a presença de mais de uma das tipologias, o que pode variar de acordo com a temática e com o período do tempo analisado.

Os autores atribuem, assim, que a unidade definitiva de decisão é a que vai ter proeminência para que uma decisão seja tomada. Definem que a unidade definitiva de decisão é a que possui a capacidade de comprometer os recursos do governo em suas relações externas e detém poder e autoridade para impedir que outros atores dentro do governo revertam suas posições. Ademais, apresentam pontos que devem ser levados em consideração para que se possa identificar qual das três tipologias estiveram presentes em determinado processo de tomada de decisões. Em primeiro lugar, pontuam que a unidade definitiva pode variar de um problema para o outro; em segundo lugar, as unidades de decisão que detém poder decisório podem optar por se

abster de participar do processo; em terceiro lugar, frisam que certos tipos de problemas aumentam as chances de determinados grupos fazerem parte do processo decisório; e, por fim, ressaltam que a identificação da unidade definitiva para qualquer temática particular costuma ser uma tarefa inferencial, na qual os pesquisadores devem excluir possibilidades e encontrar evidências que possibilitem estimar a unidade provável (HERMANN; HERMANN, 1989).

Além disso, Hermann e Hermann (1989) organizam variáveis de controle que auxiliam na análise de futuros pesquisadores que busquem determinar a unidade definitiva de decisão. A variável de controle para o líder predominante é a identificação do tamanho da sensibilidade que ele apresenta com relação ao ambiente em que atua, ou seja, se ele é mais ou menos propício a ser influenciado pelo ambiente. Já em relação ao grupo único, a variável de controle que se apresenta é a possibilidade que tal grupo tem de conseguir um acordo, visto que divergências internas podem aparecer e isso pode impactar em sua capacidade de gerar um acordo que represente o grupo como um todo. Por fim, os múltiplos atores autônomos são identificados quando se apresentam dois ou mais grupos. Para esses, a variável de controle identificada se dá pela natureza do relacionamento entre eles, buscando monitorar se possuem coesão o suficiente entre si para conseguir tomar uma decisão ou não, visto que é difícil ter situações em que um único ator, sem o consentimento dos demais, consiga tomar uma decisão efetiva.

Por conseguinte, a terminologia desenvolvida por Hermann e Hermann (1989) é propícia para a presente análise por abordar a questão da proeminência de atores internos dentro do processo de formulação de políticas externas. Partindo de tal conceituação, acreditamos que a unidade definitiva de decisão a qual predominou em relação à temática do relacionamento comercial bilateral do país bolivariano com os Estados Unidos foi a do líder predominante, posto que Hugo Chávez é reconhecido por ter empreendido uma política externa ativa, com a promoção de intensa participação em seu processo decisório.

O líder viajava constantemente e realizava diversos pronunciamentos públicos a respeito de temáticas das relações internacionais do país, além de ser carismático e conseguir conquistar apoio de vários aliados externos, tanto a nível regional quanto a nível global. Ademais, por ser o principal conseqüentor da Revolução Bolivariana, compreendia a importância de conseguir alcançar os objetivos externos dela. Dessa forma, ao abordar sobre o relacionamento com os Estados Unidos, consideramos que o presidente enxergou os limites dos quais não poderia ultrapassar na faceta antiamericanista da política externa, afinal precisava manter um fluxo comercial estável com o Estado hegemón.

Em relação às outras classificações da tipologia de Hermann e Hermann (1989), acreditamos que no tocante à análise proposta, múltiplos atores autônomos e/ou grupos únicos não

possuíram relevância comparável à de Chávez dentro do processo decisório, no sentido que não podem ser classificados como unidades definitivas de decisão. O que não quer dizer que atores domésticos não sejam encontrados dentro do ambiente de formulação de política externa da Venezuela sob a administração de Hugo Chávez. Por conta disso, o capítulo 3 trará o mapeamento dos atores que faziam parte de tal processo, demonstrando porque eles não possuíam as capacidades necessárias para serem enquadrados como unidades definitivas de decisão, partindo das variáveis de controle apontadas pelos autores Hermann e Hermann (1989). De mais a mais, em tal parte do trabalho será demonstrado como Chávez conseguiu se consolidar como líder predominante.

Visto isto, já que a pesquisa repousa o olhar sobre atores domésticos que influenciam na política externa, por sua vez, Arbilla (2000), traz para o debate de APE considerações relevantes sobre grupos e sua influência na definição da política externa. O autor pontua a existência de grupos ou centros específicos, tanto dentro quanto fora dos Estados, que reivindicam o que consideram ser seu direito para produzir discursos legítimos sobre questões provenientes do ambiente externo. Nesse sentido, o autor aponta que os centros naturais de formulação de política externa são, geralmente, o Ministério de Relações Exteriores, a comunidade de analistas de política externa e os partidos políticos, que tecem opiniões por meio do governo e do Parlamento. Nesse sentido, a pesquisa se utilizará da análise de Arbilla (2000) buscando demonstrar se tais centros naturais de formulação de política externa estiveram presentes no caso específico dos governos de Hugo Chávez.

E ainda, o autor aponta para a participação de outros setores nesse processo, que podem adquirir tal direito, certo grau de influência ou ao menos poder de veto sobre a definição de políticas externas, como seria o caso de corporações militares, lobbies empresariais ou Organizações Não Governamentais (ONGs). Desse modo, destaca a participação de outros atores em política externa, mostrando que o Estado não é um ator unitário e que outros agentes podem adquirir relevância nesse tema, a depender do governo em gestão. Portanto, Arbilla (2000) configura parte propícia do referencial teórico por aclarar que outros atores podem adquirir relevância em política externa, de forma que permitirá que a pesquisa avalie se o governo venezuelano em questão agia de acordo com tal aparato teórico que foi encontrado em outros Estados.

Outrossim, a análise de Hill (2003) se mostra propícia para o estudo proposto. Ele argumenta que os membros da elite política externa variam de país para país. Dessarte, como indivíduos conseguem influir no processo depende de muitos fatores, que vão desde as qualidades políticas, pessoais e a personalidade dos envolvidos, perpassando pela natureza do assunto, até a como são as estruturas políticas do Estado em questão. Por conta disso, o autor

demonstra a relevância de que as estruturas políticas venezuelanas internas, que foram modificadas com a elevação de Chávez ao poder, sejam estudadas. Assim, seguindo tal linha de raciocínio, é necessário analisar como mudanças nas estruturas políticas internas da Venezuela desencadearam desdobramentos para a arena de política externa. Além disso, como a pesquisa analisa os atores domésticos, o foco para suas qualidades políticas, pessoais e personalidades é relevante.

Desta maneira, para se realizar uma boa análise de política externa, seria necessário considerar todas essas variáveis, que não podem excluir uma à outra. Hill (2003), entretanto, vai além de Arbilla (2000) ao apontar os principais atores que identificam o processo decisório de política externa, sendo esses o Ministério de Defesa, o da Economia, o do Comércio, o Parlamento e os serviços de inteligência. Porém, ressalta que é cada vez mais comum que a participação de outros atores dentro dos governos seja identificada, o que decorre devido ao aumento da dimensão externa das ações dos Estados e a pesquisa aclara tal aspecto a respeito da política externa venezuelana.

Além disso, consideramos que para lograr o objetivo de estudar como Chávez se concentrou como unidade definitiva de decisão no relacionamento comercial com os Estados Unidos, é fundamental repousar o olhar tanto sobre a estrutura da política externa quanto para o processo de tomada de decisões de tal política. Tal análise é encontrada no trabalho fundamental de Hudson e Vore (1995). A estrutura da política externa é, segundo eles, integrada por um ou vários atores governamentais domésticos, que acabam por deter a capacidade de comprometer os recursos da sociedade, além de evitar que uma decisão, quando adotada, possa ser revertida de forma simples. Já o processo de tomada de decisões se vincula com a dinâmica decisória, na qual participam tanto atores governamentais quanto não governamentais, que agem de acordo com a sequência temporal do processo decisório, que tem início a partir do momento em que estímulos externos e internos requerem a tomada de uma decisão e vai até o momento em que tal disposição seja efetivamente implementada.

Tendo em vista a gama teórica que abarca fatores domésticos no processo decisório de PE, é necessário apontar, também, teorias que abrangem os fatores sistêmicos, essenciais para compreender o ambiente em que se formulavam as políticas externas. Nesse sentido, o realismo neoclássico, de Gideon Rose (1998) e o uso dos níveis de análise mapeados por Breuning (2007) merecem destaque na presente apuração.

O realismo neoclássico demonstra que, até mesmo o paradigma realista, enxergou a necessidade de combinar variáveis domésticas ao nível de análise da estrutura. Rose (1998) argumenta que teorias de política externa buscam explicar o que e quando os Estados tentam

atingir no ambiente externo. A política externa, ele diz, é conduzida por fatores externos e internos. Assim, o realismo neoclássico incorpora explicitamente tanto variáveis internas quanto externas, atualizando e sistematizando *insights* extraídos do realismo clássico. Por um lado, tal teoria é realista por argumentar que o escopo e a ambição da política externa de um Estado é produto de seu lugar no sistema internacional e de suas capacidades de poder material relativo. Por outro lado, é chamada de neoclássica por argumentar que o impacto de tais capacidades materiais em política externa é indireto e complexo, já que as pressões sistêmicas têm que ser traduzidas por variáveis intervenientes no nível doméstico. Nesse sentido, não existe uma corrente de transmissão perfeita que conecte as capacidades materiais ao comportamento de política exterior, pois esta é definida por escolhas feitas por líderes políticos e elites, de forma que o que importa são suas percepções acerca do poder relativo.

Para o realismo neoclássico, as pressões sistêmicas podem moldar contornos amplos e direções gerais da política externa, sem que sejam fortes e precisas o suficiente para determinar detalhes específicos do comportamento do Estado. Tal ponto é crucial para a pesquisa em questão, que analisará como ações do hegemón, Estados Unidos, repercutiram em reações na política externa venezuelana. Ou seja, partir da lente do realismo neoclássico permite aclarar como elementos externos e internos são determinantes no processo decisório de PE. De tal modo, os fatores sistêmicos atuam, por exemplo, ao limitar as opções de política externa consideradas pelos líderes dos Estados em um determinado momento ou ao forçar a seleção de um item particular dentre as opções em detrimento de outros. Por tais razões, os realistas neoclássicos acreditam que as ligações entre o poder e a política demandam um exame preciso dos contextos em que as políticas externas são formuladas e implementadas (ROSE, 1998).

Por sua vez, Breuning (2007) argumenta que existem três tipos distintos de níveis que podem ser considerados em uma análise de política externa e há diferentes vozes em cada um deles. Tais níveis são o individual, o do Estado e o sistêmico. O nível individual foca nos líderes e tomadores de decisão, englobando uma análise voltada para a personalidade do líder, suas ideias e crenças, além das percepções que estes têm e como essas impactam a política externa. Ademais, o nível individual também traz a noção de que os líderes não fazem política sozinhos, já que geralmente trabalham junto com grupos e/ou com aparatos burocráticos. O nível do Estado, por sua vez, promove a análise de grupos maiores, de aparatos burocráticos, agências, lobbies, grupos de pressão, opinião pública e a sociedade civil. Por fim, o nível sistêmico advém do contexto externo, englobando as capacidades que os países têm de enfrentar os demais no Sistema Internacional. Visto dessa maneira, em tais termos, podemos delinear que os três níveis de análise apresentados são relevantes para entender o mecanismo decisório da PE chavista,

afinal, os três possuem relação entre si e são importantes para explicar tal contexto. Olhar para todos eles demonstrará como Chávez se constituiu como líder predominante no processo.

## 1.2 Ambiente político pré Chávez

Versar acerca da Venezuela chavista demanda pontuar os acontecimentos que se mostraram determinantes para que a ascensão de tal líder tenha sido possível. Tais eventos foram de extrema relevância para que inflexões importantes que se passaram no sistema político do país tenham sido implementadas por Hugo Chávez. O primeiro de tais fatos foi o *Caracazo* (ou *Sacudón*), que se deu em 1989, e os eventos que ele acabou por desencadear. Rafael Seabra (2010) argumenta que tais eventos teriam representado o ponto de inclinação da política *puntofijista*, que não mais conseguiu se refazer depois dos eventos do *Sacudón*. Esse movimento popular, que se deu por meio de protestos e manifestações, foi tão importante por representar o descontentamento das camadas sociais frente às medidas impostas pelo então presidente, Carlos Andrés Pérez.

A chamada política *puntofijista*, ou *Pacto de Punto Fijo*, figurou no sistema político do país de 1958 a 1998, configurando o período em que se dava uma alternância política apenas entre dois partidos, também conhecida por “efeito pêndulo”, que representavam distintas frações da elite do país, a Ação Democrática (AD)<sup>2</sup> e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei)<sup>3</sup>.

A articulação de tal modelo de condução da política surgiu em 1957, como uma forma que diversos grupos sociais encontraram para findar o governo ditatorial de Pérez Jiménez. E, é importante frisar que tal mecanismo funcionou para os partidos por tanto tempo, pois ambos os grupos políticos possuíam mais pontos de concordância do que de discordância, tanto ideologicamente, quanto na prática de governança (VALENTE, 2015). Durante os quarenta anos de vigência do pacto, os seguintes governos foram eleitos: Rómulo Bettancourt (1959-1964, AD), Raúl Leoni (1964-1969, AD), Rafael Caldera (1969-1974, Copei), Carlos Andrés Pérez (1974-1979, AD), Luis Herrera Campins (1979-1984, Copei), Jaime Lusinchi (1984-1989, AD), Carlos Andrés Pérez (1989-1993, AD), Ramón Velásquez (1993-1994, AD) e Rafael Caldera (1994-1998, *Convergencia*).

Renata Peixoto de Oliveira (2011) ressalta que o pacto foi capaz de ser consolidado devido a dois baluartes: por realizar o direcionamento da renda advinda do petróleo para a

---

<sup>2</sup> Um partido policlassista, nacionalista, social-democrata e reformista (OLIVEIRA, 2011).

<sup>3</sup> Partido que seguia preceitos da democracia cristã europeia, associada ao ideário socialista (OLIVEIRA, 2011).

execução de demandas dos principais atores políticos do país – o que incluía a corporação militar – e, por conta da engenharia institucional de tal acordo. E ainda, em consonância com Leonardo Valente (2015) tal período faz parte da chamada “era democrática” (VALENTE, 2015, p.2) da Venezuela, que se deu a partir do fim do governo ditatorial de Pérez Jiménez, em 1958, tendo se prolongado até, pelo menos, o ano em que seu trabalho é escrito, ou seja, 2015. Em termos de política externa, ao longo desses quase quarenta anos, as estratégias implementadas foram, até certo ponto, bastante similares no que tange às temáticas de integração, cooperação regional e de relacionamentos bilaterais e multilaterais (BARRANTES, 2013).

Dentro do contexto da alternância de governos que compunham o que Juan Carlos Rey (1991) chamou de “sistema populista de conciliação de elites”<sup>4</sup> (REY, 1991, p.533, tradução nossa), mais especificamente ao longo dos anos 60 e 70, a Venezuela passava por um período de euforia econômica, com a chamada *época dorada*. Os primeiros governos da política pendular venezuelana foram presenteados com uma conjuntura em que os preços do petróleo passaram por uma alta internacional, o que possibilitou a implementação de políticas expansionistas e aumento de investimentos em educação e infraestrutura. Em 1973, Carlos Andrés Pérez, foi eleito no país com seu slogan “Democracia com Energia”, que representava o período de *bonanza* relegado ao país pelo novo boom do petróleo e aumento da produção e exportação petrolífera (OLIVEIRA, 2011). Esse período de bonança petrolífera “implicou na entrada de consideráveis quantias de petrodólares no país, o que exacerbou o comportamento *rent seeking* (rentista)” (OLIVEIRA, 2011, p.49).

Entretanto, o primeiro choque do petróleo, em 1973, gerou consequências nocivas para a economia venezuelana. De 31 de maio de 1974 a 1 de junho de 1975, o presidente Andrés Pérez passou a governar por decreto, por meio da instituição das *Leys Habilitantes*, tendo sido ao longo de tal período que foi criado o chamado *Fondo de Inversiones de Venezuela* e que foi realizada uma reforma tributária no país. Tais medidas impostas por Pérez não surtiram os efeitos buscados, quais sejam, os de controlar os efeitos negativos da crise do petróleo e da *oil bonanza*. Diante da situação complicada em que se via, gerada pela escassez de petrodólares, o representante de Miraflores não viu alternativa senão recorrer à empréstimos externos, o que desencadeou na elevação considerável da dívida externa do país (OLIVEIRA, 2011).

Assim, no começo dos anos 80, se tornou eminente que a crise da dívida externa acometesse o país, gerando um ambiente de recessão econômica, marcada pela grande dívida, crise cambial, inflação e corrupção. Tal quadro, de acordo com Valente (2015), desencadeou a

---

<sup>4</sup> O texto na língua original: “sistema populista de conciliación de elites”

redução da entrada de divisas advindas do comércio externo de petróleo – o bem que mantinha a macroeconômica do país estável –. De tal forma, o rápido crescimento do quadro de endividamento do país fez com que, em 1983, o Banco Central da Venezuela fosse declarado como insolvente.<sup>5</sup>

Avançados os anos, em 1988, Andrés Pérez regressou para o posto de presidente do país, em torno da esperança popular de que os velhos tempos, os tempos de bonança econômica de seu governo anterior regressassem. Porém, era pouco provável, se não impossível, que tal quadro voltasse a performar no país, visto que a crise econômica – crise essa que começou a ser gestada em seu governo anterior – já se encontrava num estágio em que o contorno da situação estava fora de controle e a recuperação não seria rápida (VALENTE, 2015).

De tal feitio, a realidade encontrada no segundo governo de Andrés Pérez se mostrou diferente das expectativas formadas pela população venezuelana, já que foi marcado por escândalos de corrupção e pela falta de apoio às suas políticas econômicas ortodoxas, sendo, dentre estas, as mais importantes tomadas pelo presidente na tentativa de recuperar o país da crise, os pacotes ortodoxos “*el gran viraje*” e “*paquetazo*”, que nada mais eram do que tentativas de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (OLIVEIRA, 2011), que trazia consigo a exigência de que a Venezuela adotasse diversos ajustes macroeconômicos, com a finalidade de que a economia venezuelana se transformasse em um livre mercado, assim como outros países da América Latina (BBC, 2002).

Andrés Pérez, em vários discursos de campanha, prometeu à população que seu governo seria marcado pela implementação de políticas contra a pobreza e por melhorias sociais, mas, na prática, ao adotar as medidas de austeridade impostas pelo FMI, houve cortes nos gastos do governo, aumentos nas tarifas de serviços públicos e restrição do crédito. Tendo sido assim, não houve melhoras substanciais em nenhum dos setores que mais careciam, como na educação, na política e na economia do país. Como tece Renata Peixoto de Oliveira (2011):

[...] as reformas econômicas abalaram a lógica de uma sociedade, até então, rentista, já que ao romper com o desenvolvimentismo para liberalizar a economia e realizar a descentralização política, diminuiu-se a autoridade discricionária que tinham as lideranças políticas para “criar e distribuir renda”. Reduziram-se, drasticamente, as lealdades com relação ao sistema partidário, que não era mais eficaz na distribuição da receita advinda do petróleo e no recurso à patronagem (OLIVEIRA, 2011, p.63)

É dentro desse panorama que tem-se o início do movimento denominado *Caracazo*, que começou na capital do país, Caracas, e logo se espalhou para o restante dele. O estopim para a

---

<sup>5</sup> Em termos de política externa, o período marcado pela combinação da crise econômica com a fase de uma política mais ativa dos Estados Unidos para a região da América Latina, desencadeou um recrudescimento da diplomacia da Venezuela, além da volta ao alinhamento mais estreito à Washington (VALENTE, 2015).

eclosão do movimento foi o aumento no preço da passagem do transporte público, reflexo do aumento do preço dos combustíveis, o que desencadeou atos de protesto contra o pacote de medidas econômicas do governo, em que milhares de pessoas tomaram as principais avenidas e ruas da capital do país, que se materializaram desde com a queima de ônibus e formação de barricadas, até com o assalto de comércios locais e bloqueio de vias.

Frente a tal cenário, o governo não se mostrou apto a cuidar da situação e restabelecer a ordem, delegando essa tarefa ao exército, que atuou de forma violenta e causou a morte de protestantes (VALENTE, 2015). Algumas horas de confronto provocaram, cerca de 300 mortes, segundo dados oficiais do governo e, segundo dados extraoficiais, esse número ultrapassa a casa dos mil, tendo sido considerado o envolvimento do exército para cuidar da situação como um massacre por parte de diversas associações civis (BBC, 2002).

Portanto, “a história contemporânea da Venezuela começa realmente com esse acontecimento fundamental” (GOTT, 2004, p. 72) e, somente é possível compreender como Chávez consegue chegar ao poder a partir desse acontecimento histórico. Segundo análise de Renata Peixoto de Oliveira (2011), as demandas da sociedade venezuelana não foram contempladas pela estrutura do *Pacto de Punto Fijo*, o que acarretou a perda de legitimidade do regime, que se dizia o auge da democracia no país, porém na realidade não passava de um modelo democrático construído de cima para baixo, que desprivilegiava setores populares e partidos mais à esquerda:

[...] a estrutura social característica da época do Pacto de Punto Fijo foi se desintegrando para dar lugar a outra mais heterogênea e complexa, com amplas parcelas da população ficando à margem do sistema político, sem canais de representação formal. Com efeito, o sistema partidário e as regras eleitorais, longe de promoverem a incorporação dos novos segmentos, contribuíam para sua exclusão e para a perpetuação de oligarquias políticas e interesses corporativos. Com o passar do tempo, o regime foi perdendo legitimidade na mesma proporção em que crescia a corrupção e a população perdia confiança nas instituições, particularmente nos partidos (OLIVEIRA, 2011, p.62).

A figura de Hugo Chávez desponta com o *Caracazo*, já que tal ex-militar, proveniente das fileiras do baixo oficialato do exército, em "um breve discurso de um minuto e doze segundos em rede nacional, no qual convoca seus companheiros de levante a baixar as armas" (SEABRA, 2010, p. 215) demonstrava a busca por querer evitar mais derramamento de sangue. Nesse sentido, o denominado “fenômeno Chávez” passou a conformar um impacto distinto sobre a sociedade. Para os chamados “donos do poder”, representava o caráter autoritário e militarista do levante, como se esta fosse simplesmente a atitude irresponsável e isolada do tenente-coronel; e, para as “classes populares”, o levante conferia visibilidade às insatisfações sociais de anos anteriores, capturando sua imaginação coletiva e a possibilidade de transformação do sistema vigente (SEABRA, 2010).

Em 4 de Fevereiro de 1992 (4-F), um grupo de militares representados pela figura de Chávez, organizados sob o MVR, utilizou-se do *Sacudón* com a finalidade de legitimar a tentativa de golpe ao governo de Andrés Pérez. O argumento empregado à época foi o de que um governo que utiliza da repressão e violência contra o próprio povo não é digno de continuar no poder e, portanto, o governo em curso deveria ser deposto. Essa rebelião militar, encabeçada por Chávez, foi controlada pelas autoridades e os envolvidos na tentativa de golpe foram condenados. No entanto, a tentativa se mostrou suficiente para que Chávez pudesse promover sua imagem e ideais ao povo venezuelano, o que facilitou o caminho para a construção de sua carreira política (SEABRA, 2010), tendo demarcado o surgimento do “Chávez político” (OLIVEIRA, 2011, p.65).

Em rede nacional, Chávez realizou um pronunciamento que marcou substancialmente sua história como político. Nele, o futuro presidente do país argumentou que seus planos estavam suspensos, porém apenas “*por ahora*”, expressão tão marcante que se tornou, posteriormente, uma espécie de *slogan*.

Em conformidade com Oliveira (2011), tem-se que tal pronunciamento, por um lado, provocou descontentamento em alguns militares, que o interpretaram como um sinal de fraqueza por parte de Hugo Chávez, que teria então assumido sua derrota; porém, por outro lado, teria representado o aumento na popularidade do futuro candidato à presidência, já que sua fala foi muito divulgada pela mídia televisiva. Para uma parte considerável da população, o golpe e a figura de Hugo Chávez Frías entraram para o imaginário como tendo sido este um ato heroico, que facilitou a posterior formação da aliança cívico-militar que viria a se estabelecer.

Mesmo em prisão, Chávez conseguiu articular e executar uma segunda tentativa de golpe, que aconteceria em Novembro de 1992, mas que também acabou sendo uma tentativa fracassada. O presidente Carlos Andrés Pérez permaneceu no governo até 1993, ano em que passou por um processo de *impeachment* e foi afastado do cargo. Esse acontecimento se mostra como mais um fator que facilitou o caminho para que Chávez fosse eleito em 1998, afinal a instituição presidencial ficou descredibilizada e desmoralizada e o povo venezuelano buscava então uma figura que os representasse, sobre a qual pudessem depositar suas esperanças e, encontram em Hugo Chávez Frías tal representação política, uma figura carismática com real capacidade de chegar ao governo e promover mudanças positivas para o povo (SEABRA, 2010). Em 1994, o então presidente Rafael Caldera demandou um indulto presidencial aos militares que orquestraram o golpe de 92 (OLIVEIRA, 2011), permitindo que o caminho eleitoral ficasse aberto para Chávez nas próximas eleições.

Além do ambiente interno, que acabou por favorecer a ascensão de Chávez ao governo da Venezuela, fatores estruturais do sistema internacional também tiveram um grande papel influenciador tanto na economia quanto na política da região, facilitando a consolidação de governos de cunho mais à esquerda na região da América Latina. O fator mais importante para essa análise foi a implementação do neoliberalismo.

Principalmente a partir dos anos 90, um conjunto de reformas neoliberais começam a ser implementadas, como a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial, a liberalização do fluxo de capitais, uma rigorosa política monetária e fiscal e – fundamentalmente - a reforma do papel do Estado (BRANDÃO, 2017), ganharam grande destaque e foram intensificadas na América Latina. Porém, a execução de uma agenda neoliberal, que pressupunha que todos os Estados têm condições iguais para aderir a tais práticas e ter sucesso com elas acaba mostrando que, ao contrário, muitos não se adequam a estas. As complicadas crises de desvalorização cambial que atingiram o Brasil em 1998 e a Argentina em 2001 se mostraram como as consequências da implementação de medidas neoliberais adotadas anteriormente (PEREIRA, 2016).

Essa crise do papel de protagonista do neoliberalismo na região acarretou mudanças nas lideranças internas e alianças políticas e sociais nesses Estados, que foram importantes para que governistas de origem popular pudessem chegar ao poder. Nesse sentido tem-se a eleição de Lula da Silva, no Brasil; de Nestor Kirchner na Argentina; de Hugo Chávez na Venezuela; Evo Morales na Bolívia; Rafael Correa no Equador; Tabaré Vázquez no Uruguai; e Fernando Lugo no Paraguai. (PEREIRA, 2016).

Assim, Chávez consegue articular elementos internos e externos para facilitar sua ascensão ao poder no ano de 1999. A partir de sua vitória, de fato, esse presidente promoveu alterações profundas e importantes no tecido social venezuelano, dando forma ao que se conhece como Revolução Bolivariana da Venezuela. Em meio às diversas alterações políticas que Chávez promoveu quando chegou ao poder, merecem ser destacadas algumas no que tange a política externa do país. Dentre elas constam, por exemplo, a utilização não exclusivamente comercial dos hidrocarbonetos para a projeção do país no sistema internacional, a busca de uma maior integração latino-americana em confronto ao hegemón do sistema internacional, os EUA, promovendo um rompimento com a orientação externa que, pelo menos dos anos 1980 a 1990, configurava a Venezuela como aliada praticamente incondicional desse importante país norte americano.

### 1.3 A formação da coalizão política chavista

A coalizão política que é formada com a finalidade de apoiar a candidatura de Hugo Chávez já vinha sendo formada desde a época do regime de *Punto Fijo*. Como demonstra em sua análise, Renata Peixoto de Oliveira (2011), principalmente dentre os anos de 1974 e 1988, novos atores políticos despontaram na política venezuelana. Dentre eles, constam o MAS e movimentos sociais, os quais começaram a gestar novas identidades e concepções de cidadania.

Ademais, com o despontamento da crise econômica no governo de Andrés Pérez, setores das elites e as classes médias começaram a se afastar do modelo político vigente até então. Entretanto, se para tais setores, o descontentamento já despontava, para as classes populares, o choque foi ainda maior, visto que estas passam a não se sentirem mais representadas pelo sistema. É importante frisar, também, que em meio à tal cenário, diferenças sociais acabam por se tornar diferenças políticas, o que acirra ainda mais o cenário interno de polarização, sendo a partir daí que é possível demarcar a transformação da sociedade civil organizada em um ator sociopolítico de relevância (OLIVEIRA, 2011).

Além das camadas civis da população que começam a se distanciar do governo e a se sentirem cada vez menos representadas por ele, o setor militar do país também acaba sofrendo com a crise econômica, o que desencadeou o despontamento de um clima de insurreição, além de uma crise nas relações civis-militares (OLIVEIRA, 2011). Uma característica dos militares venezuelanos diz respeito a que eles possuem uma forte tendência nacionalista e eram educados dentro do culto à figura de Simón Bolívar. Ademais, no contexto político da Venezuela, os governos militares foram a regra até os anos 50 e, setores da esquerda acabaram por integrar as Forças Armadas na época da luta armada, deixando raízes nela desde então. Esses fatores explicam por que e como foram se formando dentro dos quartéis grupos de discussão e crítica e grupos de conspiração contra o sistema político e, também, como um ex militar conseguiu se tornar presidente do país (LÓPEZ MAYA, 2008).

Margarita López Maya (2008) realiza uma análise sobre a questão militar e partidária dentro do bolivarianismo, mostrando como os militares, que participaram desde o início do movimento provinham de setores humildes da população, mas que conseguiram, diferentemente dos outros setores, manter o acesso à educação superior de qualidade. Por possuírem postos como militares, eles conheciam bem as elites em decadência e, conseqüentemente, passaram a observar o contraste entre os gastos inescrupulosos delas e a miséria conhecida por seus parentes e cidadãos de seus ciclos sociais mais próximos. Tendo esse cenário em vista, é possível compreender por que esses militares começaram a se preocupar com as desigualdades e abusos de poder do sistema vigente. Chávez foi um desses militares, que tendo estudado

ciência política, possuía conhecimento o suficiente para buscar promover uma Revolução cuja retórica se colocava a favor de tais classes desprivilegiadas.

O grupo militar de onde veio Chávez tomou a iniciativa, em 1983, de se constituir como uma organização clandestina, conhecida como o *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR 200). O MBR 200 foi formado no ano em que se festejava 200 anos do aniversário de nascimento de Bolívar e o impulso para sua constituição foi o descontentamento que esse grupo sentia frente à corrupção, decadência moral, injustiça social e desvios da identidade nacional que enxergavam dentro das Forças Armadas Nacionais. Os vínculos civis desse grupo inicialmente foram escassos, mas com o tempo se ampliaram e influenciaram significativamente a concepção política e ideológica do movimento e, sobretudo, as concepções de Chávez. Como aponta López Maya (2008), dentro dessa esquerda derrotada, havia agrupamentos que eram simpáticos ao recurso à violência e outros que rejeitavam a via violenta e defendiam a democracia procedimental como necessária para alcançar a mudança socialista, sendo este segundo grupo o que se aproximava mais dos ideais de Chávez naquele momento.

Segundo Raphael Seabra (2010), a visibilidade nacional do MBR-200 como um movimento político sucedeu logo após a derrota do levante militar em 4 de fevereiro de 1992. O levante militar foi favorável para o movimento bolivariano, afinal, por um lado, a tentativa de levante representou o significado simbólico da busca pelo rompimento com um sistema que não logrou resolver os problemas da população. De outro lado, o levante gerou heróis para a opinião pública, com destaque para o tenente-coronel Hugo Chávez (MARINGONI, 2004).

Devido ao crescimento do apoio e da participação popular no movimento bolivariano, em princípios de 1997, o MBR-200 decide participar com candidato próprio nas eleições presidenciais de 1998. Para a disputa eleitoral foi criado o partido MVR, o que permitiria ao MBR-200 estabelecer alianças com grupos e organizações de ideologias diferentes das do partido, mas que também desejavam apoiar a candidatura de Chávez (SEABRA, 2010).

Hugo Chávez é eleito, com cerca de 56% dos votos, por meio da coalizão denominada *Polo Patriótico*. O *Polo Patriótico* reunia alguns partidos de esquerda, como o Movimento Quinta República, o PPT, o PCV, o MAS, o MPE e o LCR. Esses partidos se uniram sob a ideologia bolivariana, que se constituía, principalmente, com um caráter nacionalista, anti-imperialista e anti neoliberal. Dentre tal grupo de partidos políticos, o MAS e o LCR foram os que, de acordo com López Maya (2005), lograram se incorporar na vida política institucional dos anos 80 e 90, além de terem alcançado espaços de poder, o que os demarca como os centros de ideias e propostas para o movimento bolivariano, como a descentralização política e a defesa da democracia direta.

Uma das particularidades do Polo Patriótico é que seu programa, denominado Agenda Alternativa Bolivariana, não era bem definido. E, os desequilíbrios e diferenças ideológicas de setores e partidos que compunham a coalizão colocavam, como analisa López Maya (2008), “[...] Chávez como único capaz de mediar ou acalmar as diferenças internas, o que reforçava o caráter imprescindível do líder e imprimia a ação do governo às diretrizes ideológicas deste”<sup>6</sup> (LÓPEZ MAYA, 2008, p. 59, tradução nossa). Chávez se apresentava como o candidato que melhor expressava os desejos populares por mudanças (VILLA, 2005).

Além dos aspectos relacionados à coalizão política que permitiu que Chávez chegasse ao poder, é preciso tratar também de outros polos de apoio interno com os quais Chávez contava, bem como dos grupos que se configuravam como opositores ao governo. Por um lado, sua base de apoio contava com a presença do *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV)<sup>7</sup> – partido que ele mesmo fundou em 2008 –, do PCV, organizações sociais, pelos círculos bolivarianos, pelos comitês de saúde, cooperativas, estudantes, alguns microempresários (que se articulavam por meio da *Empresarios por Venezuela - EMPREVEN*), além de pela Central Socialista de Trabalhadores, pela União Nacional de Trabalhadores e por fortes setores militares (OLIVEIRA, 2011). Por outro lado, a oposição de Chávez contava com a presença de meios de comunicação privados, pela *Fedecámeras*, por setores da *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV), pela igreja, banqueiros e também por atores advindos do regime de *Punto Fijo*, como os partidos AD e Copei. Entretanto, a oposição ao governo chavista possuía a característica de ser politicamente fragmentada, de forma que não conseguiu se articular para se reinstitucionalizar e ter legitimidade eleitoral.

#### 1.4 Mudanças em política interna

Chávez é eleito e, com ele, diversas promessas de mudanças no que tange as políticas interna e externa do país são elencadas. Tais alterações prometidas, por vezes, ameaçavam interesses de antigos setores políticos venezuelanos e, como aponta Leonardo Valente (2015), os principais receios da oposição e, também, dos Estados Unidos, não eram enfocados na política externa, mas sim no que o novo governo promoveria como reformas internas e o que tais reformas iriam representar para o continente americano, bem como poderiam fortalecer a figura

---

<sup>6</sup> O texto na língua original: “[...] Chávez como el único capaz de mediar o acallar las diferencias internas, lo que reforzaba el carácter imprescindible del líder e imprimía a la acción de gobierno las directrices ideológicas de éste”.

<sup>7</sup> A partir de 2004, com o fortalecimento da legitimidade do presidente, devido à vitória obtida no Referendo Revogatório, este passou a concentrar o poder no PSUV, de forma a personalizar sobre sua figura, o processo de tomada de decisões (OLIVEIRA, 2011).

política do novo presidente. Dentre tais mudanças internas, as mais relevantes foram a conformação da nova Constituição para o país, a *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* (CRBV) – que, dentre outros pontos, promove uma reforma política – e o uso dos recursos financeiros advindos das exportações de petróleo para fomentar projetos de inclusão social e melhorias para a população. Sendo assim, nos compete abordar tais mudanças nessa seção do capítulo.

Depois de eleito, durante os dois primeiros anos do chavismo, a prioridade estava centrada em mudanças institucionais, "na passagem da chamada Quarta República à Quinta República" (LANDER, 2005, p.195), na qual as mudanças ocorreriam de dentro para fora. No mesmo dia em que Chávez tomou posse como presidente, anunciou que seria realizado um referendo para consulta à população sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte. Com o intuito de demolir o que ainda restava do antigo modelo político, logo no princípio de seu mandato, apresentou, em abril de 1999, uma proposta de reforma constitucional e da realização de tal referendo para sua aprovação pelo povo (OLIVEIRA, 2011). O referendo foi executado no dia 15 de dezembro daquele ano, tendo sido então aprovada a nova Constituição para o país, com algo em torno de 71% dos votos favoráveis.

A nova Constituição representaria um ato simbólico de "refundição da pátria", que viria então a substituir a antiga, relacionada à governos corruptos e com o *Pacto de Punto Fijo*, com leis que não representavam os interesses da população menos favorecida, por uma nova, atrelada à proposta da Quinta República (LANDER, 2005), o que pode ser representado pelo fato de que até o nome oficial do país foi modificado, para República Bolivariana de Venezuela. Ademais, após ter vencido os primeiros pleitos realizados, Chávez anunciou as Leis Habilitantes, movimento em que buscou deixar claro que o novo governo estava a favor das camadas sociais mais baixas.

Permeando a alteração constitucional, encontrava-se a mudança de percepção acerca da democracia. Renata Peixoto de Oliveira (2011) demonstra em seu trabalho que, já em 1980-1990, ao passo que a América Latina no geral passava por um processo de transição de regimes ditatoriais e consolidação de suas democracias, a denominada democracia representativa já se encontrava em crise na Venezuela. Esse modelo democrático é posto em xeque no país devido a carência na entrega de respostas eficientes para os problemas sociais e políticos pelos quais o país passava naquele período. Sendo assim:

[...] a democracia liberal, representativa, foi cedendo espaço para a construção de uma democracia participativa no país. É importante ressaltar que a adoção de instituições e mecanismos participativos, seja na Venezuela ou em outros países como Equador e

Bolívia, coexiste com as instituições tradicionais de representação (OLIVEIRA, 2011, p.69).

Com o início das discussões sobre a formulação da nova Constituição, os espaços de participação de fato mais democráticos passam a se abrir. Consta que "os movimentos sociais, partidos e organizações civis apresentaram cerca de 624 propostas à Assembleia Constituinte, sendo que mais da metade delas foram incorporadas ao texto constitucional" (SEABRA, 2010, p. 213). Além disso, outro fator que se mostrou muito importante foi o de que o processo bolivariano deveria conservar a autonomia e a discussão com partidos, movimentos e organizações que compõem sua base, além de promover circunstâncias normais de participação e protagonismo a estes e, não somente a representação política (SEABRA, 2010). Tal aspecto democrático pode ser percebido a partir de dois artigos da nova Constituição, que coloca o povo como soberano e confere espaços para participação na política, sendo eles os artigos 5 e 6 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela:

Artigo 5. A soberania reside, intransferivelmente, no povo, que a exerce diretamente, na forma prevista nesta Constituição e na lei e, indiretamente, mediante o sufrágio, pelos órgãos que exercem o Poder Público (CRVB, 1999, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Artigo 6. O governo da República Bolivariana da Venezuela e as entidades políticas que a compõe, é e sempre será, democrático, participativo, eleitoral, descentralizado, alternativo, responsável, pluralista e de mandatos revogáveis (CRVB, 1999, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Dentre os novos mecanismos participacionistas, que inserem o povo no processo político, encontra-se a possibilidade de realização de referendos para a revogação de mandatos; mecanismos que permitem a revogação e/ou ratificação de leis e tratados internacionais; abrem a possibilidade de participação da sociedade civil em órgãos de prestação de contas, além de trazer o reconhecimento da autonomia das comunidades indígenas venezuelanas (OLIVEIRA, 2011).

Ademais, outro ponto importante a ser destacado acerca da nova constituição é que ela traz mudanças também no que tange os poderes do Estado. A CRBV manteve a autonomia dos poderes políticos e os instrumentos de representação política liberal, mas inovou ao combiná-las com novos instrumentos de participação cidadã direta e semidireta, que funcionavam tanto

<sup>8</sup> O texto na língua original "Artículo 5. La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público".

<sup>9</sup> O texto na língua original: "Artículo 6. El gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y de las entidades políticas que la componen es y será siempre democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandatos revocables".

para a tomada de decisões como para consulta e gestão de políticas públicas. (LÓPEZ MAYA, 2008). Há uma ampliação nos conhecidos 3 poderes de Montesquieu: executivo, legislativo e judiciário (MONTESQUIEU, 1978), o que pode ser destacado do artigo 136 da Constituição Bolivariana:

Artigo 136. O Poder Público se divide entre o Poder Municipal, o Poder Estatal e o Poder Nacional. O Poder Público Nacional se divide entre o Legislativo, o Executivo, o Judiciário, o Cidadão e o Eleitoral (CRVB, 1999, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Outro ponto que merece destaque na nova Constituição são as inflexões que esta trouxe para a comunidade. A partir de 1999, a comunidade ganha centralidade no debate e participação política a partir das seguintes frentes: dos Círculos Bolivarianos, da criação de cooperativas de trabalhadores e a partir do *Sistema Nacional de Misiones*<sup>11</sup> (OLIVEIRA, 2011). "Esses planos sociais promovem estruturas da administração pública paralelas às tradicionais e alcançam amplos setores populares, além de um terço dos setores médios da sociedade venezuelana." (SE-ABRA, 2010, p. 214). Como resultado dessas Missões, destaca-se seu enorme impacto sobre as condições de vida das classes populares, já que eram implementados cursos de alfabetização e educação, postos de saúde e mercados com produtos vendidos a preços baixos, dentre outros benefícios populares. Além das Missões, o governo também promovia empregos públicos e bons contratos com o Estado, o que demandava que o regime tivesse renda para manter todos esses projetos.

Sendo assim, uma das mudanças mais importantes que o chavismo implementou através dos Círculos Bolivarianos foi a inflexão da concepção do povo como subordinado do poder à sujeito do poder, representado pelo postulado: "o povo soberano deve se transformar no objeto e no sujeito do poder. Essa opção não é negociável para os revolucionários" (CHÁVEZ FRÍAS, 2007, p.12, tradução nossa)<sup>12</sup>, ou seja, a participação política passa a se transformar em realidade. Para Renata Peixoto de Oliveira (2011), as escolas bolivarianas e os Círculos Bolivarianos passaram a configurar importantes polos que irradiavam os valores da Revolução Bolivariana:

Os círculos bolivarianos, por sua vez, visam à divulgação dos ideais da Revolução e a leitura, interpretação e discussão da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, além de ser um espaço para que a comunidade discuta seus problemas. As

<sup>10</sup> O texto na língua original: "Artículo 136. El Poder Público se distribuye entre el Poder Municipal, el Poder Estatal y el Poder Nacional. El Poder Público Nacional se divide en Legislativo, Ejecutivo, Judicial, Ciudadano y Electoral".

<sup>11</sup> Estima-se que, entre 1999 e 2009, foram criadas vinte e nove missões nas mais diversas áreas como educação, saúde, energia, cultura, alimentação e meio-ambiente (OLIVEIRA, 2011).

<sup>12</sup> O texto na língua original: "el pueblo soberano debe convertirse en objeto y sujeto del poder. Esta opción no es negociable para los revolucionarios".

escolas bolivarianas com foco na educação infantil, possuem atividades cívicas como o hasteamento da bandeira e o ato de se cantar o hino nacional diariamente. Além do mais, em seu currículo escolar encontram-se matérias relacionadas a história dos heróis nacionais e os caminhos da revolução bolivariana. No turno da noite, estas mesmas escolas abrigam o projeto Missão Robinson de alfabetização de adultos (OLIVEIRA, 2011, p.69).

Ademais dos temas acima citados, a Constituição Bolivariana também implementa outros pontos importantes a serem destacados, como o mandato presidencial, que é aumentado para seis anos, com a possibilidade de reeleição; um novo posto de vice-presidente é criado, a ser designado pelo presidente; a criação de um Conselho de Governo; o congresso nacional bicameral é abolido e é criada uma Assembleia Nacional unicameral; os quatro ramos das Forças Armadas são unidos numa única Força Armada Nacional; confere papel proeminente para o Estado e forte ênfase nos direitos dos trabalhadores; diminui a autonomia do Banco Central; emprega recursos econômicos em benefício dos pobres, com vistas à reduzir a desigualdade de renda; concessão de subsídios para setores de agricultura, turismo e para pequenas e médias empresas e confere ao governo o poder de implementar políticas protecionistas para defender os produtores agrícolas. Assim, por mais que tais mudanças tivessem sido legitimadas por voto popular, por meio da aprovação da elaboração da nova constituição, a oposição as considerou como um ataque às instituições democráticas, que tiveram seu poder deteriorado devido à centralização conferida ao poder executivo. (BATALLA; FERRO, 2004).

Por fim, é crucial apontar as mudanças que a CRVB trouxe para o marco legal petrolífero. Tais alterações foram realizadas com vistas a garantir a retomada do crescimento desse setor significativo para a economia do país, bem como para marcar uma maior participação do Estado nele, o que era crucial para angariar mais recursos para manter as políticas sociais governamentais (OLIVEIRA, 2011). Assim, é possível percebermos as principais mudanças no setor de hidrocarbonetos a partir dos seguintes artigos da Constituição Bolivariana:

Artigo 303. Por razões de soberania económica, política e de estratégia nacional, o Estado manterá a totalidade das ações da Petróleos da Venezuela SA, ou da entidade criada para gerir a indústria petrolífera, exceto as de subsidiárias, associações estratégicas, empresas e quaisquer outras que tenha sido constituída como resultado do desenvolvimento empresarial da Petróleos da Venezuela (CRVB, 1999, tradução nossa)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> O texto na língua original “Artículo 303. Por razones de soberanía económica, política y de estrategia nacional, el Estado conservará la totalidad de las acciones de Petróleos de Venezuela, S.A., o del ente creado para el manejo de la industria petrolera, exceptuando las de las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela, S.A”.

Artigo 302. O Estado reserva, através da respectiva lei orgânica, e por razões de conveniência nacional, a atividade petrolífera e outras indústrias, explorações, serviços e bens de interesse público e de natureza estratégica. O Estado promoverá a fabricação nacional de matérias-primas a partir da exploração de recursos naturais não renováveis, de forma a assimilar, criar e inovar tecnologias, gerar emprego e crescimento econômico, e criar riqueza e bem-estar para as pessoas (CRVB, 1999, tradução nossa)<sup>14</sup>.

### 1.5 Considerações Parciais

O uso de teorias de Análise de Política Externa configura ponto de partida essencial para a consecução da análise proposta pela pesquisa. Empregar tal aparato teórico permite compreender como elementos domésticos e externos influenciam na tomada de decisões de PE, bem como enxergar que atores outros que não o Estado, participam de tal processo decisório. Tomar em consideração que a política externa é uma política pública nos permite enxergar ainda mais a importância do ambiente doméstico quando se fala sobre as políticas desempenhadas para além das fronteiras dos Estados nacionais.

Sendo assim, as considerações teóricas expostas permitirão maior compreensão de como o processo decisório da Venezuela chavista se consolidou, com o intuito de, ao partir da conceituação de Hermann e Hermann (1989), testar a hipótese de que, no tocante ao relacionamento comercial bilateral entre a Venezuela e os Estados Unidos, dominou a unidade definitiva de decisão do líder predominante, análise que a pesquisa traz em seu terceiro capítulo. Para tanto, maior profundidade à política externa será apresentada nos próximos capítulos da pesquisa.

No entanto, como visto, não é possível compreender de maneira satisfatória o processo que envolve a tomada de decisões em PE sem que o ambiente doméstico em que ela é formulada seja tomado em conta. Assim, como foi abordado no presente capítulo, Chávez é eleito pela população para seguir uma série de medidas compreendidas dentro da Revolução Bolivariana e, portanto, uma série de mudanças deveriam ser consecutadas.

Recorrer ao movimento popular *Caracazo* é determinante para o entendimento da origem da insatisfação da população venezuelana com o sistema político vigente até então. Tal sistema não conseguiu se recuperar da crise da dívida externa e da baixa do valor do petróleo no mercado internacional, optando pela realização de um acordo com o FMI para buscar sair

---

<sup>14</sup> O texto na língua original “Artículo 302. El Estado se reserva, mediante la ley orgánica respectiva, y por razones de conveniencia nacional, la actividad petrolera y otras industrias, explotaciones, servicios y bienes de interés público y de carácter estratégico. El Estado promoverá la manufactura nacional de materias primas provenientes de la explotación de los recursos naturales no renovables, con el fin de asimilar, crear e innovar tecnologías, generar empleo y crecimiento económico, y crear riqueza y bienestar para el Pueblo”.

da enrascada macroeconômica em que se encontrava. No entanto, realizar esta escolha acabou prejudicando ainda mais a continuidade do *Pacto de Punto Fijo*. E, por sua vez, Hugo Chávez já havia se mostrado para a povo como uma opção plausível e positiva para o futuro do país: um líder que se preocupava com as classes mais baixas; concentrava relevância às problemáticas sociais e econômicas e realizava promessas no intuito de reduzir as desigualdades sociais, por meio da consecução da Revolução Bolivariana da Venezuela.

O discurso ativo e empolgante de Chávez, aliado à sua postura carismática perante a comunidade interna, o elevou à condição de presidente do país em 1999, por meio a coalizão Polo Patriótico, com cerca de 56% dos votos. Chávez, um ex militar participante da linha bolivariana do setor, compreendia a importância e a imperante necessidade de abolir as desigualdades e abusos de poder do sistema que o precedeu. De tal forma, camadas civis e militares da população se inclinaram no apoio da nova figura política no país. Além desses, sua base de sustentação contava com presença do PSUV, do PCV, organizações sociais, pelos círculos bolivarianos, pelos comitês de saúde, cooperativas, estudantes, alguns microempresários (por meio da EMPREVEN), além de pela Central Socialista de Trabalhadores e pela União Nacional de Trabalhadores.

Importante sempre ter em mente que à primeira vista, não foi possível para o novo governante implementar mudanças drásticas na condução do Estado, já que assumiu o governo em um momento de crise política e econômica, em que voltar as atenções para a resolução dos problemas, de maneira tênue, se mostrou necessário. Todavia, Chávez foi eleito com o intuito de promover inflexões no que tange as políticas interna e externa do país. Tais mudanças, por vezes, ameaçavam interesses de antigos setores políticos venezuelanos importantes. De tal forma, os principais receios da oposição (e, também, dos Estados Unidos), não eram enfocados no que o novo governo poderia executar em termos de política externa, mas sim no que promoveria como reformas internas e o que tais reformas iriam representar para o continente americano como um todo.

Como elencado, as mudanças basilares postas em marcha em termos de política interna foram: a consecução do referendo para a convocação da Assembleia Constituinte, com o intuito de elaborar uma nova Constituição para o país, que foi aprovada (a Constituição Bolivariana foi então promovida nos primeiros anos do governo, representando a “refundição da pátria”); e o uso dos recursos financeiros advindos das exportações de petróleo para fomentar projetos de inclusão social e melhorias para a população, algo se foi aumentando sua intensidade e importância para a sustentação das bases de apoio governamentais ao longo dos anos de mandato.

Para além do acima exposto, as chamadas Leis Habilitantes promoveram inflexões no tecido social e político interno que impactaram as classes que compunham o *status quo* anterior, muito descontentes com o governo Bolivariano; a defesa pela inflexão da democracia representativa pela democracia participativa é buscada com afinco pelo novo governo, tanto no plano interno como no externo - com a busca pela elevação da democracia participativa como pilar na Carta da OEA -; e são criados os Círculos Bolivarianos, as cooperativas de trabalhadores e o *Sistema Nacional de Misiones*, como exemplos de alterações internas que o governo promove com foco para melhorias sociais.

De tal forma, como visto, quando Chávez ascende ao poder, traz consigo expectativas tanto positivas quanto negativas a respeito do quadro de alterações que o líder, em algum momento, implementaria, tanto interna quanto externamente. Nesses termos, o fato é que inflexões foram promovidas e que seu comando foi um marco importante na história do país, tanto por trazer benefícios para a população quanto por possuir inconsistências entre o que era proposto na teoria e o que foi colocado em prática ao longo dos governos.

No entanto, na presente pesquisa, nos cabe estreitar o foco para as alterações em política externa, mais especificamente na política externa da Venezuela para os Estados Unidos, indo além e analisando as estruturas domésticas que participaram da formulação de tal política. Assim, pretende-se promover avanços nos estudos que enfocam em tal país a partir do uso do aparato teórico apresentado, por meio do mapeamento e da análise dos atores domésticos que influíam em política externa e de apreciação aprofundada acerca de como Chávez conseguiu concentrar o processo decisório de PE em suas mãos (mais do que já era concentrado pelos governos que o precederam). Os próximos capítulos da presente dissertação versarão no sentido de abordar estes pontos acima mencionados.

## 2 AS INFLEXÕES EM POLÍTICA EXTERNA E O RELACIONAMENTO EXTERNO DA VENEZUELA COM OS ESTADOS UNIDOS

Ontem o diabo veio aqui, neste mesmo lugar. Ainda cheira a enxofre esta mesa, de onde eu falo. Ontem, desta mesma tribuna, o senhor presidente dos Estados Unidos [George W. Bush], a quem eu chamo “o diabo”, veio aqui, falando como dono do mundo.

*Hugo Chávez*, em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006.

O presente capítulo repousa o foco na apresentação das inflexões que o presidente Hugo Chávez ocasionou na política externa do país quando assumiu o poder, estreitando o olhar para o caso específico das relações da Venezuela com os Estados Unidos. Para tanto, parte-se da análise das mudanças em política externa, da importância da diplomacia do petróleo e da busca por novos parceiros e diálogos internacionais.

A seção “2.1” tece importantes considerações, em termos gerais, acerca das mudanças promovidas pelo governo de Chávez em PE. A política externa posta em prática ao longo dos mandatos de Hugo Chávez configura pontos de concordância e pontos de distanciamento frente ao que os governos anteriores – mais especificamente os governos de *Punto Fijo* – alcançaram nessa arena política. Como será visto, principalmente ao longo dos primeiros anos, o ambiente político doméstico não permitiu inflexões nos rumos gerais das políticas que vinham sendo colocadas em prática até então (VALENTE, 2015).

Porém, alguns autores identificam alguns pontos de mudança promovidos pela administração chavista, principalmente após a tentativa de golpe que o presidente sofreu em 2002, o *Paro Petrolero*, e sua posterior vitória no referendo revogatório de 2004. Dentre os quais constam: a visão estruturalista; promoção da diplomacia social; maior ideologização do serviço exterior; a elevação de um ativismo internacional; a importância do uso do petróleo para a projeção internacional e manutenção de projetos internos; a promoção da democracia participativa e protagônica internacionalmente; a difusão da multipolaridade nas relações internacionais; a promoção do *social power*; o aspecto nacionalista presente nas negociações com grandes empresas estatais estrangeiras; o uso de uma lógica de confrontação; a valorização de eixos e parcerias regionais (América Latina e Caribe); busca pelo fortalecimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP); a concretização de acordos com economias emergentes

e adoção de uma postura anticapitalista e anti-estadunidense (AGULLÓ, 2009; ROMERO, 2006; CICERO, 2016; CORRALES, 2008; OLIVEIRA, 2011; BRICEÑO-MONZÓN, 2011).

Outra característica importante da política externa desempenhada nos governos de Hugo Chávez reside, justamente, na faceta do ativismo do presidente, em que havia grande ênfase na diplomacia presidencial. Segundo Barrantes (2013), Chávez teria sido o presidente que mais se usou da diplomacia presidencial para lograr seus objetivos de política externa e maior participação internacional na Venezuela. De tal forma, o presidente que seguia a ideologia bolivariana desenvolveu o chamado “hiperativismo” internacional (MIRANDA, 2012), em que uma política externa ativa, com grande influência e peso do poder executivo é marcante e determinante para análises que versem sobre o momento.

Tendo sido apresentado tal debate, a subseção “2.1.1” exhibe a empreitada da busca por novos parceiros e diálogos internacionais levada a cabo pelo chavismo. Nesse sentido, são analisadas a defesa e a busca pela aproximação da Venezuela de outros países da América Latina e Caribe, a partir da promoção de iniciativas de integração energética e física. São expostas também a procura pela reforma de organismos internacionais e pela construção e consolidação de novos polos de integração regional, dentre os quais destacam-se o *Banco del Sur*, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Outros pontos relevantes figuram o pleito do país para fazer parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a promoção da iniciativa Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio para os Povos (ALBA/TCP). Por fim, novas frentes de alianças no sistema internacional são analisadas, demonstrando a ampliação de vínculos comerciais e políticos para países como a China, Rússia, Irã e Belarus.

No entanto, a denominada diplomacia petroleira é ponto crucial quando se fala da política externa da Venezuela chavista e merece ser destacada na presente análise. Por conta disso, a subseção “2.1.2” trata especificamente sobre esse ponto, demonstrando como o país sofre, historicamente, com a chamada Doença Holandesa, bem como implementa estratégias internacionais a partir da lógica rentista de sua economia, baseada na obtenção de divisas por meio da exportação de petróleo. Nessa linha condutora, é ressaltada a importância da busca pela diversificação e redução dos níveis de dependência do comércio petroleiro com os Estados Unidos – ainda que não fosse possível abdicar completamente de tal parceiro – principalmente a partir da exposição da articulação energética regional por meio das iniciativas da ALBA e da Petro-America.

Seguindo, outro ponto relevante quando versamos acerca da política externa chavista diz respeito à política de segurança e defesa, o que é apresentado na subseção “2.1.3”. Nesse sentido, algumas questões-chave foram selecionadas para análise, como: as crescentes aquisições bélicas e laços mais fortes com a Rússia; a questão do envolvimento dos EUA no golpe que retirou Chávez do poder por um curto período, em 2002; além das tensões com a Colômbia, em que pesava o fato de a Colômbia ser, historicamente, um forte aliado de Washington (OLIVEIRA, 2011).

Posteriormente, após já ter apresentado o quadro geral acerca das mudanças que Chávez implementou na consecução de sua política externa, é coerente focar na questão central da análise, qual seja, o relacionamento bilateral do país com os Estados Unidos, perpassando os governos de Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama, o que é trazido pela seção “2.2”. Com isso, será demonstrado como tal relacionamento se apresenta em um *continuum* que varia entre o confronto ideológico e o pragmatismo, a depender do momento e da temática de tais relações.

Entretanto, é possível identificar participação do hegemón na tentativa de golpe à Chávez em 2002, focando na demonstração de como a postura da Venezuela se modificou a partir de tal acontecido, principalmente como reação às atitudes estadunidenses e dos grupos oposicionistas internos, o que demarca uma nova fase na política externa venezuelana para os EUA. São apresentados exemplos de como tal relacionamento se exacerbou no discurso político-diplomático, com atitudes antagônicas por parte dos dois governos e por meio da postura da Venezuela frente à Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA).

No mais, convém apresentar, de maneira pontual e organizada, o outro lado do relacionamento, ou seja, a política externa dos Estados Unidos para a Venezuela, o que é promovido pela seção “2.3”. Tal seção é formada por três subseções, as quais demonstram pontos importantes do referido relacionamento em cada uma das administrações que coincidiram com os governos de Hugo Chávez, de forma que a subseção “2.3.1” versa sobre as relações ao longo do governo de Bill Clinton; a subseção “2.3.2” versa sobre o governo de George W. Bush; e a subseção “2.3.3” versa sobre o governo de Barack Obama.

Por fim, a seção “2.4” realiza a análise primordial do relacionamento comercial entre os parceiros, mostrando como mesmo diante de um cenário de confrontos, tensões diplomáticas e de busca por novas parcerias por parte dos dois lados, suas relações econômicas não foram paralisadas. Assim, o foco é em analisar como uma postura mais pragmática foi adotada por

ambas as políticas externas ao versar sobre o comércio, principalmente em torno do petróleo, a despeito dos diversos conflitos em outras arenas do relacionamento bilateral.

## 2.1 Mudanças em política externa

Erika Barrantes (2013) explicita que as relações exteriores possuem papel de relevância na vida republicana da Venezuela, isso porque a política externa se coloca para esse país como uma peça fundamental, tanto para lograr a estabilidade política interna quanto para alcançar importância frente à comunidade internacional. Sendo de tal forma, ao longo da administração de Hugo Chávez não seria diferente. Inclusive, para que a Revolução Bolivariana fosse bem-sucedida no país, era imperativo focar nas relações exteriores, afinal tal revolução é concebida como portadora de uma transformação histórica, o que traz consigo a assumpção de que a preservação do modelo interno está diretamente conectada a condições externas que facilitem sua sobrevivência (BRICEÑO-MONZÓN, 2011).

À princípio, ao longo dos primeiros anos de governo, a política externa venezuelana não sofreu grandes reveses frente ao que vinha sendo implementado até então pelos governos de *Punto Fijo*. Como Chávez assumiu o governo de um Estado que estava passando por uma forte crise econômica, os esforços nesse primeiro momento tiveram que ser concentrados na busca pela retomada da estabilidade macroeconômica, de forma que a PE não encontrou espaço para ter grande destaque e sofrer fortes reveses (OLIVEIRA, 2011).

Ademais, é importante frisar que, por mais que o senso comum leve a acreditar que a PE fosse dotada de uma forte carga ideológica, que configurava uma grande ruptura com o que vinha sendo implementado até então, “na prática, a chegada de Hugo Chávez ao poder não representou de pronto a construção de uma orientação externa totalmente diferente da de seus antecessores na Venezuela” (VALENTE, 2013, p.11). De tal feitio, é importante ter em mente que os primeiros anos de governo não configuram uma ruptura imediata e brutal com o que vinha sendo articulado pelo país no sistema internacional. Outras importantes considerações nesse sentido são realizadas por Leonardo Valente (2013):

Articular com a OPEP e com grandes produtores de petróleo a manutenção dos preços internacionais do barril, manter uma postura diplomática mais independente, porém discreta e não antagônica, em relação aos Estados Unidos e intensificar o diálogo com a vizinhança para futuros projetos de integração eram as pautas prioritárias. Estas, no entanto, também estiveram no alto das agendas de vários governos de *Punto Fijo*, mesmo que por motivações diferentes quanto ao alinhamento e em conjunturas distintas (VALENTE, 2013, p.11).

Entretanto, é possível identificar que a Política Externa Chavista<sup>15</sup> representa sim inovações no comportamento internacional do país, principalmente após 2004, quando após a vitória que Chávez logrou no referendo revogatório, pôde dotar sua atuação de maior personalismo e enfatizar os posicionamentos que considerava essenciais para a Revolução Bolivariana. Afinal, seria “simples apontar o governo Chávez como um período exclusivamente de ruptura, assim como é redutor afirmar que os governos dos quarenta anos anteriores também não o influenciaram em vários aspectos, especialmente na política externa” (VALENTE, 2013, p.2).

Juan Agulló (2009), de outra maneira, ressalta que o momento crucial para a mudança de rumos em política externa teria se dado no ano de 2003 – *Paro Petrolero* -, em que o Estado passou a adotar o papel de intermediador entre os recursos do petróleo e o capital transnacional. Para ele, a estratégia internacional do país ficou mais nítida depois de tal acontecimento em 2002-2003 e, a partir de então, a PECh logrou reforçar os vínculos institucionais que considerava úteis ao passo que boicotava os que considerava inúteis, além de começar a criar novos laços internacionais.

Outro autor que versa nesse sentido é Carlos Romero (2006), que demonstra alguns pontos de atuação que seriam centrais à PECh, dentre os quais constam a visão estruturalista; a promoção da diplomacia social; a maior ideologização do serviço exterior; a elevação de um ativismo internacional; a importância do uso do petróleo para a projeção internacional e manutenção de projetos internos e, a promoção da democracia participativa e protagônica internacionalmente. Assim, é possível demarcar diferenças na PECh, que para Garrido (2003), representaria um novo tipo de projeto geopolítico, devido ao fato de que a gestão de Chávez reconhecia e praticava a estratégia de conformar alianças com novas potências com vistas a substituir a antiga aliança do país com os EUA.

Cicero (2016) foca no aspecto da multipolaridade nas relações internacionais presente na Diplomacia Bolivariana. O autor aclara que o governo venezuelano se posicionava contra a má distribuição do poder internacional desde momentos de campanha. Em documentos que precedem a vitória eleitoral, Chávez e seu grupo político interpretavam que parte da culpa pelo subdesenvolvimento da Venezuela deveria ser imputada às nações poderosas. Explicando melhor tal linha de pensamento, a administração chavista acreditava que a existência de apenas um polo de poder, os Estados Unidos, gerava um panorama complicado e desanimador para os demais Estados, já que não havia nenhum contrapeso, ou seja, nenhuma outra opção ao projeto

---

<sup>15</sup> Encontra-se na literatura, também, a denominação “Política Externa Bolivariana” ou “Diplomacia Bolivariana” como formas de remeter às ações internacionais empregadas pelo país a partir da gestão de Hugo Chávez. Ou seja, remete ao aspecto internacional da “Revolução Bolivariana” (CICERO, 2016).

neoliberal e globalizador de Washington. Tornou-se necessário, então, lutar a favor de uma nova ordem internacional, em que pese uma política internacional justa, democrática e equilibrada, como frisou Chávez:

É necessário lutar contra um mundo unipolar e a favor de uma nova ordem internacional, de que se vem falando há décadas, mas que ficou apenas no discurso. Uma política internacional justa, democrática e equilibrada é indispensável. Mas para conquistá-la é preciso contribuir para a criação desse mundo multipolar. Esse é um objetivo estratégico essencial (Chávez Frías, 2001, s/p, tradução nossa)<sup>16</sup>.

Quando eleito, tal aspecto foi elevado a um dos objetivos de política externa do governo, expresso no *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación* (PNDESN), de 2001-2007, documento no qual foram delineadas as diretrizes gerais da política chavista. Este documento oficial estabeleceu cinco equilíbrios em torno dos quais seria desenvolvido o plano político do governo. Nesse sentido, também versava sobre política externa, especificamente na seção sobre “equilíbrio internacional”. O objetivo de tal equilíbrio girava em torno de fortalecer a soberania nacional e promover um mundo multipolar e, para tanto, considerava-se que uma série de ações focadas na busca de tal ordem multipolar seriam necessárias. Dentre tais ações destacam-se a ampliação das relações econômicas e políticas para além dos Estados Unidos, “[...] privilegiando as relações com os países latino-americanos e caribenhos e redefinindo o modelo de segurança hemisférica” (PNDESN, 2001, p.142, tradução nossa)<sup>17</sup>.

De tal forma, desde o princípio do governo, já estava sendo gestada, em alguma medida, a estratégia de diversificação de parcerias, tanto com países da América do Sul quanto com a China, Rússia e com a União Europeia, porém sem desconsiderar a importância de manter as relações econômicas com os EUA. De mais a mais, ao buscar pela multipolaridade nas relações internacionais, o documento traça estratégias derivadas de tal objetivo, sendo elas: a configuração de um sistema mundial mais equilibrado, com vistas a fortalecer os posicionamentos dos países em desenvolvimento; a promoção da democracia participativa e protagônica em fóruns mundiais e regionais; contribuição com a promoção e proteção dos direitos humanos; e a intensificação do apoio ao processo de pacificação regional (PNDESN, 2001).

Javier Corrales (2008) também expõe três aspectos que seriam sinalizadores dos pontos de ruptura da PECh com as orientações externas anteriores. O primeiro deles seria a promoção do que ele denomina de *social power*; em segundo lugar constaria o aspecto nacionalista

<sup>16</sup> O texto na língua original: “Hay que luchar contra un mundo unipolar y a favor de un nuevo orden internacional del que se viene hablando desde hace ya décadas, pero que se ha quedado en el discurso. Una política internacional justa, democrática, equilibrada resulta indispensable. Pero para lograrlo hay que contribuir a la creación de ese mundo pluripolar”.

<sup>17</sup> O texto na língua original: “[...] privilegiando las relaciones con los países latinoamericanos y caribeños y redefiniendo el modelo de seguridad hemisférica”.

presente nas negociações com grandes empresas estatais estrangeiras; por fim, ele aponta que Chávez adotava uma política externa que, a partir de uma lógica de confrontação, tomava em consideração países aliados e países hostis a seus interesses.

Segundo Corrales (2009) o período de Hugo Chávez no poder é melhor compreendido como sendo atuante de uma postura que ele denomina como “*social power diplomacy*”. Tal performance é semelhante ao *hard power* e ao *soft power*, contudo possui diferenças de forma essenciais. Com a *social power diplomacy*, a nação venezuelana buscava atrair para seu raio de poder outras nações, as quais não eram persuadidas a terem que se acachapar ao poderio militar ou econômico, nem mesmo eram atraídas pela força da ideologia e dos valores que a nação bolivariana projetava.

De acordo com o autor, o poder social, com a promoção de gastos abundantes em projetos sociais no exterior, se mostrou como uma maneira muito eficaz de angariar aliados e admiradores externamente. Com esse propósito, Chávez iniciou gastos internacionais que promoviam investimentos, ajuda e subsídios ao maior número possível de Estados, gastos esses que eram, em sua maior parte, faturados como ajuda ao desenvolvimento desses países (CORRALES, 2009). Para conseguir colocar em prática tal faceta da PE, era primordial para o país manter em bons níveis as exportações de petróleo. Dessarte, a alta dos preços do petróleo internacionalmente foi peça importante para alcançar o *social power*. Para tanto, manter as vendas para o mercado estadunidense, bem como diversificar parcerias em torno do comércio de tal produto foram posturas pragmáticas adotadas pelo governo para conseguir divisas para conquistar seus objetivos externos.

Internamente, a Venezuela também conseguiu manter projetos que auxiliavam na manutenção da coesão doméstica graças à renda petroleira. Após as ações da oposição, que culminaram no golpe de 2002, o governo viu a necessidade de atuar em várias frentes, com vistas a ampliar sua base de sustentação doméstica. Um exemplo desses esforços é o lançamento do *Sistema Nacional de Misiones*, as quais, inicialmente, procuravam solucionar as insuficiências e problemas da população gerados pela paralisação petroleira de 2002-2003 (CORRALES, 2009).

É possível então, demarcar os principais focos de atuação da diplomacia bolivariana, que foram: a formação e valorização de eixos regionais, buscando a redefinição das relações com os países da América Latina e do Caribe; a busca por fortalecimento da OPEP; a consolidação de acordos com economias emergentes (OLIVEIRA, 2011); perseguir uma linha de atuação anticapitalista e anti-estadunidense e fazer uso do *social power* para angariar apoio internacional; além de empregar os recursos advindos da renda petroleira para a promoção de tal

ajuda externa e buscar pela multipolaridade no sistema internacional. Assim, deve-se conceber que houve sim algumas continuidades e que nem tudo o que foi implementado por Hugo Chávez em política externa foi uma novidade em termos gerais, entretanto, a PECh é permeada por características de intensidade única de tal momento, que se distanciam das políticas de *Punto Fijo* devido a seus conteúdos específicos.

Briceño-Monzón (2011) salienta que o governo Chávez buscou ampliar a participação do país nos fóruns internacionais, a partir de uma reorientação na postura de tal atuação, na busca de uma política externa que faça frente ao modelo capitalista, propondo, em contraposição, o Socialismo do Século XXI. Tal disposição se fundamenta pela aplicação de uma estratégia econômica com o Terceiro Mundo, particularmente com a América Latina.

Outrossim, é relevante destacar que o governo de Chávez é considerado atuante de uma política externa de estilo presidencialista, em que Chávez era operante ativo da denominada diplomacia presidencial. Como elenca Barrantes (2013), Hugo Chávez é classificado como o presidente que exerceu esse tipo de estilo na política externa com mais ênfase do que outros presidentes. Tal governo é elencado como propulsor de um “hiperativismo” internacional. De tal forma, Miranda (2012) demonstra como, ao passo que as mudanças em matéria de política externa foram ocorrendo, é possível perceber esse hiperativismo por parte do presidente do país. Chávez realizava viagens constantemente e fazia do personalismo uma marca fundamental de seus pronunciamentos.

Por um lado, como constata Villa (2007), a característica do personalismo excessivo de Chávez somente pode ter se configurado de tal forma devido à baixa influência que possuíam as instituições de *accountability* vertical (sociedade civil) e horizontal (Parlamento) e por não estar presentes mecanismos de *check and balances* com capacidade para restringir e fiscalizar o processo decisório da PE. Por outro lado, Pedroso (2018) argumenta que a centralidade de Chávez na tomada de decisões em política externa é um ponto que “remete à cultura política do país, que desde a sua independência privilegia figuras capazes de aglutinar o poder em si, democraticamente ou não” (PEDROSO, 2018, p.171).

De tal feitio, a PECh foi desenvolvida de maneira ativa, com grande influência e peso do poder executivo, que segundo Ayerbe (2008), ao estar em conjunto com objetivos ousados no plano internacional, estava de acordo com o que vinha sendo promovido internamente. Para lograr os objetivos da Revolução, projeto político o qual ele foi eleito para consecutar, foi necessário alterar pontos na estrutura política interna, bem como desenvolver maior hiperativismo em PE. Assim, como aponta Miranda (2012), havia forte concentração de poder nas mãos de

Chávez e a escolha de aliados do presidente era feita de acordo com a identificação com ele, afinal o líder do executivo buscava por parceiros simpáticos aos ideais da revolução bolivariana.

Guy Emerson (2015) afirma que o forte caráter presidencialista é a chave que possibilita a compreensão acerca da política externa da Venezuela chavista. E ainda, tem-se que, a partir da bonança petroleira que se deu entre os anos de 2004-2009, o caráter presidencialista do regime foi acentuado, o que, por sua vez, facilitou ainda mais a prática de ações em política externa que não passavam por grandes controles internos (MIJARES, 2017). Até então, entre 1999-2002/2003, predominava o pragmatismo na política externa de Chávez, tendo sido a partir desse momento que o ativismo internacional tornou-se mais evidente, principalmente no tocante à política anti-estadunidense (PEDROSO, 2018). Destarte, maiores considerações acerca do processo decisório da Política Externa Chavista serão realizadas no capítulo 3 deste estudo, sendo necessário, agora, olhar para outros aspectos de tal política.

### 2.1.1 Busca por novos parceiros e diálogos internacionais

Como já apontado, a política externa chavista busca construir novas alianças no sistema internacional, com vistas a se desvincular do *status quo* operante até então, que configurava a Venezuela como aliada praticamente incondicional dos EUA. De tal forma, o Estado venezuelano buscou definir sua nova posição no contexto multipolar a partir de duas frentes: a energética e a de integração. Buscou, assim, fortalecer seu protagonismo energético internacionalmente, visando a atração de atores relevantes nesse sentido, além de participar de outros blocos de poder alternativos, fugindo da predominância dos EUA (VALENTE, 2013).

Nesse sentido, a defesa e busca pela aproximação da Venezuela de outros países da América Latina e Caribe é essencial para maior compreensão da PECh. Segundo Leonardo Valente (2013), Chávez defendia que o país necessitava se aliar com um polo alternativo de poder e que tal caminho deveria ser seguido não apenas por sua nação, como também por toda a América Latina. Além disso, para Chávez, a América Latina deveria e precisava se manter unida, tanto fisicamente quanto politicamente, para conseguir fazer frente à influência do *hegemon* continental, os Estados Unidos. Além disso, para a Venezuela, a busca por boas relações em sua vizinhança consistia em um dos princípios da política externa chavista (BRICEÑO-MONZÓN, 2011), como é possível perceber abaixo:

[...] é importante destacar que os desafios colocados pelo desenvolvimento humano, as desigualdades sociais e os altos níveis de pobreza podem ser enfrentados de forma mais eficaz à medida que os países latino-americanos e caribenhos aprofundem sua integração e promovam, efetivamente, diálogo e cooperação Sul-Sul e Norte-Sul. Por isso, a coesão dos países latino-americanos e caribenhos, mediante a consolidação e implementação de sua identidade comum, se converterá no mecanismo ideal para

ampliar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento da região e melhorar de forma sustentada e equitativa seus níveis de bem-estar social (PNDESN, 2001, p.156, tradução nossa)<sup>18</sup>.

De tal forma, buscou promover projetos de integração energética e física, projetos esses de longo prazo e de complicada e custosa reversão (VALENTE, 2013), o que pode ser entendido melhor dentro da lógica da *social power diplomacy* (CORRALES, 2009). Analisando essa situação geopoliticamente, tem-se que:

A Venezuela apresenta objetivos geopolíticos bem definidos, divididos em uma política externa bifronte. Dentre eles, estão a projeção de poder pelo Caribe e América Central, e a ampliação de sua influência na direção do heartland sul-americano, aliando habilmente um soft power em torno de seu norte ideológico anti-estadunidense a um hard power definido por sua projeção econômica pela região (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014, p.74).

Em âmbito global, a Venezuela passou a buscar pela redução das assimetrias existentes dentro do plano das relações de interdependência vigentes internacionalmente. Nessa linha, buscou pela reforma de organismos internacionais e pela construção e consolidação de novos polos de integração regional – dentre os quais destacam-se o *Banco del Sur* e a UNASUL –. Tais iniciativas regionais configuram-se como contrapontos a outros, os quais possuem grande peso dos EUA. Assim, o *Banco del Sur* se configurava como uma alternativa à atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao Banco Mundial e ao FMI, sendo a ideia principal “fazer com que a maior parte das reservas dos países do sul que estão em bancos e instituições financeiras dos países do norte, permeadas pelos interesses da grande potência americana, fluísse para o “Fondo del Sur” (OLIVEIRA, 2011, p.103).

Por sua vez, a UNASUL refletiu a vontade de vários países da região que buscavam pela criação de um organismo autônomo, formado apenas por países que fazem parte da América do Sul (OLIVEIRA, 2011). Tal processo de integração representa a necessidade que tais Estados tinham de buscar superar os problemas com os quais se deparavam para além do multilateralismo, tais como questões políticas e de segurança no continente. A despeito de dificuldades inerentes à construção de um projeto de integração assim, a UNASUL contou com a adesão de todos os doze Estados do subcontinente, ligados historicamente e por possuírem aproximações culturais e étnicas, além de buscarem pela superação de problemas econômicos comuns à região: a pobreza e o subdesenvolvimento (SILVA; ARCE, 2014).

---

<sup>18</sup> O texto na língua original: “[...] es importante resaltar que los desafíos que representa el desarrollo humano, las desigualdades sociales y los altos niveles de pobreza podrán abordarse con mayor eficacia en la medida en que los países de Latinoamérica y el Caribe profundicen su integración regional y fomenten efectivamente, tanto el diálogo y la cooperación Sur-Sur como el Norte-Sur. Por ello, la cohesión de los países latinoamericanos y caribeños, mediante la consolidación e instrumentación de su identidad común, se convertirá en el mecanismo idóneo para ampliar las oportunidades de crecimiento y desarrollo de la región y mejorar en forma sostenida y equitativa sus niveles de bienestar social”.

Em termos econômicos, o país pleiteava, desde 2001, a participação no arranjo regional mais relevante nesse sentido, o MERCOSUL. Tal pleito faz parte das diretrizes expressas no “Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)”, em que “[...] promover a entrada da Venezuela como membro associado do MERCOSUL e a associação entre o MERCOSUL e a CAN”<sup>19</sup> (PNDESN, 2001, p.147, tradução nossa) eram medidas que faziam parte da estratégia de busca pela promoção da integração latino-americana e caribenha.

Apenas em 2004 o país é aceito, com a posição de membro associado e, somente em 2006, passa a integrar o bloco como Estado-membro, porém, ainda dependendo da ratificação pelos congressos dos países membros para oficializar sua entrada (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014). Entretanto, era complicado conseguir conciliar os objetivos da PE com a política e regulamento institucional do Mercosul, já que para o país bolivariano, os custos econômicos que teria para adotar o programa de liberalização do bloco seriam altos (BRICEÑO-RUIZ, 2010).

Apesar de tudo, o país ingressou formalmente ao Mercosul em 2012. A lógica era que, por possuir a maior reserva de petróleo do continente, disporia de muitos recursos para investir no bloco e “do ponto de vista geopolítico, a Venezuela se mostra muito importante geoestrategicamente para o Mercosul, permitindo ligações entre setores amazônicos e andinos” (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014, p.76). Assim, com a entrada no agrupamento, conseguiu ampliar seu mercado regional, tendo sido a indústria brasileira expressiva nesse sentido (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014).

Como a Venezuela é um Estado que se identifica, fundamentalmente, como caribenho, tal região possui um peso grande na política externa do país (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014). Nesse sentido, a criação da CELAC possui lugar especial para a Diplomacia Bolivariana. Foi fundada em 2011, com a Declaração de Caracas e foi definida como sendo o mecanismo de integração capaz de promover concertação política, cooperação e integração entre os países da América Latina e do Caribe, configurando-se como um espaço comum capaz de garantir a unidade e a integração da região (SERBIN, 2014).

No entanto, como Andrés Serbin (2014) pontua, o desenvolvimento da CELAC perpassa dificuldades relegadas pelo dilema de como conseguir promover unidade entre seus membros a despeito dos diversos interesses políticos e contradições ideológicas. Porém, o processo de integração foi capaz de avançar com bastante visibilidade em seu objetivo de ser o ente representativo da região frente a terceiros atores, como a China, Índia, Rússia e União Europeia,

---

<sup>19</sup> O texto na língua original: “se impulsará el ingreso de Venezuela como Miembro Asociado de MERCOSUR y la asociación entre MERCOSUR y CAN”.

assim como com outros organismos, fóruns e processos multilaterais ao redor do globo (SERBIN, 2014). Então, por mais que a CELAC tenha passado por diversas dificuldades e que hoje não tenha nem de perto o mesmo peso que possuía em seus anos iniciais, é preciso reconhecer que à época, foi uma importante via de atuação da Diplomacia Bolivariana.

Com o passar do tempo, o fôlego para a entrada do país no MERCOSUL foi cedendo lugar à dedicação de recursos econômicos e diplomáticos para o projeto ALBA/TCP<sup>20</sup>. Esse projeto surge como iniciativa venezuelana, com vistas a fazer um contraponto à ALCA, projeto de integração regional hemisférica proposto pelos EUA (CICERO, 2016). O projeto ALBA-TCP buscava pela integração em termos mais equitativos, lutando contra a pobreza e exclusão social, ao promover estratégias mais justas de cooperação entre os pares regionais que se identificavam com a proposta.

Ana Maria Schenegoski e Edu Silveira de Albuquerque (2014) argumentam que a ALBA/TCP representava um dos principais objetivos da PECh. Em seu trabalho, os autores argumentam que as propostas regionais oriundas da agenda bolivariana para a América do Sul e Caribe, representavam a busca pela ampliação do poder, representatividade e segurança da Venezuela. Assim, de acordo com os autores, a proposta de criação desse bloco envolveu diversos atores nacionais soberanos na Venezuela, com vistas a promover a reconfiguração das relações internacionais a partir da Revolução Bolivariana, sendo ele o projeto regional mais ousado já apresentado até então, devido à ambição dos atores em remanejar o sistema internacional:

O sucesso de uma geoestratégia antissistêmica bolivariana talvez resida na vontade política de uso desses condicionantes geopolíticos para efetivamente romper com a estrutura de dependência na economia-mundo, formando estruturas de integração física e de segurança coletiva mais introvertidas (sub-regionais) que extrovertidas (local-global) (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014, p.74).

No entanto, a “Venezuela continua dependente dos mercados internacionais não apenas para obter recursos financeiros e tecnológicos, mas para obter desde bens de capital até gêneros de primeira necessidade” (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014, p.72). Sendo assim, era preciso manter laços com atores de outras regiões, como com a Europa. Cicero (2016) aponta que a PECh implementou várias ações com a finalidade de entusiasmar seu relacionamento comercial com a Europa, com vistas a conseguir, por meio disso, substituir a importação de insumos industriais advindos dos EUA, “[...] promoveremos uma vinculação mais intensa e

---

<sup>20</sup> Conta com a participação, além da Venezuela, de Estados que possuíam afinidades ideológicas com o projeto bolivariano: Bolívia, Nicarágua, Comunidade da Dominica, Honduras, São Vicente e Granadinas, Equador, Antígua e Barbuda. Esses países possuíam uma retórica crítica à globalização neoliberal, buscando o direito à autodeterminação e a soberania nacional.

diversificada com a União Europeia”<sup>21</sup> (PNDESN, 2001, p.157, tradução nossa). Ademais, o governo venezuelano, buscou introduzir condições tributárias e fiscais especiais e mais vantajosas para esses países, buscando ampliar ainda mais seus contatos comerciais e atrair empresas e negócios europeus para a Venezuela.

Ademais, com a bonança econômica gerada pelo comércio internacional do petróleo venezuelano e, após a eclosão do golpe de Estado que Hugo Chávez sofreu em 2002, o presidente passou a buscar por novas frentes de alianças no sistema internacional e não apenas regional. Este passou a viajar incessantemente, estabelecendo vínculos comerciais e políticos com países diversos, como a China, Rússia, Irã e Belarus (BRICEÑO-MONZÓN, 2011), o que figurava de acordo com os objetivos estabelecidos no “Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)”:

5.3 O objetivo de CONSOLIDAR E DIVERSIFICAR AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, será apoiado pelo diálogo direto entre Chefes de Estado, a fim de estabelecer uma base política sólida para o futuro desenvolvimento das relações bilaterais. Ao mesmo tempo, permitirá projetar a proposta transformadora venezuelana no sistema internacional a partir das seguintes políticas e medidas:

5.3.1.- Intensificar as relações econômicas com a Ásia;

5.3.2.- Iniciar a aproximação com os países da Ásia Central e Oriente Médio;

5.3.3.- Estimular a intensificação das relações com a França, Rússia, China e Irã;

5.3.4.- Expandir as relações de cooperação com os países da Europa de Leste. (PNDESN, 2001, p.160-161, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Dentre elas, a parceria com a China merece destaque por ser importante para a diversificação do comércio petrolífero com o país. Assim, a arguição de Mijares (2017), explica que a ascensão de Chávez na Venezuela abriu a oportunidade para que a China pudesse projetar sua influência e ter acesso a matérias primas na América Latina. Ademais, para a denominada grande estratégia da Venezuela, cujas exportações de óleo-cru foram, durante décadas, concentradas majoritariamente para o mercado dos Estados Unidos, a diminuição de tal dependência era primordial, de forma que a diversificação de parcerias se tornou um imperativo para Chávez. Nesse contexto, o único mercado capaz de absorver parte da produção petrolífera da Venezuela

---

<sup>21</sup> O texto na língua original: “[...] propulsaremos una vinculación más intensa y diversificada con la Unión Europea”.

<sup>22</sup> O texto na língua original: “5.3 El objetivo de CONSOLIDAR Y DIVERSIFICAR LAS RELACIONES INTERNACIONALES, estará sustentado por el dialogo directo entre los jefes de estado con la finalidad de sentar un piso político sólido al desarrollo futuro de las relaciones bilaterales. Al mismo tiempo, permitirá proyectar la propuesta transformadora venezolana en el sistema internacional sobre la base de las siguientes políticas y medidas:

5.3.1.- Intensificar las relaciones económicas con Asia;

5.3.2.- Iniciar acercamiento con países del Asia Central y del Medio Oriente;

5.3.3.- Estimular intensificación de relaciones con Francia, Rusia, China e Iran.;

5.3.4.- Ampliar relaciones de cooperación con países de Europa Oriental”.

era a China. Entretanto, como o autor aponta, não apenas razões econômicas permeavam tal estratégia de diversificação, como também razões geopolíticas.

A celebração do “Taller de Alto Nivel: El nuevo mapa estratégico”, reunião que aconteceu em Caracas entre os dias 12 e 13 de novembro de 2004, foi importante por definir os dez objetivos estratégicos que iriam reconfigurar os planos de ação que o governo venezuelano passaria a colocar em prática a partir de então. É a partir daí que a diplomacia bolivariana concentra esforços na dinamização de suas relações com o continente asiático, no qual a China possui papel de destaque (BRICEÑO-MONZÓN, 2011).

Assim, dados demonstram que, apesar da distância geográfica entre esses dois países, as taxas de exportação de petróleo bruto para a China passaram por uma alta de 39% na administração Chávez, ao passo que a Venezuela conseguiu reduzir, a cada ano (de 1999 a 2016), cerca de 3% de suas exportações de petróleo para os Estados Unidos (MIJARES, 2017). Tal redução expressa que, ainda que o país necessitasse exportar para Washington, a administração Chávez conseguiu encontrar novos pares comerciais. E, mesmo que tais mercados não pudessem fazer frente à posição de principal parceiro comercial que os EUA possuíam, eram alternativas e opções à dependência assimétrica da Venezuela perante os Estados Unidos.

Além disso, outros esforços foram empregados no relacionamento bilateral comercial entre China e Venezuela. A estatal *Petróleos de Venezuela* (PDVSA) dividiu o Cinturão do Orinoco<sup>23</sup> em quatro campos de exploração: Boyacá, Junín, Ayacucho e Carabobo. A China, por meio da estatal *China National Petroleum Corporation*, é o único país que possui participação e presença em mais de um dos quatro campos: está presente em três deles, Boyacá, Junín e Ayacucho (MIJARES, 2017). Ademais, a China se tornou o principal credor internacional da Venezuela:

Entre 2007 e 2016, a Venezuela recebeu em empréstimo da China quase US\$57 bilhões, por meio do Fundo Conjunto Chinês-Venezuelano (Hsu, 2016). Esse fundo, alimentado com recursos do Banco de Desenvolvimento Chinês e do Fundo Nacional Venezuelano de Desenvolvimento Nacional (FONDEN), criou dependência financeira da China, mas aumentou a margem de manobra com instituições multilaterais de crédito (MIJARES, 2017, p.216, tradução nossa)<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Chamado em espanhol de *Faja Petrolífera del Orinoco*, é o território na faixa sul da bacia oriental do rio Orinoco, que cobre os maiores depósitos de petróleo do mundo.

<sup>24</sup> O texto na língua original: “Between 2007 and 2016, Venezuela received on loan from China almost U.S.\$57 billion, through the Joint Chinese–Venezuelan Fund (Hsu, 2016). This fund, fed with resources from the Chinese Development Bank and the Venezuelan National Fund for National Development (FONDEN), has created financial dependency on China but has increased the margin of maneuver with multilateral credit institutions”.

### 2.1.2 A diplomacia do petróleo

O emprego do petróleo e seus derivados como principal fonte de exportação da Venezuela começou no ano de 1927, quando as exportações dessa *commodity* ultrapassaram a de produtos agrícolas pela primeira vez. Até então, pelo menos desde 1830, o sistema produtivo no país era majoritariamente agrícola – sendo o café, o cacau e o gado os principais produtos de exportação – (GRANDE, 2017). Assim, desde meados da década de 20, o país se transformou em um dos principais exportadores de petróleo no mundo.

Dessa forma, a Venezuela, à época de Chávez, configurava como um dos principais polos de exportação mundial de petróleo, sendo um dos maiores exportadores para a economia estadunidense. O país pautava seu Produto Interno Bruto (PIB) com a atividade petroleira, sendo 80% dele advindo da exportação de petróleo. Por conta disso, o país é considerado como uma das vítimas internacionais da “Doença Holandesa”, o que o coloca numa complicada situação, por ser dependente das oscilações dos preços do petróleo internacionalmente.

O uso do termo “Doença Holandesa” diz respeito a situações em que o crescimento da receita fiscal de um país, a partir da exportação de recursos naturais, valoriza bastante a moeda local, levando, conseqüentemente, à desindustrialização do setor manufatureiro, que acaba se tornando menos competitivo frente a produtos externos. A economia venezuelana padece, historicamente, de tal doença, sendo dependente das vendas de petróleo para conseguir importar os insumos básicos para sua população - que vão de artigos de consumo que variam desde comidas e bens primários, a remédios e bens de capital - que não produzem internamente.

Configura-se, então, como uma economia que não desenvolveu bem bases agrícolas e industriais próprias, não passando pelo processo cepalino de substituição de importações que outros países na região passaram, se tornando extremamente dependente do comércio internacional para conseguir atender às necessidades econômicas da nação.

Celso Furtado (2008), em análise sobre a economia venezuelana nos anos 70, apontou uma descrição que demonstra como a Doença Holandesa permeia o país, num movimento que pode ser transpassado para análise do governo Chávez, visto que tais fatores apontados continuaram sendo parte da vida econômica do Estado:

Mas seria erro supor que a superação do subdesenvolvimento virá automaticamente com a melhora abrupta dos preços de exportação do petróleo. Muito ao contrário: a tendência do sistema será no sentido de prosseguir na desorganização do setor agrícola e dos remanescentes das atividades semiartesaniais, o que levará o governo a ampliar a massa de subsídios destinados a amparar a população desempregada. Paralelamente, crescerá o coeficiente de importações, particularmente no setor de bens de consumo duráveis (FURTADO, 2008, p. 122).

O quadro econômico apresentado demonstra como, devido aos fatores estruturais históricos da economia do país, Hugo Chávez não podia deixar de comercializar internacionalmente o produto que aferia mais lucros para a nação. Manter em bons níveis as exportações para os principais pares econômicos, dentre eles os Estados Unidos, era primordial. De tal forma, entende-se a necessidade venezuelana de obter divisas por meio do comércio de tal *commodity* como um limite estrutural e palpável ao qual Chávez e sua administração se depararam ao efetivar a política externa frente aos EUA. Abandonar esse mercado consumidor implicaria, além de não conseguir as divisas necessárias para a consecução de seus projetos internos e externos, a escassez de produtos importados daquele país, bem como complicações no sistema de refino de petróleo, que se dava nos EUA.

No entanto, por mais que certo pragmatismo frente aos EUA tenha sido adotado naquele momento, o país entendia que possuía um bem de valor, de forma que a denominada diplomacia do petróleo é identificada como uma das facetas de política externa mais importantes (VALENTE, 2013). Para além disso, é preciso salientar que possuir uma diplomacia do petróleo não significa afirmar que ela molde o todo de sua política externa, afinal outros fatores incidem sobre a última e, teria sido, no período Chávez que pode-se começar a ser observado que as orientações de PE nem sempre estão em consonância com os interesses da diplomacia do petróleo (VALENTE, 2013), afinal, até então:

O pragmatismo e a política mais independente em relação aos Estados Unidos em alguns momentos, especialmente na década de 70, tiveram uma forte base econômica de sustentação. Beneficiado por uma entrada de recursos sem precedentes por causa da alta do petróleo – os preços quadruplicaram após o choque de 1973 - o presidente Carlos Andrés Pérez deixou claro muitas vezes que achava que a Venezuela chegaria ao primeiro mundo a partir da atividade petrolífera. O país chegou a ser chamado durante seu governo de “Venezuela Saudita” (VALENTE, 2013, p.7).

De tal maneira, Leonardo Valente (2013) chama a atenção para o fato de que a orientação de política externa do país pode estar ou não em conformidade com a diplomacia do petróleo, apesar de que, ambas tratam-se “de uma só política, pois, em última instância, a decisão sobre ambas as orientações sempre estiveram nas mãos do Executivo” (VALENTE, 2013, p.6).

A promoção da diplomacia petroleira teria sido desenvolvida por Chávez como forma de realizar um contraponto ao poder e dominação dos EUA, buscando reduzir, em alguma medida, a dependência de tal mercado gerada pela Doença Holandesa. Por meio desta, foi possível para o país utilizar as regalias de seu principal recurso energético para projetar um novo tipo de protagonismo internacional para a Nação, que se propõe a contribuir para o “equilíbrio justo da humanidade”<sup>25</sup> (BRICEÑO-MONZÓN, 2011, p.82, tradução nossa), por meio da criação de

---

<sup>25</sup> O texto original: “equilibrio justo de la humanidad”.

diversos organismos que projetam o Socialismo do Século XXI. É nesse contexto, de crescentes ingressos fiscais, que o país pôde promover a PE em busca de maior protagonismo internacional, pôde aumentar os confrontos verbais frente aos EUA e buscar pela consolidação de iniciativas de cooperação interamericanas (BRICEÑO-MONZÓN, 2011), porém sem cortar os laços econômicos com o mercado estadunidense.

Ao buscar explicar a estratégia de política externa chamada de “diplomacia do petróleo”, Poertner (2011) ressalta que esta pode adotar duas facetas, as quais seriam, o resultado das forças aplicadas para controlar esse importante e valioso recurso energético e a faceta do emprego, por vezes de forma transparente, aberta e arbitrária, da riqueza proporcionada pelo petróleo para influenciar em eventos externos.

Assim, o controle de tal recurso perpassa em torno da dominação e subordinação entre países, causando a dependência dos países importadores sob os exportadores, que pode ainda ser reforçada caso os suprimentos forem vendidos a preços preferenciais ou a prazo – o que a Venezuela fazia por meio das iniciativas da PetroAmerica –. E, o uso da riqueza petroleira para influenciar eventos externos é pautada pelo efetivo uso do poder que possuir esse recurso gera como forma de projetar influência sobre outros Estados, atuando de forma direta sobre seus governos ou sobre grupos e/ou movimentos de oposição (POERTNER, 2011).

Tendo sido feitas tais considerações, é possível então compreender as duas estratégias centrais que surgiram no seio da diplomacia do petróleo na Venezuela. Tais estratégias foram o fortalecimento da OPEP e os esforços empregados com a finalidade de diversificação de parcerias e aumento da abrangência do comércio exterior do país. Isso é demonstrado no capítulo sobre “equilíbrio econômico” do “Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)”:

Se manterá, como política permanente, a defesa da cesta petroleira no contexto dos acordos pactuados no seio da OPEP. Adicionalmente, é proposta a diversificação do conjunto de subprodutos e a ampliação dos mercados associados à rede de refinarias localizadas nos Estados Unidos e na Europa, incluindo sua eventual ampliação a mercados localizados na América do Sul e na Ásia<sup>26</sup> (PNDESN, 2001, p.35, tradução nossa).

A grande motivação por trás dessas estratégias era, justamente, a busca por reduzir a dependência econômica do país frente ao mercado dos Estados Unidos. Com isso, foi realizado o movimento em que o corpo diplomático venezuelano foi convocado a articular novos parceiros comerciais no sistema internacional e a reforçar os laços com parcerias já consolidadas

---

<sup>26</sup> O texto na língua original: “Se mantendrá como política permanente la defensa de la cesta petrolera en el contexto de los acuerdos pactados en el seno de la OPEP. Adicionalmente, se plantea la diversificación del conjunto de subproductos y la ampliación de los mercados asociados a la red de refinerías subicadas en los Estados Unidos y Europa, incluyendo su eventual ampliación a mercados ubicados en América del sur y Asia”.

(CICERO, 2016). Versando sobre a estratégia em torno da OPEP, Cicero (2016) realiza as seguintes considerações:

Para além do aumento dos preços – objetivo de suma importância, tendo em vista a característica rentista da economia venezuelana (Cicero, 2015) – a luta pela rearticulação da OPEP também se firmava como uma oportunidade para a PE apresentar seu “cartão de visitas” no sentido de incorporar esforços com vistas a fortalecer a multipolaridade no Sistema Internacional (CICERO, 2016, p.268).

Dada a importância do petróleo para a economia, política e articulação internacional do país, há autores, como Cícero (2016) que acreditam que mais impactante do que o golpe de Estado que Chávez sofreu em 2002<sup>27</sup> foi a eclosão do *Paro Petrolero*, pois essa ação teria sido a que representou o maior obstáculo para o país, ao menos em termos de política externa, durante aquele período. A paralisação petroleira acarretou prejuízos comerciais para o país, numa forte redução da produção e comercialização do combustível, que gerou também forte instabilidade na produção capitalista internacional, já que os países consumidores viram-se, de forma repentina, sem acesso a essa importante reserva petrolífera (CICERO, 2016).

Tendo saído vitorioso do referendo revogatório levado a cabo em 2004, Hugo Chávez aproveitou também da robusta elevação dos preços internacionais do petróleo naquele momento para alavancar os ingressos fiscais venezuelanos. Esse cenário de bonança petroleira possibilitou que, internamente, o governo pudesse expandir os gastos públicos, os quais, dentre outras iniciativas, foram concentrados na expansão das *Misiones Bolivarianas*. No contexto internacional, o aumento do preço do barril de petróleo possibilitou a retomada da ação proativa da política externa bolivariana, que regressou a ter condições materiais para promover ações diplomáticas mais assertivas e diretas (CICERO, 2016).

Dentro de tal quadro, compreende-se que, sem os ingressos fiscais oriundos da exportação de petróleo, não teria sido possível para o país colocar em prática o financiamento de projetos auspiciosos internacionalmente, nem mesmo teria sido possível que os projetos de integração regional saíssem do mundo das ideias. Sendo assim, se tornou plausível para a PECh promover a desejada articulação energética regional, que tinha como finalidade elevar os níveis de suprimentos de combustível dos vizinhos, com foco para os centro-americanos e caribenhos, principais focos de atuação regional da diplomacia petroleira. Tal movimento era importante, pois além de concretizar vendas de petróleo, possibilitou a consolidação da influência política do governo chavista na região. É importante frisar que esse tipo de comércio dos

---

<sup>27</sup> A resolução desse impasse foi articulada como uma prioridade pela comunidade internacional: o ex-presidente Jimmy Carter, por meio de seu Think Tank, Carter Center, foi um importante ator na mediação do conflito entre o governo e a oposição; além dele, a atuação do Grupo de Amigos da Venezuela também foi relevante nesse cenário, no qual a atuação do Brasil, Chile, México, Espanha, Portugal e Estados Unidos esteve presente.

hidrocarbonetos foi positivo não apenas para o governo exportador, como também para os Estados que puderam importar a *commodity* (CICERO, 2016).

Esse modelo de comércio petrolífero passou a configurar um cenário de interdependência entre os países da região e, ademais, foi capaz de conferir as condições essenciais para que a PECh pudesse assumir a postura combativa e original que buscava, a partir das iniciativas da ALBA e da PetroAmerica. A PetroAmerica representava “a iniciativa pela qual ocorreria a integração energética sob os auspícios da ALBA” (CICERO, 2016, p.275). Essa importante iniciativa para o governo venezuelano foi fundamentada pelos princípios da solidariedade e da complementaridade entre os países beneficiários e o beneficiador, com a busca por ter um uso mais justo e democrático dos recursos petrolíferos da Venezuela no desenvolvimento dos povos.

Nesse sentido, eram promovidas práticas desde a venda do petróleo por valores abaixo do preço do mercado internacional à concretização de melhores condições de financiamento para os países alinhados politicamente ao governo venezuelano (CICERO, 2016), o que figurava dentro da estratégia do *social power* do país. Além dos pontos acima elencados, é importante destacar que:

A proposta venezuelana foi formulada, inicialmente, objetivando a fundação de uma empresa única, a qual congregaria as empresas estatais de hidrocarbonetos da região. À medida, porém, que as dificuldades para concretizar tais negociações se apresentaram, foram promovidas alterações nos mecanismos de integração, passando-se a priorizar, então, acordos de alcance sub-regional [...] Especificamente, como marco nesse reescalonamento da inserção internacional bolivariana, foram empreendidos importantes esforços no sentido de efetivar, na prática, o projeto “PetroAmerica”. Como resultado de tal estratégia confluíram três iniciativas sub-regionais de integração energética: “PetroSur”, “PetroAndina” e “PetroCaribe” (CICERO, 2016, p.276).

Porém, é importante ressaltar que entendemos que a política externa venezuelana voltada para a região da América Latina e Caribe não se pautava apenas por ideais de solidariedade. Para além da complementaridade entre os países, o lado do interesse estratégico sobre as regiões também pesou na formulação de tais políticas. Conquistar aliados em tais locais, principalmente no Caribe, era importante para o governo chavista, afinal, tal território é imprescindível para a manutenção da hegemonia continental dos Estados Unidos.

Assim, penetrar tais espaços, se apresentava como uma maneira de reduzir a interdependência assimétrica que o Estado venezuelano possuía frente ao *hegemón* e de aumentar o poder de barganha frente a tal ator. Tal estratégia de acercamento da região caribenha está expressa no “Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)”:

A promoção da integração latino-americana e caribenha, como estratégia, busca aprofundar a integração econômica e social e impulsionar o sistema político latino-americano. Para tanto, foram projetadas as seguintes políticas e medidas [...]:

5.2.2: Intensificar a presença da Venezuela no Caribe: • Fortalecer Institutos Venezuelanos de Cooperação e Cultura. • Fortalecer embaixadas venezuelanas nas nações

caribenhas. • Diversificar intercâmbios da Venezuela com a região<sup>28</sup> (PNDESN, 2001, p.160, tradução nossa).

Em 2007, a estratégia de aprofundamento do relacionamento com os países da América Latina e Caribe, que perpassa o binômio solidariedade-interesse, é reforçado pelo novo plano da nação, o *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación* (2007-2013):

Para a América Latina e Caribe, são propostas a consecução dos seguintes objetivos:

- i. Participar da construção do novo Mercosul para a formação da Comunidade Sul-americana de Nações, a partir da avaliação, revisão e reorientação dos conteúdos da integração.

- ii. Consolidação do eixo de liderança Cuba-Venezuela-Bolívia para promover a ALBA como alternativa à ALCA e ao TLC.

- iii. Fortalecer o esquema de integração sul-americana, por meio da Comunidade Sul-Americana de Nações, ampliando e consolidando as relações políticas, econômicas e culturais em geral com o Caribe. Entre as contribuições do país para a cooperação e complementação, estão as experiências no combate à pobreza e inclusão social<sup>29</sup> (PDESN, 2007, p.48, tradução nossa).

Tendo em vista o exposto, o petróleo se constituiu como um recurso indispensável para a consolidação de projetos da política externa e interna venezuelana e, como demonstra o “Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013)”, a Venezuela chavista iria buscar aprofundar, a partir de 2007, o caráter do país como potência energética mundial, o que pode ser ressaltado do seguinte trecho do documento:

Devido à crescente demanda por energia fóssil no mundo e à magnitude das reservas dessas matérias-primas que possui, o petróleo continuará a ter uma influência significativa no futuro da Venezuela. O petróleo será decisivo para além do horizonte do programa de captação de recursos do exterior, geração de investimentos produtivos internos, satisfação das próprias necessidades energéticas e apoio ao surgimento e consolidação do novo modelo de produção. [...] <sup>30</sup> (PDESN, 2007, p.39, tradução nossa).

---

<sup>28</sup> O texto na língua original: “5.2 La PROMOCIÓN DE LA INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA, se plantea, como estrategia, la profundización de la integración económica y social y el impulso del sistema político latinoamericano. Para ello se han diseñado las siguientes políticas y medidas: [...] 5.2.2.- Intensificar presencia de Venezuela en el Caribe • Fortalecer Institutos Venezolanos de Cooperación y Cultura. • Fortalecer embajadas venezolanas en las naciones caribeñas; • Diversificar intercambios de Venezuela con la región”

<sup>29</sup> O texto na língua original: “América Latina y el Caribe. Se propone la consecución de los siguientes objetivos: i. Participar en la construcción del nuevo MERCOSUR hacia la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones, sobre la base de evaluación, revisión y reorientación de los contenidos de la integración. ii. Consolidación del eje de liderazgo Cuba –Venezuela -Bolivia para impulsar el ALBA como alternativa a ALCA y a los TLC. iii. Fortalecer el esquema de integración suramericana, a través de la Comunidad Suramericana de Naciones, ampliando y consolidando las relaciones políticas, económicas y culturales en general con el Caribe. Entre los aportes del país para la cooperación y la complementación, están las experiencias transitadas en el combate a la pobreza y la inclusión social”.

<sup>30</sup> O texto na língua original: “Debido al creciente aumento de la demanda de energía fósil en el mundo y a la magnitud de las reservas de esas materias primas que posee, el petróleo continuará teniendo una influencia significativa en el futuro de Venezuela. El petróleo será decisivo más allá del horizonte del programa para la captación de recursos del exterior, la generación de inversiones productivas internas, la satisfacción de las propias necesidades de energía y para el apoyo al surgimiento y consolidación del nuevo modelo productivo [...]”.

### 2.1.3 Política de Segurança e Defesa

Ao abordar a política externa venezuelana, invariavelmente, é necessário considerar aspectos que envolvem a segurança e defesa do país, principalmente no que tange suas reservas petrolíferas. Como aponta Renata Peixoto de Oliveira (2011), nos governos de Chávez, algumas questões-chave delimitavam a agenda de segurança da Venezuela, as quais eram as crescentes aquisições bélicas e laços mais fortes com a Rússia; a questão do envolvimento dos EUA no golpe que retirou Chávez do poder por um curto período, em 2002; além das tensões com a Colômbia, em que pesava o fato de a Colômbia ser, historicamente, um forte aliado de Washington (OLIVEIRA, 2011). Visto isso, é preciso abordar, brevemente, tais pontos relevantes para a política de segurança e defesa do país.

No que se refere às relações entre a Venezuela e a Rússia, é necessário ressaltar que há cooperação no âmbito político, principalmente devido ao ceticismo que ambos possuem quanto à ordem internacional em que Washington comanda desde o final da Guerra Fria e por buscarem modificar o *status quo* em que os EUA possuem hegemonia (SOUSA, 2020). Porém, o âmbito das relações econômico-militares é o que ganha destaque, principalmente após as sanções aplicadas pelo governo Bush à Venezuela. Com tais sanções, o país bolivariano não pôde mais importar armas advindas do mercado estadunidense, com a justificativa de que o governo Chávez não defendia, de forma satisfatória, o combate ao terrorismo<sup>31</sup>, assim “as vendas e licenças dos Estados Unidos para exportações de artigos de defesa e serviços à Venezuela, incluindo a retransferência de artigos de defesa não serão permitidos” (WATNICK, 2006, s/p). Com tal ação prévia dos EUA, o relacionamento comercial-militar entre a Venezuela e a Rússia começou a ser mais aprofundado.

Prosseguindo, após os acontecimentos acima descritos, a parceria em termos econômico-militares da Venezuela com a Rússia passa a ser reforçada e se torna cada vez mais importante para o governo Chávez, de forma que Briceño-Monzón (2011) explica que o dia 26 de setembro de 2008 foi um marco importante para o relacionamento bilateral com Moscou. Neste dia, Hugo Chávez se reuniu com o primeiro-ministro, Vladimir Putin e com o presidente russo, Dmitri Medvédev e, em tal encontro logrou a consecução de imponentes acordos na área de energia, nos quais a Rússia se comprometeu a conceder à Caracas um crédito de “[...] 1.000

---

<sup>31</sup> Já que mantinha relações amistosas com países considerados como patrocinadores do terrorismo para os EUA, como Cuba e Irã, além de ter falhado no processo de impedir que guerrilhas colombianas utilizassem o território venezuelano para se movimentar (BBC, 2006).

milhões de dólares (por volta de 680 milhões de euros) [...]”<sup>32</sup> (BRICEÑO-MONZÓN, 2011, p.91, tradução nossa) que seriam usados para a compra de armas e de equipamentos militares de fabricação russa.

De tal forma, por mais que esforços de aproximação bilateral entre as duas nações já tivesse ocorrido em momentos anteriores, motivados principalmente pelas sanções estadunidenses, em 2008 tal parceria começa a ser intensificada. Para a Rússia, que se sentia isolada internacionalmente, era importante estabelecer e fortalecer laços com potenciais aliados, além de manter a defesa, assim como a Venezuela, do fim da unipolaridade no sistema internacional. Nesse momento, Moscou aproveitou para forjar alianças com regiões mais distantes de seus interesses vitais, como é o caso da América Latina (BRICEÑO-MONZÓN, 2011). Para o lado venezuelano, é importante entender que:

[...] a política externa venezuelana, a partir dessa orientação de fortalecimento do militar e do político-ideológico, utilizando os recursos da diplomacia do petróleo, busca projetar seu protagonismo na região, contrariando a hegemonia estadunidense. A aproximação com a Rússia deve ser entendida no marco desta ideia que norteia a política externa venezuelana<sup>33</sup> (BRICEÑO-MONZÓN, 2011, p.93, tradução nossa).

De tal forma, esse relacionamento se deu, primordialmente, em termos militares, em que acordos de fornecimento de equipamentos, veículos e treinamentos militares são pontos importantes. Jacome (2006) afirma que a Rússia foi o único país com o qual a Venezuela mantinha, de maneira formal, um Acordo de Cooperação Técnico-Militar. Tendo isso em mente, merece destaque o fato de que a Venezuela chavista empregava recursos advindos da renda petroleira, também, para o abastecimento de seu setor militar, importando material bélico russo. Nesse sentido, negociações chave foram a compra dos caças Sukhoi SU-30, fuzis AK-103, helicópteros, sistemas antiaéreos de mísseis portáteis Igla-S, carros de combate T-72 e rifles Kalashnikov (MARQUES; MEDEIROS FILHO, 2014).

Sob a ótica de Renata Peixoto de Oliveira (2011), os acordos militares entre esses dois Estados representariam a preocupação venezuelana no que concerne à modernização de suas Forças Armadas, tanto por necessidades internas quanto externas. Internamente, os militares são, indiscutivelmente, um dos pontos de sustentação do governo, de forma que fazia sentido que maiores verbas fossem alocadas para tal setor. Externamente, havia a preocupação, lida em

<sup>32</sup> O texto na língua original: “[...] 1.000 millones de dólares (unos 680 millones de euros) [...]”.

<sup>33</sup> O texto na língua original: “[...] la política exterior venezolana, desde esta orientación de fortalecer lo militar y lo político – ideológico, empleando los recursos de la diplomacia petrolera, busca proyectar su protagonismo en la región contrarrestando la hegemonía estadounidense. El acercamiento a Rusia debe entenderse en el marco de esta idea que orienta la política exterior de Venezuela”.

termos realistas, de que os EUA poderiam invadir o território venezuelano por meio de sua vizinha, Colômbia e, portanto, era necessário estar preparado militarmente para isso.

Como será visto com mais detalhes neste trabalho, o relacionamento entre a Venezuela chavista e os Estados Unidos não era dos mais amistosos e tal quadro piorou com a tentativa de golpe que retirou Chávez do poder por um período de 48 horas, tentativa essa que foi orquestrada por grupos da oposição que contaram com o financiamento de agências estadunidenses ao longo do ano de 2001. Além disso, no curto período de tempo em que Pedro Carmona, então presidente da federação do comércio, assumiu o poder executivo, os EUA foram um dos únicos países a reconhecerem o governo interino. Após a tentativa de golpe, a retórica chavista frente aos EUA começou a ser endurecida e, ao longo de todo governo de George W. Bush, os confrontos político-diplomáticos foram iminentes.

Nesse sentido, como demonstra McCoy (2005), os sinais do governo Bush sobre a tentativa de golpe na Venezuela foram confusos. Primeiro o governo alertou contra, depois, quando aconteceu, o governo o aprovou, tendo recuado posteriormente. Ademais, pelo que consta, em 2001, os EUA apoiaram financeiramente grupos da oposição venezuelana à Chávez com recursos advindos do *International Republican Institute* (IRI) e do *National Endowment for Democracy* (NED), organização criada e financiada pelo Congresso norte americano, e que, inclusive, com a "deterioração das condições na Venezuela e Chávez enfrentando grupos de empresários, trabalhadores e mídia, o fundo aumentou seu orçamento para a Venezuela, atingindo a soma de US\$ 877.000<sup>34</sup>" (BATALLA; FERRO, 2004, p. 36).

Em matéria de segurança, o afastamento entre os dois Estados começou a partir de setembro de 2002, momento em que a Venezuela não quis renovar o acordo militar de cooperação bilateral que estes mantinham há 50 anos. Mais tarde, em 2005, o governo de Chávez decidiu suspender a cooperação que possuía com o programa *Drug Enforcement Administration*, dos EUA. Tal suspensão se deu devido à suspeita que nutriam de que agentes estadunidenses eram espões atuando em território venezuelano (OLIVEIRA, 2011).

Por fim, no que tange o relacionamento bilateral com a Colômbia, como demonstra Briceño-Monzón (2011), a dinâmica fronteira entre os países foi centrífuga, já que por meio de suas fronteiras, o fato de um Estado ser detentor de proeminentes reservas petrolíferas e o

---

<sup>34</sup> Chávez aproveitou a doação de recursos financeiros que os EUA realizaram para grupos opositores para canalizar uma campanha antiamericana junto de seus apoiadores (FORERO, 2004).

outro de reservas menores, pesa em suas relações<sup>35</sup>. Os países compartilham 2.219km<sup>2</sup> de fronteiras e, ao longo da história, interesses econômicos e geoestratégicos permeiam seu relacionamento. Questões problemáticas são encontradas em tal limite territorial e se colocam como verdadeiros obstáculos à maior cooperação entre os dois vizinhos, questões essas que vão desde assuntos migratórios, contrabando, grupos armados irregulares, até o narcotráfico.

Assim, ao longo dos oito anos em que coincidem as gestões de Hugo Chávez e Álvaro Uribe, os países passaram por uma série de enfrentamentos, que foram resolvidos por meio de cúpulas e promessas mútuas de uma nova etapa no relacionamento (BRICEÑO-MONZÓN, 2011). A questão do Plano Colômbia, entretanto, se coloca como um problema, que viria a tensionar ainda mais suas relações.

Tem-se que, para além da questão militar, outro ponto de tensão que o Plano Colômbia trouxe para o relacionamento entre os vizinhos foi a prática de fumigação de agrotóxicos, que eram usados para acabar com plantações de cocaína. No entanto, tal prática não era agradável devido ao alto risco que oferecia para a contaminação de mananciais e efeitos que poderia ter sobre a saúde da população que vivia nas regiões fronteiriças (OLIVEIRA, 2011). Além disso, os países passam por um afastamento diplomático quando Chávez decide congelar as relações bilaterais e comerciais com seu vizinho, logo após o governo Colombiano o acusar de desviar para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) lançadores de foguetes AT4, que foram comprados da Suécia pela Venezuela e a instalação na Colômbia de 8 bases militares estadunidenses.

Para tentar contornar a crise entre os dois, os países aceitaram e acordaram participar de fóruns regionais, como a UNASUL e a OEA (BRICEÑO-MONZÓN, 2011). Segundo o autor, a crise pareceu ter um fim na reunião de agosto de 2010 na Colômbia, que contou com a participação de Néstor Kirchner, Hugo Chávez e Juan Manuel Santos, encontro no qual o objetivo foi finalizar o processo de negociações entre os dois países, para resolvê-la de forma diplomática e pacífica. Porém “os elementos de desacordo que permanecem estão relacionados à segurança nacional e ao alinhamento político de cada país” (BRICEÑO-MONZÓN, 2011, p.86, tradução nossa):

Buscar resolver as diferenças entre os países é uma tarefa difícil, já que cada país se sente ameaçado pelo vizinho e as desconfianças mútuas não se resolvem com a

---

<sup>35</sup> Atualmente, em termos de produtividade, a Colômbia consegue produzir, proporcionalmente, mais barris de petróleo bruto por dia do que a Venezuela: enquanto a Colômbia produz cerca de 780 mil barris por dia, a Venezuela produz apenas 590 mil barris por dia (CEIC, 2021).

assinatura de um protocolo de cooperação nem com a criação de comissões<sup>36</sup> (BRICENO-MONZÓN, 2011, p.86, tradução nossa).

## 2.2 Inflexões na política externa para os Estados Unidos

Em relação à política externa de Hugo Chávez para os Estados Unidos, é relevante observar que não apenas a Venezuela, mas também grande parte dos Estados da América do Sul passaram por alterações consideráveis em suas relações externas com os EUA a partir da eclosão da onda rosa<sup>37</sup>. Nesse sentido, tem-se o que Leonardo Valente (2014), tipifica como dessemelhantes tipos de política revisionista periférica para os países latino-americanos. Segundo tal modelo, a atuação do país bolivariano entre os anos 1999-2002 pode ser classificada como de um “revisionismo autônomo forte”, que desembocou em uma orientação externa mais discreta ao longo dos primeiros anos do governo Chávez e que detinha uma postura declaradamente autônoma, com a adoção de um caráter mais independente em relação aos Estados Unidos, estando o antagonismo mais presente na retórica do que nos atos do governo chavista (PEDROSO, 2018).

Tal quadro é explicado pelo fato de Chávez ter assumido um país com uma situação econômica crítica, de forma que não podia abandonar facilmente o bom relacionamento comercial com os EUA, tendo, inclusive, que buscar aumentar as exportações de petróleo para tal mercado consumidor, na busca por modificar o cenário de queda na entrada de divisas oriundas do petróleo. Ademais, por padecer da Doença Holandesa, não poderia renunciar a tal mercado consumidor. Assim, ao menos até esse momento, os EUA não eram vistos pela PECh como um Estado a ser combatido, porém, a Venezuela entendia que não deveria ser subserviente e se colocar como um aliado incondicional do *hegemon*, como faziam outros países do continente e até mesmo os últimos governos venezuelanos (VALENTE, 2013).

Todavia, a partir do ano de 2002, dois acontecimentos marcaram a inflexão no tipo de atuação de política externa da Venezuela, principalmente em suas relações com os EUA. O primeiro deles foi a tentativa de golpe, orquestrado pela oposição, que retirou Chávez por um

---

<sup>36</sup> O texto na língua original: “Los elementos de desencuentro que se mantienen se relacionan con la seguridad nacional y con la alineación política de cada país. Intentar resolver las diferencias entre ambos países, es una labor difícil ya que cada país se siente amenazado por el vecino, y las desconfianzas mutuas no se resuelven con la firma de un protocolo de cooperación ni con la creación de comisiones”.

<sup>37</sup> Momento em que governantes com condução política mais voltada para projetos de esquerda (também considerados progressistas) ascenderam na região da América Latina.

curto período do poder<sup>38</sup>. O outro acontecimento marcante nesse sentido foi o *El Paro Petrolero*, que se deu entre os anos de 2002-2003<sup>39</sup>. A partir de então, a postura do país se torna mais antagonica em relação aos EUA - porém, não se tratava de uma política que propunha um rompimento total de relações - sendo assim enquadrada como sendo um “revisionismo antagônico forte”, que se tratava de uma governação que não tinha mais a pretensão de ser discreta e buscava, principalmente por meio da retórica da confrontação, sua forma de atuação mais visível. Ademais, como analisa Pedroso (2018), tal antagonismo se dava por meio de iniciativas de integração regional que apresentavam propostas ideologicamente contrapostas às dos EUA, baseadas, primordialmente, na cooperação energética e em projetos de infraestrutura.

Após a tentativa de golpe, a retórica chavista frente aos EUA começou a ser endurecida. E, além dos elementos internos supracitados, fatores estruturais do sistema internacional também foram determinantes para que a postura de Chávez começasse a se extremar frente aos EUA a partir de 2002. Em consonância com Valente (2013), Chávez implementa, por meio de sua diplomacia personalista, a confrontação e o denunciamento aos EUA. O intuito, por sua parte, era o de aclarar que sofria ameaças dos EUA e que tudo o que viesse a ser empregado no sentido de criar alianças e estratégias de defesa contra tais ameaças, seriam atitudes legítimas e justificadas (VALENTE, 2013).

Nesse sentido, em consonância com o argumento de Romero (2006), as relações conflituosas entre os governos de Hugo Chávez Frias e George W. Bush é um dos acontecimentos mais marcantes da política interamericana no século XXI, o que se justifica devido às suas divergências táticas e verbais, suas percepções negativas mútuas, os diferentes critérios levantados sobre políticas específicas da agenda mundial e hemisférica, além de suas inspirações pela construção de diferentes alianças no sistema internacional.

De acordo com o argumento de Corrales (2011), Hugo Chávez teria enfatizado dois aspectos em sua política externa como forma de desviar a atenção do público para a crescente tendência do regime ao autoritarismo, militarismo e ao conluio de negócios: o distribucionismo

---

<sup>38</sup> No período de 48 horas em que Chávez ficou afastado do poder, os governos dos EUA, Espanha e Peru reconheceram o breve governo da oposição. Tal movimentação, aliada ao fato de que os EUA, por meio da *National Endowment for Democracy* transferiram grande quantidade de dólares para grupos venezuelanos e americanos contrários à Chávez, fez com que a postura externa do governo chavista se modificasse para uma de maior antagonismo à potência hegemônica.

<sup>39</sup> A greve durou 63 dias e buscou desestabilizar o governo em suas políticas econômicas através da paralisação quase total da produção petroleira, de sabotagens, diminuição da atividade econômica, fuga de capitais do país, queda das exportações etc. (LOPES, 2009).

e o antiamericanismo. Assim, a retórica anti-EUA teria se consolidado como uma das bases da PE. No entanto, é necessário questionar tal linha de raciocínio, ponderando que, devido ao envolvimento dos EUA no golpe que a oposição tentou conferir à Chávez, em 2002, o país hegemón foi quem deu início à inimizade entre os países, buscando combater o chavismo, que representava uma ameaça para seus interesses na região. Ou seja, como foi visto, a diplomacia bolivariana, até aquele momento, era mais pragmática e amistosa aos EUA, tendo sido esse último quem empregou a primeira ação no sentido de alterar o curso do relacionamento bilateral. A radicalização da retórica frente aos EUA se mostra como uma reação ao ataque inicial da administração Bush.

Sendo assim, Chávez, ao enfatizar o antiamericanismo na condução da política externa do país respondeu à provocação inicial de Washington, tornando essa pauta um ponto crucial em sua narrativa de política externa. A busca pela redução da dependência assimétrica que o país possuía, historicamente, frente àquele mercado, era um ponto crucial para atingir objetivos de política externa. De tal feitio, a promoção da autonomia internacional por meio da diversificação de parcerias comerciais para além dos EUA começa a ter mais ênfase – ainda que o comércio com o norte americano não tenha sido paralisado -. Assim sendo, utilizar do autoritarismo e do militarismo foram meios convenientes para conseguir lograr a diminuição dos níveis de dependência externa, crucial para o cumprimento dos objetivos da Revolução Bolivariana naquele momento, de forma que o antiamericanismo não foi apenas uma forma de desviar a atenção do público interno, como argumenta Corrales (2011).

A política externa chavista teria passado, segundo Briceño-Ruiz (2010), de uma postura crítica ao unilateralismo dos EUA para uma postura anti-imperialista, e de uma crítica ao neoliberalismo para uma postura de julgamento ao capitalismo em sua totalidade. Nesse cenário, alguns posicionamentos de Chávez foram emblemáticos: o presidente venezuelano chegou a chamar George W. Bush de “genocida, alcoólatra, bêbado e imoral”, além de comparar Ronald Rumsfeld com Hitler. Ademais, pronunciou, em 2006, o memorável discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, no qual chamava o presidente Bush de diabo:

Eu creio que os primeiros cidadãos que deveriam ler este livro [“Hegemonia ou Sobrevivência: a estratégia imperialista dos Estados Unidos”, de Noam Chomsky] são os cidadãos irmãos e irmãs dos Estados Unidos, porque a ameaça está em sua própria casa; o diabo está em casa, pois. O diabo, o próprio diabo está em casa. Ontem o diabo veio aqui, neste mesmo lugar. Ainda cheira a enxofre esta mesa, de onde eu falo. Ontem, desta mesma tribuna, o senhor presidente dos Estados Unidos [George W. Bush], a quem eu chamo ‘o diabo’, veio aqui, falando como dono do mundo. Um psiquiatra não seria demais para analisar o discurso de ontem do presidente dos Estados Unidos. Como porta-voz do imperialismo, veio dar suas receitas para manter o atual esquema de dominação, de exploração e de saque aos povos do mundo. Para um

filme de Alfred Hitchcock seria bom, inclusive eu proponho um título, “A receita do diabo”<sup>40</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2006, s/p, tradução nossa).

Outro exemplo da nova fase, da política antagonica aos EUA, reside no embate que os países tiveram no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal disputa se deu em torno da elaboração da Carta Democrática, mais especificamente em torno de qual concepção de democracia o documento da organização deveria adotar. A Venezuela defendia a democracia participativa, ao passo que os EUA defendiam a adoção da democracia representativa. No entanto, depois de debates quentes a esse respeito, a proposta estadunidense foi a que prevaleceu no âmbito da organização. Porém, ter perdido em seu pleito dentro da OEA não impediu que Chávez continuasse defendendo a viabilidade da democracia participativa, conseguindo angariar apoio de países aliados em sua defesa, como Bolívia, Equador e Nicarágua (SILVA; ARCE, 2011).

Ademais, merece destaque a postura adotada pela Venezuela chavista frente à proposta da ALCA, encabeçada pelos EUA. A respeito de tal temática, diferentemente de seu antecessor, Rafael Caldera, nos primeiros anos de governo, Hugo Chávez criticava a iniciativa, passando a se colocar como frontal opositor a ela anos depois<sup>41</sup>. Tal postura pode ser classificada como parte da busca da política externa do novo governo pela criação de um mundo multipolar, em contraposição à unipolaridade dos EUA ao que Chávez chamava de “neoliberalismo selvagem”. A ideia era que participar desse processo de integração levaria não apenas a Venezuela como toda a região da América Latina e Caribe à subordinação frente aos EUA. Assim, com vistas a fazer oposição à ALCA, o governo Chávez lança a proposta da ALBA, bem como busca colocar o país como membro do Mercosul e presta apoio à integração do Mercosul com a Comunidade Andina de Nações (CAN) (ÁLVAREZ; BUSTAMANTE; BRICEÑO-RUIZ, 2002).

Sobre a tomada de decisões que permeia tal período, Carolina Pedroso (2018) aponta que:

---

<sup>40</sup> O texto na língua original: “Yo creo que los primeros ciudadanos que deberían leer este libro [“Hegemonía o Supervivencia: La Estrategia Imperialista de Estados Unidos”, de Noam Chomsky] son los hermanos y hermanas ciudadanos de Estados Unidos, porque la amenaza está en su propia casa; entonces el diablo está en casa. El diablo, el mismo diablo está en casa. Ayer vino el diablo aquí, en este mismo lugar. Esta mesa desde la que hablo todavía huele a azufre. Ayer, desde esta misma tribuna, vino aquí el Presidente de los Estados Unidos [George W. Bush], a quien llamo 'el diablo', hablando como dueño del mundo. Un psiquiatra no estaría de más para analizar el discurso de ayer del presidente de los Estados Unidos. Como vocero del imperialismo llegó a dar sus recetas para mantener el actual esquema de dominación, explotación y saqueo de los pueblos del mundo. Para una película de Alfred Hitchcock estaría bien, incluso propongo un título, “La Receta del Diablo”.

<sup>41</sup> Assim como dentro da OEA, Chávez tentou promover a democracia participativa na ALCA, o que não logrou êxito devido ao peso dos Estados Unidos e de suas vontades em torno da conformação de tal iniciativa de integração (ÁLVAREZ; BUSTAMANTE; BRICEÑO-RUIZ, 2002).

[...] a teorização sobre os delineamentos da ação internacional da Venezuela a partir de 2003 ocorreram a posteriori pelo Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual, ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, em 2007 e no Primeiro Plano Socialista (2007-2013). Assim, há uma tendência que perpassa todos os momentos da política exterior chavista de que a diplomacia presidencial precede as reflexões teóricas sobre as estratégias a serem adotadas pela Venezuela na arena internacional (PEDROSO, 2018, p.190).

Destarte, a Venezuela manteve relações comerciais com os EUA, principalmente por necessitar das divisas geradas pelo comércio do petróleo. Já no princípio do governo, no *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación*, de 2001-2007, ficou expresso que o país buscava “reafirmar as relações com países vizinhos e sócios econômicos da Venezuela” (PNDESN, 2001, p.144, tradução nossa). Assim, a despeito da busca por diversificar parcerias e reduzir a dependência comercial frente ao mercado estadunidense, o país constava dentre os que a Venezuela buscava reafirmar relações, principalmente no âmbito comercial e energético.

Indo além, entende-se que, para a condução do *social power* e dos projetos sociais domésticos, era essencial para a Venezuela manter suas exportações de petróleo para os EUA, visto que as divisas que conseguia com a venda de sua *commodity* mais valiosa foi o que permitiu que tal demonstração de poder pudesse ocorrer e se manter. Como aponta Corrales (2011), a Venezuela estava aproveitando do mais formidável boom do petróleo desde os anos 70 e, sem essa variável, o regime chavista não conseguiria passar do discurso para a prática. Isso demonstra como mesmo dentro da tentativa de empregar uma política externa pragmática<sup>42</sup>, doses de ideologia<sup>43</sup> continuam permeando tal faceta, afinal não é possível ter-se uma política totalmente isenta de qualquer carga ideológica (GARDINI, 2011).

Assim, mesmo diante de um cenário de confrontos, tensões diplomáticas e de busca por novas parcerias por parte dos dois lados mencionados, suas relações econômicas não foram paralisadas. Ações mais voltadas ao pragmatismo foram adotadas por ambas as políticas externas ao versar sobre a questão do petróleo, que pode ser então entendido como um elo que continuava ligando as duas economias que passavam por conflitos em outras arenas. A economia venezuelana é historicamente rentista, dependente das exportações de sua maior *commodity*, o

---

<sup>42</sup> Definida como a política externa que possui como critério de julgamento do mérito de uma proposta, justamente a sua utilidade, sua viabilidade e sua praticidade, dando ênfase no cálculo a avaliação de cada ação de acordo com suas consequências na prática (GARDINI, 2011).

<sup>43</sup> Uma política externa ideológica é caracterizada por dar grande ênfase para princípios e soluções doutrinárias, de maneira que o julgamento do mérito é então atrelado com sua compatibilidade com os princípios adotados. Nesse sentido, possui planejamento de curto prazo e uma visão personalista das relações Internacionais, que, por vezes, possui maior ligação com o líder ou administração do que com o chamado interesse nacional (GARDINI, 2011).

petróleo, ao passo que os EUA necessitam importar tal bem para suprir sua grande demanda interna. avaliação

Retomando o debate acerca das continuidades e rompimentos que a política externa chavista representou ao que vinha sendo implementado até então, tem-se que a temática do relacionamento bilateral com os EUA teria sido, segundo Valente (2013), o ponto de maior inflexão. Isso porque, durante os quase quarenta anos de *Punto Fijo*, a condução externa da Venezuela seguia uma política de alinhamento à Washington, tendo se configurado como um dos aliados fiéis de tal polo durante a Guerra Fria e, mesmo que em alguns momentos houvesse divergências, estas não eram dramáticas o suficiente para abalar o relacionamento. No entanto, com o revisionismo periférico, Chávez promove uma inovação na política externa, revisionismo esse que “não foi uniforme e que atingiu seu momento mais emblemático e antagônico de fato entre 2002 e 2009” (VALENTE, 2013, p.22).

Nesse sentido, Pedroso (2018) realiza uma divisão da política externa de Chávez empregada para os Estados Unidos em três fases distintas. A primeira, que ocorreu entre 1999-2002/2003, diz respeito à fase em que houve um baixo perfil, na qual não estavam presentes os componentes anti-imperialistas e anticapitalistas já mencionados. Já a segunda fase, que se deu entre os anos 2004 -2008, foi aquela em que a Venezuela conseguiu criar diversos empreendimentos de integração regional e passou a assumir uma postura mais aberta e concisa na defesa do socialismo. E, finalmente, a terceira fase, que começou a ser gestada a partir de 2009, seria aquela em que houve um arrefecimento no tom das relações com os Estados Unidos, principalmente a partir da eleição de Barack Obama.

### **2.3 Política Externa dos Estados Unidos para a Venezuela**

Serão considerados, nas seguintes subseções do capítulo, de forma pontual, os principais pontos do relacionamento externo dos Estados Unidos para a Venezuela nos governos que assumiram o comando de Washington ao longo das gestões de Hugo Chávez na nação bolivariana. Portanto, serão perpassados os momentos cruciais que tangem as administrações de Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama em suas políticas para Caracas e no que implicaram para o relacionamento bilateral.

### 2.3.1 Governo de Bill Clinton

Quando Hugo Chávez assumiu a presidência do país, em 1999, o mandatário a cargo do executivo nos Estados Unidos era Bill Clinton (1993-2001). Os dois presidentes coincidiram seus mandatos entre os anos de 1999 e 2000, compreendidos dentro do que Pedroso (2018) denomina como “esperar e ver em um ambiente de mútua desconfiança” (PEDROSO, 2018, p.175). Nesse sentido, é relevante compreender que o relacionamento entre os dois países, historicamente, não passou por um desalinhamento completo, por conta tanto da identificação cultural que as elites venezuelanas viam nos EUA quanto devido ao comércio de petróleo, importante e vantajoso para os dois lados. Porém, já no governo Clinton, avistam-se modificações nessa relação.

No que lhe concerne, a figura de Chávez, desde momentos de campanha, gerava desconfianças devido a seu passado dito “conspirador”, por conta de sua participação na tentativa de golpe contra Carlos Andrés Pérez. E, quando Chávez assume e modifica as relações de poder no país – ainda que não de maneira profunda no princípio do governo – os EUA ainda liam o novo governo com desconfiança.

Exemplos de como as tensões se davam residem em dois momentos: quando Chávez, ainda candidato, é convidado por um jornalista peruano a participar de uma gravação em Miami e tem seu visto norte-americano negado (GOLINGER, 2005 apud PEDROSO, 2018); e quando realiza uma série de viagens no início de seu governo, tendo como destinos finais Cuba e EUA. Já no princípio da viagem, consta que Chávez recebeu um telefonema solicitando o anulamento de sua ida à Cuba, com a penalidade de ter sua reunião com Clinton cancelada caso fosse. No entanto, sua parada em Cuba aconteceu, o que fez com que o presidente dos EUA tenha decidido receber o venezuelano de maneira informal. O encontro aconteceu na porta de trás da Casa Branca, sem nenhum veículo de imprensa nem fotógrafos, não havendo nenhum tipo de protocolo, tendo durado apenas quinze minutos (GOLINGER, 2005 apud PEDROSO, 2018).

Por seu turno, os EUA também passaram por alterações internas e externas em tal período, como com a busca por parceria e cooperação mais construtivas regionalmente (PEDROSO, 2018). Nesse sentido, o relacionamento dos EUA com a região passa por alterações e o multilateralismo e a procura por maior integração regional e proximidade com a região passam a ser buscados. No início da década de 90 a Iniciativa para as Américas, o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA) e a ALCA foram inaugurados e, como foi visto, a iniciativa que poderia abarcar a Venezuela – a ALCA – não foi bem recebida pelo novo governo

venezuelano desde o princípio, o que demonstra como o quadro de tensões começou a ser construído, ainda que não de maneira tão drástica e enfática como se torna nos governos de George W. Bush (PEDROSO, 2018).

Em sua análise, Pedroso (2018) demonstra como Rafael Duarte Villa (2004, 2007) classifica o período em que as administrações de Chávez e Clinton coincidiram no governo: o relacionamento nesse período teria sido caracterizado pelo pragmatismo, tendo sido adotada a tática de “esperar e ver” por parte do governo estadunidense, que teria decidido não adotar nenhuma atitude caso Chávez se comprometesse a não diluir a institucionalidade e democracia no país, a não nacionalizar empresas estadunidenses e a respeitar os direitos dos cidadãos dos EUA em solo venezuelano. Por sua vez, o governo de Chávez decidiu manter uma atitude mais cautelosa frente ao hegemón e investir na diplomacia presidencial.

No entanto, devido a alguns acontecimentos, teria sido complicado manter o clima de cordialidade. Em primeiro lugar, houve o considerado maior desastre natural pelo qual a Venezuela passou, que se deu em dezembro de 1999: as intensas chuvas em Vargas, que deixou vítimas fatais e muitos desalojados no estado. Nesse cenário, o governo venezuelano recebeu com boa vontade as ajudas humanitárias oriundas de diversos países, dentre eles os EUA. Porém, Chávez recusou o envio de barcos e helicópteros militares estadunidenses, deixando claro que aceitaria ajuda financeira, mas nunca militar. No entanto, ainda assim, Washington, por meio do Departamento de Estado, enviou as embarcações, sem autorização, que foram descobertas, fazendo com que as animosidades crescessem entre os dois governos. Em segundo lugar, houve a participação da Venezuela na reativação OPEP, o que traria implicações econômicas para o comércio de petróleo com os EUA, bem como serviu para aproximar a Venezuela do Iraque, duas razões que desagradavam o governo estadunidense (PEDROSO, 2018).

### 2.3.2 Governo de George Walker Bush

Findado o governo de Bill Clinton, o candidato pelo Partido Republicano para o ocupar o cargo executivo do país para as eleições de 2000 foi George Walker Bush, filho do ex-presidente George H. W. Bush. Este concorreu com o candidato pelo Partido Democrata, Al Gore. Quando da realização das eleições, Bush venceu por uma margem estreita no colégio eleitoral, com 271 votos contra 256 de seu adversário - ainda que nos votos populares tenha conseguido apenas 47,87% dos votos, ao passo que Al Gore conquistou 48,38% -. E assim, assumiu o cargo entre os anos de 2001 e 2009.

Apesar de divergências, em termos de política externa, de acordo com Nasser (2002), pode-se dizer que, atualmente, os partidos Republicano e Democrata seguem um programa semelhante, pautados pela promoção de negócios internacionais, pela valorização do multilateralismo, pelo fortalecimento da segurança coletiva e da construção de uma comunidade de nações democráticas. O que pode acontecer, nesse sentido, é que a mudança de governo pode promover uma maior atenção para um desses objetivos em detrimento dos outros, ou no modo como esses objetivos serão implementados e, ainda, sobre qual região do globo irão prestar uma atenção maior.

Assim, depreende-se que, em linhas gerais, os imperativos que influenciam na atuação externa do país permanecem constantes em algum grau apesar de mudanças de administração e de partido que encabeça tal administração. Porém, o governo de Bush, por mais que tenha demonstrado que iria seguir uma linha de atuação - dando foco a questões hemisféricas - é flagrado com os acontecimentos do 11 de setembro, sendo levado a promover inflexões nas linhas que foram desenhadas para a política externa ao longo de sua campanha (FONSECA, 2008).

George W. Bush, diferentemente de seu pai, contava com limitado conhecimento em questões internacionais quando assumiu a presidência, em 20 de janeiro de 2001. Sua experiência nesse sentido foi demarcada nos anos em que esteve à frente do governo de Texas, estado vizinho do México. Mas, ainda que sua experiência tenha sido restrita nesse sentido, ela foi aproveitada ao longo da campanha, que somada ao interesse do Partido Republicano em conquistar votos da comunidade latina, sua assessoria foi conduzida a anunciar um programa de política externa pautado em uma plataforma hemisférica (FONSECA, 2008).

Bush defendia a adoção de uma postura de mais “humildade” por parte dos EUA em sua agenda internacional, o que, para ele, significava que o país deveria se mostrar mais seletivo em seu engajamento internacional (FONSECA, 2008). Além disso, criticava seu antecessor por dar pouca atenção à região, por colocar os assuntos hemisféricos em segundo plano, e admitia a necessidade de estabelecer prioridades para a política externa do país, focadas nas Américas.

No entanto, de acordo com Fonseca (2008), um ano após a sua posse, a região ficou marginalizada nas linhas de prioridade do governo, o que aconteceu, em grande parte, devido aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e da Guerra ao Terror, que concentrou os esforços do país em termos de política externa, principalmente no Oriente Médio, “depois do 11 de Setembro, a inércia tomou conta da política americana para o Hemisfério Ocidental, a região

virtualmente desapareceu do radar do governo” (FONSECA, 2008, p, 149). Assim, nos primeiros meses do governo, as pautas internacionais assumiram um grande grau de importância para a administração Bush (NASSER, 2002), ainda que o foco dessa atenção tenha sido alterado e a região das Américas, marginalizada nos planos do governo.

Compreende-se, então, que foi durante a gestão de Bush que, por diversas razões, o distanciamento entre os EUA e a região chegou a alcançar um de seus piores períodos. Tal afastamento se deu, em grande medida, graças à política externa de Bush. Mas, a ascensão da onda rosa, com governos que tomavam atitudes mais autônomas e, em alguns casos, mais reacionárias, também foi fator determinante para tal, afinal esses Estados passaram a buscar outras formas de inserção internacional, a diversificar seus parceiros e a se unir em processos de integração regional, com vistas a aumentar a coesão e trocas com seus pares mais próximos (FONSECA, 2008).

Destarte, ao longo do segundo mandato de Bush (2005-2008), novas circunstâncias e iniciativas melhoraram, em alguma medida, o relacionamento do país com a região. A partir de 2004, tem-se o desgaste político provocado pela Doutrina Bush, que foi acentuado pelos problemas no Iraque. Esses fatores conduziram a um esgotamento do “neoconservadorismo como fonte ideológica da política externa americana” (FONSECA, 2008, p. 150). Somado a isso, tem-se o arrasamento do Partido Republicano nas eleições legislativas de 2006, que retirou os poderes que detinha no Congresso. Além disso, novos temas e uma nova postura - com uma atitude menos ideológica, mais pragmática e mais construtiva - tiveram de ser incorporados à agenda internacional dos EUA.

No que tange às relações dos Estados Unidos com a Venezuela, em específico, Corrales e Romero (2013) demonstram a ocorrência de três momentos distintos no governo Bush. O primeiro desses momentos é compreendido entre 2001 e 2003. Nessa fase havia o reconhecimento por parte dos EUA da ameaça que a Venezuela chavista poderia representar ao país, por conta da intensificação do discurso de Chávez, que se colocava em oposição às políticas dos EUA. Assim, esse momento é marcado pelo escalonamento nos discursos dos dois países. Ainda assim, os EUA desfecharam pouca atenção ao país bolivariano, que ocupava, para a administração Bush, uma posição de ameaça intermediária, afinal não fazia parte do denominado Eixo do Mal.

Como já apontado anteriormente, já nos primeiros momentos do mandato de Bush filho, em 2001, Chávez manifestava sua aversão ao projeto da ALCA, de forma que “o prelúdio

de ampliação das distâncias políticas entre esses países era anunciado, já que ao final daquele ano mudanças importantes no posicionamento internacional dos Estados Unidos aprofundariam as tensões entre seus líderes” (PEDROSO, 2018, p.181). É nesse momento também que a disputa em torno da definição de democracia que seria adotada pela Carta da OEA se dá. Ademais, os Estados Unidos passam a influenciar, comprovadamente, na política interna venezuelana, tendo tido atuação direta nas dinâmicas que levaram ao golpe de 2002 e ao Paro Petrolero, de 2002-2003.

Seguindo, o segundo momento apontado pelos autores corresponde ao período de 2003 a 2007, momento do denominado “Tit-for-Tat”, em que os Estados Unidos passaram a se colocar contra as ações venezuelanas, ou seja, ao passo que Hugo Chávez intensificava a agressividade em seus discursos, a administração Bush passou a respondê-las com o mesmo tom de confrontação. Ademais, ao passo que a Venezuela aproximava suas relações bilaterais com nações opositoras aos EUA - Cuba, Rússia, Irã, China, Síria - Bush também começou a acercar-se de Estados com os quais a Venezuela enfrentava problemas, como a Colômbia (CORRALES; ROMERO, 2013).

Nesse âmbito, a finalidade de afrontar os EUA é lograda com êxito a partir da insistência de Chávez na manutenção de relações com os regimes de Saddam Hussein, no Iraque; de Mahmoud Ahmadinejad, no Irã; de Bashar al-Assad, na Síria e de Muammar Kadafi, na Líbia, importantes para o objetivo de reativar a OPEP. Porém, “a aproximação com os Rogue States (Estados delinquentes) reforçou ainda mais a retórica estadunidense de questionamento de Chávez enquanto líder democrático” (PEDROSO, 2018, p.193). Ademais, nesse momento houve aumento no tom das declarações e acusações mútuas entre os líderes, já que não apenas a retórica de Chávez era percebida como um problema para a segurança nacional dos EUA, como também o hiperativismo internacional da Venezuela chavista (PEDROSO, 2018).

Por fim, o terceiro momento identificado pelos autores corresponde ao final do segundo mandato de Bush, que foi pautado pelas mudanças da equipe do Departamento de Estado e da postura dos EUA em sua política externa, configurando o período chamado de “Talk Softly, Sanction Softly and Keep Watch”, ocasião em que os Estados Unidos passaram a ponderar quais ações e discursos de Chávez deveriam e mereciam ser respondidos e quais não, adotando assim uma postura mais seletiva quanto às provocações venezuelanas (CORRALES; ROMERO, 2013).

### 2.3.3 Governo de Barack Hussein Obama

Eleito com a esperança de trazer mudanças positivas em 2008, Barack Obama (2009-2017) mostrava indícios de que o diálogo seria algo central em sua política externa e de que a política para a região da América Latina teria no multilateralismo seu ponto alvo, com mais diálogo e mais respeito ao direito internacional. Por conta disso, havia a expectativa de que a nova administração poderia constituir melhor relacionamento político com a Venezuela de Chávez (PEDROSO, 2018). Isso porque a Venezuela estava disposta a cancelar as tensões existentes na relação bilateral e Obama mandou sinais de que estaria disposto a dialogar com Caracas, o que pode ser demonstrado por meio de atitudes dos dois governantes. No primeiro encontro entre os dois, em abril de 2009, Chávez presenteou Obama com o livro “As veias abertas da América Latina” e afirmou que gostaria de ter sua amizade. Os mandatários trocaram apertos de mão e foram cordiais, num movimento diplomático inovador e impensável de ter ocorrido nas administrações de Clinton e, muito menos, na de Bush.

Porém, como demonstra Carolina Pedroso (2018), no primeiro ano de seu governo, diversas expectativas de que haveria mudanças no relacionamento hemisférico foram desmanteladas. Um evento marcante nesse sentido, segundo a autora, foi a negociação de um tratado de cooperação em defesa com a Colômbia, que contava, inclusive, com a instalação de mais bases militares em território colombiano. No entanto, a Venezuela e o Brasil, dentre outros países vizinhos à Bogotá, se mostraram desconfortáveis e com desconfianças quanto aos reais interesses por trás de tal negociação, com receio de que as atividades militares não ficassem restritas ao território de Álvaro Uribe, sendo esse um dos principais pontos de alarme da administração Chávez no início do governo Obama (PEDROSO, 2018).

Além disso, em 2009 o Departamento de Estado dos EUA publicou um informe sobre a situação dos direitos humanos no mundo em 2008. Tal relatório considerou que na Venezuela, a politização do poder judicial e das ameaças oficiais à oposição política e aos meios de comunicação caracterizam a situação dos direitos humanos durante o ano de 2008. O governo venezuelano, por meio do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores emitiu um comunicado onde se expressava que a Venezuela rechaçava, de maneira firme, tal relatório (ROMERO, 2010). O presidente Chávez, ao fazer um comentário sobre as disposições do documento afirmou “Obama, se encarrega do seu que eu me encarrego aqui do meu... não siga o

mesmo caminho desajeitado e estúpido do governo anterior dos Estados Unidos”<sup>44</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2010, s/p, tradução nossa).

Por outro lado, é necessário ressaltar que também havia desconfianças e preocupações por parte do governo Obama frente à política externa venezuelana. Havia receio quanto ao que os EUA consideravam como uma permissividade do país bolivariano com atividades de tráfico de narcóticos na região, com a expansão da política externa chavista, além de temerem que a radicalização do processo político interno prejudicasse os interesses do capital privado instalado no país (PEDROSO, 2018). Como demonstra Romero (2010), três grupos incidiam na tomada de decisões do governo de Obama frente a Venezuela:

Nos Estados Unidos existem, ao menos, três grupos que querem participar nas decisões do presidente Obama sobre a Venezuela. Em primeiro lugar está o grupo da “segurança”, que através do Pentágono e da Secretaria de Defesa mantém linha dura contra o governo venezuelano, apoiando o governo da Colômbia em sua política de segurança democrática; advertindo sobre as relações de Caracas com Teerã; denunciando as supostas vinculações da Venezuela com grupos insurrecionais e, em particular, com a guerrilha colombiana; alertando sobre as crescentes compras militares da Venezuela; Em segundo lugar está um grupo “diplomático”, que através do Departamento de Estado, mantém a política de “esperar e ver”, além de manter as relações diplomáticas entre os dois países ao menos em um mínimo e sustentando o fluxo comercial e o intercâmbio energético, mas promovendo um afastamento diplomático da Venezuela no Hemisfério, através da criação de alianças com governos que se afastem da Venezuela; se relacionando com aliados do presidente Chávez, como Equador e pressionando Cuba para que abandone seus vínculos com a Venezuela se Havana quiser manter um diálogo com Washington; O terceiro grupo é partidário de pressionar o governo de Obama para que trabalhe em conjunto com alguns governos, com a finalidade de restabelecer um diálogo bilateral entre Washington e Caracas (ROMERO, 2010, p.459).

Assim, durante o período em que Obama e Chávez coincidiram nos governos dos Estados Unidos e Venezuela, respectivamente, tem-se que a posição de Caracas seguiu sendo a do revisionismo periférico, tendo apenas caído a intensidade de antagonismo que esteve presente ao longo dos governos de Bush. Como exposto, com a eleição de Obama, havia expectativas de que o relacionamento entre os Estados passaria por um quadro de melhoras. Como aponta Valente (2012), Caracas começou a dar sinais de que estava disposta a buscar a via do diálogo. A política externa venezuelana passa por um processo de abrandamento das críticas e do tom que era utilizado nas relações com Bush (WEBER, 2019).

No sentido do abrandamento das relações, um exemplo importante reside no fato de os países membros da OEA terem chegado a um acordo em junho de 2009 para revogar a resolução

---

<sup>44</sup> O texto no idioma original: “Obama, cuida de los tuyos y yo cuidaré de los míos aquí... no sigas el mismo camino torpe y estúpido del anterior gobierno de EE.UU”. Disponível em: [www.vtv.gov.ve/noticias-nacionales/30085](http://www.vtv.gov.ve/noticias-nacionales/30085).

de 1962, que suspendeu Cuba da organização. Nesse momento, a Venezuela e os EUA coincidiram em votar a favor da resolução, o que abriu caminho para o retorno dos embaixadores de cada país às suas funções<sup>45</sup>, que foram suspensas no governo anterior (ROMERO, 2010).

A partir de 2009, percebe-se como a conjuntura internacional e interna demandou do presidente Chávez nova postura em seu relacionamento bilateral com o vizinho ao norte. Sistemicamente, como resultado da crise de 2008, o preço do barril de petróleo passou por um período de forte queda, chegando a cair para menos da metade do valor tido anteriormente<sup>46</sup>. Domesticamente, a oposição a Chávez estava demonstrando maiores sinais de dinamismo político, tendo conquistado algo em torno de 40% dos cargos nas eleições regionais de 2008 (VALENTE, 2012).

Com isso, torna-se cada vez mais improvável que Chávez ultrapassasse os limites possíveis da retórica confrontativa adotada em momentos anteriores do relacionamento bilateral. Inclusive, Flores (2008) expõe que o governo da Venezuela fez questão de publicar no site do Ministério de Comunicação e Informação (MINCI) a conversa que o presidente Chávez teve com o embaixador dos EUA no país. Em tal encontro, Chávez afirmava a intenção de resgatar a cooperação e o diálogo com o vizinho ao norte. Isso demonstra a postura do presidente, que reconhece, então, a necessidade de manter o pragmatismo e dar continuidade a tais relações, principalmente frente a um momento de maior fragilidade de seu governo nos planos internacional e doméstico.

Retomando argumentos de Pedroso (2018), entende-se que, em relação ao governo Obama, a política externa chavista promoveu o retorno de alguns elementos do pragmatismo, que caracterizaram a primeira fase de tal relacionamento bilateral, sob o governo de Clinton (1999-2002/2003), porém não deixou de lado completamente o aspecto ideológico da autonomia e integração regional e “os condicionantes internos e a postura errática de Obama na América Latina, que não conseguiu romper com o unilateralismo e o unipolarismo, fizeram com que não se concretizasse uma aproximação político-diplomática entre os países” (PEDROSO, 2018, p.203).

---

<sup>45</sup> O embaixador venezuelano Bernardo Álvarez retomou a posse de seu cargo em 26 de junho de 2009 e o embaixador estadunidense retomou em 1 de julho de 2009 (ROMERO, 2010).

<sup>46</sup> Dados demonstram que em julho de 2008 o preço máximo foi de US\$133 por barril, ao passo que em fevereiro de 2009, já tinha caído para US\$39 (WEBER, 2019).

## 2.4 Pragmatismo: temática do relacionamento comercial bilateral

O histórico do comércio bilateral entre Estados Unidos e Venezuela em torno do petróleo e seus derivados perpassa, pelo menos, desde os anos 1930. Devido à crise de 1929, o mercado dos EUA começou a demandar mais petróleo, com vistas a se recuperar do choque que a queda de Wall Street representou para sua economia. Com vistas a suprir a necessidade petrolífera de seu vizinho do norte, a Venezuela, sob o governo de Juan Vicente Gómez, buscou intensificar as bases de exploração do “ouro negro” e a submeter o desenvolvimento do país à exportação da commodity. Foi nesse momento que as bases para o movimento de exportar petróleo e importar o restante dos insumos e produtos básicos dos quais o país necessitava começou a se consolidar, sendo as importações, como já demonstrado, oriundas em grande medida dos EUA (SILVA; ARCE, 2011).

Posteriormente, já no governo de Marco Pérez Giménez (1952-1958), o país tornou-se o segundo maior exportador de petróleo mundialmente, tendo o mercado dos EUA como seu principal cliente. Como Silva e Arce (2011) demonstram, a diplomacia desse período deu início a grande alinhamento aos Estados Unidos e à uma relação afastada dos países da América Latina e Europa. E, como demonstra Almeida e Vitto (2020), para os EUA era importante e estratégico ter acesso à tão importante recurso energético, o que nos permite compreender melhor a busca do país por alianças comerciais com nações detentoras de hidrocarbonetos:

No caso norte-americano, a falta de recursos suficientes no seu território e o entendimento do valor estratégico do petróleo na agenda de segurança e defesa nacional, também motivou as contínuas operações de coordenação nas principais regiões produtoras, e que permanecem até o momento atual. Nesse sentido, o controle do acesso aos recursos petrolíferos também constitui um mecanismo de contenção de rivais internacionais, aplicado não só pelos Estados Unidos como por outras potências militares do planeta (ALMEIDA, VITTO, 2020, p.72).

Nos EUA, o petróleo é o recurso energético que movimenta praticamente todo o setor de transportes, porém o país possui apenas 3,5% das reservas do mundo (IEA, 2019; BP, 2019). De tal maneira, a despeito de ter um nível de produção interna, necessita importar para satisfazer a alta demanda nacional, o que demonstra porque o petróleo tem lugar de importância na política energética, na agenda de segurança nacional e na política externa do país.

Luft (2009) realiza uma análise interessante acerca da dependência de Washington sobre recursos petrolíferos, o que caracteriza certo nível de vulnerabilidade dessa potência. Tal vulnerabilidade representa a necessidade de os EUA terem que conviver com Estados produtores, que nem sempre estão sob regimes políticos democráticos e, de acordo com o autor, tal quadro se apresentou em três formas ao longo da história:

Em primeiro lugar, os Estados Unidos se encontram em uma situação estranha em que financiam os dois lados da guerra contra o terrorismo. Por um lado, carrega a maior parte do fardo financeiro associado à luta contra o Islã radical e à defesa do Golfo Pérsico e, ao mesmo tempo, por meio de suas importações de petróleo, financia os mesmíssimos regimes do Irã e da Arábia Saudita que são os maiores responsáveis pela disseminação dessa ideologia. Em segundo lugar, o poder excessivo exercido por outros países produtores de petróleo e gás, como Venezuela e Rússia, permite que esses países usem sua riqueza para minar os interesses dos EUA na América Latina e na Eurásia. Terceiro, a China é hoje o segundo maior usuário de petróleo do mundo depois dos EUA e sua dependência do Irã e do Sudão impede Pequim de se aliar a Washington em questões vitais como o programa nuclear do Irã e o genocídio em Darfur. No futuro, a busca do petróleo pela China pode criar uma competição sino-americana cada vez mais tensa pelo acesso ao petróleo (LUFT, 2009, p.145).

Tendo em vista a característica importadora de hidrocarbonetos do mercado estadunidense e analisados seus parceiros comerciais, a Venezuela encontra-se em quarto lugar dentre seus fornecedores de tal recurso energético. O país figura na lista apenas atrás de Canadá, Arábia Saudita e México, o que demonstra a relevância que o país possuía na geopolítica do petróleo. E, ainda em 2001, a PDVSA estava em segundo lugar dentre as 50 maiores corporações de petróleo do mundo (LOPES, 2009). De tal forma, o fluxo de comércio de *hidrocarburos* oriundos da Venezuela era de extrema importância para os EUA. E, a chegada de Chávez à presidência do país representava uma ameaça nesse sentido para Washington que, de acordo com Romero (2010), faz a Venezuela passar de um sócio confiável para os EUA até a década de 90 para a posição de um sócio necessário para tal economia (ROMERO, 2010).

Ao longo do século XX as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela se alteraram profundamente, mais especificamente a partir de 1999. A Venezuela era um importante ator internacional devido a sua política externa, que era reconhecida por seu ativismo e pelos recursos energéticos dos quais ela é detentora, de forma que era considerado um país importante para a estabilidade regional. Assim, nesse momento, os vínculos econômicos que a economia venezuelana possuía com Washington se davam, em grande medida, devido a demanda energética que os Estados Unidos tinham, e pelo fato de que a Venezuela era não só um grande produtor de petróleo, mas também exportador da maior parte da produção obtida (DE OLIVEIRA, 2013).

Porém, como visto, o período em que Hugo Chávez presidiu a Venezuela (principalmente entre 2001-2009) foi um momento em que animosidades permearam o relacionamento com os Estados Unidos, passando por conturbações em termos políticos do relacionamento. Porém, por mais que as relações tenham sido conflituosas em seus discursos, em termos políticos, sociais, de segurança e até mesmo em suas relações econômico-militares - em que houve a substituição dos EUA pela Rússia em termos de cooperação e comércio na área militar - os dois Estados conseguiram manter, no plano econômico, particularmente na arena energética,

relações bilaterais positivas, visto que as duas economias se beneficiavam com essas trocas comerciais.

Pelo lado estadunidense, a resposta do país é contraditória em relação às mudanças internas e externas implementadas por Chávez, pois ao passo que a Venezuela permanece sendo um importante sócio comercial, já não é visto pelos Estados Unidos com o mesmo nível de confiança de outrora pelas razões supracitadas (ROMERO, 2010). Ademais, ainda que naqueles anos o petróleo venezuelano não fosse mais tão importante para os EUA como tinha sido no passado<sup>47</sup>, o Estado ainda contava com a importação do hidrocarboneto venezuelano, principalmente devido à distância geográfica relativamente curta para o transporte, de fácil conexão marítima, que era muito usado para suprir as necessidades produtivas de numerosos setores econômicos nos EUA, tanto como combustível energético quanto como matéria prima industrial (DE OLIVEIRA, 2013).

Por sua vez, a Venezuela buscou reduzir seus níveis de dependência frente ao mercado estadunidense. Nesse sentido, foram adotadas duas estratégias de ação, sendo elas o empenho para fortalecer a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e a busca por diversificar parcerias e a abrangência do comércio exterior do país (CÍCERO, 2016). Diante desses termos, Chávez buscou realizar parcerias com outros Estados, como, por exemplo, com a Europa, com a finalidade de substituir a importação de insumos dos EUA, além de ter conferido concessões tributárias e fiscais para que empresas europeias se estabelecessem no país. A partir desses movimentos, houve uma queda significativa dos investimentos estadunidenses no país sul-americano (CICERO, 2016), o que, ainda assim, não impactou tão negativamente nas relações comerciais pautadas no setor petrolífero.

Como aponta Weber (2019), as exportações de petróleo venezuelano para a China - que ascendeu como um parceiro comercial importante nos anos 2000 não apenas para a Venezuela, mas para toda a América Latina - foram prejudicadas pelos altos custos e pela intrincada logística necessária para o transporte entre os dois países, tendo sido esses os motivos pelos quais o gigante asiático não chegou, de fato, a ameaçar a posição dos EUA como maior parceiro comercial de Caracas. Esse quadro tornava a Venezuela mais vulnerável em suas relações comerciais-energéticas com os EUA do que ao contrário, visto que ainda dependia muito do mercado estadunidense, ao passo que o Washington conseguiu reduzir um pouco de sua dependência

---

<sup>47</sup> Com a queda do Muro de Berlim, Washington pôde recompor suas relações com os países Árabes.

energética do governo encabeçado por Chávez, por diversificar os Estados garantidores de suas importações de petróleo (WEBER, 2019).

É possível observar, então, que a economia venezuelana se beneficiava com as vendas petrolíferas para o gigante norte americano - que à época configurava o principal destino para as exportações dessa *commodity* - ao passo que necessitava das divisas em dólar geradas por tais vendas (DE OLIVEIRA, 2013). Afinal, a Venezuela é historicamente dependente das vendas de petróleo para conseguir importar os insumos básicos para a população, configurando-se como uma economia que não desenvolveu bem bases agrícolas e industriais próprias, se tornando extremamente dependente do comércio internacional para conseguir atender às necessidades da nação.

Michael Klare (2001) demonstra como os EUA, para garantir o petróleo do qual necessita por meio de importações, precisa se envolver nos assuntos, tanto econômicos quanto políticos e militares dos países detentores desse recurso. De tal forma, esse envolvimento pode adotar contornos financeiros, diplomáticos e, também, militares. Tendo esse ponto em vista, é possível compreender outro fator que levou o país a se envolver no golpe desfechado pela oposição ao governo de Chávez em 2002. Lopes (2009) argumenta, nesse sentido, que durante o governo Bush, a Venezuela teria sido a “peça-chave da petro política deste país” (LOPES, 2009, p.90) e, por conta disso, dentre os propósitos do envolvimento no golpe constava a privatização da PDVSA. A privatização ocorreria em benesse de uma sociedade vinculada à família Bush e à Repsol (companhia da Espanha), ademais possibilitaria a venda da filial da PDVSA, Citgo Internacional, ao magnata venezuelano, Gustavo Cisneros, e, por fim, eliminaria a reserva do Estado venezuelano sobre o petróleo para transferi-los ao capital transnacional (LOPES, 2009).

No entanto, o golpe não logrou êxito e os efeitos dele já foram abordados anteriormente neste trabalho. Sendo assim, por ambos necessitarem da continuidade do comércio bilateral, principalmente em torno do petróleo, foram pragmáticos e os contatos comerciais se mantiveram. Um exemplo disso reside no caso da própria CITGO<sup>48</sup> – filial nos EUA da PDVSA -, que controlava cerca de 8% do mercado interno nos EUA. Assim, a grande estatal PDVSA possuía filial tão importante em solo americano, que tinha a capacidade para refinar mais de um milhão de barris por dia, por meio de suas várias refinarias presentes em território estadunidense: as de “Corpus Christi e Houston, no Texas; Lemont, em Illinois; Paulsboro, em New Jersey; Saint

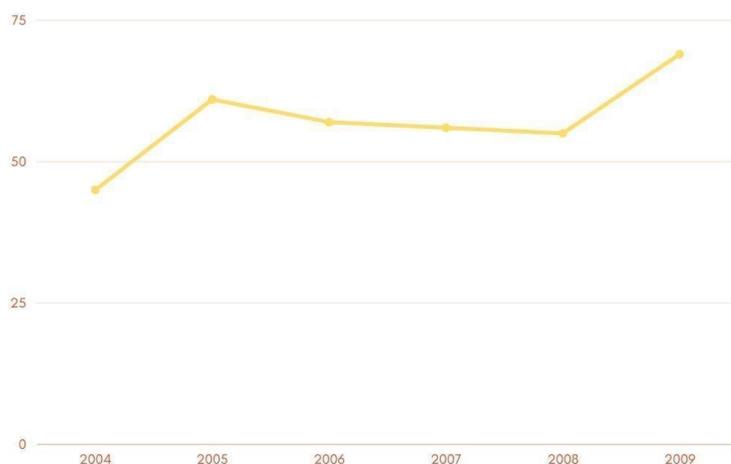
---

<sup>48</sup> Ao início do governo Chávez, logo em 2001, foi criada a CITGO Internacional Latin America, que buscava garantir derivados do petróleo bruto em nove países: Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Curaçao, Equador, Peru, Porto Rico e Uruguai. Porém, a sede da CITGO, nos EUA, se manteve a mais preponderante.

Croix, na Virgínia; Lake Charles e Chalmette, na Louisiana; e Savannah, na Geórgia" (LOPES, 2009, p.92). Ademais, dispunha de mais de 13.000 postos de gasolina dos EUA e “A CITGO Corporation, embora seja uma “empresa pública venezuelana”, cria mais empregos nos Estados Unidos (250.000) que na Venezuela (40.000)” (LOPES, 2009, p.93)

Além do exemplo da CITGO, dados do comércio de petróleo entre os países também demonstram o pragmatismo. Do total das vendas venezuelanas, as exportações para os Estados Unidos representaram, em 2004: 45.2% das exportações totais; em 2005: 61.3%; em 2006: 57%; em 2007: 56.4%; em 2008: 55.2% e em 2009: 69% (ROMERO, 2010), o que demonstra que, ainda que tenha havido uma leve queda – por conta, principalmente, das estratégias de diversificação das duas economias – o comércio de petróleo da Venezuela para os Estados Unidos se manteve expressivo, tendo inclusive crescido em 2009. Tais dados podem ser melhor visualizados a partir do gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Exportações venezuelanas para os Estados Unidos (2004-2009).



Fonte: Romero, 2010. Elaboração própria.

De tal forma, o intercâmbio comercial do país com os Estados Unidos durante os anos de governo chavista, ao invés de reduzirem, passaram por aumento volumoso. Existia um quadro de dependência comercial mútua – em que assimetrias pesavam para o lado venezuelano – com a venda de petróleo refinado, produtos químicos e agrícolas, máquinas elétricas, automóveis e autopeças, por parte dos EUA; e petróleo cru, por parte da Venezuela, sendo o país bolivariano, à época, um dos cinco principais fornecedores para o mercado estadunidense (DE OLIVEIRA, 2013).

Como aponta Carolina Pedroso (2018), dentre o período de 1988-2013, houve um expressivo aumento e, conseqüentemente, aprofundamento do comércio entre esses parceiros comerciais – em que houve um comércio deficitário para os EUA e superavitário para a economia venezuelana -. Os números desse comércio podem ser analisados a partir da tabela abaixo:

Tabela 1 – Comércio entre Venezuela e Estados Unidos dos anos 1988 - 1998 a 2013

Ano	Exportação	Importação	Balança Comercial
1988	USD 4.611,80	USD 5.157,40	-USD 545,60
1998	USD 6.515,80	USD 9.181,40	-USD 2.665,60
1999	USD 5.353,30	USD 11.334,40	-USD 5.981,10
2000	USD 5.549,90	USD 18.623,30	-USD 13.073,40
2001	USD 5.642,20	USD 15.250,40	-USD 9.608,20
2002	USD 4.429,70	USD 15.093,60	-USD 10.663,90
2003	USD 2.831,00	USD 17.136,10	-USD 14.305,10
2004	USD 4.767,40	USD 24.920,60	-USD 20.153,10
2005	USD 6.420,90	USD 33.978,10	-USD 27.557,20
2006	USD 9.002,30	USD 37.133,80	-USD 28.131,50
2007	USD 10.200,50	USD 39.909,60	-USD 29.709,10
2008	USD 12.610,00	USD 51.423,60	-USD 38.813,60
2009	USD 9.315,50	USD 28.059,00	-USD 18.743,60
2010	USD 10.644,80	USD 32.707,40	-USD 22.062,60
2011	USD 12.383,40	USD 43.256,50	-USD 30.873,10
2012	USD 17.517,00	USD 38.723,80	-USD 21.206,90
2013	USD 13.200,50	USD 31.997,50	-USD 18.797,00

Fonte: Pedroso, 2018.

Tal ambiente econômico é explicado devido ao fato de que a Venezuela necessitava dos recursos obtidos com o comércio de petróleo com seu principal parceiro comercial para manter o projeto de poder bolivariano, afinal seria complexo e arriscado substituir toda a cadeia de exportação e refino concretizado nos EUA para outros parceiros comerciais cuja logística seria mais complicada, como a China, por exemplo. Por sua vez, os Estados Unidos não podiam depender unicamente do petróleo advindo do Oriente Médio – principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, da ocorrência da Guerra ao Terror e do peso que o lobby do setor petrolífero dessa região possuía – (VALENTE, 2012), de forma que ainda buscava o petróleo venezuelano.

De tal feito, o pragmatismo esteve presente no relacionamento comercial bilateral ao longo dos governos de Chávez, ainda que pesasse as assimetrias para o lado venezuelano em tal relacionamento. Nesse sentido, novamente, Pedroso (2018) realiza a compilação de informações no banco de dados estatísticos de comércio internacional das Nações Unidas para demonstrar o aumento da dependência da Venezuela frente ao mercado dos EUA, tanto em termos de importação quanto de exportação, o que pode ser observado pelo gráfico abaixo:

Tabela 2 – Principais destinos comerciais da Venezuela (1999-2013):

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES VENEZUELANAS (1999, 2004, 2009 e 2013)							
1999		2004		2009		2013	
Países	Bilhões	Países	Bilhões	Países	Bilhões	Países	Bilhões
EUA	5,2	EUA	4,6	EUA	10,5	EUA	10,5
Itália	1,5	Colômbia	1,6	Colômbia	4,4	China	7,6
Colômbia	0,73	Brasil	1,2	China	4	Brasil	4,5
Alemanha	0,61	México	0,68	Brasil	3,4	Colômbia	2,3
México	0,49	Espanha	0,54	México	1,5	México	2,2

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES VENEZUELANAS (1999, 2004, 2009 e 2013)							
1999		2004		2009		2013	
Países	Bilhões	Países	Bilhões	Países	Bilhões	Países	Bilhões
EUA	11,2	EUA	24,2	EUA	18,4	EUA	30,4
Antilhas	1,4	União Europeia	2,2	México	13,9	China	28,3
Brasil	0,81	México	1,4	China	2,9	União Europeia	3,4
Colômbia	0,78	Antilhas	1,2	União Europeia	2,7	Colômbia	0,23
Canadá	0,57	Colômbia	1	Colômbia	0,42	Holanda	0,19

Fonte: Pedroso, 2018.

Dessarte, apesar das relações conflituosas entre os governos, esses dados demonstram que o comércio entre os dois Estados não foi paralisado e, no que tange o comércio de petróleo, a Venezuela se manteve dentre os cinco principais fornecedores de hidrocarboneto para o mercado estadunidense, figurando como o quarto maior fornecedor em 2007, depois do Canadá, México e Arábia Saudita, fornecendo cerca de 11,5% do petróleo bruto importado pelos EUA (SULLIVAN, 2009).

Por sua vez, as importações dos EUA ainda eram as mais importantes para o comércio exterior da Venezuela (ROMERO, 2006), compreendendo uma porcentagem de cerca de 68% das exportações em 2007, quando as exportações totais entre esses mercados chegaram a US\$39,9 bilhões (SULLIVAN, 2009), o que destaca a dependência da Venezuela ainda se encontrava em relação aos EUA em termos do comércio de petróleo. “Assim, a política externa de confrontação frente aos Estados Unidos no governo Chávez conviveu em paralelo com uma política comercial extremamente pragmática e que não sofreu abalos” (WEBER, 2019, p.45-46).

Em 2007, nove anos após o início do governo de Chávez, segundo o “Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013)”, o governo venezuelano ressaltava a necessidade de manutenção dos EUA com grande participação na oferta venezuelana de petróleo:

A demanda global por combustíveis fósseis manterá sua participação na demanda total de energia e sua tendência de maior crescimento se aprofundará na Ásia, particularmente na China e na Índia. Haverá também um forte crescimento da demanda na

América do Sul e um declínio relativo no crescimento da demanda na América do Norte. No entanto, dada a sua magnitude absoluta, a satisfação da demanda por hidrocarbonetos dos Estados Unidos continuará a ter a maior parcela da oferta venezuelana [...]”<sup>49</sup> (PDESN, 2007, p.39, tradução nossa)

De acordo com dados apresentados por Romero (2010), em 2008, o comércio bilateral entre os pares ficou na faixa dos 64.033 milhões de dólares, representando as exportações venezuelanas para os EUA 51.423 milhões de dólares e as importações 12.610 milhões de dólares. Já em 2009, o comércio bilateral se deu na faixa de 37.454 milhões de dólares, sendo 28.094 milhões de dólares de exportações da Venezuela para os Estados Unidos e 9.360 milhões de dólares de importações oriundas dos EUA. Apesar dessa queda frente ao ano de 2008 – o que pode ser explicado pelos efeitos da Crise do Subprime nos EUA – é perceptível que o volume comercial entre eles ainda foi significativo e importante.

Dados do *U.S Census Bureau*, compilados por Romero (2010), em 2009, quando analisado especificamente o comércio de petróleo da Venezuela para os EUA, tem-se que as exportações alcançaram a cifra de 27.120 milhões de dólares, sendo 96.5% do total das exportações venezuelanas para o mundo. Destes:

As exportações venezuelanas para os Estados Unidos em 2009 são compostas principalmente de petróleo bruto, 23,370 milhões de dólares; produtos da indústria do petróleo, 1.437; gases liquefeitos de petróleo, 1.306; gasolina, 958; bauxita e alumínio, 306; fertilizantes, pesticidas e inseticidas, 128; produtos químicos orgânicos, 126,4; carvão, 108,6; produtos semiacabados da indústria de ferro e aço, 86; e peixes e outros produtos do mar, US\$54 milhões (ROMERO, 2010, p.464)

Por sua vez, o comércio dos Estados Unidos com a Venezuela representou, nesse mesmo ano, 0.8% do total do comércio mundial da potência hegemônica, sendo as importações do país bolivariano 0.4% do total de importações e as exportações para o país de Chávez conformaram 1.5% das exportações totais dos EUA (U.S CENSUS BUREAU, 2022).

Assim, dados de 2009 demonstram que o comércio entre eles, apesar de ter diminuído naquele ano, continuava configurando uma relação significativa em termos comerciais, principalmente para a Venezuela:

De acordo com o Departamento de Energia dos Estados Unidos, o embarque de petróleo e derivados da Venezuela para os Estados Unidos foi reduzido para 1.140.000 barris de petróleo por dia no final de 2009, devido a falhas na Venezuela. A Venezuela envia 74% de sua produção exportável de petróleo para os EUA, mas os barris venezuelanos representam apenas 9,6% das importações de petróleo dos EUA. As

---

<sup>49</sup> O texto na língua original: “La demanda mundial de energía de origen fósil mantendrá su participación en la demanda total de energía y se profundizará su tendencia al mayor crecimiento en el Asia y, particularmente, en China e India. Se manifestará también un fuerte crecimiento de la demanda en Sudamérica y una disminución relativa del crecimiento de la demanda en Norteamérica. Sin embargo, dada su magnitud absoluta, la satisfacción de la demanda de hidrocarburos de Estados Unidos continuará teniendo la mayor participación en la oferta venezolana [...]”.

exportações da Venezuela para os Estados Unidos foram de 96% em 2009 por petróleo bruto e derivados. No ano de 2009, o comércio entre os dois países representou um total de 37.454 milhões de dólares, sendo 28.094 milhões de exportações e 9.360 de importações. Isso significa uma queda de 40% em dólares em relação a 2008, onde o comércio total entre os dois países foi de 62.892 milhões de dólares, sendo 50.281 em exportações e 12.611 em importações venezuelanas<sup>50</sup> (ROMERO Y CORRALES 2012, apud DE OLIVEIRA, 2013, p.29-30, tradução nossa).

O pragmatismo na arena econômica pode ser percebido não apenas em termos do comércio de petróleo e seus derivados, como também nas importações<sup>51</sup> de bens estadunidenses<sup>52</sup> pela Venezuela. Para Valente (2012), nesses termos, não identifica-se a política revisionista de Chávez, pois mesmo diante de um cenário de tensões políticas e diplomáticas com o governo de Bush, o comércio bilateral não foi paralisado, tendo havido pouca diminuição em seus fluxos. Segundo dados apresentados pelo autor, em setembro de 2008 o governo chavista importou cerca de US\$1.900.000,000 em produtos dos Estados Unidos; ao passo que em outubro a soma foi de US\$1.400.000,000 e em novembro totalizou US\$1.200.000,000. Esse cenário representa um momento em que houve um recorde de importações, a despeito da crise política que se acentuava entre os governos – em que o embaixador norte americano em Caracas, Patrick Duddy, foi expulso de seu cargo -.

Ademais, como demonstra o estudo realizado por Gladis Genua (2002), no qual são analisadas a chamada produtividade relativa do trabalho<sup>53</sup> a Venezuela e os Estados Unidos possuíam, como já mencionado, relações comerciais em outros setores além do petrolífero, os quais estão representados na tabela abaixo, que representa as tarifas médias aplicadas bilateralmente às importações por parte da Venezuela e dos Estados Unidos. Esse modelo é relevante por demonstrar, de forma aprofundada, os setores nos quais os países possuíam trocas

---

<sup>50</sup> O texto na língua original: “De acuerdo al Departamento de Energía de Estados Unidos, el envío de petróleo y derivados de Venezuela a Estados Unidos se redujo a 1.140.000 barriles de petróleo diarios a fines de 2009, por fallas de Venezuela. Venezuela envía a EE.UU. el 74% de su producción petrolera exportable, pero los barriles venezolanos significan sólo el 9.6% de la importaciones estadounidenses de petróleo. Las exportaciones venezolanas a Estados Unidos estuvieron constituidas en 2009, en un 96% por petróleo crudo y derivados (Romero y Corrales 2009). Para el año 2009 el comercio entre los dos países significó un total de 37.454 millones de dólares, 28.094 millones de exportaciones y 9.360 de importaciones. Esto significa una caída en dólares de un 40% con respecto al año 2008, en donde el comercio total entre los dos países fue de 62.892 millones de dólares, 50.281 en exportaciones y 12.611 en importaciones venezolanas”.

<sup>51</sup> A Venezuela figurava como o 22º maior importador do mercado dos EUA e o 3º país da América Latina que mais comprava do país hegemón.

<sup>52</sup> Dentre eles, figuram a importação de trigo, soja, aço, materiais plásticos, carros, dentre outros já mencionados.

<sup>53</sup> Segundo a autora, tais indicadores representam em quais setores um país apresenta maior eficiência operacional, de forma que possuem peso importante na determinação do padrão de emprego em um Estado, além de estabelecer os setores com maior potencial para serem exportadores ativos (GENUA, 2002).

comerciais, indo além e trazendo dados empíricos acerca das vantagens produtivas e da balança comercial de cada um em tal comércio.

Tabela 3 - Tarifas médias aplicadas bilateralmente às importações do parceiro

COD	SECTOR	Venezuela	E.E.U.U.
1	Alimentos, bebidas y tabaco	16%	5%
2	Textil	17%	6%
3	Vestuario	20%	10%
4	Cueros y Pieles; Calzado	15%	3%
5	Madera y Corcho; Muebles y Accesorios	14%	1%
6	Papel y Celulosa; Artes Gráficas	12%	0%
7	Sustancias químicas e industriales y otros productos químicos	7%	1%
8	Refinerías de petróleo y derivados de petróleo y carbón	1%	0%
9	Cauchos y sus productos y fabricación de productos plásticos NEP	13%	0%
10	Artículos de barro, loza y porcelana; Vidrio y productos; Otros productos minerales no metálicos	10%	1%
11	Industrias básicas de hierro y acero; Industrias básicas de metales no ferrosos	9%	0%
12	Productos metálicos	13%	1%
13	Construcción de maquinaria excepto eléctrica	9%	0%
14	Maquinaria y equipo eléctrico	12%	0%
15	Material de transporte	12%	0%
16	Otras industrias manufactureras; Equipo científico NEP, fotográfico y óptico	11%	0%
	<b>Promedio</b>	<b>12%</b>	<b>2%</b>

Fonte: Genua, 2002.

Em consonância com a autora, ao colocar em comparação os resultados do modelo empregado por Genua (2002), tem-se que, por um lado, a Venezuela possuía vantagens produtivas frente aos EUA em quatro dos dezesseis setores mencionados na tabela: refinaria de petróleo, alimentos, bebidas, tabaco indústrias básicas de ferro e aço e outras indústrias manufatureiras, sendo exportador neto para o mercado estadunidense nos setores de refinaria de petróleo e seus derivados e no de indústrias básicas de ferro e aço. Entretanto, a autora pontua que, ao contrário do esperado, a Venezuela registrava uma balança comercial favorável apenas nos setores de petróleo e indústrias básicas de ferro e aço.

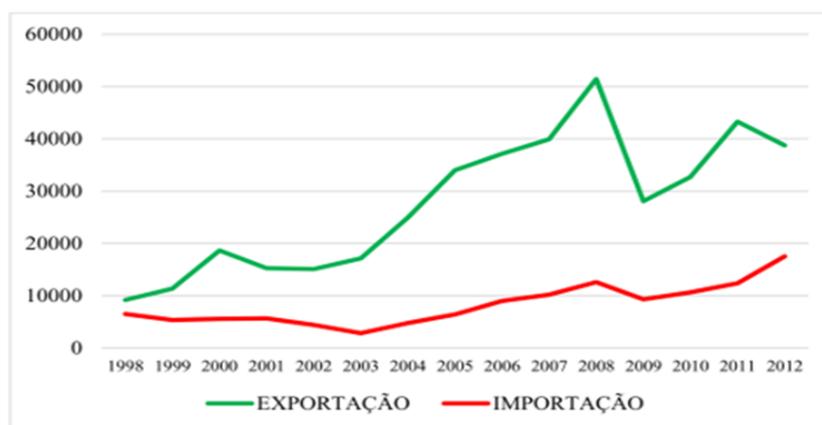
Por outro lado, os EUA possuem vantagem produtiva nos demais setores, quais sejam o têxtil, o de vestuário, couros e peles (calçado), madeira e cortiça (móveis e acessórios), papel e celulose (artes gráficas), substâncias químicas e industriais, borrachas e fabricação de produtos com plásticos NEP, artigos de argila, porcelana e vidro, produtos metálicos, construção de maquinários (com exceção de elétricos), maquinários e equipamentos elétricos e material de transporte (GENUA, 2002).

Tendo em vista os dados compilados e apresentados, por mais que tal parceria possa parecer incoerente à primeira vista, ou o que Romero (2006) denomina como “una relación

esquizofrênica” (ROMERO, 2006, p. 79), ela pode ser explicada, resumidamente, pelo que Leonardo Monteiro denominou de “inimigos sim, negócios à parte” (MONTEIRO, 2012, p. 1). Isso se dava porque a Venezuela ainda era um Estado importante para os interesses dos EUA, principalmente em vista de sua localização geográfica, relevante para a geopolítica na região e por conta das reservas petrolíferas do país, o que “explica tanto o pragmatismo da política norte-americana com relação ao regime de Chávez, como os limites do anti-imperialismo do discurso chavista” (DE OLIVEIRA, 2003).

Como foi então apontado, a relação comercial entre esses dois Estados se manteve ao longo dos anos da administração chavista tendo, inclusive, aumentado em alguns anos desse período, o que é demonstrado no Gráfico abaixo, que apresenta, de modo geral, as trocas comerciais entre eles no período 1999-2012. Nele, é possível perceber que as exportações da Venezuela para os Estados Unidos cresceram, ampliando o déficit comercial para os EUA. Assim, por mais que a Venezuela tenha buscado diversificar suas parcerias comerciais, havia barreiras para o comércio do produto que está nas bases de sua pauta produtora e exportadora, o petróleo.

Gráfico 2 – Exportação e Importação Venezuela – Estados Unidos (1988-2012)



Fonte: Weber, 2019.

## 2.5 Considerações Parciais

A ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em 1999, veio acompanhada de uma série de mudanças políticas que tal líder implementou. As inflexões pelas quais a conduta de PE passou são as que mais interessam para a presente análise, que versa sobre o relacionamento bilateral com os Estados Unidos. Apesar de a política externa chavista possuir pontos de encontro com o que foi adotado pelos governos anteriores no país, após a vitória do

presidente bolivariano no referendo revogatório de 2004, este passou a consecutar a atuação externa com mais personalismo, implementando uma diplomacia presidencial enfática, ponto que será melhor abordado no próximo capítulo deste trabalho. Além disso, passou a salientar os posicionamentos relevantes para o projeto da Revolução Bolivariana, permeada por características de intensidade única de tal momento, acarretando, com isso, pontos de divergências frente aos mandatos políticos da época de *Punto Fijo*.

De tal forma, o “hiperativismo” internacional presente na política externa chavista promoveu novos pontos de atuação internacional. A busca pela multipolaridade nas relações internacionais (CÍCERO, 2016), a promoção da *social power diplomacy*, o aspecto nacionalista presente nas negociações com grandes empresas estatais estrangeiras, a lógica de confrontação, que classificava países aliados e países hostis a seus interesses (CORRALES, 2008), bem como os pontos elencados por Romero (2006), como a visão estruturalista da PE, a promoção da chamada diplomacia social, a maior ideologização do serviço exterior, a elevação de um ativismo internacional, a importância do uso do petróleo para a projeção internacional e manutenção de projetos internos e, a promoção da democracia participativa e protagônica internacionalmente, foram novidades que a administração chavista trouxe para a condução das relações exteriores.

Focando na temática do relacionamento bilateral com os EUA, tem-se que outra linha de atuação muito marcante na política externa venezuelana do período dizia respeito a crítica à unipolaridade de tal país no sistema internacional. Era presente a noção de que a existência de apenas um polo de poder produzia um panorama desanimador para os demais países do sistema, tornando-se imperativa a luta por uma nova ordem internacional. Porém, por mais que o novo líder venezuelano buscasse conformar alianças com novas potências, diversificando suas parcerias, sua economia ainda era consideravelmente dependente das exportações de petróleo para o mercado estadunidense, de forma que limites frente ao revisionismo antagônico forte (VALENTE, 2013) não puderam ser cruzados.

Tendo visto os dados acima apresentados, tem-se que as relações comerciais bilaterais entre Venezuela e Estados Unidos se mantiveram em níveis estáveis ao longo das administrações de Hugo Chávez, até mesmo em momentos que o relacionamento político entre os parceiros não tenha sido dos mais amigáveis – sendo os governos de Bush o foco do aumento do tom crítico, com crescente incremento de percepções mútuas negativas entre ambos – (ROMERO, 2010). Por um lado, a Venezuela consegue alcançar equilíbrio interno e externo, devido a sua capacidade de garantir importações a partir das vendas para os Estados Unidos, bem como de dar continuidade aos projetos da Revolução Bolivariana com as divisas oriundas de tais vendas;

por outro lado, para os Estados Unidos, as reservas e as indústrias de petróleo, gás e carvão da Venezuela possuíam caráter estratégico, como foi visto, auxiliando a suprir sua demanda interna pelos hidrocarbonetos.

Assim, para além das considerações que já foram feitas até então, também é importante olhar para o processo decisório da PE, já que, seguindo a linha de argumentação do realismo neoclássico de Rose (1998), não são apenas as capacidades materiais de um Estado que pesam em seus comportamentos exteriores, sendo as percepções dos líderes políticos e das elites acerca do poder o que, de fato, determina a PE. No caso do governo Chávez, a influência e peso do presidente na tomada de decisões parece ter sido enfática.

Como visto, a escolha dos aliados do poder executivo era feita com base na identificação com ele e, ao olhar para a estrutura de PE, integrada por um ou vários atores domésticos (HUDSON; VORE, 1995), foi dado privilégios de acesso para novos atores, em sua maioria, simpaticizantes com os ideais da Revolução Bolivariana. E, segundo o que a literatura até então consultada indica, havia centralização de poder do Chefe do Estado no processo decisório de PE. Esse quadro, no entanto, segundo Milani (2015), é encontrado em sistemas presidencialistas, em que o executivo possui poder considerável e que, geralmente, é quem decide sobre a composição de seu Ministério de Relações Exteriores e detém controle frente à sua administração.

No entanto, isso não inviabiliza que outros atores domésticos fizessem parte de tal processo, ainda que a maior parte das decisões fossem tomadas por Chávez, afinal, por “fazer parte da zona cinzenta do Estado” (MILANI, 2015, p. 60), a PE engloba interesses e percepções de diferentes atores. Como Arbilla (2000) pontua, o Estado não é um ator unitário, de forma que outros atores podem ter interesse e participar de tal processo, a depender do governo em questão. Nesse contexto, é normal que tenha-se diferentes graus de acesso por parte de atores domésticos.

Tendo isso em vista, o terceiro capítulo deste trabalho buscará demonstrar os efeitos que as mudanças institucionais internas refletiram na estrutura da política externa venezuelana. Ademais, se debruçará no mapeamento dos demais atores que compunham o processo decisório de PE e na análise de suas ações e posicionamentos, com o intuito de aclarar como se dava a participação deles nesse sentido, bem como demonstrar como o presidente centralizava as decisões em PE, se configurando como a unidade definitiva de decisão na temática do relacionamento comercial com os EUA. Uma vez que Chávez já recebeu uma estrutura decisória de PE bastante centralizada, o terceiro capítulo buscará demonstrar como o presidente utilizou de tal

estrutura para torná-la ainda mais afunilada em torno de sua figura decisória, centralizando ainda mais as decisões em suas mãos.

### 3 O PROCESSO DECISÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA NA VENEZUELA CHAVISTA

A política, sobretudo, consiste em antecipar, não esperar que se apresente um acontecimento ou um problema para então o solucionar, não. É preciso prever. É hora de pensar profundamente, é hora de agir, hora de pensar e agir ofensivamente.

*Hugo Chávez*, em discurso em assinatura de acordos entre Venezuela e Cuba, em 15/10/2007.

O presente capítulo repousa o foco na análise primordial da pesquisa, a qual buscará discutir a hipótese desenhada. Assim, ele analisa o personalismo do presidente em várias arenas de políticas públicas, perpassando a estrutura política interna, porém com foco de apreciação para a política externa. Com isso, demonstra como o presidente se engajava ativamente na construção daquela e implementava o que denomina-se como diplomacia presidencial. Para além disso, evidencia como se dava a participação e influência dos outros atores no processo de formulação da política externa, tecendo considerações acerca da autonomia de cada um dos atores apontados, visando então demonstrar a unidade definitiva de decisão na temática comercial para os EUA. Para a consecução de tal momento da pesquisa, a utilização de discursos do presidente e de documentos oficiais do governo e dos Ministérios nos auxiliou na construção da pesquisa.

Para tanto, o capítulo parte da análise e mapeamento da estrutura da política interna, na seção “3.1”, mostrando como, desde o princípio, nomes de funcionário afeitos ao governo já estavam presentes na composição de cargos. Porém, demonstra como os eventos de 2002-2004 (tentativa de golpe da oposição, em 2002; Paro Petrolero, de 2002-2003, e realização do Referendo Revocatório, em 2004) foram marcos que constituem uma mudança nas estruturas políticas, que passam a ser compostas, majoritariamente, por apoiadores do governo e consecutores das políticas da Revolução Bolivariana.

A divisão de poderes no país se encontrou sob o comando de pessoas que também apoiavam o governo, o que auxiliou na promoção de projetos e políticas que a base governamental, muito centrada na figura de Chávez, propunha. A maioria governamental presente no Poder Legislativo nos permite compreender como e porque era mais simples para a administração em questão aprovar leis e outros mecanismos que estavam de acordo com seus objetivos políticos. Por sua vez, o Poder Judiciário, de acordo com a nova constituição, é formado por juízes

indicados por um comitê da Assembleia Nacional. De tal forma, tem-se que a composição da tal casa acaba tendo que passar pela aprovação do Poder Legislativo, que, por sua vez, era composto majoritariamente por aliados do governo.

Em síntese, o que se percebe a respeito da política venezuelana de 1999 a 2013 é que houve uma liderança do Poder Executivo forte, cujos poderes reais e formais elencam a existência de baixa institucionalidade e reduzida autonomia dos outros poderes públicos do Estado. E os atores que tinham seus interesses atendidos, eram acatados na medida em que o acesso ao presidente era garantido. Além disso, é preciso considerar que o presidente buscou participar ainda mais do processo político do país, o tornando mais concentrado em torno de sua figura e se aproximando de sua base eleitoral e de todo o povo venezuelano, por meio de mecanismos como seu programa Aló Presidente e sua página/blog na internet, pontos que são abordados na subseção “3.1.1”.

O diálogo próximo com o povo e sua difusão por meio das redes televisivas e da internet possibilitavam que suas ideias e políticas fossem propagadas rapidamente, com linguagem simples e fácil, por meio de sua própria locução para todo o país. De tal maneira, foi possível para o mandatário ter acesso e preponderância nas instituições políticas internas, tranquilizando seus receptores e os convencendo – por meio do diálogo e exposição de suas ações – que sabia o que estava fazendo e era capacitado para tal, aquele que grande parcela da população elegeu para reconstruir e revolucionar o país.

Naturalmente, como parte da consecução da Revolução Bolivariana, algumas modificações também foram implementadas na política externa do país, que passa a ter objetivos distintos dos das administrações anteriores. De tal feitio, mudanças não apenas nas agendas e pautas da política externa foram logradas, como também na estrutura do processo decisório de tal política. Ao repousar o olhar para o processo doméstico de decisão sobre política externa, tem-se que mudanças imperaram ao longo da administração Chávez. Tais mudanças são tratadas na seção “3.2”.

A Constituinte de 1999 é apontada como o instrumento que possibilitou que o presidente assumisse controle crescente sobre os outros poderes, órgãos e instituições. A promulgação da Constituição de 1999 representa o ponto focal quando se fala de inflexões políticas que o novo governo começou a implementar e, por ser a política externa uma continuação da política interna, ao se modificar as regras internas, necessariamente acarretam-se transformações em sua face externa.

No entanto, a Constituição de 1999 não foi a única base legal que possibilitou que mudanças no processo decisório de política externa acontecessem. Outros mecanismos, dados por meio de reformas de leis e regulamentos foram postos em prática nesse sentido, os quais são abordados na subseção “3.2.1”, que analisa as reformas no serviço exterior do país. O primeiro mecanismo que provocou transformações no Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE) foi a *Ley del Servicio Exterior*, de 2001. Tal lei foi formulada com um forte viés presidencialista, que buscava conceder ao presidente as tarefas de decidir e executar a política exterior; O segundo mecanismo em questão foi a reforma do *Reglamento Orgánico del Ministerio de Relaciones Exteriores*, em 2004. Por fim, houve a reforma parcial da *Ley del Servicio Exterior*, em 2005.

É possível perceber como Chávez elevou o grau de personalismo do presidente na formulação das políticas externas do país. Tal concentração de poder decisório nas mãos do líder do Estado não foi novidade na história venezuelana, porém há consenso na literatura de que o novo governo aprofundou tal estrutura decisória, com o intuito de ter mais participação nela. Porém, é determinante considerar que havia atores domésticos que participavam de tal processo, ainda que tivessem autonomia limitada às preferências de Chávez, de forma que eles são elencados e analisados na seção “3.3”.

Tal seção salienta como se dava a performance de cada um deles, buscando demonstrar, em cada uma das subseções que a seguem, o grau de autonomia que pode ser percebida para a atuação de cada um desses atores, que são: o Poder Legislativo (Assembleia Nacional); O Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores; o Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência; o Instituto de Altos Estudos Políticos Diplomáticos Pedro Gual; o Ministério do Poder Popular do Petróleo e Energia; o Ministério do Poder Popular de Produção e Comércio e o Ministério do Poder Popular para a Defesa.

Tendo apresentado e ponderado acerca da participação de tais atores no processo decisório de política externa, é necessário repousar o foco da apreciação para a atuação de Chávez no que tange o objeto de estudo proposto, ou seja, como ele se colocava dentro do processo no tocante à temática do relacionamento comercial com os Estados Unidos, o que é realizado na seção “3.4”. Tal seção foi realizada com base em fontes primárias de discursos do presidente Chávez.

Por fim, a seção “3.5” apresenta os resultados nos quais a pesquisa chegou, demonstrando se a hipótese central da análise se mostrou verdadeira ou não. Ademais, em tal seção

foram criadas subseções, de forma a deixar as ideias finais mais claras ao leitor. Assim, a subseção “3.5.1” retoma o debate teórico do primeiro capítulo do trabalho, trazendo respostas para o referencial que foi nele apresentado, com base nas respostas que os capítulos 2 e 3 trouxeram para a pesquisa. E, na última subseção do trabalho, “3.5.1.1” proporciona o debate primordial da análise, qual seja, a apresentação de qual foi, de fato, a unidade definitiva de decisão para o relacionamento da Venezuela com os Estados Unidos.

### **3.1 A estrutura política interna da Venezuela**

O aparato burocrático da Venezuela chavista, ao menos entre 1999-2009, beneficiava frações da burguesia interna, visto que o governo era composto por uma pequena burguesia e que fragmentos de uma burguesia bancária e financeira ainda eram hegemônicas. Assim, havia conflitos de classes neste governo e a maneira como estas buscavam defender seus interesses específicos se dava tanto por meio de cargos burocráticos quanto através de políticas específicas, oriundas das novas leis e da nova constituição. De tal maneira, o novo governo foi sendo formado, buscando alianças, também, com setores do empresariado. Teve, inclusive, de realizar “acordos transitórios” com os partidos AD, COPEI e Projeto Venezuela para obter vitórias na Assembleia (LOPES, 2009).

Por um lado, como exemplo dos acordos realizados com tais partidos da oposição, o governo preservou no cargo de Ministra das Finanças – por alguns meses – uma antiga funcionária da administração de Rafael Caldera, a ministra Maritza Izaguirre. Isso demarca o primeiro período de seu governo, em que até momentos antes da tentativa de golpe de 2002, ainda possuía a necessidade de realizar alianças e concessões a atores do antigo regime político do país.

Por outro lado, nomes que compunham sua base de apoio e foram chamados para fazer parte do comando foram os de Hector Navarro, Maria Harrison, Jorge Giordani, dentre outros. Ademais, também foram nomeados militares para cargos políticos, visto que, para o presidente, a única forma de aprovar leis e avançar nos planos políticos do governo seria com o apoio de tal base (LOPES, 2009). Ao versar acerca da participação dos militares em cargos dentro do governo, é importante ter em mente que Chávez estabelecia seus aliados nas Forças Armadas e os nomeava para postos (burocráticos, governadores e ministros), com o intuito de alavancar a tendência pró-Chávez dentro de tal instituição (LOPES, 2009). Esse quadro demonstra como,

antes dos acontecimentos de 2002-2004, já havia muitos cargos ocupados por apoiadores do governo, tendência que se intensifica mais após tal período.

Uma das figuras que merece destaque dentro do governo Chávez é a de Luis Miquilena. Considerado como “padrinho político de Chávez”<sup>54</sup>, sendo um dos primeiros políticos conhecidos e antigos na política venezuelana a apoiar o presidente. Ocupou, no governo, os cargos Ministro do Interior e Justiça por cinco meses no ano de 1999; posteriormente, assumiu os cargos de presidente da Assembleia Constituinte e presidente da Comissão Legislativa Nacional; e, em 2001 retornou ao posto de Ministro do Interior e Justiça. Foi delegado por Chávez para assumir como presidente da Constituinte, coordenando os debates acerca das novas leis do país (LOPES, 2009). Além disso, em “reuniões com empresários, quase sempre estava presente a figura de Luis Miquilena, fazendo lobby, fazendo contatos [...]” (HARNERKER, 2004, p.68). No entanto, foi uma das figuras políticas que, por discordar de posturas e atitudes, rompeu com o governo, em 2002.

Além dos atores já mencionados, é importante frisar que membros da família do presidente também se encontravam em posições políticas. Seu irmão, Ádan Chávez, ficou encarregado das importações de alimentos no Instituto Nacional de Terras; depois, foi elevado a Ministro do Ministério do Poder Popular para Despachos da Presidência; bem como embaixador da Venezuela em Cuba; além de ter assumido como Ministro da Educação. Mas não somente Ádan estava no governo, como também o pai do presidente, Hugo de los Reyes, atuou como governador de Barinas, estado relevante por ser o responsável pela maior parte do setor agrário do país (LOPES, 2009).

No que tange o Poder Legislativo, que é unicameral e representado pela Assembleia Nacional, tem-se que ao longo dos governos chavistas, tal casa foi controlada por aliados do governo. Ter isso em mente permite compreender como e porque era mais simples para a administração em questão aprovar leis e outros mecanismos que estavam de acordo com seus objetivos políticos. Por conta disso, a oposição não conseguia ter alcance para “acionar os mecanismos constitucionais de *checks and balances*” (PEDROSO, 2018, p. 240), afinal havia predominância de interesses entre a maior parte dos parlamentares e o Líder do Executivo. Deve-se considerar, ainda, que o Executivo, segundo a Constituição Bolivariana, teoricamente, possui

---

<sup>54</sup> De acordo com reportagem da Revista IstoÉ. Disponível em: <https://istoe.com.br/morreu-o-ex-ministro-venezuelano-luis-miquilena-padrinho-politico-de-chavez/>.

poder de veto, de forma que é necessário que os atores que o compõem negociem entre si. Porém, em consonância com Pedroso (2018):

Por isso é importante identificar os diferentes matizes existentes dentro do que Bernardes (2015) chama de bipolarização, característica que marcaria o sistema político venezuelano dividido entre duas coalizões partidárias: a Mesa de Unidade Democrática (MUD) e o Grande Polo Patriótico Simón Bolívar (GPPSB). Apesar da pluralidade de vozes que compõem os dois blocos, da parte da oposição o interesse geral é se consolidar enquanto alternativa política e eleitoral ao chavismo. Já a coalizão partidária do chavismo, que é liderada pelo PSUV carece, conforme analisa Bernardes (2015), de uma estrutura centralizada e organizada [...] Contudo, os dois polos procuram atenuar suas diferenças ideológicas para seguir criticando/apoiando a Revolução Bolivariana (PEDROSO, 2018, p. 241).

Por sua vez, o Poder Judiciário, de acordo com a nova constituição, é formado por juízes indicados por um comitê da Assembleia Nacional. Pedroso (2018) explica como se dá tal processo: quando abrem vagas de magistratura, o comitê mencionado fica encarregado de realizar um chamamento público para candidatos que apresentem os requisitos necessários para ocupar o cargo (são eles: ser nacional da Venezuela; ter título de pós-graduação em Direito; ter sido professor (a) universitário (a) de ciências jurídicas e/ou ter praticado advocacia; ter sido juiz (a) no campo da especialidade a qual pretende concorrer). Após o período de inscrições para o concurso, os pretendentes ao cargo eram sabatinados pelo presidente do Comitê, que escolhe os novos membros do Poder.

De tal forma, tem-se que a composição da tal casa acaba tendo que passar pela aprovação do Poder Legislativo, que, por sua vez, era composto majoritariamente por aliados do governo. Sendo assim, a autora diz ser difícil não afirmar que a nomeação dos juízes não era imparcial (PEDROSO, 2018). Ou seja, ambos os Poderes estatais se encontravam em consonância com o governo eleito, representando focos improváveis de *checks and balances* para as decisões que o Líder do Executivo colocava em ação. E ainda:

O fortalecimento da presença de um novo bloco no poder ocorreu também em outras searas, como no Poder Eleitoral (responsável por organizar as eleições) e no Poder Popular (equivalente ao Ministério Público em outros países), que seriam influenciados pelo Executivo (PEDROSO, 2018, p. 240)

Como forma de reforçar os exemplos de que Chávez possuía proeminência na tomada de decisões políticas, encontra-se a questão das experiências do MVR em seus processos de eleições internas no partido, que tinham a finalidade de “eleger autoridades e candidatos do partido que tiveram resultados mistos” (OLIVEIRA, 2019, p. 11). Destas, o pleito que teve maior relevância foi o realizado em abril de 2003, em busca de eleger o comitê executivo do partido, chamado de Comando Tático Nacional.

No entanto, Chávez era o que tinha a última palavra acerca de todas as decisões, algo que era aceito pelos membros do partido de maneira unânime. Assim, a figura de proeminência no partido buscou favorecer os militares<sup>55</sup>, designando-os para posições importantes com vistas a fortalecer a aliança civil-militar no país. Tal forma de atuação interna do partido reforçava a prevalência de Chávez no poder do governo e reduzia as chances de ter desvios internos às prerrogativas da Revolução, sendo importante para sua sustentação, como é apontado por Oliveira (2019):

Apesar de o MVR não ter abordado os desafios da democracia interna, clareza ideológica e aversão prática à corrupção, o partido foi um pilar fundamental do governo de Chávez. Uma das suas conquistas mais importantes foi manter o controle majoritário na Assembleia Nacional, o que era essencial para a sobrevivência do governo. Em contraste, ele frequentemente elogiava o partido comunista por sua disciplina e pelo compromisso incondicional de seus membros (OLIVEIRA, 2019, p. 12).

Como demonstrado anteriormente neste trabalho, a ascensão de Chávez, naturalmente, desencadeou reações da antiga elite dominante do país, que se viu desfavorecida por ter perdido o poder que concentrava há décadas na Venezuela. Porém, a oposição já estava enfraquecida e findou com a credibilidade que ainda possuía com a tentativa fracassada do golpe de 11 de abril de 2002, com as greves gerais e com o referendo revogatório, visto que Chávez venceu tais movimentos e logrou ter ainda mais legitimidade após o referendo. Com isso, o líder venezuelano foi impulsionado a focar com mais ênfase na consecução da Revolução Bolivariana, visto que a oposição a seu governo, com o apoio do governo dos Estados Unidos, chegou ao ápice para tentar findar seu governo (NATALINO; GUIMARÃES, 2017).

É preciso retomar esse ponto da história de Caracas sob a administração de Chávez para compreender como tal movimentação da oposição – em conjunto com Washington – se mostra como um divisor de águas para o processo político do país. Após a tentativa de golpe e o *Paro Petrolero*, mudanças políticas, voltadas para a manutenção da segurança do país e do governo, são realizadas, dentre as quais constam: a demissão em massa de funcionários da PDVSA (cerca de 18 mil funcionários que apoiaram a greve); a expulsão de pessoal das forças armadas que apoiaram o golpe e distribuição de benesses aos que não participaram; nomeação e promoção de oficiais; nomeação de militares para ministérios, órgãos estatais e para embaixadas; apoio da candidatura de militares para cargos nos governos subnacionais; constituição de grupos paramilitares; aumento nas importações de armamentos; nacionalização de canais de televisão e

---

<sup>55</sup> Tal corrente militar do MVR incluía vários governadores e era liderada por Diosdado Cabello (OLIVEIRA, 2019).

rádio<sup>56</sup>; aplicação das receitas oriundas do petróleo para a promoção de benefícios sociais para a classe baixa, por meio das *Misiones*, dentre outras modificações (NATALINO; GUIMARÃES, 2017).

Posteriormente, em 2006, quando o presidente de Miraflores é reeleito com 59% dos votos, a pauta do “Socialismo do Século XXI” vêm à tona pelo governo, que passa a radicalizar sua condução. Um exemplo reside na aprovação de uma nova Lei Habilitante, que passou a conceder poderes praticamente ilimitados para Chávez colocar em prática seus projetos. Nesse movimento, não apenas Hugo Chávez aumentou seus poderes e recursos, como reduziu o de governadores estaduais, transferindo-os para o governo central e para os conselhos comunais. Ademais, buscou acrescer a participação do Estado no setor do petróleo, com o intuito de conseguir subsidiar mais atividades econômicas, nas áreas de energia, siderurgia e telecomunicações (NATALINO; GUIMARÃES, 2017).

Entre 2005-2007, o governo buscou incorporar em suas frentes mais professores, economistas, advogados e aumentar a participação de militares no poder. É nesse ínterim que Nicolás Maduro é elevado à condição de Ministro das Relações Exteriores do país, por exemplo. Além dele, outros membros do gabinete demarcam o que a autora chama de “ligação com a pequena burguesia, ou classe média” (LOPES, 2009, p. 80), como José Rafael Oropeza Reys, como Ministro da Alimentação; Célia Flores – advogada e esposa de Maduro - como presidente da Assembleia Nacional; e Pedro Carreño como Ministro do Interior e da Justiça (LOPES, 2009).

Por mais que tenha endurecido em seus discursos – tanto de política interna quanto da externa – a aprovação popular ao governo ainda era grande, o que garantia ainda mais poder para a administração em curso (BUNDCHEN, 2008). Classificação profícua nesse sentido consiste na contestação que Levitski e Roberts (2011) realizam acerca da existência de classificações binárias acerca dos governos que emergiram na América Latina com a onda rosa (moderados/radicais ou social-democratas/populistas). Assim, sugerem uma nova tipologia, que pondera sobre dois eixos, que são eles: 1) o que considera o grau que o regime é institucionalizado (tomando em consideração suas estruturas, redes de suporte, organicidade e identidade partidária) e 2) o que considera o lócus da autoridade política do governo, analisando se o poder é mais

---

<sup>56</sup> Chávez afirmava, constantemente – inclusive em sua participação no programa Roda Vida – que a participação da mídia privada venezuelana na tentativa de golpe a seu governo findou a confiabilidade que possuíam, o que o impulsiona ainda mais a buscar pela nacionalização dos meios de comunicação, já que àqueles não o queriam no poder.

centrado na figura do líder ou se é dissipado na estrutura partidária. Partindo de tais eixos, os autores promovem quatro categorias possíveis: a da esquerda partidária institucionalizada; as máquinas populistas; a esquerda populista e os movimentos de esquerda. Em tal qualificação, o governo de Chávez é alocado como esquerda populista.

É necessário salientar que existem debates acalorados que permeiam o conceito de populismo<sup>57</sup> na ciência política, sendo complexo reduzir o governo chavista como populista, sem tomar em conta diversas variáveis que o permearam. Nesta análise, concordamos que algumas características populistas podem ser encontradas, no sentido do que Natalino e Guimarães (2017) argumentam, como o nível de mobilização que a liderança carismática de Chávez conseguiu alcançar das massas. Como a população se sentia fortemente desamparada pelos problemas que o *Pacto de Punto Fijo* apresentou, em seus momentos finais, a necessidade de eleger um presidente que não fazia parte da elite dominante, que falava ao povo e pelo povo, além de promover soluções para tais problemas, se tornou imperante. De tal forma, Chávez, devido às suas características carismáticas e à concentração que promoveu à sua autoridade política, pode até ser enquadrado dentro da esquerda populista, desconsiderando a faceta negativa que tal termo carrega na atualidade.

Porém, ainda tendo grande base de apoio, por ser uma figura carismática, algumas medidas oriundas da aprovação da nova Lei Habilitante desagradaram parte da população. Esta nova lei concedia poderes especiais ao presidente, que poderia passar a atuar por meio de decreto, sem depender da aprovação do Legislativo, por um período de 18 meses, o que gerava o receio de que o governante se tornaria autoritário (BUNDCHEN, 2008). Afinal, diversos temas eram possíveis de serem tratados por meio de decreto, como a modificação de instituições estatais, a participação popular, o exercício de funções públicas, os setores econômico e social, além do das finanças e tributos, e a seguridade cidadã e jurídica e:

Chávez também obteve o poder de fazer mudanças no setor energético – principal fonte de renda do país –, nas áreas de ciência, tecnologia, segurança e defesa, além de tomar decisões no que diz respeito a infraestrutura, transportes e serviços (BUNDCHEN, 2008, p. 33).

Ao falar sobre descontentamento popular, uma medida específica deve ser abordada, que foi a decisão de Chávez em não renovar a permissão da rede de televisão Radio Caracas Televisión (RCTV). Tal rede era uma das mais populares do país e existia desde 1953 e o

---

<sup>57</sup> No contexto latino-americano, o termo recebeu conotação negativa ao ser associado a um tipo de condução política desorganizada, que pode chegar a assumir conotações ligadas que beiram a barbárie, possuindo como características o improvisado e até mesmo uma certa irresponsabilidade (GERMANI; TELLA; IANNI, 1973). No entanto, não concordamos com tal classificação para os governos de Hugo Chávez.

anúncio de seu fechamento fez com que multidões fossem para as ruas em maio de 2007. Protestos ocorreram desde o fim de semana anterior ao fechamento da emissora e permaneceram na semana seguinte, sem sucesso em sua empreitada, visto que o governo justificou sua decisão argumentando que seria criada uma nova emissora de TV, pública, que teria a mesma frequência de sinal que a RCTV (BUNDCHEN, 2008).

Em síntese, o que se percebe a respeito da política interna venezuelana de 1999 a 2013 é que houve uma liderança do Poder Executivo forte, cujos poderes reais e formais elencam a existência de baixa institucionalidade e reduzida autonomia dos outros poderes públicos do Estado. O processo político venezuelano se dava ao redor da liderança de Chávez, cujo processo de influência e participação na esfera política pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, entre 1999 e 2006, é o circunscrito no processo da Revolução Bolivariana e foi caracterizado pela propagação da mensagem de mudanças políticas e do questionamento da democracia representativa; o segundo momento se dá a partir do começo de seu segundo mandato, em 2006, indo até o ano de seu falecimento – 2013 - quando entra em curso seu projeto denominado de Socialismo do Século XXI, em que há a deflagração de um projeto mais radicalizador (MÉNDEZ LOSI, 2015), como demonstrado a priori nesse capítulo.

### 3.1.1 O papel do líder do executivo na política venezuelana

Recapitulando, a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela é acompanhada de uma série de mudanças nas quais o líder foi eleito para promover na política do país. Por um lado, houve uma tendência de gradual e crescente concentração do poder na figura do mandatário, que se deu sem que as instituições e a divisão de poderes tenham sido eliminadas<sup>58</sup>, apesar de Chávez e sua administração possuírem proeminência e autoridade indiscutíveis nestas (ELENA, 2008). Por outro lado, como parte de seu projeto político e em busca de alocar o povo como objeto e sujeito do poder, o presidente trouxe, com a Constituição Bolivariana, a inflexão da democracia representativa para a participativa. Com isso, o mecanismo de referendo foi muito utilizado ao longo dos anos em que esteve à frente do país, feito que era grifado com orgulho por Chávez em diversas ocasiões.

---

<sup>58</sup> O autor critica a postura de Chávez, questionando o aspecto democrático do regime, a despeito do mecanismo constitucional da realização de referendos, argumentando que seriam evidentes as várias formas com que o governo restringiu as liberdades de expressão e de associação, indispensáveis para que a oposição tivesse capacidade de se apresentar como uma alternativa política (ELENA, 2008).

Para além do mecanismo de referendo, o presidente se lançou em outras empreitadas como forma de acercar-se e manter seu eleitorado. Um exemplo de tal busca por aproximação se deu por meio da criação de sua página na internet (não existe mais, porém era encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.chavez.org.ve/>) a qual possuía um design simples e claro, com seções objetivas para que o visitante encontrasse rapidamente o que buscava. O blog do presidente o aproximava do povo, fazendo com que sua imagem de que governava para a população fosse reforçada, além de convergir com as demais estratégias discursivas e propagandísticas que possuía. Tais seções eram as seguintes, as quais podem ser visualizadas, também, na imagem abaixo: “[...] Início/ linhas de Chávez/ discursos/ Aló Presidente/ artigos/ livros/ notícias e na coluna da direita era destacado um espaço para os aliados internacionais [...]”<sup>59</sup> (FERNÁNDEZ, 2012, p. 191, tradução nossa).

Figura 1 - Imagem da página inicial do antigo blog de Hugo Chávez



Imagem de la página inicial del Blog de Hugo Chávez

Fonte: FERNÁNDEZ, 2012.

Além de sua página pessoal na internet, outro ponto de relevância nesse sentido foi que, desde que Chávez assumiu o cargo, começou-se a levar a cabo uma grande estratégia tática de comunicação. Ele passa a estimular e apoiar, por meio de logística e financiamentos, vários projetos de comunicação, que iam desde a promoção de um novo canal de televisão público, a *Vive TV*; ao jornal oficial *Vea*; a revista mensal *Question* e à versão do país do jornal *Le Monde*

<sup>59</sup> O texto na língua original: “[...] Inicio/ Líneas de Chávez/ Discursos/ Aló Presidente/ Artículos/ Libros/ Noticias. En la columna de la derecha destaca un espacio reservado a sus aliados Internacionales [...]”.

*Diplomatique* (BUNDCHEN, 2008). Porém, o líder foi além e criou o programa – que inicialmente era de rádio – denominado Aló Presidente. Tal programa configurava um canal direto e constante com a população venezuelana. Era transmitido ao vivo, todo domingo pela manhã, não tendo tempo de duração nem temáticas definidas. Com o tempo, passou-se a buscar por um vínculo ainda maior e logrou conseguir que o povo se envolvesse ainda mais com o programa, de forma que este passou a ser transmitido na televisão<sup>60</sup> (FERNÁNDEZ, 2012).

O programa poderia versar sobre as atividades governamentais que se passaram ao longo da semana, bem como poderia abordar questões diversas e pessoais, como aconteceu de Chávez falar sobre seu neto ou contar histórias de sua vida, cantar (BUNDCHEN, 2008), dentre outras atividades (já ocorreu, inclusive dele andar de bicicleta ao vivo, como forma de provocar o governo de Bush, nos Estados Unidos). Como Fernández (2012) ressalta a partir de sua análise sobre o discurso de Chávez e seus aspectos comunicacionais e propagandísticos:

Aló Presidente, o programa de televisão de Hugo Chávez, se converteu em um de seus grandes hitos de comunicação pela demonstração pública de suas incríveis habilidades de comunicação, que o permitiam aparecer na tela durante várias horas. Sem dúvidas, pode-se afirmar que este foi um de seus grandes diferenciais frente a outros políticos, já que, até o momento, nenhum outro presidente da Venezuela foi tão consciente da importância da comunicação e do poder da informação [...] O uso da micropolítica através de um meio de alcance massivo e de baixo custo se converteu, rapidamente, em um êxito. O presidente se posicionou como um líder preocupado, próximo e aberto às demandas de seus cidadãos, projetando a imagem de ser um cidadão mais através de suas anedotas e histórias<sup>61</sup> (FERNÁNDEZ, 2012, p. 287-288, tradução nossa).

Tendo em vista o que foi apresentado, é possível enxergar melhor as formas com as quais o presidente buscou participar ainda mais do processo político do país, o tornando mais concentrado em torno de sua figura e se aproximando de sua base eleitoral e de todo o povo venezuelano. O diálogo próximo com o povo e sua difusão por meio das redes televisivas e da internet possibilitavam que suas ideias e políticas fossem propagadas rapidamente, com linguagem simples e fácil, por meio de sua própria locução para todo o país – e também para além

---

<sup>60</sup> Não se contentando com a alta transmissão doméstica, o programa passou a ser transmitido internacionalmente, podendo ser assistido em qualquer lugar do mundo. A primeira transmissão internacional foi para a Guatemala – com o programa número 52 – e, posteriormente, se sucederam as projeções na Argentina, Cuba e outros Estados (FERNÁNDEZ, 2012).

<sup>61</sup> O texto na língua original: “Aló Presidente, el programa televisivo de Hugo Chávez, se ha convertido en uno de sus grandes hitos de la comunicación del Presidente de la República por la demostración pública de sus increíbles habilidades de comunicación, que le permiten aparecer en pantalla durante largas horas. Sin duda, se puede afirmar que éste ha sido uno de sus grandes diferenciadores frente a otros políticos, ya que hasta el momento ningún Presidente en Venezuela había sido tan consciente de la importancia de la comunicación ni del poder de la información. [...] El uso de la micropolítica a través de un medio de alcance masivo de bajo coste se convirtió rápidamente en un éxito. El Presidente se posiciono como un líder preocupado, cercano y abierto a las demandas de sus ciudadanos, proyectando la imagen de ser un ciudadano más a través de sus anécdotas e historias”.

das fronteiras estatais – o que facilitou a manutenção de grupos apoiadores, mesmo quando a oposição e críticos o acusavam de estar aprofundando o regime em caminhos não democráticos.

De tal maneira, foi possível para o mandatário ter acesso e preponderância nas instituições políticas internas, tranquilizando seus receptores e os convencendo – por meio do diálogo e exposição de suas ações – que sabia o que estava fazendo e era capacitado para tal, àquele que grande parcela da população elegeu para reconstruir e revolucionar o país. Sendo assim, as inflexões políticas internas em torno da consecução do projeto de governo foram sendo realizadas ao longo dos anos e, naturalmente, mudanças também ocorreram em outra política pública, a política externa, o que será abordado em detalhes na seção que se segue.

### **3.2 Política externa como política pública: impactos das mudanças internas na formulação de política externa venezuelana**

A ascensão de Chávez ao poder foi acompanhada de uma série de mudanças paulatinas na política interna vigente no país até então, como foi apontado na seção acima. Naturalmente, como parte da consecução da Revolução Bolivariana, algumas modificações também foram implementadas na política externa do país, que passa a ter objetivos distintos dos das administrações anteriores. De tal feitio, mudanças não apenas nas agendas e pautas da política externa foram logradas, como também na estrutura do processo decisório de tal política.

A política externa de Chávez articula a realidade interna com a externa, em termos dos polos de equilíbrio político, social, econômico, territorial e mundial de seu plano político (VILLARROEL, 2008). E, como foi visto, continuidades e descontinuidades frente às políticas externas anteriores podem ser assinaladas na condução externa a partir de 1999. No entanto, ao repousar o olhar para o processo doméstico de decisão sobre política externa, tem-se que mudanças imperaram ao longo da administração Chávez. A Constituinte de 1999 teria sido o instrumento que possibilitou que o presidente assumisse controle crescente sobre os outros poderes, órgãos e instituições (NATALINO; GUIMARÃES, 2017).

Sendo assim, a promulgação da Constituição de 1999 representa o ponto focal quando se fala de inflexões políticas que o novo governo começou a implementar e, por ser a política externa uma continuação da política interna, ao se modificar as regras internas, necessariamente acarretam-se transformações em sua face externa. Isso se dá assim pois modificações internas

levam à uma ressignificação dos objetivos, fins e do interesse nacional do país, elementos estes que são categóricos para a tomada de decisões na execução de uma PE (VILLARROEL, 2008).

Para melhor compreender as inflexões que a Constituição Bolivariana trouxe para a política venezuelana, é importante recorrer também a pontos específicos da Constituição em vigor até meados de 1999, que foi formulada em 1961. Devido ao ano em que foi promulgada, a antiga Constituição representava o sistema de alternância de governos de *Punto Fijo*. Tal documento colocava o presidente da República, chefe do Estado, como também chefe da política externa. Ademais, nela foi estabelecida uma concepção monocêntrica, em que a tomada de decisões sobre políticas públicas era fundamentada pela agenda das elites dominantes, além de buscar rechaçar conflitos (BORGGO, 2005). Além do exposto, o autor demonstra que esta concedia atribuições<sup>62</sup> ao Poder Legislativo, o que facilitava que a sociedade em geral pudesse conhecer e ter algum grau de controle sobre a PE, ressaltando que, ainda assim, a discricionariedade do Poder Executivo continuou sendo grande (BORGGO, 2005).

Em contraposição ao que a Constituição de 1961 pregava, a de 1999 propunha uma nova forma de manejar as políticas públicas, que se dava a partir da ideia de governar pelo povo e para o povo, o que pode ser observado pelo artigo 141 dela:

Art. 141. A administração pública está a serviço dos cidadãos e cidadãs e se fundamenta nos princípios de honestidade, participação, celeridade, eficácia, eficiência, transparência, prestação de contas e responsabilidade no exercício da função pública, com submissão plena à lei e ao direito<sup>63</sup> (CRBV, 1999, p. 27, tradução nossa)

Com isso, o novo documento torna decisão facultativa do Poder Executivo solicitar referendos consultivos nacionais e, em particular, para temáticas internacionais. Este mecanismo aproximaria a agenda internacional da discussão nacional<sup>64</sup> e é possível “[...] perceber o estabelecimento de um aparato de política externa que rompe com a tradicional dupla executivo-legislativo, que havia prevalecido na constituição tradicional”<sup>65</sup> (BORGGO, 2005, p. 597,

---

<sup>62</sup> Aprovação de embaixadores e chefes de missão; aprovação de tratados; e o uso de missões militares (BORGGO, 2005).

<sup>63</sup> O texto na língua original: “Artículo 141. La Administración Pública está al servicio de los ciudadanos y ciudadanas y se fundamenta en los principios de honestidad, participación, celeridad, eficacia, eficiencia, transparencia, rendición de cuentas y responsabilidad en el ejercicio de la función pública, con sometimiento pleno a la ley y al derecho”.

<sup>64</sup> Exemplos de ocasiões em que isso ocorreu foram as diversas consultas que Hugo Chávez fez à população, por meio de referendos consultivos, acerca da participação do país na ALCA (BORGGO, 2005).

<sup>65</sup> O texto na língua original: “[...] percibir el establecimiento de un “aparato de política exterior”, que rompe el tradicional dúo ejecutivo legislativo, que había prevalecido en la tradicional constitucional”.

tradução nossa). Àquele representa “[...] a refundação da República, para estabelecer uma sociedade democrática, participativa e protagônica, multiétnica e pluricultural [...]”<sup>66</sup> (CRBV, 1999, p. 1, tradução nossa).

A inclusão da participação popular em temas de política externa é coerente com a busca pela democracia participativa empregada pelo governo bolivariano desde seu princípio e, como demonstra Sánchez (2015), é uma novidade que a Nova Constituição traz, algo não usual de ser apontado em outros Estados – aspirantes da democracia representativa, em que não existem tais mecanismos para que a opinião pública participe de decisões sobre política externa -. Porém, é determinante salientar que a realização de referendos consultivos não acontecia para qualquer temática de política externa e que a opinião pública não tinha tanta proeminência no processo decisório, que era muito concentrado nas decisões do presidente da República e outros atores internos.

De outra maneira, existem alguns pontos em que as duas Constituições demonstram continuidade entre si, os quais seriam a cooperação pacífica entre as nações; o impulso e consolidação da integração latino-americana, de acordo com a não intervenção e autodeterminação dos povos; a garantia universal e indivisível dos direitos humanos, a democratização da sociedade internacional; desarmamento nuclear; equilíbrio ecológico e o entendimento dos bens jurídicos ambientais como patrimônios comuns e irrenunciáveis da humanidade (CEDEÑO, 2010).

Tendo em mente os aspectos em que há distanciamento e aproximação entre os dois documentos acima citados, cabe apresentar a classificação realizada por Cedeño (2010) em dois períodos dos mandatos de Chávez no que tange às modificações na estrutura de política externa do país. Ele aponta que o primeiro momento seria o chamado “período moderado”<sup>67</sup> (CEDEÑO, 2010, p. 45, tradução nossa), que se deu entre os anos 1999 e 2000. Neste, ele demonstra como, desde momentos de campanha eleitoral, o presidente já se encontrava em um ambiente de confrontações com o corpo diplomático, em que a chancelaria realizou um ciclo de debates com os candidatos Irene Sáez e Enrique Salas e quando o coordenador de campanha de Chávez solicitou por sua participação nesses encontros, seu pedido foi negado. Por conta disto, “este

---

<sup>66</sup> O texto na língua original: “[...] refundar la República para establecer una sociedad democrática, participativa y protagónica, multiétnica y pluricultural [...]”.

<sup>67</sup> O texto na língua original: “período moderado”.

incidente seria o prelúdio de uma relação tempestuosa entre o governo revolucionário e o Ministério de Relações Exteriores”<sup>68</sup> (ZAPATA, 2007 apud CEDEÑO, 2010, p. 45, tradução nossa).

Ainda em tal período, o governo manteve um diálogo próximo com o setor privado do país, não gerando alterações profundas na arena econômica. Porém, com a promulgação da Constituição Bolivariana se deu o início de um processo de transformação nos objetivos, metas e base legal-institucional da política externa, em que o corpo profissional do serviço exterior teria que estar a serviço do novo governo e de sua política – o que não era uma realidade até então, visto que elementos da antiga elite ainda faziam parte do novo governo -. A movimentação em torno do corpo profissional de política externa desencadeou choques tanto internos quanto externos à instituição (CEDEÑO, 2010).

Assim, a partir do ano de 2001, até o ano de 2004, se dá o segundo período apontado pelo autor, o “anti-neoliberal”<sup>69</sup> (CEDEÑO, 2010, p. 48, tradução nossa). O marco inicial de tal período se dá em novembro de 2001, quando são aprovadas as 49 Leis Habilitantes. E, além disso, outros eventos marcam a nova realidade do governo, os quais já foram abordados previamente neste trabalho, quais sejam: a derrota do golpe de 11 de abril de 2002; a superação do *Paro Petrolero*, o triunfo do governo no referendo revogatório em 2004 e a elevação do preço do petróleo internacionalmente.

Foram esses momentos que permitiram que a nova administração pudesse articular poder por meio de processos que trouxeram legitimidade, além de permitir que o Executivo – por meio da figura do presidente – pudesse impulsionar um processo acelerado de mudanças institucionais. Essas mudanças, as quais serão analisadas abaixo, permitiram a adequação das instituições ao projeto nacional socialista e explica o forte presidencialismo nos processos de tomada de decisões de políticas públicas (CEDEÑO, 2010).

A partir de tal fase, que pode ser denominada como “a segunda fase da Quinta República”<sup>70</sup> (MACCARTHY-JONES; TURNER, 2011, p. 557, tradução nossa) há uma inclinação do foco de preocupação do governo de questões domésticas para um maior foco em política

---

<sup>68</sup> O texto na língua original: “Este incidente sería el preludio de una relación tempestuosa entre el gobierno revolucionario y el Ministerio de Relaciones Exteriores”.

<sup>69</sup> O texto na língua original: “Anti-Neoliberal”.

<sup>70</sup> O texto na língua original: “The second phase of the Fifth Republic”.

externa, tanto a nível regional quanto internacional. Essa alteração de foco foi possível por conta do nível de autonomia alcançado pelo governo “que permitiu que seus funcionários determinassem as prioridades da política externa, independentemente dos interesses da sociedade”<sup>71</sup> (MACCARTHY-JONES; TURNER, 2011, p. 557, tradução nossa). O período é marcado, então, por uma mudança na natureza da formulação de política externa, que evolui para um processo centralizado no Estado, em que as decisões, por sua vez, eram tomadas, em sua maioria, de acordo com as atitudes e reações do presidente (MCCARTHY-JONES; TURNER, 2011).

### 3.2.1 Reformas no Serviço Exterior do país

É no período titulado por Cedeño (2010) como anti-neoliberal que é aprovado o primeiro mecanismo que provoca transformações no Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE), a *Ley del Servicio Exterior*. Esta lei foi aprovada no dia 6 de agosto de 2001, na Gaceta Oficial nº 37.254. O objetivo com a aprovação da lei era o que está expresso em seu artigo 1º: “[...] regulação, organização e funcionamento do Serviço Exterior, assim como dos direitos e deveres do pessoal que o compõe, a fim de garantir a execução e coordenação de uma política externa dirigida pelo presidente da República [...]”<sup>72</sup> (LEY DEL SERVICIO EXTERIOR, 2001, p.1, tradução nossa).

Como é possível já perceber, tal lei foi formulada com um forte viés presidencialista, que buscava conceder ao presidente as tarefas de decidir e executar a política exterior. Porém, busca atenuar o tom de tal proposta, ao admitir que a Assembleia Nacional também pudesse se constituir como órgão decisor em política externa, desde que tal instituição sujeitasse sua participação às diretrizes que o presidente da República estabelecesse, o que está expresso em seu artigo 2º:

Artigo 2. A política externa da República Bolivariana da Venezuela é desenhada, dirigida e desenvolvida por órgãos decisores e órgãos executivos. O presidente da República é, conforme as atribuições que lhe confere a Constituição, ao mesmo tempo decisor e executor da política externa. Da mesma forma, a Constituição confere à

<sup>71</sup> O texto na língua original: “This was possible because the state had attained a degree of autonomy that enabled its officials to determine foreign policy priorities independent of societal interests”.

<sup>72</sup> O texto na língua original: “[...] es la regulación, organización y funcionamiento del Servicio Exterior, así como de los derechos y deberes del personal que lo compone, a fin de garantizar la ejecución y coordinación de una política exterior dirigida por el Presidente de la República [...]”.

Asamblea Nacional competência como órgão decisor em matéria de Serviço Exterior e política exterior<sup>73</sup> (LEY DEL SERVICIO EXTERIOR, 2001, p.1, tradução nossa).

Porém, seria errôneo considerar que a lei demarca um ponto de ruptura em relação aos governos de *Punto Fijo*, pois busca, por meios legais, proteger a incidência de novos atores políticos nas relações exteriores, atores tais designados pelo governo de Chávez (CEDEÑO, 2010). E além disso, a criação da chamada Direção Geral de Recursos Humanos, proposta na lei, acaba entrando em conflito com os interesses do Executivo, pois impõe limites para a seleção, formação e indicação de funcionários, o que pode ser percebido pelo artigo 88º:

Artigo 88. O presidente da República poderá designar pessoas que não pertençam à carreira diplomática para cobrir até cinquenta por cento (50%) das chefias de missões diplomáticas ou consulares da República. Esses funcionários serão livremente dispensados e seu tempo de serviço não deverá exceder um período máximo de seis (6) anos. Serão afastados automaticamente do serviço ao concluir o período constitucional em que forem nomeados<sup>74</sup> (LEY DEL SERVICIO EXTERIOR, 2001, p. 12, tradução nossa).

Outro ponto relevante para a presente análise diz respeito às modificações que foram realizadas na forma de ingresso na carreira diplomática. Com a nova lei, é rompida a tradição de recrutamento fechado, estabelecido em 1961, em que era solicitada a aprovação do candidato em matérias ministradas de forma exclusiva pela licenciatura em Estudos Internacionais da Universidad Central de Venezuela (UCV). Com a nova lei, a formação passaria a ser responsabilidade do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual. O Instituto assume, então, o monopólio da formação acadêmica dos funcionários ingressantes no MPPRE. Por conta disso é que o Estado assume a reestruturação do Instituto (CEDEÑO, 2010), ponto que será melhor abordado na próxima seção deste trabalho.

O segundo mecanismo aprovado pelo governo no período anti-neoliberal foi a reforma do *Reglamento Orgánico del Ministerio de Relaciones Exteriores*, em 2004. Tal reforma, diferentemente da *Ley del Servicio Exterior*, foi promulgada por meio de um decreto presidencial – nº 3.402 – o que significa que as mudanças promovidas foram oriundas das necessidades e

---

<sup>73</sup> O texto na língua oficial: “Artículo 2. La política exterior de la República Bolivariana de Venezuela es diseñada, dirigida y desarrollada por órganos decisores y órganos ejecutores. El Presidente de la República es, conforme a las atribuciones que le confiere la Constitución, al mismo tiempo decisor y ejecutor de la política exterior. Igualmente, la Constitución otorga a la Asamblea Nacional competencia como órgano decisor en materia del Servicio Exterior y política exterior”.

<sup>74</sup> O texto na língua oficial: “Artículo 88. El Presidente de la República podrá designar personas que no pertenezcan a la carrera diplomática para cubrir hasta un cincuenta por ciento (50%) de las jefaturas de misiones diplomáticas o consulares de la República. Estos funcionarios serán de libre remoción y su tiempo de servicio no deberá exceder un período máximo de seis (6) años. Quedarán automáticamente fuera de servicio al concluir el período constitucional en que fueren nombrados”.

interesses do presidente Chávez. A grande originalidade que ela trouxe foi a incorporação de 5 vice-ministros, por área geográfica. Ou seja, agora haveria um vice-ministro especializado para cada área de interesse internacional do país: América do Norte, América Latina e Caribe, África, Europa e Ásia, Oriente Médio e Oceania. Ao realizar tal modificação, a figura do chanceler passa a ser descentralizada e os vice-ministros assumem a responsabilidade de formar um corpo de funcionários especializados na zona geográfica por eles assumida (CEDEÑO, 2010).

Tendo em vista o que foi exposto, tem-se que a reforma do regulamento do MPPRE foi fruto da necessidade de operacionalizar a gestão da política exterior gerada por Chávez. Mas, ao analisar a criação dos vice-ministros, tem-se que conseguiram alcançar maior eficiência na operatividade da política externa dirigida aos cinco continentes, conseguindo atender melhor suas demandas, por compreender suas especificidades políticas, sociais e econômicas. Além disso, com a reforma, passou-se a ter maior especialização dos funcionários administrativos, consulares e diplomáticos, já que quando entram em um dos vice ministérios, devem cursar aulas de cursos especializantes no Instituto Pedro Gual, de acordo com sua área geográfica de atuação (CEDEÑO, 2010).

Um dos ex-chanceleres do governo Chávez, Jesús Arnaldo Pérez, em discurso à Comissão de Política Externa da Assembleia Nacional, em 2004, afirma que era necessário que a reforma fosse realizada, para que os nobres objetivos de política externa pudessem ser alcançados, o que demarca sua conformidade com as alterações que estavam sendo promovidas pelo Poder Executivo no âmbito da diplomacia do país:

Para alcançar objetivos tão nobres, necessitamos de uma chancelaria comprometida e dedicada às suas tarefas. Necessitamos, ao mesmo tempo, fazer desta vulnerável e antiga instituição um ente proativo e mais eficiente, que aproveite ao máximo os excelentes recursos humanos, com os quais contamos. Mas, mais uma vez, a formação profissional é uma condição necessária, mas não suficiente. O Estado venezuelano necessita de funcionários com alto senso de serviço público, de ética e defesa dos interesses nacionais<sup>75</sup> (PÉREZ, 2004 apud TOVAR, 2006, p. 280, tradução nossa).

Há um terceiro mecanismo aprovado pelo governo no que tange a política externa. No entanto, este foi aprovado em 2005, não sendo mais compreendido dentro da divisão de Cedeño (2010) a priori apresentada. Ele está compreendido no que seria a segunda fase da Quinta

---

<sup>75</sup> O texto na língua original: “Para alcanzar tan nobles objetivos, necesitamos una Cancillería volcada y entregada a su labor. Necesitamos, a la vez, hacer de esta venerable y antigua institución un ente pro-activo y más eficientes, que saque el mayor provecho y de las mayores oportunidades de realización a los excelentes recursos humanos, quiero ser enfático en esto, con los cuales contamos. Pero, una vez más, la formación profesional es una condición necesaria más no suficiente. El Estado venezolano necesita, se ha dotado y se dotará, de funcionarios con alto sentido del servicio público, de la ética, y de la defensa de los intereses nacionales”.

República (MACCARTHY-JONES; TURNER, 2011). Esta foi a reforma parcial, realizada pela Assembleia Nacional à *Ley del Servicio Exterior*, em 02 de agosto de 2005. A reforma da Assembleia “[...] consolida como eixo primordial da diplomacia venezuelana a figura do presidente da República, por meio de uma série de mecanismos que restringem o processo de profissionalização do funcionário de política externa e sua capacidade de ação e decisão”<sup>76</sup> (CEDEÑO, 2010, p. 64, tradução nossa). Como demonstra seu artigo 1º, objeto da reforma foi:

Artigo 1. O objetivo da presente lei é a regulação, organização e funcionamento do serviço exterior, assim como os direitos e deveres do pessoal que o coloca em prática, a fim de cumprir com os mandatos e diretrizes do presidente ou Presidenta da República Bolivariana da Venezuela<sup>77</sup> (LEY DE REFORMA PARCIAL DE LA LEY DE SERVICIO EXTERIOR, 2005, p.1, tradução nossa).

Esse novo instrumento jurídico acaba por aprofundar ainda mais a concentração da estrutura decisória da política externa em torno da figura do líder do executivo, que passa a ter ainda mais controle sobre os processos, como o de avaliação dos aspirantes a fazer parte do corpo diplomático do país, nomeação de embaixadores e de chefes de missões diplomáticas, dentre outras (BURIN, 2011). Sendo assim, é aprovado com a justificativa de que, por meio dele, seria constituído um serviço diplomático com capacidade de se adaptar às necessidades da Venezuela revolucionária, porém acaba centralizando o processo de decisão e desenho da diplomacia bem como o controle do ingresso dos aspirantes à carreira, em torno de Chávez (CEDEÑO, 2010). Sob a avaliação de Burin (2011):

[...] No corpo diplomático venezuelano a sua maior parte é escolhida por critérios não determinados, ou seja, por indicação de confiança e proximidade política direta do presidente (URRUTIA, 2008). Tal aspecto, ou seja, a tendência de se valer de funcionários diplomáticos mais próximos do projeto político do governo do que técnicos especializados e sujeitos a um regime de ingresso, por conseguinte, leva-se a uma clara distorção das metas políticas, faz diminuir os efeitos da profissionalização dos funcionários sob elas, além de enfraquecer institucionalmente o corpo diplomático como um todo (BURIN, 2011, p. 14).

Sendo assim, a literatura comprova que houve uma preponderância de Chávez na formulação da política externa do país (LIVERANI, 2008; BURIN, 2011; VILLA, 2004; VILLARROEL, 2008; SÁNCHEZ, 2015). Todavia, é preciso retomar ao ponto de que a alta participação do Poder Executivo no processo decisório de política externa não foi uma novidade

<sup>76</sup> O texto na língua original: “[...] consolida como eje primordial de la diplomacia venezolana la figura del Presidente de la República, por medio de una serie de mecanismos que restringen nuestro parecer el proceso de profesionalización del funcionario en política exterior junto a su capacidad de acción y decisión”.

<sup>77</sup> O texto na língua original: “Artículo 1 El objeto de la presente Ley es la regulación, organización y funcionamiento del servicio exterior, así como los derechos y deberes del personal que lo conforma, a fin de cumplir con los mandatos y directrices del Presidente o de la Presidenta de la República Bolivariana de Venezuela”.

atrelada à administração chavista, sendo uma característica da forma de fazer política internacional do país.

Cabe salientar que a Venezuela não possui o único regime presidencialista em que as capacidades de decisão estão, constitucionalmente, concentradas na figura do Executivo (VILLA, 2004). E ainda, tem-se que todos os presidentes do país, sem exceções, exerceram a diplomacia presidencial, não sendo esta, tampouco, exclusiva do líder bolivariano, ainda que ele a tenha desenvolvido com maior ênfase, amplitude e visibilidade (BURIN, 2011). Afinal, este é um dos objetivos elencados para a agenda externa no *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación* (2001-2007):

5.3 O objetivo de CONSOLIDAR E DIVERSIFICAR AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, estará sustentado pelo diálogo direto entre os chefes de Estado, com a finalidade de assentar bases políticas sólidas para o desenvolvimento futuro das relações bilaterais [...] <sup>78</sup> (PNDESN, 2001, p. 157, tradução nossa).

O que encontra-se no caso da presidência de Hugo Chávez é uma maior proatividade, em que é o líder da revolução quem define as características que sustentam as ações do corpo diplomático e das demais instituições (BURIN, 2011). O personalismo encontrado na gestão chavista é elevado em comparação aos anteriores e suas qualificações pessoais de influência, liderança e retórica, além de inquestionáveis, auxiliam na condução de seus interesses frente a políticas internas e externas.

Como afirma um dos ex-chanceleres do governo, José Arnaldo Pérez, o presidente impulsionou um novo tipo de diplomacia, de acordo com os novos tempos, a qual ele chama de Diplomacia Bolivariana, como é possível destacar de seu discurso em uma visita à Comissão de Política Externa da Assembleia Nacional do país, em 2004:

Como o processo de transformação que se desenvolve na Venezuela é irreversível, os povos do mundo cada vez mais tomam consciência da necessidade imperiosa de construir uma sociedade global justa, na qual sejam eles mesmos os protagonistas de seu próprio destino. É nesse contexto em que faz sentido a vontade do presidente Hugo Chávez Frías, de promover um novo estilo de diplomacia, direta, franca e zelosa dos interesses nacionais. Uma diplomacia de acordo com os novos tempos: a Diplomacia Bolivariana <sup>79</sup> (PÉREZ, 2004 apud TOVAR, 2006, p.279, tradução nossa).

<sup>78</sup> O texto na língua original: “5.3 El objetivo de CONSOLIDAR Y DIVERSIFICAR LAS RELACIONES INTERNACIONALES, estará sustentado por el dialogo directo entre los jefes de estado con la finalidad de sentar un piso político sólido al desarrollo futuro de las relaciones bilaterales [...]”.

<sup>79</sup> O texto na língua original: “Y como es irreversible el proceso de transformación que se desarrolla en Venezuela, los pueblos del mundo toman cada vez más conciencia de la imperiosa necesidad de construir una sociedad global justa, en la cual sean ellos mismos los protagonistas y hacedores de su propio destino. Es en este contexto en el cual cobra sentido la voluntad del Presidente Hugo Chávez Frías de impulsar un nuevo estilo de diplomacia, directa, franca, celosa de altos intereses nacionales. Una diplomacia acorde con los nuevos tiempos: la Diplomacia Bolivariana”.

De tal feitio, é possível perceber como Chávez elevou o grau de personalismo do presidente na formulação das políticas externas do país. Tal concentração de poder decisório nas mãos do líder do Estado é algo recorrente na história venezuelana, porém há consenso na literatura de que o novo governo aprofundou tal estrutura decisória, com o intuito de ter mais participação nela. O líder gostava e sabia articular com as massas – não apenas internas, mas externas – e ter boas relações com líderes de outros países. Tal ponto é bem representado pelo desenvolvimento da diplomacia presidencial, que trouxe grande ativismo internacional. No entanto, é importante frisar que havia atores domésticos que participavam de tal processo, ainda que tivessem autonomia limitada às preferências de Chávez, de forma que é determinante elencar e analisar como se dava a atuação de cada um deles, o que será realizado na seção abaixo.

### **3.3 Atores domésticos e política externa: em que medida suas vozes ecoavam?**

Os indivíduos que participam da elaboração de tal política são dotados, no geral, de liberdade de ação para impactar e influenciar em decisões. Porém, a forma com que fazem isso dependerá de diversos fatores, que vão desde as qualidades pessoais e políticas dos envolvidos, a natureza da questão que está sendo decidida e as estruturas políticas de cada Estado (HILL, 2003). Tendo em vista a estrutura política da Venezuela chavista, é necessário analisar em que grau atores domésticos participavam do processo decisório em política externa e se usufruíram ou não de autonomia de ação para tomar decisões.

Como foi apontado anteriormente, uma característica central da democracia venezuelana é o fato de nela pensar um modelo presidencialista de governo, o que garante ao presidente da República, um papel central na formulação e condução da política externa (SÁNCHEZ, 2015). Porém, por mais que a centralização em torno da figura de Hugo Chávez, mais alta do que em comparação com os governos anteriores do país, devido à Constituição Bolivariana e às reformas das Leis de Serviço Exterior, o petróleo também possuía papel de fundamental importância neste cenário (ARREDONDO; EDWARDS, 2018). Sendo assim, devido à finalidade do presente trabalho, de buscar compreender o processo decisório da política externa para os EUA, o aspecto petrolífero e rentista da economia venezuelana não pode passar despercebido. É necessário ter clareza de que manter as exportações e, conseqüentemente, renda petrolífera, é um aspecto fundamental do interesse nacional do país, o que não foi modificado no governo de Chávez.

De mais a mais, grupos organizados da sociedade civil, de forma geral, não usufruem de capacidade para regulamentar ou decidir sobre como um país deve se posicionar oficialmente, tanto em âmbito interno quanto externo. Entretanto, na Venezuela, com a implementação da Nova Constituição do país, abriu-se espaço para que novos atores, organizações e movimentos sociais pudessem participar da tomada de decisões políticas, logrando institucionalizar suas demandas em tal documento (MIRANDA, 2012).

E ainda, dentro de tal cenário, a Constituição Bolivariana promoveu instrumentos de participação direta da sociedade em política externa, por meio da possibilidade de realização de referendos populares sobre a temática. Entretanto, é complicado analisar a participação do povo na Venezuela nas temáticas internacionais, já que o país vivenciava grande polarização da coletividade. Conforme houve a inclusão da possibilidade de que novos atores pudessem participar do processo decisório, opositores do regime foram excluídos de tal processo, o que ocorreu com maior intensidade depois da tentativa de golpe desfechada pela oposição<sup>80</sup> (MIRANDA, 2012).

Nesse sentido, um dos pontos que aparecem no *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación* (2001-2007) versa sobre a participação protagônica de todo o povo venezuelano, sem nenhuma discriminação na política do país. Assim sendo, tal documento oficial do governo ilustra a abertura do processo político para atores domésticos na formulação de políticas públicas, dentre elas a política externa:

[...] Por outro lado, a motivação para realizar e a disposição produtiva de todos os agentes sociais de mudança será alcançada por uma sociedade que exigirá uma participação corresponsável e democrática de todos os setores, em todos os âmbitos e em cada momento do futuro. Esta ação compartilhada e simultânea de toda a sociedade se manifestará na desconcentração e descentralização da tomada de decisões para levar a dinâmica de mudanças para toda a nação e em todo o território [...] <sup>81</sup> (PDESN, 2001, p.16, tradução nossa).

Todavia, como foi visto anteriormente, ainda que existisse a possibilidade de realização de referendos e que outros atores fizessem parte do processo decisório, institucional e

---

<sup>80</sup> Um exemplo de ator que foi excluído do processo decisório, por se configurar como um ator da oposição, nos governos chavistas foi a Fedecámaras, um ator que no passado influenciava em temas de política externa (MIRANDA, 2012).

<sup>81</sup> O texto na língua original: “[...] Por otra parte, la motivación al logro y la disposición productiva de todos los agentes sociales del cambio será alcanzada por una sociedad que exigirá una participación corresponsable y democrática de todos los sectores, en todos los ámbitos y en cada momento del porvenir. Esta acción compartida y simultánea de toda la sociedad se manifestará en la desconcentración y descentralización de la toma de decisiones para llevar la dinámica del cambio a toda la nación y todo el territorio [...]”.

constitucionalmente, a centralidade de Chávez – por meio da homogeneidade do processo decisório, de maneira legalizada, e pelo nível de atividade desprendido em sua diplomacia presidencial – demarca a PE venezuelana de tal período.

Na prática, Hugo Chávez acabava por comandar e encaminhar boa parte do processo decisório. É possível perceber, por meio da exibição de alguns episódios do programa *Aló presidente* (como o que Chávez falou sobre o relacionamento com a Colômbia) que o líder de Caracas, por vezes, determinava ações de política externa sem consultar os ministros das pastas correspondentes previamente.

Ministro da Defesa, mova dez batalhões para a fronteira com a Colômbia, imediatamente. Não queremos guerra, mas não vamos permitir que o império norte-americano, que é o mestre, o seu cachorrinho, presidente Uribe, e a oligarquia colombiana, que venham nos dividir, que venham nos debilitar. Não vamos permitir. Ordeno imediatamente a aposentadoria de todo o nosso pessoal da embaixada em Bogotá. Chanceler Nicolás Maduro, feche a embaixada em Bogotá e chame todos os funcionários públicos que estão lá. Estamos prontos para o combate e em alerta. Coloco a Venezuela em alerta e apoiaremos o Equador<sup>82</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2008, tradução nossa).

Isso se dava devido ao conhecimento que o líder possuía de que sua administração o apoiava e concordaria com tais decisões repentinas tomadas em política externa e devido à homogeneidade de atores afins ao governo em cargos relevantes. Porém, isso não implica em que atores domésticos não estivessem presentes no processo decisório, estavam e eram reconhecidos por Chávez por seu trabalho, como será visto mais à frente no trabalho.

Tendo visto isto, os atores domésticos identificados como participantes do processo decisório em política exterior, relevantes para a temática específica do relacionamento comercial com os Estados Unidos eram o Poder Legislativo (Assembleia Nacional, junto à Comissão Permanente de Política Externa); O Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores; o Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência; o Instituto de Altos Estudos Políticos Diplomáticos Pedro Gual e o Ministério do Poder Popular para a Defesa. E ainda, é possível apontarmos atores que faziam parte do processo devido à variável do petróleo, sendo eles o Ministério do Poder Popular do Petróleo e Energia e o Ministério do Poder Popular de Produção e Comércio. Considerações acerca de cada um dos atores serão realizadas abaixo.

---

<sup>82</sup> O texto na língua original: “Ministro de Defensa, mueva inmediatamente diez batallones a la frontera con Colombia. No queremos la guerra, pero no vamos a permitir que el imperio norteamericano, que es el amo, su perro, el presidente Uribe, y la oligarquía colombiana, venga a dividirnos, venga a debilitarnos. No lo permitiremos. Ordeno inmediatamente el retiro de todo el personal de nuestra embajada en Bogotá. Canciller Nicolás Maduro, cierre la embajada en Bogotá y llame a todos los funcionarios que están allí. Estamos listos para el combate y en alerta. Pongo en alerta a Venezuela y apoyaremos a Ecuador”.

### 3.3.1 Poder Legislativo: Assembleia Nacional (Comissão Permanente de Política Externa)

A Assembleia Nacional, por meio da atuação da Comissão Permanente de Política Exterior, tem como desígnio, em teoria, estudar assuntos que possuam relação com os processos de integração do país, os relacionamentos da Venezuela com outros países, organismos internacionais e outras entidades de Direito Internacional Público (DIP), bem como as temáticas referentes à aprovação de tratados e convênios internacionais e outros pontos relacionados com política externa. Este poder foi muito ativo nas décadas de 60 e 70 no que tange os temas de política externa abordados nas organizações partidárias que faziam parte do *Pacto de Punto Fijo*, ou seja, AD e Copei (MIRANDA, 2012).

De acordo com a *Ley Organica de la Administracion Publica*, de 2001, elaborada pela Assembleia Nacional, já fica estabelecido, de acordo com o artigo 45º, que o presidente ou Presidenta da República, os Vice-presidentes (as) e o Conselho de Ministros (as)<sup>83</sup>, Ministros (as) e os vice-ministros (as) são os órgãos superiores da gestão da Administração Pública Central, o que caracteriza o baixo perfil que a Comissão Permanente de Política Exterior acaba tendo na política externa do país, posto que o presidente é um dos órgãos superiores de gestão, que possui mais voz e acaba por tomar as decisões, de acordo com o regramento que a própria Assembleia elaborou e assinou:

Artigo 45. São órgãos superiores de direção da Administração Pública Central, o presidente ou Presidenta da República, o Vice-presidente Executivo ou Vice-presidenta Executiva, o Conselho de Ministros, os Ministros ou Ministras e os Vice-ministros ou Vice-ministras [...] <sup>84</sup> (LEY ORGANICA DE LA ADMNISTRACION PUBLICA, 2001, p.14, tradução nossa).

É necessário pontuar que a existência de um sistema em que há ausência ou baixa participação do Poder Legislativo em prol do Poder Executivo, a respeito da tomada de decisões em política externa, não é o ideal. Isso pois é necessário ter-se equilíbrio decisório entre eles. A renúncia de tal estabilização pode ocasionar em defeitos na elaboração de tais políticas, como o fato de se ter uma política distante do que seria o ideal para os legisladores; ter-se instabilidade decisória, visto que ocorrem conflitos e pressões e o favorecimento de alguns grupos em

---

<sup>83</sup> Artículo 50. El Presidente o Presidenta de la República, el Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva y los ministros o ministras reunidos integran el Consejo de Ministros, el cual será presidido por el Presidente o Presidenta de la República o por el Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva. En este último caso, las decisiones adoptadas deberán ser ratificadas por el Presidente o Presidenta de la República (LEY ORGANICA DE LA ADMNISTRACION PUBLICA, 2001, p.16).

<sup>84</sup> O texto na língua original: “Artículo 45. Son órganos superiores de dirección de la Administración Pública Central, el Presidente o Presidenta de la República, el Vicepresidente Ejecutivo o la Vicepresidenta Ejecutiva, el Consejo de Ministros, los ministros o ministras y los viceministros o viceministras [...]”.

detrimento de outros, o que reduz o nível de representatividade e controle social (LIMA; SANTOS, 2001). Sendo assim, quanto mais concentrado for o processo decisório, menos capacidade de poder vetar decisões será atribuída ao Legislativo, ao passo que o Executivo possuirá maior facilidade para colocar em prática políticas que estejam de acordo com seus interesses (MIRANDA, 2012).

Contudo, na Venezuela chavista tal ambiente político era legalizado e institucionalizado, de forma que a já citada *Ley Organica de la Administracion Publica* deixa claro que órgãos superiores de direção possuem proeminência para executar a política interna e externa da República, mostrando que, aparentemente, havia acordo entre os Poderes para que a execução de política fosse dada de tal maneira, como aponta o Artigo 46°:

Artigo 46. Corresponde aos órgãos superiores de direção da Administração Pública Central dirigir a política interna e externa da República, exercer a função executiva e o poder regulatório, em conformidade com a Constituição da República Bolivariana da Venezuela e de suas leis. Da mesma forma, serão responsáveis pela gestão estratégica do Estado e, em particular, pela formulação, aprovação e avaliação das políticas públicas, o monitoramento de sua execução e a avaliação do desempenho institucional e seus resultados [...] <sup>85</sup> (LEY ORGANICA DE LA ADMNISTRACION PUBLICA, 2001, p.14, tradução nossa).

E ainda, o artigo 47 da referida lei deixa claro que o presidente possui a legitimidade para dirigir e tomar ações pelo governo e pela Administração Pública Central, em conjunto com o vice-presidente ou vice-presidenta que, por sua vez, como já visto, foram escolhidos por Chávez por possuírem afinidades político-ideológicas com o governo. No que lhe concerne, o cargo de vice-presidente (a) se constitui como um órgão direto e colaborador imediato do presidente, como demonstra o artigo 48.

Artigo 47. O presidente ou Presidenta da República, em seu caráter de chefe ou chefe do Estado e do Executivo Nacional, dirige a ação do governo e da Administração Pública Central do Poder Nacional com a colaboração imediata do Vice-presidente Executivo ou Vice-presidenta Executiva, conforme estabelecido na Constituição da República Bolivariana da Venezuela e suas leis <sup>86</sup> (LEY ORGANICA DE LA ADMNISTRACION PUBLICA, 2001, p.15, tradução nossa).

Artigo 48. A Vice-presidência da República estará a cargo do Vice-presidente Executivo ou Vice-presidenta Executiva, órgão direto e colaborador imediato do presidente

---

<sup>85</sup> O texto na língua original: “Artículo 46. Corresponde a los órganos superiores de dirección de la Administración Pública Central dirigir la política interior y exterior de la República, ejercer la función ejecutiva y la potestad reglamentaria de conformidad con la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela y las leyes [...]”.

<sup>86</sup> O texto na língua original: “El Presidente o Presidenta de la República, en su carácter de Jefe o Jefa del Estado y del Ejecutivo Nacional, dirige la acción del gobierno y de la Administración Pública Central del Poder Nacional con la colaboración inmediata del Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva, conforme a lo establecido en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela y en las leyes”.

ou Presidenta da República [...]”<sup>87</sup> (LEY ORGANICA DE LA ADMINISTRACION PUBLICA, 2001, p.15, tradução nossa).

Acerca da política externa para os EUA, foi encontrada uma nota da Assembleia, publicada na *Gaceta Oficial* em 7 de setembro de 2005, em que pode-se perceber o tom conciliador e de busca por ter boas relações com o país norte-americano por parte de tal Poder, já que a nota manifesta, em nome da República Bolivariana da Venezuela, condolências e solidariedade ao povo e governo dos EUA por conta das dimensões dos estragos causados pelo furacão Katrina. Ademais, também parabeniza as ações desprendidas por Chávez quanto à tal assunto, ressaltando a conformidade que havia entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo do país, como pode ser lido abaixo:

Considerando que o Estado Venezuelano defende como valores superiores de sua atuação a vida, a solidariedade e, em geral, a proeminência dos direitos humanos [...] Acorda manifestar, em nome da República Bolivariana da Venezuela e do povo venezuelano, suas mais sentidas expressões de condolência e solidariedade para com o povo, Governo Federal e autoridades locais dos Estados Unidos da América [...] pelas dimensões e consequências em seu território pela destruidora passagem do Furacão Katrina [...] e respaldar as ações e iniciativas que o presidente da República Bolivariana, Hugo Chávez Frías, realizou, como Chefe de Estado e condutor da política externa de nosso país, elevando o princípio de solidariedade entre os povos e os grandes postulados de defesa dos direitos humanos e dignidade humana<sup>88</sup> (GACETA OFICIAL, 2005, p.1, tradução nossa).

Sendo assim, por um lado, não encontram-se muitas mudanças a respeito da atuação do Poder Legislativo entre as Constituições de 1961 e a de 1999. Porém, devido ao que já foi exposto até aqui, são evidentes as alterações derivadas da inflexão do regime bicameral pelo unicameral, principalmente no que diz respeito ao regime de aprovação de tratados, embaixadores e chefes de missões (BORGIO, 2005).

Por outro lado, esse ator passou a dispor de um baixo perfil e grau baixo de autonomia na elaboração da política externa do país nos governos chavistas. Por mais que se saiba que a Comissão Permanente de Política Externa tem o objetivo de estudar assuntos internacionais, há uma grande dificuldade de encontrar declarações dela a respeito de tais temáticas (MIRANDA, 2012). De tal forma, não foi possível comprovar que esta tenha um papel importante e decisivo

---

<sup>87</sup> O texto na língua original: “Artículo 48. La Vicepresidencia de la República estará a cargo del Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva, órgano directo y colaborador inmediato del Presidente o Presidenta de la República [...]”.

<sup>88</sup> O texto na língua original: “Considerando que el Estado venezolano defiende la vida, la solidaridad y, en general, el protagonismo de los derechos humanos como valores superiores de su accionar [...] Acuerda expresar, en nombre de la República Bolivariana de Venezuela y del pueblo venezolano, sus sentidas expresiones de condolencia y solidaridad con el pueblo, Gobierno Federal y autoridades locales de los Estados Unidos de América [...] por las dimensiones y consecuencias en su territorio del paso devastador del Huracán Katrina [...] y apoyar las acciones e iniciativas que llevó a cabo el Presidente de la República Bolivariana, Hugo Chávez Frías, como Jefe de Estado y líder de la política exterior de nuestro país, elevando el principio de la solidaridad entre los pueblos y los grandes postulados de la defensa de los derechos humanos y la dignidad humana”.

no processo decisório, tendo se tornado um Poder que atua legalmente em conformidade com o Poder Executivo e respalda as ações do mandatário em termos de formulação de políticas.

### 3.3.2 Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores (Casa Amarilla)

Um dos principais encarregados de aplicar a política externa venezuelana é esse Ministério. Na Venezuela Bolivariana, a planificação e o desenho da política externa são funções do MPPRE, por meio de seus Planos Operativos Anuais (POA) e de outros documentos sobre conjuntura que marcam as linhas que guiam a ação do Estado (SÁNCHEZ, 2015). É necessário frisar que assim se dava, mas a participação do presidente na formulação e execução era mandatária:

Do ponto de vista formal, corresponde ao Ministério de Relações Exteriores a planificação, formulação e execução da política internacional do Estado, mas o Ministério o faz sempre sob a condução direta do presidente da República<sup>89</sup> (LIVERANI, 2008, p. 62, tradução nossa).

A *Ley del Servicio Exterior* de 2001 provocou alterações na composição do MPPRE, bem como acabou por provocar disputas gerenciais entre os que concordavam com as antigas leis e os que estavam em concordância com as novas. O embate acabou por ser endurecido em 2002, quando da tentativa de golpe de Estado, em que alguns embaixadores se juntaram à tal empreitada, enquanto outros se colocaram contra e outros, simplesmente, ficaram em silêncio (MIRANDA, 2012) A partir de então, Chávez busca consolidar a organização funcional do ministério com corpo de profissionais que fossem entusiasmados com o processo revolucionário, ou seja, aliados de seu governo.

Sendo assim, o Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores, segundo Miranda (2012), perdeu um pouco de sua margem de ação autônoma. Nos primeiros anos do novo governo, o ministério deparou-se com constantes trocas de ministros - de 2001 a 2004 a *Casa Amarilla* teve três ministros diferentes -. Somente a partir de 2004, este ator acaba se tornando um pouco mais influente, a partir da reestruturação que o mandatário promove no ministério, quando José Ali Rodríguez e Nicolás Maduro exercem o cargo de chanceleres, respectivamente, em 2004 e em 2006.

---

<sup>89</sup> O texto na língua original: “Desde el punto de vista formal, le corresponde al Ministerio de Relaciones Exteriores la planificación, formulación y ejecución de la política internacional del Estado, pero lo hace siempre bajo la conducción directa del Presidente de la República”.

Acerca da reestruturação da *Casa Amarilla*, tem-se que, a partir da vitória do presidente no referendo revogatório de 2004, que lhe conferiu a legitimidade da qual estava carecendo no momento, uma estratégia internacional de mais audácia passa a ser perseguida pelo país. Dentro de tal tática constam a consolidação do processo revolucionário, alianças políticas e estratégicas com outros países e a reestruturação institucional do Ministério de Relações Exteriores (URRUTIA, 2006, apud MIRANDA, 2012). Sobre isso, versou Jesus Arnaldo Pérez (2005) “deve-mos dar continuidade a diplomacia direta empreendida pelo Sr. presidente da República [...] e renovar o pessoal do serviço exterior com funcionários identificados com uma nova visão de política exterior”<sup>90</sup> (PÉREZ, 2005 apud TOVAR, 2006, p.279, tradução nossa). De tal forma, ideologização e homogeneidade política pesaram sobre o ministério e as decisões sobre política externa passaram a ser, cada vez mais, vinculadas aos ideais bolivarianos (MIRANDA, 2012).

A forma como Chávez versava acerca de seus funcionários do MPPRE demonstra certa afeição que possuía por aqueles que, principalmente após a reestruturação institucional, se encontravam a seu lado, do lado da Revolução Bolivariana. É possível percebermos tal linha de conduta a partir de partes de discurso proferido por ele em 2 de fevereiro de 2005, na ocasião da Celebração dos Seis anos do Governo Bolivariano, que se deu no Palácio de Miraflores:

[...] É verdade que tive um companheiro extraordinário em José Vicente Rangel. José Vicente esteve aqui primeiro como chanceler, foi o primeiro chanceler da revolução; mais tarde, Ministro da Defesa, enfrentou o golpe de Estado e contribuiu para a recuperação do governo e para prender o golpista Pedro Carmona Estanga no Forte Tiuna e agora é nosso vice-presidente [...]”<sup>91</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2005, p. 105, tradução nossa).

Em discurso à Reunião Ordinária do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)<sup>92</sup>, em outubro de 1999, o primeiro chanceler do país, José Vicente Rangel, afirmava que parecia estar se iniciando um novo momento nas relações do país com os Estados Unidos. O histórico de relações tensas começavam a dar ares de estar sendo substituídas por vínculos pautados no respeito mútuo entre os pares. E, assim como pensava Chávez, diz que a Venezuela deveria

<sup>90</sup> O texto na língua original: “Continuar desarrollando la Diplomacia directa emprendida por el Sr. Presidente de la República [...] y renovar las plantillas del personal en el servicio interior y exterior con funcionarios identificados con una nueva visión de política exterior”.

<sup>91</sup> O texto na língua original: “[...] Verdad que he tenido en José Vicente Rangel un extraordinario compañero. José Vicente ha estado aquí primero de Canciller, fue el primer Canciller de la revolución; después Ministro de la Defensa, enfrentó el Golpe de Estado y contribuyó a la recuperación del gobierno y a detener al golpista Pedro Carmona Estanga allá, en el Fuerte Tiuna y ahora es nuestro Vicepresidente [...]”.

<sup>92</sup> O Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe é um foro regional intergovernamental, com sede em Caracas. É integrado por 26 Estados da região latino-americana e caribenha e existe desde 1975.

afirmar sua soberania nacional e que esta seria a melhor forma de se relacionar com tal potência hegemônica (RANGEL, 1999 apud TOVAR, 2006).

O enunciado do ministro representa bem a fase inicial do relacionamento entre a Venezuela chavista e os EUA, demarcando o pragmatismo que o presidente também assumia ao versar sobre tal Estado, que ainda era comandado por Clinton naquela altura, o que assinala que o chanceler estava de acordo e reforçava as linhas de PE para Washington propostas pelo Poder Executivo. Tal discurso pode ser visto abaixo:

Parece que também está sendo inaugurado um novo contexto nas relações com os Estados Unidos da América. Relações tradicionalmente tensas durante várias décadas, pareciam estar dando lugar a uma relação baseada no respeito mútuo e na admisão consensual de diferenças e nuances. O papel preponderante dos Estados Unidos na região não deve ser subestimado, tão pouco a profunda influência que as negociações para a conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) vem exercendo sobre o conjunto dos processos comerciais que participamos. Mas, sem dúvidas, a afirmação da soberania nacional é a melhor forma de nos relacionarmos com a grande potência do Norte [...] <sup>93</sup> (RANGEL, 1999 apud TOVAR, 2006, p. 54-55, tradução nossa).

A mesma linha de atuação é percebida com a gestão de Luis Alfonso Dávila no Ministério. No que diz respeito ao relacionamento com os EUA, Dávila explicava que o país não enxergava a ALCA como uma alternativa plausível para o desenvolvimento da América Latina, pois esse projeto acabava sendo positivo para as interconexões comerciais dos países com economias fortes em detrimento dos países mais débeis e dependentes economicamente. Para além dessa pauta, o ministro defendia outro tema que era determinante na agenda internacional da chancelaria ao longo de sua administração: a conformação da democracia participativa e protagônica no lugar da democracia representativa, em que a luta sobre qual dos dois tipos apareceria na Carta da OEA foi marcante (TOVAR, 2006).

Mas, para além de tais pautas, em seu discurso ao assumir o Ministério, Dávila acentuava a busca por uma relação de amizade e de boa vontade para com Washington, sem deixar de lado as manifestações de independência e autonomia sobre a elaboração e desenvolvimento da política externa venezuelana que vinham sendo colocadas em prática. Assim, a boa vontade e a racionalidade existentes foi expressa desde o primeiro ano de gestão do chanceler “[...] através

---

<sup>93</sup> O texto na língua original: “Parece también inaugurarse un nuevo contexto en las relaciones con los Estados Unidos de Norteamérica. Relaciones tradicionalmente tensas durante varias décadas, parecieran estar dando cabida a una relación basada en el respeto mutuo y la admisión consensual de diferencias y matices. No cabe subestimar en ningún caso el papel preponderante de los Estados Unidos en la región, y la profunda influencia que las negociaciones para la conformación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), vienen ejerciendo sobre el conjunto de los procesos comerciales en los que participamos. Pero sin duda que la afirmación de la soberanía nacional es la mejor forma de relacionarnos con la gran potencia del Norte [...]”.

da aprovação por parte do então Congresso da República do acordo com os Estados Unidos para evitar a dupla tributação, por meio de efetiva ação efetuada pelo MPPRE”<sup>94</sup> (TOVAR, 2006, p.109, tradução nossa).

Em conformidade, a gestão de Arnaldo Pérez, que se deu entre 13 de fevereiro e 20 de novembro de 2004, colabora com a linha de ação dos outros chanceleres, mostrando a necessidade, que Chávez também enxergava, de manter boas relações comerciais com os Estados Unidos, o principal parceiro comercial do país, principalmente no que se refere ao comércio de hidrocarbonetos. Era preciso evitar fricções em suas relações e estabelecer a clara diferença entre os aspectos políticos e energéticos do relacionamento (TOVAR, 2006). Em seu discurso de posse, Pérez (2004) enfatiza tal ponto, dando continuidade às diretrizes político-econômicas do governo:

[...] O desejável é que isso contribua para melhorar os vínculos, respeitando estritamente a soberania de cada um dos países, sendo perfeitamente possível suavizar quaisquer outras diferenças [...] Somos escrupulosamente respeitosos da soberania dos Estados Unidos da América e esperamos a mais completa reciprocidade<sup>95</sup> (PÉREZ, 2004 apud TOVAR, 2006, p. 339, tradução nossa).

E ainda, Pérez (2004) demonstra, em discurso realizado para a Comissão Permanente de Política Externa da Assembleia Nacional, em 2004, que as ações do governo em termos de política externa, desde 1999, estão centradas, dentre outras coisas, no desenvolvimento da diplomacia direta de Chávez. Este tipo de diplomacia, ele diz, foi importante para que o país estivesse consolidando uma presença mais forte internacionalmente, pautada em sua capacidade exportadora. Isso demonstra como a chancelaria se colocava de acordo com a linha de atuação presidencial em PE. Também abordou a reforma da *Ley del Servicio Exterior* e a renovação dos funcionários, que deveriam ter maior identificação com a nova visão de política externa:

As ações empreendidas desde o ano de 1999 se centram em: Continuar desenvolvendo a Diplomacia direta empreendida pelo Sr. presidente da República. Isso é importante porque a Venezuela consolidou uma presença atual na esfera internacional apoiada exclusivamente em sua capacidade de exportação de petróleo [...]; renovar os quadros de pessoal no serviço interno e externo com funcionários identificados com uma nova visão de política externa [...]; reformar a *Ley del Servicio Exterior*, essencialmente

---

<sup>94</sup> O texto na língua original: “[...] a través de la aprobación por parte del entonces Congreso de la República del acuerdo con Estados Unidos para evitar la doble tributación tras un efectivo impulso efectuado por el Ministerio de Relaciones Exteriores”.

<sup>95</sup> O texto na língua original: “[...] lo deseable es que esto contribuya a mejorar los vínculos, respetando estrictamente la soberanía de cada uno de los países, siendo perfectamente posible allanar cualquier otra diferencia [...] somos escrupulosamente respetuosos de la soberanía de los Estados Unidos de Norteamérica, y esperamos la más completa reciprocidad de esa posición de principios que mantiene Venezuela”.

para corrigir os defeitos de fundo que: 1. Limitam a liberdade plena do presidente da República para designar os Chefes de Missão e 2. Violam o princípio de igualdade entre funcionários de carreira e de comissão [...]; por via do conhecimento, é necessário formar novas gerações de diplomatas, críticos e proativos frente às realidades imperantes e conscientes de suas responsabilidades para com a nação. Para isso é necessário: 1. Mudanças na proposta pedagógica do Instituto Pedro Gual [...]<sup>96</sup> (PÉREZ, 2004 apud TOVAR, 2006, p. 285-288, tradução nossa).

Já Alí Rodríguez e Maduro eram mais audaciosos em suas declarações, o que se dava em grande medida por suas experiências políticas e proximidade com o presidente e seus ideais. Porém, o nível de influência que o ministério passa a conseguir exercer estava diretamente interligado às conexões político-ideológicas que tais chanceleres tinham com o chefe do executivo e com o movimento bolivariano (MIRANDA, 2012). Nesse sentido, Tovar (2006) afirma que o Ministério necessita se adaptar às diretrizes implementadas pelo presidente do Executivo:

O Ministério das Relações Exteriores da Venezuela possui o desafio de se adaptar às diretrizes de política externa implementadas pelo presidente Chávez, razão pela qual o chanceler Alí Rodríguez empreendeu internamente um processo de modernização e conceitualização da Política Externa, conforme as exigências do momento histórico<sup>97</sup> (TOVAR, 2006, p. 340, tradução nossa).

José Alí Rodríguez assumiu em 20 de novembro de 2004, tendo permanecido no posto até 6 de agosto de 2006. Este chanceler deixava claro que as orientações que pesavam sobre o ministério e as ações em política exterior eram orientadas pelo presidente da República (MIRANDA, 2012). Em linhas gerais, o ministro mantinha um discurso conciliador com os EUA, demonstrando que o país deveria saber separar os aspectos políticos e os energéticos de tal relacionamento, devido a importância da manutenção de boas relações comerciais com tal parceiro.

Este defendia o pragmatismo nas relações comerciais-energéticas e, de acordo com os ideais da revolução, criticava as políticas de expansão e imperialismo de Washington. O chanceler reconhecia a necessidade que o país tinha de sustentar suas exportações de petróleo, bem

---

<sup>96</sup> O texto na língua original: “Las acciones ya emprendidas desde el año 1999 se centran en: Continuar desarrollando la Diplomacia directa emprendida por el Sr. Presidente de la República. Esto es importante por cuanto Venezuela ha consolidado una corriente de presencia en la esfera internacional soportada exclusivamente en su capacidad exportadora petrolera [...]; renovar las plantillas del personal en el servicio interior y exterior con funcionarios identificados con una nueva visión de política exterior [...]; reformar a la Ley del Servicio Exterior, esencialmente para Corregir defectos de fondo que: 1. Limitan la Libertad plena al Presidente de la República para designar a los Jefes de Misión. 2. Vulneran el principio de igualdad entre funcionarios de carrera y en comisión [...]; Por vía del conocimiento, cimentar nuevas generaciones de diplomáticos, críticos y pro-activos ante las realidades imperantes y conscientes de sus responsabilidades ante la Nación; para ello es necesario: 1. Un cambio en la propuesta pedagógica del Instituto Pedro Gual [...]”.

<sup>97</sup> O texto na língua original: “El Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela tiene el reto de adaptarse a las directrices de la Política Exterior implementada por el Presidente Chávez, razón por la cual el Canciller Alí Rodríguez há emprendido internamente un proceso de modernización y conceptualización de la Política Exterior, conforme a las exigencias del momento histórico”.

como os interesses em manter seus investimentos em território estadunidense, como os da CITGO. Tais linhas de atuação ficam claras nas seguintes passagens de seu discurso à Commonwealth, acerca das relações entre a Venezuela e os Estados Unidos, em 2005:

É irônico que durante o mês de dezembro, juntamente com esses rumores de cortes de petróleo, a Venezuela tenha ficado em primeiro lugar como fornecedora de petróleo para os Estados Unidos. Que contradição! Depois do Brasil, a Venezuela é o parceiro comercial mais importante da América do Sul [...] <sup>98</sup> (ARAQUE, 2005 apud TOVAR, 2006, p. 356, tradução nossa).

[...] É incorreto e injusto considerar o presidente Chávez como uma influência desestabilizadora. Pelo contrário, a relação da Venezuela com todos os seus vizinhos nunca foi tão estreita [...] Em conclusão, o fato de termos diferenças de opinião com os Estados Unidos ou que mantenhamos uma amizade com países com os quais os Estados Unidos possuem tensões em suas relações não diminui os muitos laços que nos unem e não deve ser motivo para esses comentários antagônicos ou para a intromissão em nossos assuntos internos <sup>99</sup> (ARAQUE, 2005 apud TOVAR, 2006, p. 357, tradução nossa).

[...] O presidente Chávez não é um fator desestabilizador na região. A pobreza sim e nosso Presente jurou fazer uma guerra total a esse câncer de nossas sociedades. Não haverá justiça social até que a pobreza seja erradicada. A Venezuela tem sido e será um aliado dos Estados Unidos, mas isso não significa que toleraremos a intromissão em nossos assuntos internos, cada país tem o direito soberano de planejar seu destino <sup>100</sup> (ARAQUE, 2005 apud TOVAR, 2006, p. 361, tradução nossa).

Para além do demonstrado, um trecho do discurso do chanceler na IV Cúpula de Chefes de Estado e/ou Governo da Associação de Estados do Caribe, em 2005, demonstra o tom mais audacioso que tinha frente aos EUA, apesar de enxergar a necessidade de adotar linhas de conduta mais pragmáticas frente ao mercado estadunidense. Então, assim como o presidente, entendeu que era preciso reforçar o tom após o período 2002-2004, seguindo linha de atuação parecida, ainda que não tão agressiva quanto a implementada por Chávez:

A Venezuela é um pequeno país que não representa absolutamente nenhuma ameaça para ninguém. Venezuela pode gabar-se hoje de ter excelentes e cada vez melhores relações com todos os países do mundo, com apenas uma exceção bem conhecida: porta-vozes do atual governo dos Estados Unidos constantemente fazem todo tipo de

<sup>98</sup> O texto na língua original: “Es irónico que durante el mes de diciembre, junto con estos rumores de recortes petroleros, Venezuela ocupara el primer lugar como suplidor de petróleo a Estados Unidos. ¡Vaya contradicción! Después de Brasil, Venezuela es el socio comercial más importante de América del Sur [...]”.

<sup>99</sup> O texto na língua original: “[...] Es incorrecto e injusto considerar al Presidente Chávez una influencia desestabilizadora. Por el contrario, la relación de Venezuela con todos sus vecinos nunca ha sido tan estrecha [...] En conclusión, el hecho de que podamos tener diferencias de opinión con Estados Unidos o que mantengamos una amistad con países con los que Estados Unidos ha tenido tensiones en sus relaciones, no disminuye los muchos lazos que nos unen y no debe ser motivo para esos comentarios antagónicos o para la intromisión en nuestros asuntos internos”.

<sup>100</sup> O texto na língua original: “[...] El Presidente Chávez no es un factor desestabilizador en la región. La pobreza sí, y nuestro Presidente ha jurado hacer una guerra total a este cáncer de nuestras sociedades. No habrá justicia social hasta que la pobreza sea erradicada. Venezuela ha sido y será un aliado de Estados Unidos, pero esto no significa que toleraremos la intromisión en nuestros asuntos internos, cada país tiene el derecho soberano de planificar su destino”.

acusações contra a Venezuela e estabeleceram a meta de isolar a Venezuela porque, segundo eles, representa um fator desestabilizador para seus vizinhos. Eu perguntaria a nossos irmãos de Colômbia, Brasil, Guiana e a nossos irmãos do Caribe, para os quais a Venezuela atual não representa nenhuma ameaça ou fator de desestabilização<sup>101</sup> (ARAQUE, 2005 apud TOVAR, 2006, p. 415, tradução nossa).

Por sua vez, Nicolás Maduro versava com um tom mais ideológico em seus posicionamentos quanto aos ideais do governo que ele apoiava freneticamente, o que, inclusive, manteve-se quando ele assumiu o cargo de presidente da República, após o falecimento de Chávez. A atuação de Maduro, enfática no antiamericanismo, não é distante do que vê-se na realidade do país presidido por ele. Assim sendo, apenas a título de exemplo de tal expressão ideológica, tem-se a declaração dada no auge da crise político-diplomática com os EUA, em 2007, em reunião no Equador. Nesta, ele defende os interesses da Revolução e Chávez:

Nenhum funcionário do império tem moral para qualificar a democracia venezuelana, a liderança democrática do presidente Chávez e a vida de nossa sociedade. Os EUA estão ensaiando uma nova ofensiva contra a democracia venezuelana do presidente Chávez<sup>102</sup> (MADURO, 2007, tradução nossa).

Além do já exposto, Ayala (2019) apresenta dados interessantes acerca da participação dos chanceleres venezuelanos em Assembleias Gerais da OEA. A autora demonstra que a participação deles foi inconstante, posto que Chávez teve mais domínio nos discursos, sendo o porta voz da representação diplomática do país em tais pronunciamentos internacionais. Ela conta que durante o período de 2002 a 2012, apenas três chanceleres participaram de maneira ativa como representantes do Estado e do presidente da República, mas, ainda assim, expressando os desejos e necessidades deste último.

De tal feitio, o fato de o líder da Nação participar pessoalmente dos encontros demonstra a característica personalista que ele possuía na presidência e em suas aparições públicas. Inclusive, seus atributos carismáticos o permitiam inserir-se sem constrangimentos nas discussões e a dialogar com outros presidentes e representantes estrangeiros durante tais sessões. Acerca da participação do país nos encontros da OEA, Ayala (2019) aponta que:

Roy Charderton conferiu discursos na OEA no ano de 2003 no desempenho de suas funções como chanceler [...] Logo, Alí Rodríguez também participou na OEA como

---

<sup>101</sup> O texto na língua original: “Venezuela es un pequeño país que no representa absolutamente ninguna amenaza para nadie, Venezuela puede jactarse de tener hoy excelentes y cada vez mejores relaciones con todos los países del mundo, con una sola excepción bien conocida: constantemente voceros del actual Gobierno de Estados Unidos vierten toda suerte de acusaciones contra Venezuela y han planteado como objetivo aislar a Venezuela porque, según ellos, representa un factor de desestabilización para sus vecinos. Yo preguntaría a nuestros hermanos de Colombia, de Brasil, de Guyana, a nuestros hermanos del Caribe para cuál de ellos Venezuela representa hoy una amenaza, o un factor de desestabilización”.

<sup>102</sup> O texto na língua original: “Ningún funcionario del imperio tiene la moral para calificar la democracia venezolana, el liderazgo democrático del presidente Chávez y la vida de nuestra sociedad. Estados Unidos ensaya una nueva ofensiva contra la democracia venezolana del presidente Chávez”.

chanceler, ainda que seu papel tenha sido bastante supérfluo em comparação ao dos chanceleres de outras nações. Por outro lado, Nicolás Maduro, quando desempenhava seu cargo como chanceler, teve a oportunidade de participar mais vezes nos discursos, inclusive tendo mais apresentações dele à disposição do público, mas, ainda assim, sua responsabilidade mais importante era a de ser acompanhante do presidente Chávez em seus discursos [...] Junto disso, Chávez assistia pessoalmente às reuniões que tinha com os países árabes, Rússia e China. Não obstante, quando se tratava de reuniões com os países europeus, os embaixadores e chanceleres tomavam o protagonismo. Seu tratamento preferencial para os países acima mencionados se baseava, acima de tudo, pelo fato de que eles tinham sistemas com proximidades políticas e ideológicas em relação ao modelo chavista (AYALA, 2019).

O MPPRE, então, não impactava de forma tão ativa quanto Chávez no processo decisório de PE, visto que, no geral, desempenhava atividades diplomáticas chanceladas pelo mandatário, dando continuidade ao que entendiam ser o interesse nacional do país bolivariano. Isso pode ser destacado do discurso do ex-chanceler Luis Alfonso Dávila na tomada de posse do Ministério, em 2001:

Acredito que a formulação e execução da política externa exige conhecimento e capacidade de gestão. Conhecimento profundo sobre a Nação, que permita identificar de uma maneira clara e precisa quais são seus interesses fundamentais e permanentes e quais são os circunstanciais. [...] Esses parâmetros devem guiar a formação profissional dos funcionários que fazem parte do Ministério de Relaciones Exteriores da Venezuela, em qualquer que seja o governo, considerando que são funcionários do Estado, que cumprem tarefas de grande relevância para a realização dos objetivos de interesse nacional; tarefas que requerem conhecimento e capacitação específicos que somente se consegue por meio do estudo permanente e do tratamento dos temas específicos da agenda das relações internacionais do Estado<sup>103</sup> (DÁVILA, 2001 apud TOVAR, 2006, p.110, tradução nossa).

Entende-se então que, por mais que tal Ministério auxiliasse na condução e implementação da PE do país, há uma certa fraqueza institucional, visto que a autonomia da atividade diplomática se tornou dependente de seu relacionamento com o presidente, ainda que após o processo de reestruturação, quando José Alí Rodríguez Araque e Nicolás Maduro Moros assumem, passa a ser um pouco mais atuante. Por conseguinte, possuía médio perfil em política externa, em comparação à Assembleia Nacional, e baixo grau de autonomia para tomar decisões divergentes das do líder do Executivo.

---

<sup>103</sup> O texto na língua original: “Creo que la formulación y ejecución de la política exterior exige conocimiento y capacidad de gestión. Conocimiento profundo sobre la Nación que permita identificar de una manera clara y precisa cuáles son sus intereses fundamentales, permanentes, y cuáles los circunstanciales [...] Esos deben ser los parámetros rectores en la conformación del cuerpo diplomático de la Nación. Esos parámetros deben guiar la formación profesional de quienes conforman el personal del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, en cuales quiera que fuese el Gobierno, considerando que son funcionarios del Estado, que cumplen tareas de gran importancia para el logro de los objetivos del interés nacional; tareas que requieren un conocimiento y capacitación muy específica que sólo se logran a través del estudio permanente y del manejo de los temas concretos de la agenda de las relaciones internacionales del Estado”.

### 3.3.3 Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência

Em primeiro lugar, o Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência atuava como órgão auxiliar e coordenador do presidente da República. Por meio dele, o líder do executivo se informava acerca do ambiente internacional e seus representantes se aproximavam ideologicamente da visão de mundo do mandatário (MIRANDA, 2012). De tal forma, percebe-se como tal ator doméstico se configurava de acordo com os posicionamentos presidenciais, que acabava por ter grande influência nas decisões de política externa, até mesmo por meio de tal Ministério.

Um exemplo acerca da constituição de funcionários do Ministério é que Chávez colocou à frente do órgão o General Luis Ramón Reyes Reyes, da Força Aérea Venezuelana. Tal general foi um dos membros do MBR-200. Além disso, foi deputado pelo estado de Lara na Assembleia Constituinte de 1999 (LOPES, 2009). Assim, percebe-se como a escolha dos componentes do ministério obedecia a critérios de aproximação ideológica com os ideais da Revolução Bolivariana, o que deixava este ministério com ainda menos espaço para opiniões divergentes em comparação com os demais.

Além disso, dentro desse Ministério existe uma área de relações internacionais que executa uma parte da agenda internacional da Presidência da República. Tal instância não se encarregava tanto de colocar em prática a política externa do Estado propriamente dita, mas sim a projeção externa da Revolução Bolivariana, personificada na figura de Chávez (SÁNCHEZ, 2015). Como afirmou um dos antigos responsáveis pelo Ministério, Sergio Rodríguez Gelfenstein, este ator doméstico pregava a agenda de Chávez como líder das forças de esquerda e dos movimentos políticos do mundo, como ressalta sua fala abaixo:

No papel, nossa responsabilidade era gerar os insumos necessários para as tarefas, missões e ações que o comandante Chávez desenvolvia e não necessariamente eram de política externa. Havia relações com acadêmicos, com parlamentares de outros países, partidos políticos e igrejas. Havia um acúmulo muito amplo de relações que o comandante possuía e que não necessariamente tinham a ver com relações interestatais. Ademais, alguns desses vínculos eram confidenciais, correspondendo a ações que ele iniciava e ele e nós tínhamos que dar continuidade e seguimento a esse tipo de ações<sup>104</sup> (GELFENSTEIN, 2015 apud SÁNCHEZ, 2015, p. 227, tradução nossa).

<sup>104</sup> O texto na língua original: “En el papel nuestra responsabilidad era generar los insumos necesarios para las tareas, las misiones, las acciones que desarrollaba el comandante Chávez y que no necesariamente eran de política exterior. Había relaciones con académicos, con parlamentarios de otros países, había relaciones con partidos políticos, con iglesias, había un cúmulo muy amplio de relaciones que el comandante tenía y que no necesariamente tenían que ver con relaciones interestatales. Además había algunos de esos vínculos que eran confidenciales, que correspondían a acciones que desarrollaba y él y nosotros le teníamos que dar continuidad, seguimiento a ese tipo de acciones”.

A parte da fala que indica “correspondendo a ações que ele iniciava e ele e nós tínhamos que dar continuidade e seguimento a esse tipo de ações”<sup>105</sup> (GELFENSTEIN, 20 apud SÁNCHEZ, 2015, p. 227, tradução nossa) demonstra duas coisas: que Chávez buscava tal aparato ministerial como ajuda para implementar ações quando necessário e que o presidente tomava ações sem consultar diretamente o Ministério de Despachos da Presidência. O órgão acaba então por se conformar, de fato, como auxiliar e coordenador de Chávez, possuindo baixo perfil na elaboração de políticas externas e baixo grau de autonomia decisória.

### 3.3.4 Instituto de Altos Estudos Políticos e Diplomáticos Pedro Gual

O Instituto de Altos Estudos Políticos e Diplomáticos Pedro Gual, antes denominado como Instituto de Assuntos Internacionais, foi fundado em 1977. Por ser ligado ao MPPRE, possuía o desígnio de elaborar estudos e análises acerca de temáticas que tinham a ver com a política externa do Estado e suas relações internacionais no geral. Ademais, também exercia a função de atuar como Instituto de Educação Superior, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Universidades (CNU), ofertando atividades acadêmicas de pós-graduação.

Em 1991, passa a se chamar Instituto de Altos Estudos Políticos e Diplomáticos Pedro Gual, com a proposta de ser um instituto de estudos de quarto nível e finalidade de formar o corpo diplomático do Estado, tendo caráter de ser um Serviço Autônomo Administrativo, sem personalidade jurídica e veio a assumir o posto de Direção Geral do Setor do Ministério das Relações Exteriores em 1997 (CEDEÑO, 2010).

O Instituto é composto por um Conselho Superior – sua autoridade máxima - que é presidido pelo Ministro das Relações Exteriores; por um Vice-ministro designado pelo Ministro do MPPRE; por um Representante do Conselho Nacional de Universidades; três membros designados pelo Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores, que representam o setor acadêmico e diplomático no órgão; e pelo diretor do Instituto, que exerce funções de Secretário (INESDyC, 2022).

Como outro resultado do processo de reestruturação do MPPRE promovido por Chávez, o Instituto Pedro Gual em conjunto com a Fundação da Escola de Estudos Internacionais da Universidade Bolivariana da Venezuela, também passaram por alterações em suas propostas

---

<sup>105</sup> O texto na língua original: “que correspondían a acciones que desarrollaba y él y nosotros le teníamos que dar continuidad, seguimiento a ese tipo de acciones”.

pedagógicas. Tal Instituto é o responsável pela formação de diplomatas na Venezuela e, com as alterações promovidas pelo governo, foi rompido o predomínio de egressos da Escola de Estudos Internacionais e da Escola de Estudos Políticos e Jurídicos, de assumirem posições no Ministério das Relações Exteriores.

Com isso, foi possível promover maior alinhamento do novo corpo diplomático com os ideais da revolução bolivariana e, conseqüentemente, houve uma diminuição da influência exercida por tais centros de formação, que promoviam estudos mais críticos e menos ideológicos em seus métodos de formação (MIRANDA, 2012):

Buscou-se criar uma diplomacia bolivariana coerente com os novos ares políticos que o país vivia, o que, na visão de críticos, era a mesma coisa que converter o MPPRE “no instrumento principal para consolidar o apoio internacional ao regime e à execução de seu projeto político no continente”<sup>106</sup> (COBO, 2008, p.3 apud SÁNCHEZ, 2015, p. 221, tradução nossa).

Além desse processo, em 2006, o Instituto passou por outra reestruturação, que visava o atualizar frente à nova dinâmica internacional e às prioridades da política externa do país (MIRANDA, 2012). A partir do novo processo de reestruturação, passa a ser integrado por um Conselho Superior, que era coordenado pelo Ministro de Relações Exteriores, Nicolás Maduro, e por um Conselho Acadêmico. Outra informação relevante é a de que possui uma Divisão de Investigação, Documentação e Análise Estratégica, que abarca a finalidade de gerar informações adequadas a respeito da política externa, bem como amparar estratégias para a ação do país no Sistema Internacional. Por fim, mas não com menor relevância, tal órgão abriga também o chamado Observatório Socialista da Venezuela, que busca monitorar, registrar e informar as missões diplomáticas do país quanto ao desenvolvimento e avanços dos pilares constituintes que conduzem a Venezuela rumo ao socialismo bolivariano, quais sejam, a Lei Habilitante, a Reforma constitucional; a Moral e Luz; a nova geometria do poder e a explosão do poder comunal (MIRANDA, 2012).

A respeito de posicionamentos oficiais do órgão que versam acerca da política externa para os Estados Unidos, foi encontrada apenas uma análise, que busca ser científica e imparcial, por ser parte da revista *Boletín de Coyuntura Internacional*, que publicava edições com análises sobre relações internacionais. No Boletim número 13, datado de 4 a 11 de outubro de 2006, na

---

<sup>106</sup> O texto na língua original: “Se buscaba crear una diplomacia bolivariana coherente con los nuevos aires políticos que vivía el país lo que, a decir de sus críticos, era igual a convertir al MPPRE “en el instrumento principal para consolidar el apoyo internacional al régimen y la ejecución de su proyecto político en el continente”.

seção sobre América do Norte e assuntos multilaterais foi publicado o artigo “El intercambio comercial entre Estados Unidos y Venezuela”.

Em tal análise, é enfatizado que as relações políticas entre os Estados se deram em meio à contínuos e crescentes embates diplomáticos por conta dos ataques do governo Bush ao presidente Chávez e por conta das reiteradas denúncias de Caracas sobre as ações e políticas imperialistas dos EUA. São mencionados ataques do governo de Washington à Venezuela e vice-versa<sup>107</sup>. A apreciação é concluída com a reflexão de que a curto prazo não era provável que as relações comerciais fossem afetadas por tais questões políticas, demonstrando coerência com os preceitos de outras instituições do governo, que sabiam e reconheciam a importância da manutenção da relação comercial e os prejuízos que ambos os governos teriam por abalos comerciais:

[...] uma eventual interrupção do fornecimento de petróleo por parte da Venezuela para os Estados Unidos, como consequência das pretensões hegemônicas estadunidenses, pode provocar um impasse diplomático de impacto entre os governos de ambas as nações, o que provocaria novos incrementos nos preços do petróleo e um grande descontentamento na população estadunidense, a qual poderia apontar o presidente Bush e o próprio partido republicano como os responsáveis<sup>108</sup> (BOLETÍN DE COYUNTURA INTERNACIONAL, 2006, p. 6, tradução nossa).

Desta forma, tal Instituto, que versa sobre política externa, passou a abarcar então mais funções ligadas à observação de ações internacionais do país, que deveriam estar de acordo com os princípios constitucionais e políticos da Venezuela Bolivariana, bem como adotou, em seus quadros internos, a ideologia bolivariana na formação do corpo diplomático. Dentre os pilares da referida ideologia, foram destacadas a ética revolucionária, a solidariedade aos povos do mundo, o compromisso com a inclusão social, defesa, soberania e autodeterminação dos povos (MIRANDA, 2012). Em última instância, atuavam de acordo com interesses promovidos pelo presidente Chávez, interesses tais que, segundo o mandatário, representavam as vontades do povo venezuelano revolucionário, que o elegeu para tal. Assim, possuíam baixo perfil e baixo grau de autonomia no processo decisório de política externa.

---

<sup>107</sup> Retirada ilegal e agressões ao chanceler Maduro no aeroporto John Fitzgerald; decisão do Departamento de Estado de bloquear a venda de armas (munições e partes de armamento) à Venezuela; fechamento da oficina de aquisições militares da Força Armada Venezuelana nos Estados Unidos; fortalecimento de relações com governos considerados como hostis pelos EUA, como Cuba e Irã (BOLETÍN DE COYUNTURA INTERNACIONAL, 2006).

<sup>108</sup> O texto na língua original: “[...] una eventual interrupción en el suministro de petróleo por parte de Venezuela hacia Estados Unidos, como consecuencia de las ínfulas hegemónicas estadounidenses que puedan provocar un impasse diplomático de envergadura entre los gobiernos de ambas naciones, provocaría nuevos incrementos en los precios del crudo y un gran descontento en la población estadounidense, la cual podría señalar al presidente Bush y al propio partido republicano como los responsables”.

### 3.3.5 Ministério do Poder Popular da Energia e Petróleo

Outro ator identificado como participante nas definições de política externa do Estado, principalmente na temática do relacionamento externo com os Estados Unidos, é o Ministério do Poder Popular da Energia e Petróleo. Como visto, o petróleo é um fator determinante para a política venezuelana, de forma que, esse Ministério se configura como um ator que opera no processo decisório. Ele possui um Escritório de Assuntos Internacionais, cuja finalidade é delinear, conceitualizar, colocar em prática e dar sequência às políticas públicas sobre energia no cenário internacional. Ademais, têm de assessorar o Ministro da Energia e Petróleo com temáticas afins ao petróleo e à OPEP, de forma a garantir que se tenha coerência e consistência nos dados sobre hidrocarbonetos do país (MIRANDA, 2012).

Atua, também, promovendo coerência entre a política internacional energética e a política exterior que o governo desenvolve e implementa. Como frisa Miranda (2012), “o Ministério tem peso considerável em algumas decisões de política externa pois participa na elaboração, negociação e assinatura de diferentes acordos energéticos que subscrevem a Venezuela com outros países” (MIRANDA, 2012, p.156). Com isso, auxilia na manutenção da coesão entre o desenvolvimento da política energética internacional e a política externa governamental.

É preciso demonstrar como o Regulamento Orgânico do Ministério, de 2005 – o qual foi ditado sob a chancela do presidente Hugo Chávez - versa acerca de sua formação e de suas funções. A respeito de sua formação, a capacidade de participação em temáticas internacionais está expressa na composição do gabinete do Ministro, que é composto, dentre outros, por um Gabinete de Relações Internacionais. Além disso, o chamado Gabinete de Gestão Administrativa, também possui um chefe de Relações Internacionais, como consta nos artigos 3 e 4 do regulamento:

Artigo 3. O Gabinete do Ministro é integrado pelo Gabinete de Seguimento e Avaliação de Políticas Públicas; Direção do Gabinete; Gabinete de Auditoria Interna; Gabinete de Assuntos Públicos e Relações Interinstitucionais; **Gabinete de Relações Internacionais**; Gabinete de Recursos Humanos; Gabinete de Consultoria Jurídica; Gabinete do Governador para a OPEP; Gabinete de Planificação Estratégica; e Gabinete de Gestão Administrativa<sup>109</sup> (REGLAMENTO ORGÁNICO DEL MINISTERIO DE ENERGÍA Y PETROLEO, 2005, p. 1-2, tradução nossa, grifo nosso).

<sup>109</sup> O texto na língua original: “Artículo 3.El Despacho del Ministro está integrado por la Oficina de Seguimiento y Evaluación de Políticas Públicas, la Dirección del Despacho, la Oficina de Auditoría Interna, la Oficina de Asuntos Públicos y Relaciones Interinstitucionales, la Oficina de Relaciones Internacionales, la Oficina de

Artigo 4. O Gabinete de Gestão Administrativa terá classificação de Direção Geral e, portanto, terá chefes. O chefe da Direção do Gabinete e os chefes das Oficinas de Seguimento e Avaliação de Políticas Públicas; de Auditoria Interna; de Assuntos Públicos e Relações Interinstitucionais; de **Relações Internacionais**; de Recursos Humanos; de Consultoria Jurídica; da Oficina de Planificação Estratégica e a do Governador para a OPEP, terão classificação de Diretores Gerais<sup>110</sup> (REGLAMENTO ORGÁNICO DEL MINISTERIO DE ENERGÍA Y PETROLEO, 2005, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

De tal feito, nos cabe analisar as funções do Gabinete de Relações Internacionais, as quais são expressas pelo Regulamento e demonstram como deveria ser seu grau de envolvimento na formulação de políticas externas no que tange a política petroleira do Estado. Dentre as funções, a de “apoiar e assessorar o Ministério na formulação da política internacional do país em suas arenas de competência” (REGLAMENTO ORGÁNICO DEL MINISTERIO DE ENERGÍA Y PETROLEO, 2005, p. 9, tradução nossa), demonstra isso.

É importante também sua atuação no sentido de conformar blocos regionais e de planificar, promover, facilitar e aferir as atividades de cooperação internacional nas áreas energética e de hidrocarbonetos. Cabe salientar, também, sua função de funcionar como um ente operacional entre o MPPRE, as embaixadas do país no exterior e as representações diplomáticas credenciadas na Venezuela (REGLAMENTO ORGÁNICO DEL MINISTERIO DE ENERGÍA Y PETROLEO, 2005), demonstrando a importância desse ator doméstico para a política externa, que se colocava de acordo com o presidente e dos interesses nacionais do Estado em termos petroleiros.

Para além do exposto, era importante que o gabinete buscasse estabelecer e manter relações com entidades homólogas em outros países. Também era necessário que o órgão desempenhasse funções protocolares como participar de reuniões, seminários e outras convenções nacionais e internacionais, as quais possuíssem temáticas concernentes com a atuação do Ministério; bem como atender visitas de personalidade e representantes dos países e organizações de interesse, auxiliando nas atividades necessárias durante a permanência daqueles no país e organizar eventos nacionais e internacionais sobre o tema, em cooperação com o Gabinete de

---

Recursos Humanos, la Oficina de Consultoría Jurídica, la Oficina del Gobernador ante la Organización de Países Exportadores de Petróleo, la Oficina de Planificación Estratégica y la Oficina de Gestión Administrativa”.

<sup>110</sup> O texto na língua original: “Artículo 4. La Oficina de Gestión Administrativa tendrá rango de Dirección General y por tanto su titular. El titular de la Dirección del Despacho y los titulares de las Oficinas de Seguimiento y Evaluación de Políticas Públicas, de Auditoría Interna, de Asuntos Públicos y Relaciones Interinstitucionales, de Relaciones Internacionales, de Recursos Humanos, de Consultoría Jurídica, la Oficina de Planificación Estratégica y la del Gobernador ante la Organización de Países Exportadores de Petróleo, tendrán rango de Directores Generales”.

Assuntos Públicos e Relações Interinstitucionais (REGLAMENTO ORGÁNICO DEL MINISTERIO DE ENERGÍA Y PETROLEO, 2005).

A política petroleira se internacionalizou de maneira nunca antes vista, o que fez com que a PDVSA e o Ministério do Poder Popular para a Energia e Petróleo tenham exercido funções afins com a política externa. Sua participação, em certas ocasiões, advinha de certa improvisação que surgia no decorrer dos acontecimentos e dos encontros de alto nível que Chávez tinha com mandatários, personalidades e/ou organizações. A partir de tais encontros, o presidente concedia ordens para seus ministros, que incorporavam tarefas às já existentes (SÁNCHEZ, 2015). O Ministério em questão também possui outras funções internacionais, como a coordenação que realiza com o Secretariado da OPEP e a elevação de dados sobre a indústria petroleira que a OPEP requer sobre o país (MIRANDA, 2012).

Em relação à atuação da PDVSA em âmbito internacional, falas do ex-presidente da empresa, Rafael Ramirez, demonstram essa faceta, bem como ilustram como o setor petroleiro se articulava com os Estados Unidos. Tal figura afirmava que a política externa do país não poderia se dar a partir de temores de que os EUA o aplicasse sanções e defendia a atuação do líder bolivariano, Hugo Chávez, em âmbito nacional e internacional, se colocando em consonância com as políticas por ele adotadas. Ainda assim, não demonstra, ao menos nos discursos encontrados, linha retórica confrontativa aos EUA, afinal este era o principal parceiro comercial do setor petrolífero do país. Sua fala à Assembleia Nacional na ocasião das discussões acerca de empresas mistas e das políticas remotas da PDVSA demonstra tais pontos aclarados:

Hoje começamos a entender a ferocidade e beligerância da velha PDVSA, que nos levou, depois do desencadeamento do golpe de Estado e da sabotagem à indústria petroleira [...] Eram uma expressão clara de um modelo que contrastava com o que está proposto em nossa Constituição e que, dignamente, representa o presidente Hugo Chávez [...] Aqui vamos nos deter, porque tivemos muita confusão e devo informar a todo o país que toda essa política foi discutida e conduzida pelo presidente da República e é o que temos chamado de política de Plena Soberania Petroleira<sup>111</sup> (RAMÍREZ, s/d, p.9-13-15, tradução nossa).

Foi possível compreender a relevância de tal Ministério - bem como da PDVSA - como atores que conformam influência no processo decisório da política externa venezuelana para os Estados Unidos. Pode-se dizer que esses atores possuíam grau mediano de participação, ou seja,

<sup>111</sup> O texto na língua original: “Hoy comenzamos a entender la ferocidad y la beligerancia de la vieja PDVSA que nos llevó después al desencadenamiento del golpe de Estado y el sabotaje a la industria petrolera [...] Eran la expresión clara de un modelo que contrastaba con lo que está propuesto en nuestra Constitución y que dignamente representa el Presidente Hugo Chávez [...] Aquí nosotros nos queremos detener, porque tuvimos mucha confusión y debo informar a todo el país que toda esta política ha sido discutida, por supuesto, conducida por el Presidente de la República, y es lo que hemos llamado la política de Plena Soberanía Petrolera”.

médio perfil, uma vez que as funções do Ministério – definidas pelo presidente do Executivo – o colocam como auxiliar do MPPRE nas temáticas relacionadas com o petróleo e energia.

Todavia, é inegável que, assim como para os outros atores já analisados, as diretrizes e ideologia da política externa bolivariana conformaram o escopo de ação que deveria ser obedecido e dentro do qual se encontrava a média autonomia para participar do processo. A média autonomia se dava já que, por um lado, deveria reforçar as linhas de atuação da Revolução Bolivariana e o que Chávez anuía para a política externa e, por outro lado, por tal Ministério poder apoiar e assessorar o MPPRE na formulação da política internacional do país em suas arenas de competência, bem como participar na elaboração, negociação e assinatura de acordos energéticos da Venezuela com outros Estados.

### 3.3.6 Ministério do Poder Popular para o Comércio ou Ministério do Poder Popular para Indústrias Leves e Comércio

Devido à dificuldade para encontrar documentos e informações sobre esse Ministério para compreendermos sua relevância no processo decisório de política externa - visto que ele foi dissolvido e outra pasta foi criada para tratar dos assuntos comerciais do país no governo atual - trabalharemos com os dados encontrados após muita pesquisa, quando, finalmente, foi possível encontrar algo sobre o Vice Ministério de Comércio Exterior. O acesso a referências relativas às suas competências e à sua forma de atuação somente foram possíveis de acessar a partir do uso da ferramenta “Wayback Machine”, um site responsável por arquivar e fornecer acesso livre a um acervo gigante de páginas da Web em diferentes épocas pelo tempo, garantindo que a informação não seja perdida ao longo do tempo.

Entretanto, é necessário destacar que nem todas as abas do site do Ministério do Poder Popular para o Comércio trazem conteúdos que tenham sido interessantes para a presente análise. Inclusive, na realidade, apenas a aba acerca do Vice Ministério de Comércio Exterior é que elucida os elementos dos quais necessitamos. Abaixo pode ser vista a captura da página<sup>112</sup> em questão:

---

<sup>112</sup> O link de acesso direto a ela é: [https://web.archive.org/web/20090821074236/http://www.mincomercio.gob.ve/index.php?option=com\\_content&view=article&id=115](https://web.archive.org/web/20090821074236/http://www.mincomercio.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=115)

Figura 2 – Página do Vice Ministério de Comércio Exterior.



Fonte: Elaborada pela autora, com base no arquivo da *Wayback Machine*.

Sendo assim, cabe analisar as competências e funções que o site acima resalta que são responsabilidades do Vice Ministério de Comércio Exterior. A primeira acaba sendo a mais importante de todas, por informar que o órgão em questão é responsável por definir a política de comércio exterior do país, em trabalho conjunto com o MPPRE e demais organismos competentes na área, o que demonstra que àquele possui determinada relevância na conformação de tal política, possuindo então interesses claros em que o país mantivesse bons níveis comerciais com parceiros tradicionais e novos compartes.

A primeira competência listada se relaciona diretamente com a segunda, que versa acerca da função conjunta com o MPPRE de desenvolver estratégias para as negociações comerciais do Estado, assim como da promoção de exportações e fomento da cultura exportadora, a qual, como já visto, é primordial para que o país conseguisse as divisas necessárias, principalmente quando se fala acerca do comércio de hidrocarbonetos. Outro fator que os confere importância em termos do comércio internacional é o de que estavam a cargo de ditar as políticas públicas concernentes às exportações e investimentos (MPPC, 2009) – porém não é frisado como isso se daria em termos de formulação da política externa comercial, principalmente para os Estados Unidos -.

No site em questão há a informação de que por meio do decreto nº 4.033, que dita o Regulamento Orgânico do Ministério de Indústrias Leves e Comércio, estão presentes as funções e competências do Vice Ministério de Comércio Exterior. Tal Regulamento foi publicado em *Gaceta Oficial*, por meio do Decreto Presidencial nº 38.304, em 1 de novembro de 2005 e

aclara que a estrutura do Vice Ministério seria composta pela “Direção Geral de Relações Bilaterais, Multilaterais e Integração e pela Direção Geral de Política Comercial e Promoção de Exportações e Investimentos”<sup>113</sup> (REGULAMENTO ORGÂNICO DEL MINISTERIO DE INDUSTRIAS LEVES Y COMÉRCIO, 2005, p. 7, tradução nossa).

Por um lado, a respeito de suas competências e funções, por meio da Direção Geral de Relações Bilaterais, Multilaterais e de Integração, tem-se que iam desde desenhar os componentes da política de comércio exterior, a coordenar estratégias para a participação do país em negociações comerciais internacionais até coordenar processos de negociação internacional, como pode ser visto abaixo:

1. Desenhar os componentes da política de comércio exterior, no tocante às negociações comerciais internacionais, multilaterais, bilaterais, regionais, sub-regionais e de integração, em coordenação com o Ministério de Relações Exteriores; 2. Coordenar estratégias para a participação da Venezuela em negociações comerciais internacionais e coordenar as negociações respectivas, no âmbito de sua competência, conjuntamente com o Ministério de Relações Exteriores; 3. Coordenar as negociações comerciais internacionais para que a Venezuela participe [...]; 4. Coordenar os processos de negociação comercial internacional [...]; 5. Coordenar a administração dos tratados de livre comércio em vigor no âmbito de sua competência, conjuntamente com o Ministério de Relações Exteriores; 6. Atender às relações comerciais com outros países, blocos econômicos e organismos comerciais internacionais [...] e coordenar a participação de outras dependências e entidades da Administração Pública, em conjunto com o MPPRE; 7. Servir de ligação com as representações permanentes da Venezuela junto aos organismos internacionais de comércio, no âmbito de sua competência, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores<sup>114</sup> (REGULAMENTO ORGÂNICO DEL MINISTERIO DE INDUSTRIAS LEVES Y COMÉRCIO, 2005, p. 7, tradução nossa).

Por outro lado, no que se refere a suas competências e funções, por meio da Direção Geral de Política Comercial e Promoção de Exportações e Investimentos, estas iam desde a direção e coordenação de planos para o desenvolvimento das exportações e investimento até

---

<sup>113</sup> O texto na língua original: “Dirección General de Relaciones Bilaterales, Multilaterales e Integración y Dirección General de Política Comercial y Promoción de Exportaciones e Inversiones”.

<sup>114</sup> O texto na língua original: “1. Diseñar los componentes de la política de comercio exterior, en lo que respecta a las negociaciones comerciales internacionales, multilaterales, bilaterales, regionales, subregionales y de integración, en coordinación con el Ministerio de Relaciones Exteriores; 2. Coordinar las estrategias para la participación de Venezuela en las negociaciones comerciales internacionales y coordinar las negociaciones respectivas, en el ámbito de su competencia, conjuntamente con el Ministerio de Relaciones Exteriores; 3. Coordinar las negociaciones comerciales internacionales para que Venezuela pueda participar [...]; 4. Coordinar los procesos de negociación comercial internacional [...]; 5. Coordinar la administración de los tratados de libre comercio vigentes en el ámbito de su competencia, conjuntamente con el Ministerio de Relaciones Exteriores; 6. Atender las relaciones comerciales con otros países, bloques económicos y organismos internacionales de comercio [...] y coordinar la participación de otras dependencias y entidades de la Administración Pública, junto con el MPPRE; 7. Servir de enlace con las representaciones permanentes de Venezuela ante los organismos internacionales de comercio, en el ámbito de su competencia, en coordinación con el Ministerio de Relaciones Exteriores”.

definição da política externa comercial no que tange a promoção de exportações e investimentos, como pode ser visto abaixo:

1. Desenhar os componentes das políticas de comércio exterior, no que se refere ao desenvolvimentos das exportações e investimentos, em coordenação com o MPPRE;
  2. Dirigir e coordenar planos, estratégias e programas oficiais vinculados ao desenvolvimentos das exportações e investimentos;
  3. Avaliar as Políticas de Comércio Exterior e Investimentos, ao menos uma vez ao ano;
  4. Participar da definição da política tarifária, nos aspectos relativos às competências do Gabinete do Vice-ministro de Comércio Exterior;
  5. Definir a política externa comercial em matéria da promoção de exportações e investimentos estrangeiros [...];
  6. Estabelecer mecanismos regulares de Exportações, quando necessário, em razão de restrições à entrada de mercadorias venezuelanas para outros países [...];
  7. Participar na definição das Posições da Venezuela no marco das negociações comerciais e de investimentos, bilaterais e multilaterais [...];
  8. Participar na definição de represálias comerciais que se derivam do não cumprimento de acordos internacionais [...]
  9. Elaborar estratégias para a participação da Venezuela nas negociações comerciais internacionais [...]
- <sup>115</sup> (REGULAMENTO ORGÁNICO DEL MINISTERIO DE INDUSTRIAS LEVES Y COMÉRCIO, 2005, p. 8-9, tradução nossa).

Entretanto, por mais que o Vice Ministério possuísse funções importantes acerca do comércio exterior do país, não há comprovação explícita, a partir das informações levantadas, de que este, de fato, participava diretamente do processo decisório da política externa do país, assim como não há informações que comprovem que o órgão dava continuidade às diretrizes de política externa do presidente da República, de forma que não foi possível atribuir se desempenhava baixo, médio ou alto perfil em política externa, nem atribuir o grau de autonomia que possuíam no processo.

### 3.3.7 Ministério do Poder Popular para a Defesa

Considera-se importante avaliar tal ministério na presente análise devido à participação ativa que os militares venezuelanos possuíam na política do Estado, de forma que considerar o que estes atores colocavam em ação a respeito dos EUA pode auxiliar na melhor compreensão

---

<sup>115</sup> O texto no original: “1. Diseñar los componentes de las políticas de comercio exterior, en materia de desarrollo de exportaciones e inversiones, en coordinación con el MPPRE; 2. Dirigir y coordinar los planes, estrategias y programas oficiales vinculados al desarrollo de las exportaciones y las inversiones; 3. Evaluar las Políticas de Comercio Exterior e Inversiones, por lo menos una vez al año; 4. Participar en la definición de la política arancelaria, en los aspectos relacionados con las competencias del Viceministro de Comercio Exterior; 5. Definir la política de comercio exterior en términos de promoción de exportaciones e inversiones extranjeras [...]; 6. Establecer mecanismos regulares de exportación, cuando sea necesario, por restricciones al ingreso de mercancías venezolanas a otros países [...]; 7. Participar en la definición de las Posiciones de Venezuela en el marco de las negociaciones bilaterales y multilaterales de comercio e inversión [...]; 8. Participar en la definición de las represalias comerciales que se deriven del incumplimiento de los acuerdos internacionales [...]

9. Desarrollar estrategias para la participación de Venezuela en las negociaciones comerciales internacionales [...].”

da política externa venezuelana para Washington, ainda que tal performance não versasse especificamente sobre temáticas comerciais.

De tal maneira, a despeito do Ministério da Defesa e da corporação militar, as alterações na constituição no início do governo de Chávez também produzem um novo papel para as forças armadas. Em consonância com Miranda (2012) houve, a partir de então, demasiada modificação no pensamento do corpo de oficiais educados “que se desenvolvem em uma sociedade democrática representativa com valores e princípios que são alterados, criando, assim confusão no pensamento sobre noção de força militar e seu papel em uma sociedade democrática” (MIRANDA, 2012, p. 74).

Tal desordem causa, ainda, divisões internas a despeito do pensamento político no corpo de oficiais, ou seja, o debate ideológico é introduzido também e, principalmente, na instituição militar, que possui relevância histórica no país (SAAVEDRA, 2009), não havendo homogeneidade dentro da corporação militar acerca da aceitação da política externa bolivariana (MIRANDA, 2012).

De forma a consolidar a aproximação com o aparato militar e tê-los em sua base de apoio interna, Chávez nomeou diversos militares para ocuparem o cargo de Ministro da Defesa. Foi o caso do General Raul Salazar, que foi ministro entre 1999 e 2000; o do General Eliécer Hurtado Sucre, 2000-2001; do General Jorge Luis García Carneiro, 2004-2006; do Comandante em Chefe Raul Isaías Baduel, 2006-2008; e do General Gustavo Rangel Briceño, 2008-2009 (LOPES, 2009). E, principalmente, a partir dos acontecimentos de 2002-2004, o aparato militar passa a ser reorganizado com o intuito de evitar novos possíveis golpes ao governo vigente. Assim, passa a prevalecer a parte do grupo que atuava de acordo com os discursos inflamados do mandatário do país e de sua lógica de acautelar o país em termos de segurança e defesa.

Ademais, considerações acerca da participação desses no processo decisório devem ser tecidas. A maior parte dos militares que participam com cargos importantes no processo decisório é advinda do Plano Andrés Bello, que culminou em gerações de cadetes que compartilhavam: grande nacionalismo, identificação e aproximação com os ensinamentos e pensamento de Simón Bolívar. Assim, o Ministério da Defesa, composto por simpáticos ao regime, acaba influenciando no processo decisório ao passo que promove uma política externa confrontativa, que se pauta nos discursos do líder do executivo frente a possíveis invasões externas (TRINKUNAS, 2005).

Algumas das ações em termos de política externa depreendidas pelo Ministério da Defesa são derivadas de preocupações quanto ao aumento da distância relativa ao aparato militar dos EUA e o da Venezuela, bem como do incremento da capacidade militar da Colômbia. Tal cenário era visto com preocupação pelo governo venezuelano, principalmente por conta da relação histórica próxima entre EUA e Colômbia. Devido ao exposto, a Venezuela passa a buscar se auto proteger, por meio da ampliação de gastos e investimentos no setor militar e com a adoção de uma nova doutrina militar, buscando estar preparada para um possível – mas não desejado – confronto bélico (MIRANDA, 2012).

O incremento dos gastos militares pode ser observado a partir do documento Política Orçamentária para o ano de 2008 – a única encontrada disponível para download na internet – o qual demonstra a busca por ter níveis de presteza e disponibilidade de defesa que permitam ao país estar preparado frente a possíveis ataques externos, como pode ser elucidado abaixo:

Os gastos de operação, manutenção e investimentos nos sistemas de equipamentos e armas visam manter os níveis de prontidão e disponibilidade em condições operacionais moderadas, bem como manutenção mínima da infraestrutura e melhora na qualidade dos serviços dos hospitais militares<sup>116</sup> (POLÍTICA PRESUPUESTARIA, 2008, p. 2, tradução nossa).

Visto isso, tem-se que esse Ministério consegue exercer influência na elaboração da política externa nos termos que lhe correspondem, ou seja, nas temáticas e aspectos de segurança e defesa (MIRANDA, 2012). Ou seja, auxiliam no desempenho de uma política externa mais confrontativa, que é dirigida pelo presidente da República Bolivariana da Venezuela, frente à ameaça – não tão iminente – de invasão ao país. Havendo tal abertura, o Ministério também influi no processo decisório, porém à medida que auxiliam nas decisões e ações encaheadas pelo líder. Sendo assim, possui um médio perfil em política externa, além de média autonomia de ação frente às políticas do líder.

---

<sup>116</sup> O texto na língua original: “Los gastos de operación, mantenimiento e inversión, de los sistemas de armas y equipos, se orientan a mantener los niveles de apresto y disponibilidad en condiciones moderadas de operatividad, así como un mínimo mantenimiento de la infraestructura y el mejoramiento de la calidad del servicio de los hospitales militares”.

### 3.4 Chávez: o líder predominante na temática do relacionamento bilateral com os EUA

Retomando pontos já analisados nas outras seções do capítulo, no que se refere à política externa dos governos de Chávez, há a constatação de que houve mudanças de rumo, de enfoques e de pensamento - passa a ser mais ideológica - com a implementação do que se chama Diplomacia Bolivariana. A PECh foi desenvolvida de maneira ativa, com grande influência e peso do poder executivo, que ao estar em conjunto com objetivos ousados no plano internacional, estava de acordo com o que vinha sendo promovido internamente (AYERBE, 2008). A escolha de componentes do governo, por sua vez, era feita de acordo com a identificação com Chávez, afinal o líder do executivo buscava por parceiros simpáticos aos ideais da revolução bolivariana, principalmente após os acontecimentos de 2002-2004 (MIRANDA, 2012).

O presidente do Executivo demonstrou, desde o princípio de seu governo, possuir interesse em política externa, participando intensamente do processo e conferindo a ele “fortes traços personalistas e de hiperatividade”<sup>117</sup> (ARREDONDO; EDWARDS, 2018, p. 8, tradução nossa). Após 2004, esse quadro se intensificou ainda mais e o presidente buscou por novas formas de participar da política externa, como por meio da liderança no processo de construção de cooperação e integração da América Latina e Caribe, através da PetroAmerica e da ALBA (ARREDONDO; EDWARDS, 2018). Assim, Hugo Chávez consegue consolidar homogeneidade dentro das instituições. A posse de tal controle institucional se dava, em partes devido à sua popularidade e carisma e em partes por conta de erros estratégicos da oposição – principalmente o erro de tentar dar um golpe no governo democraticamente eleito – (ELENA, 2008).

Em consonância com Thies (2014) é possível destacar papéis assumidos pela Venezuela chavista que derivam da teoria da *Role Conception*<sup>118</sup> aplicada para a América Latina. Ao analisar os papéis na política externa da Venezuela nos governos de Chávez<sup>119</sup>, percebe-se como este se configurava como líder no tocante a política externa do país, pois como o autor argumenta, é perceptível a especificidade no caso venezuelano da personificação do Estado na forma de Chávez, “muitos desses papéis são intensamente pessoais para Chávez, mesmo

---

<sup>117</sup> O texto na língua original: “fuertes matices personalistas y de hiperactivismo”.

<sup>118</sup> “Os papéis representam posições estruturais em uma sociedade, ou os tipos de pessoas que é possível ser em uma sociedade” (THIES, 2012, p.10, tradução nossa).

<sup>119</sup> Alguns dos papéis identificados por Thies (2014) para a Venezuela chavista são: agente anti-imperialista e anticapitalista; desenvolvedor interno/externo; missionário; libertador e líder regional.

quando ele os seleciona para representar o povo e o Estado”<sup>120</sup> (THIES, 2014, p.15, tradução nossa).

A realização do Taller de Alto Nivel “El nuevo mapa estratégico”, de 2004, traz exemplos de como Hugo Chávez gostava de conduzir o comando do país e de suas instituições, principalmente no tocante à formulação de políticas, dentre as quais também figura a política externa. No entanto, ele contava com aparato institucional que lhe conferia apoio em suas decisões e estavam de acordo com os objetivos da Revolução Bolivariana. De tal forma, recorria a outras figuras no governo quando necessário, compartilhava decisões e parecia gostar de escutá-los, a despeito do fato de que o que fosse decidido por ele, possivelmente seria reforçado pelos demais componentes do governo. Isso pode ser visto, em partes, nos trechos abaixo do Taller de Alto Nivel:

Em quinto lugar, será necessário elaborar um plano preliminar de ação. Ele não está elaborado, e corresponde a vocês antes de irem amanhã. Com base no que já apresentamos, vocês devem ir elaborando à mão um plano preliminar de ação e vão me dizer como pensam a apoiar os objetivos desse mapa estratégico do ponto 4, por meio de que ações e de que planos. Para isso temos as mesas de trabalho. Vocês poderão fazer chamadas telefônicas a seus assessores e me vão deixar o que vocês conceberem. Quem considerar que com uma única página e uma única palavra, esse é o seu plano preliminar, isso será assinado com seu nome e sobrenome, e vou revisar cada um deles<sup>121</sup> (TALLER DE ALTO NIVEL “EL NUEVO MAPA ESTRATÉGICO”, 2004, p.21).

Por último “designar o ente de coordenação, controle e monitoramento dos planos de ação. Esse ente de coordenação vai funcionar a nível presidencial, com o auxílio da Vice-presidência da República, do Ministério de Planificação, que é o ente reitor dos planos, e do Inspetor da Força Armada. Pois bem, aí estão as coisas que queremos conseguir com essa reunião de hoje. Tenho uma viagem à China logo e a viagem é longa, de forma que terei tempo no avião para revisar um por um os planos e mandar cópia para o Vice-presidente e para o Ministro de Planificação. Agora vocês levem isso, que é algo preliminar, e a partir de segunda-feira ou de domingo, vocês devem começar a fazer seu plano, porque em um mês, ou seja, hoje é 12: em 12 de dezembro, em um mês, vocês têm que entregar todos os escopos para José Vicente<sup>122</sup> (TALLER DE ALTO NIVEL “EL NUEVO MAPA ESTRATÉGICO”, 2004, p.21-22).

---

<sup>120</sup> O texto na língua original: “Many of these roles are intensely personal for Chávez even as he selects them to represent the people and state of Venezuela”.

<sup>121</sup> O texto na língua original: “En quinto lugar, elaborar el plan preliminar de acción. Esto no está elaborado, les corresponde a ustedes antes de irse mañana. En base a lo que vayamos presentando, ustedes van a ir elaborando a mano un plan preliminar de acción, me van a decir cómo piensan ustedes apoyar los objetivos de este mapa estratégico del punto 3, a través de qué acciones, de qué planes. Y para eso las mesas de trabajo. Ustedes podrán hacer llamadas telefónicas a sus asesores y me van a dejar lo que ustedes conciban. El que considere que con una sola hoja y una sola palabra, ese es su plan preliminar, eso sí firmado con su nombre y apellido, que yo voy a revisarlos todos y cada uno”.

<sup>122</sup> O texto na língua original: “El número 7, por último: “Designar el ente de coordinación, control y monitoreo delos planes de acción. Ese ente de coordinación va a funcionar a nivel presidencial con el auxilio de la Vicepresidencia de la República, del Ministerio de Planificación, que es el ente rector de los planes y del

Como visto, no processo de formulação e execução de políticas públicas, dentre elas a política externa, a tomada de ações é realizada em conjunto com demais instituições do governo. Formalmente e institucionalmente, outros atores domésticos também possuíam a envergadura de formular e agir em política externa. Porém, ela acaba sendo consecutada pelo crivo de Chávez, de acordo com sua avaliação das situações, já que ele se encontrava na condução de tal política, como ele mesmo fala em pronunciamento feito em decorrência dos 100 primeiros dias de governo, no Palácio de Miraflores, em 13 de maio de 1999:

Bem, além disso, agora sim, para ir terminando, creio que é importante falar um pouco do âmbito internacional. No campo internacional, o chanceler José Vicente Rangel e as equipes da chancelaria estão – e o presidente, por suposto - à frente da condução da política externa, dizendo ao mundo, dando sinais muito claros ao mundo de que aqui chegou um governo diferente e que a Venezuela começa a ser soberana de verdade [...] <sup>123</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 1999, p. 182, tradução nossa).

Alguns pontos demonstram que o processo decisório não se dava de maneira autoritária. Chávez dizia que em voos longos ele e seu pessoal que trabalhava na chancelaria, embaixadas e ministros, geralmente, viajavam trabalhando nos aviões “tiramos papéis, fazemos projetos, revisamos as coisas, os acordos... o que você fez? O que achou? Qual é a sua impressão?” <sup>124</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 1999, p. 418, tradução nossa). O fato de que o próprio líder contava como eram suas viagens, acompanhado de pessoal do governo, ressalta que atores domésticos possuíam importância na conformação do processo decisório.

E ainda, em diversas ocasiões parabenizava e elogiava o trabalho de Ministros e demais funcionários do governo, demonstrando sua gratidão por trabalharem em conjunto com ele no processo revolucionário, tanto interna quanto externamente. Reconhecia que atores internos deveriam ajudar a alimentar a tomada de decisões, como argumentou em 11 de janeiro de 2002, na ONU:

---

Inspector de la Fuerza Armada. Bueno, he allí las cosas que queremos lograr en esta reunión de hoy. Tengo un viaje a China pronto y el viaje es largo, así que tendré tiempo en el avión de revisar uno por uno los planes, y mandar copia para el vicepresidente y copia para el ministro de Planificación. Ahora ustedes se llevan eso que es algo preliminar, y a partir del lunes, o del domingo más bien, ustedes comiencen hacer su plan porque en un mes, es decir, hoy es 12; el 12 de diciembre, en un mes, ustedes tienen que entregar todos los alcances a José Vicente”.

<sup>123</sup> O texto na língua original: “Bueno, además de eso, ahora para terminar, creo que es importante hablar un poco sobre el ámbito internacional. En el ámbito internacional, el canciller José Vicente Rangel y los equipos de la cancillería están -y el presidente, por supuesto- al frente de la conducción de la política exterior, diciéndole al mundo, dando señales muy claras al mundo de que aquí ha llegado un gobierno diferente. y que Venezuela comience a ser verdaderamente soberana [...]”.

<sup>124</sup> O texto na língua original: “sacamos papeles, hacemos proyectos, revisamos cosas, acuerdos... ¿qué hiciste? ¿Que crees? ¿Cuál es tu impresión?”.

[...] Mas esses são temas sobre os quais é necessário debater e tomar decisões e isso somente pode ser feito à nível dos Chefes de Estado, bem assessorados por grupos de especialistas, por vocês embaixadores, por vocês chanceleres, por vocês técnicos, que devem alimentar a tomada de decisões para avançarmos a um mundo mais justo [...] <sup>125</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2002, p. 59, tradução nossa).

E assim, já no primeiro ano de seu governo é possível identificar um exemplo disso, em que Chávez parabenizou todo o seu pessoal envolvido nos preparativos e condução das viagens oficiais à Ásia e à Europa. Ainda que a organização de viagens não seja um ponto que conte no processo de formulação da política externa em si, demonstra a forma com que o mandatário tratava seus companheiros e o trabalho em conjunto realizado pelo governo no que tange a PECh. O discurso acima referido foi dado no Palácio de Miraflores, em 30 de outubro de 1999:

Eu gostaria de felicitar todo o pessoal que trabalhou nos preparativos e na condução e seguimento, que é mais importante do que a viagem em si, desse grande esforço diplomático, começando pelo chanceler, o doutor José Vicente Rangel; o vice-chanceler Jorge Valero, quem conduziu pessoalmente o desafio dessa viagem. Era um desafio quando falávamos sobre há seis meses atrás, com pouco pessoal; Felicitações a todos os nossos embaixadores, cônsules e pessoal que viajou para reforçar nossas embaixadas; Felicitações a todos os anfitriões, à Casa Militar, aos empresários, à Conapri, à todos que nos acompanharam, porque, de verdade, me sinto muito feliz e orgulhoso de ser venezuelano e de estar junto com vocês conduzindo esse processo de reconstrução da Venezuela e, também, apresentando-o ao mundo <sup>126</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 1999, p. 417-418, tradução nossa).

Dessa forma, é necessário salientar que nem em todas as ocasiões o presidente agia antes de consultar outros atores, apesar de que isso ocorria, como será visto abaixo. Um exemplo de tomada de decisão, sem consulta a outros atores, reside em seu discurso proferido sobre problemas entre os EUA e Bolívia, no qual Chávez se colocou ao lado de Sucre, dizendo ter ligado para o chanceler, solicitando a ele a expulsão do embaixador “ianque” do país e mandando que Maduro trouxesse de volta o embaixador venezuelano nos EUA:

Acabamos de saber que os Estados Unidos anunciaram a expulsão do embaixador boliviano de seu território. A partir deste momento começamos a rever nossas relações diplomáticas com o governo dos Estados Unidos. Acabei de falar com o chanceler [Nicolás Maduro] sobre a situação e para que a Bolívia saiba que não está sozinha, a partir deste momento o embaixador ianque tem 72 horas para deixar a Venezuela. Em

<sup>125</sup> O texto na língua original: “[...] Pero esos son temas que son necesarios debatir y tomar decisiones, y eso sólo se puede hacer a nivel de los Jefes de Estado, bien asesorados por los grupos de expertos, por ustedes embajadores, por ustedes cancilleres, por ustedes los técnicos que deben alimentar la toma de decisiones para avanzar hacia un mundo más justo [...]”.

<sup>126</sup> O texto na língua original: “Yo quiero felicitar a todo el personal que trabajo en los preparativos y en la conducción y ahora en el seguimiento que es más importante que la gira misma, de este gran esfuerzo diplomático, empezando por el Canciller, el doctor José Vicente Rangel, el Vicecanciller Jorge Valero, quién tomó él mismo, personalmente, el reto de esta gira. Era un reto en verdad cuando lo hablamos hace seis meses, con poco personal, felicitaciones a todos nuestros embajadores, cônsules y personal que fue y viajó a reforzar nuestras embajadas. Felicitaciones a todos los edecanes, Casa Militar, los empresarios, Conapri, todos quienes nos acompañaron porque en verdad yo me siento muy contento y orgulloso de ser venezolano y de estar junto con ustedes conduciendo este proceso de reconstrucción de Venezuela y además, planteándoselo al mundo”.

solidariedade com a Bolívia, seu povo e seu governo! Sr. Chanceler, traga de volta nosso embaixador da América antes que eles tenham a chance de expulsá-lo. Quando os Estados Unidos tiverem um novo governo, enviaremos um novo embaixador... quando houver um governo que respeite o povo latino-americano e a América de Simão Bolívar!<sup>127</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2008 apud MCCARTHY-JONES; TURNER, 2011, p. 562, tradução nossa).

Outro exemplo nesse sentido reside na decisão tomada em plena Marcha em defesa da Soberania Nacional, que aconteceu adjacências do Palácio de Miraflores, em 23 de janeiro de 2005, em que afirma ter tomado a decisão de retirar o embaixador venezuelano em Bogotá e ordenado paralisar todos os acordos e negócios do país com a Colômbia, decisões que teriam sido tomadas em nome do povo venezuelano e de sua dignidade:

De tal forma, eu, com muita dor, retirei o Embaixador venezuelano de Bogotá e ele não voltará enquanto o governo da Colômbia não oferecer desculpas e se ratificar acerca do que fez. Além disso, ordenei que fossem paralisados todos os acordos e negócios com a Colômbia. Será paralisado o gasoduto transcaribenho, lamentavelmente, mas até que seja reivindicada a soberania violada da Venezuela, eu me vejo obrigado a tomar essas decisões e nem nada nem ninguém me fará mudar essa posição, porque represento a dignidade do povo da Venezuela<sup>128</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2005, p. 52, tradução nossa).

É necessário também exemplificar momentos em que o presidente do Executivo tecia instruções para funcionários de seu governo acerca de temáticas internacionais. Esse foi o caso do que ocorreu em pleno discurso dado sessão da Comissão Legislativa da Assembleia Nacional, em 2 de fevereiro de 200:

Ontem instruí ao chanceler para que chamasse o embaixador norte-americano em nosso país e assim se deu [...] Se isso for assim, não vamos tolerar, Venezuela é respeitada por ser um país livre e soberano e assim como, daqui nenhum funcionário de meu governo vai estar emitindo opinião alguma sobre nenhum governo ou sobre nenhuma decisão, o mínimo que podemos pedir ao mundo é respeito a nossas decisões,

---

<sup>127</sup> O texto na língua original: “We have just learnt that the United States has announced the expulsion of the Bolivian ambassador from its territory. From this moment we have begun to review our diplomatic relations with the government of the United States. I have just spoken with the Chancellor [Nicola’s Maduro] about the situation and so that Bolivia knows that it is not alone, from this moment the Yankee ambassador has 72 hours to leave Venezuela. In solidarity with Bolivia, its people and its government! Mr Chancellor, bring back our ambassador from America before they have a chance to boot him out....When the United States has a new government we will send a new ambassador...when there is a government that has respect for the Latin American people and Simon Bolivar’s America!”.

<sup>128</sup> O texto na língua original: “Entonces, con mucho dolor saqué al Embajador de Venezuela de Bogotá y no regresará hasta que el gobierno de Colombia ofrezca una disculpa y ratifique lo que ha hecho. Además, ordené que se suspendieran todos los acuerdos y negocios con Colombia. Lamentablemente se paralizará el gasoducto transcaribeño, pero mientras no se reivindique la soberanía violada de Venezuela, me siento en la obligación de tomar estas decisiones y nada ni nadie me hará cambiar esa posición, porque represento la dignidad del pueblo de Venezuela”.

a nossas realidades, a nossa soberania; respeito para esse país, para nosso país<sup>129</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2000, p. 49, tradução nossa).

Por fim, cabe trazer à tona o exemplo de quando o comandante respeitava a hierarquia diplomática que preza que o encontro com chanceleres de outros países seja realizado pelo Ministro das Relações Exteriores e não pelo presidente. Esse foi o caso da incumbência de que o então chanceler Alí Rodríguez Araque ficasse encarregado de se reunir com Condoleezza Rice, ex-chanceler dos Estados Unidos, pois Chávez não possuía boas relações com tal figura estadunidense:

[...] Recentemente alguém me recomendou isso em relação ao caso de “Condolencia” Rice, que primeiro disse que estava muito chateada, há poucos dias: pelo tirano Chávez, o caudilho, que é uma ameaça para os povos do mundo e da América. [...] Olha, embora ela seja a Ministra das Relações Exteriores daquele governo imperialista, caberia ao Ministro das Relações Exteriores Alí Rodríguez Araque se encontrar com ela<sup>130</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2005, p. 60, tradução nossa).

Acerca do relacionamento com os EUA, é possível perceber o pragmatismo adotado no início do governo de Chávez, quando Clinton ainda era o presidente daquele Estado. Naquele momento, o relacionamento bilateral ainda era aclamado como o de países irmãos, com amizade e visão de sociedade, sem que o discurso de ataques a tal nação fosse empregado. Exemplo disso consiste na fala de Chávez em uma reunião com empresários norte-americanos, em Nova York, em 08 de setembro de 2000:

Sim, temos um sonho que se chama Venezuela [...] vocês, amigos, intervencionistas, empresários, homens e mulheres dos Estados Unidos, durante toda a vida vocês viram a Venezuela como um país irmão, sigam nos vendo como um país irmão. Nós seguimos e seguiremos vendo os Estados Unidos como um país irmão, foi isso que eu disse ao presidente ontem em poucas palavras. Vamos seguir sendo amigos, sócios e irmãos durante séculos. Aqui estamos juntos e aqui estaremos juntos para enfrentar os desafios do futuro<sup>131</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2000, p. 476).

<sup>129</sup> O texto na língua original: “Ayer instruí al Canciller para que llamase al Embajador norteamericano en nuestro país y así fue. Fue llamado para darle una nota que ya el mundo la conoce, porque un alto funcionario del Gobierno norteamericano dio unas declaraciones, o al menos así se lo atribuye un diario europeo, emitiendo opiniones, según ese diario, descalificadoras del gobierno venezolano y de lo que aquí está ocurriendo en Venezuela. Si eso es así, no vamos a tolerarlo, Venezuela se respeta porque este es un país libre y soberano, y así como desde aquí ningún funcionario de mi gobierno va a estar emitiendo opinión ninguna sobre gobierno alguno o sobre decisión alguna, lo menos que podemos pedirle al mundo es respeto a nuestras decisiones, a nuestras realidades, a nuestra soberanía; respeto para este país, para nuestro país”.

<sup>130</sup> O texto na língua original: “[...] Recientemente alguien me recomendó esto en relación al caso de “Condolencia” Rice, quien primero dijo que estaba muy molesta, hace unos días: por el poli Chávez, el caudillo, que es una amenaza para la gente del mundo y de América. [...] Mire, aunque ella es la Ministra de Relaciones Exteriores de ese gobierno imperialista, le tocaría al Ministro de Relaciones Exteriores Alí Rodríguez Araque conocerla”.

<sup>131</sup> O texto na língua original: “Sí, tenemos un sueño que se llama Venezuela. Lo estamos levantando, ustedes, amigos inversionistas, empresarios, hombres y mujeres de los Estados Unidos, toda la vida han visto en Venezuela un país hermano, síganlo viendo como un país hermano, nosotros seguimos y seguiremos viendo a Estados Unidos como un país hermano, así se lo manifesté ayer al presidente em unas breves palabras. Vamos a seguir

Visto isso, com a vigência da Nova Constituição, somada aos eventos de 2002-2003, que culminaram na realização do Referendo Revogatório em 2004, com a vitória que conferiu legitimidade ao governo, Chávez pode operar em um ambiente em que a tomada de decisões se homogeneizou e os pensamentos levados em consideração na tomada de decisões foram centralizados em torno do que defendia o governo revolucionário (ARREDONDO; EDWARDS, 2018). Àqueles momentos marcaram o “cruce de camino” (URRUTIA, 2006, p. 165) da política externa chavista. De tal forma, no que se refere ao relacionamento com os EUA, Chávez consegue articular uma política em que a prática se afasta do discurso, de forma que suas ações se tornam inconsistentes com a retórica de contínuos ataques às políticas de Washington.

O petróleo faz com que o governo de Bush seja, “politicamente, o inimigo necessário e, economicamente, o amigo possível”<sup>132</sup> (SAAVEDRA, 2009, p.240, tradução nossa). Tal cenário representa como a política externa da Venezuela incorria em custos de oportunidade devido à problemática de que para ser colocada em prática, ou seja, para ser financiada, era preciso ter incrementos constantes nos preços do petróleo e manter as vendas de tal *commodity* (ELENA, 2008). Sendo assim, a política externa do Estado tinha que se pautar em tal componente do interesse nacional.

Por um lado, a faceta do inimigo necessário é empregada por Chávez tanto devido a necessidade de defender a continuidade de seu governo após a tentativa de golpe desprendida pela oposição quanto como uma forma de conferir respostas para seu eleitorado por meio dos ataques severos ao Estado *hegemon* (PEDROSO, 2018), garantindo que a Venezuela deixaria de ser dependente do império. Tais pontos estavam presentes em diversos pronunciamentos do líder, mas podemos destacar um deles, quando ele falou na Conferência de Imprensa dos presidentes da Venezuela e Uruguai, que aconteceu no Palácio de Miraflores, em 14 de março de 2006:

Éramos uma colônia petroleira, dependíamos das decisões que tomavam nos Estados Unidos. Agora não; é a vontade de nosso Governo, de nosso processo revolucionário, de nosso povo, se curvar para o Sul, e já começamos a fazê-lo<sup>133</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2006, p.26, tradução nossa).

---

siendo amigos, socios y hermanos durante siglos. Aquí estamos juntos y aquí estaremos juntos para enfrentarlos retos del futuro”.

<sup>132</sup> O texto na língua original: “políticamente, el enemigo necesario y, económicamente, el amigo imprescindible”.

<sup>133</sup> O texto na língua original: “Éramos una colonia petrolera, dependíamos de las decisiones que tomaban en Estados Unidos. Ahora no; es voluntad de nuestro Gobierno, de nuestro proceso revolucionario, de nuestro pueblo, inclinarnos hacia el Sur, y ya lo hemos comenzado a hacer”.

Outro exemplo de tal forma de atuação, muito pautada em desfechar ataques aos EUA de Bush se deu no episódio 249 de seu programa *Aló Presidente*, que foi ao ar no dia 19 de março de 2006. Nele, o presidente ataca de frente George W. Bush, sem precisar temer que o relacionamento comercial sofresse abalo, afinal para os EUA também era importante manter o comércio com Caracas. Tal discurso pode ser visto abaixo:

Você mexeu comigo passarinho, certo? você não sabe muito sobre história, você não sabe muito sobre nada. Uma grande ignorância é o que você tem. Você é ignorante “Senhor Perigo”, você é ignorante. Você é um burro, “Senhor Perigo” (aplausos) ou para dizer melhor, para dizer no meu inglês ruim, “você é um burro, Senhor Perigo”<sup>134</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2006, s/p, tradução nossa).

De tal feitio, tem-se que os atores tendiam a concordar com o presidente, até porque, no caso dos EUA, por mais que fosse empregada retórica provocativa, raramente tais discursos e posturas de Chávez resultavam em reações que ameaçassem ou modificassem os interesses comerciais entre as partes (MCCARTHY-JONES; TURNER, 2011). Contudo, Chávez reconhecia os demais poderes do Estado, os felicitando por ações tomadas sobre diversas situações, o que, novamente, demonstra que atores domésticos possuíam sim autonomia para fazer política, ainda que não tão expressiva quanto à do presidente. Isso pode ser observado a partir de discurso proferido em 8 de agosto de 2010, encontrado na coletânea “Desde la Primera Línea”:

Quero saudar a contundente resposta que nossa Força Armada Bolivariana, na pessoa do general em chefe Carlos Mata Figueroa, Ministro do Poder Popular para a Defesa, deu às recentes declarações do embaixador designado pelos Estados Unidos para a Venezuela. Não quero redundar os detalhes porque eles já foram satisfatoriamente expostos, o que demonstra a grande moral e, portanto, a dignidade e orgulho da pátria que caracteriza a cada um de nossos soldados e soldadas e a cada um de seus comandantes [...] <sup>135</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2010, p.542-543, tradução nossa).

Por outro lado, a faceta do amigo possível, postura adotada por Chávez, na busca por não romper os laços comerciais com Washington – Estado considerado como imperialista – se conformou como uma atitude racional. Ela se baseava na importância que as entradas de divisas oriundas da renda petroleira representavam para a manutenção e direcionamento dos gastos públicos para a consecução de investimentos sociais domesticamente e no exterior (SAAVEDRA, 2009). E ainda, é justamente a dependência estrutural que a economia venezuelana

<sup>134</sup> O texto na língua original: “Te metiste conmigo pajarito, ¿verdad? no sabes mucho de historia, no sabes mucho de nada. Una gran ignorancia es la que tienes. Eres un ignorante “Señor Peligro”, eres un ignorante. Eres un burro, "Mister Danger" (aplausos) o mejor dicho, para decir en mi mal inglés, "eres un burro, Mister Danger".

<sup>135</sup> O texto na língua original: “Quiero saludar la contundente respuesta que nuestra Fuerza Armada Bolivariana, en la persona del General Carlos Mata Figueroa, Ministro del Poder Popular para la Defensa, dio a las recientes declaraciones del embajador designado por Estados Unidos en Venezuela. No quiero redoblar los detalles porque ya han sido expuestos satisfactoriamente, lo que demuestra la gran moral y, por ende, la dignidad y el orgullo de patria que caracteriza a cada uno de nuestros soldados y a cada uno de sus comandantes [...]”.

desenvolveu ao longo de sua história como país produtor de petróleo que impõe limites para que um tipo alternativo de relação com tal parceiro comercial não seja colocada em prática (BURIN, 2011).

Afinal, como o presidente mesmo reconhecia, o país vendia petróleo para a nação que o quisesse e pudesse comprar “quem quiser comprar, nós vendemos”<sup>136</sup> CHÁVEZ FRÍAS, 2002, p.435, tradução nossa). Uma fala de Chávez dada em entrevista ao Roda Vida, em 2005, demonstra como ele sabia dos limites os quais não podia cruzar no relacionamento dos EUA, relacionamento necessário e indispensável para o governo:

Os EUA, eu creio, o governo, a elite – não o povo, que é outra coisa – entrou em fase de desespero. Desespero pelas crises internas que ocorrem, crises econômicas que crescem e são modelos imperialistas e eles se debilitam. Deveriam ser chamados de tigres de papel. O imperialismo vai se transformar em um tigre de papel. Acho que essa é a razão do desespero dos EUA e da agressão contra a Venezuela, porque eles não tem razão. Um exemplo é a ALCA, que tentaram impor, colocaram pressão e em 1 de janeiro de 2005 teríamos que amanhecer com a ALCA. Bem, a ALCA morreu e agora são construídos novos mecanismos de integração, uma nova consciência que demonstra como se faz para governar simplesmente com o apoio do povo. Se algo nos dá força é o apoio popular, o apoio forte de um povo, o apoio dos militares venezuelanos, apoio das grandes maiorias venezuelanas, para combatermos o império e enfrentar agressões, vencer golpes de Estado e sabotagens econômicas, além de termos que saber manter canais de comunicação abertos e nunca abandoná-los. Temos muitas relações comerciais e muitos investimentos dos EUA na Venezuela e acho que nós somos os primeiros investidores latino-americanos nos EUA: 8 refinarias, 14 mil estações de combustível, centenas de sistemas de distribuição de combustível que servem ao povo dos EUA<sup>137</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2005, tradução nossa).

Inclusive, a partir de 2008, com a eleição de Obama, perda de espaço na política interna e pelo anúncio da doença de Chávez, o discurso do presidente da República passa por alterações, tendo que diminuir o tom de agressividade que era empregado à administração Bush. Era preciso, mais que nos anos anteriores, manter a relação comercial tão importante para a

---

<sup>136</sup> O texto na língua original: “quien quiere comprar, nosotros vendemos”.

<sup>137</sup> O texto na língua original: “Estados Unidos, creo, el gobierno, la élite -no el pueblo, que es otra cosa- ha entrado en una fase de desesperación. Desesperación por las crisis internas que se dan, crisis económicas que crecen y son modelos imperialistas y se debilitan. Deberían llamarse tigres de papel. El imperialismo se convertirá en un tigre de papel. Creo que esa es la razón de la desesperación y la agresión de Estados Unidos contra Venezuela, porque están equivocados. Un ejemplo es el ALCA, que intentaron imponer, presionaron y el 1 de enero de 2005 habría que despertar con el ALCA. Bueno, el ALCA murió y ahora se están construyendo nuevos mecanismos de integración, una nueva conciencia que demuestra cómo gobernar simplemente con el apoyo del pueblo. Si algo nos da fuerza es el apoyo popular, el apoyo fuerte de un pueblo, el apoyo de los militares venezolanos, el apoyo de las grandes mayorías venezolanas, para luchar contra el imperio y enfrentar las agresiones, ganar golpes de Estado y sabotaje económico, en además de tener que saber mantener abiertos los canales de comunicación y nunca abandonarlos. Tenemos muchas relaciones comerciales y mucha inversión estadounidense en Venezuela y creo que somos los primeros inversionistas latinoamericanos en EE. UU.: 8 refinarias, 14,000 estaciones de combustible, cientos de sistemas de distribución de combustible que sirven a la gente de EE”.

estabilidade econômica do país, até mesmo por conta do desfecho que a Crise do Subprime relegou ao mundo (MIRANDA, 2012).

Mas, isso não quer dizer que o país tenha deixado as pautas de sua autonomia, soberania e enfrentamento ao império de Washington de lado, o que acontece é que o tom de agressividade e provocação foi atenuado. É possível observar tal comportamento presidencial no discurso realizado em 25 de janeiro de 2009, no de 27 de dezembro de 2009, bem como em suas reflexões acerca da 64<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU, presentes na coletânea “Desde la Primera Línea”:

Pois bem, aqui, onde milhões de seres humanos, no Sul do planeta, temos sofrido há tanto tempo as punhaladas do império norte-americano, estou seguro de que dou voz aos povos atropelados, quando digo que quem deve abrir de verdade seus punhos é o governo dos Estados Unidos. De todo o mundo chegariam mãos estendidas, cheias de fraternidade. Entre elas, sem dúvida, a deste soldado revolucionário e a de milhões de venezuelanas e venezuelanos que, ainda que Obama ainda não o saiba, estamos aqui construindo uma democracia profunda: o socialismo democrático<sup>138</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2009, p.13, tradução nossa).

Não se enganem: a ilusão Obama acabou e intervencionismo descarado do novo governo gringo demonstra isso. Nos preparemos, então, para defender nossa soberania em todos os terrenos<sup>139</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2009, p. 329, tradução nossa).

Não quero concluir essas reflexões sobre a 64<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU, sem fazer referência às intervenções do presidente Obama. Reconhecemos certos e alarmantes vazios e inconsistências em seu discurso – não houve nenhuma menção à Honduras, por exemplo – sua linguagem é muito diferente da de Bush [...] Se Obama estiver disposto a nos acompanhar na criação de uma nova ordem mundial pautada pelo entendimento, sensatez e respeito, bem-vindo seja<sup>140</sup> (CHÁVEZ FRÍAS, 2011, p.246, tradução nossa).

Foi possível então analisar, a partir de discursos proferidos por Chávez, pontos cruciais para a apreciação proposta. A partir deles, entende-se como o mandatário buscou se aproximar de profissionais que fossem a favor dos projetos empreendidos pelo governo, de maneira a

---

<sup>138</sup> O texto na língua original: “Pues bien, desde aquí, donde millones de seres humanos, en el Sur del planeta, hemos sufrido desde hace tanto tiempo los puñetazos del imperio norteamericano, estoy seguro que recojo la voz de los pueblos atropellados, cuando digo que quien debe abrir de verdad sus puños es precisamente el gobierno de Estados Unidos. Desde todo el mundo llegarían entonces manos extendidas, llenas de fraternidad. Entre ellas, sin duda, las de este soldado revolucionario y las de millones de venezolanas y venezolanos que, aunque Obama todavía no lo sepa, aquí estamos construyendo una democracia profunda: ¡el socialismo democrático!”.

<sup>139</sup> O texto na língua original: “No hay que llamarse a engaños: se acabó la ilusión Obama y el descarado intervencionismo de la nueva administración gringa así lo demuestra. Preparémo-nos, entonces, para defender nuestra soberanía en todos los terrenos”.

<sup>140</sup> O texto na língua original: “No quiero concluir estas reflexiones sobre la 64<sup>a</sup> Asamblea General de la ONU sin referirme a las intervenciones del presidente Obama. Reconocemos ciertos vacíos e inconsistencias alarmantes en su discurso -no se mencionó a Honduras, por ejemplo- su lenguaje es muy diferente al de Bush [...] Si Obama está dispuesto a acompañarnos en la creación de un nuevo orden mundial guiado por comprensión, sabiduría y respeto, bienvenido sea”.

possuir um quadro institucional homogêneo. Assim, era possível para ele confiar que tais atores fossem dar continuidade ao que era percebido como interesses nacionais do país em suas ações.

No entanto, isso não tirou o personalismo que ele atribuía à política externa, de forma que, como visto, em algumas ocasiões, tomava decisões sem consultar os demais, além de atribuir funções para que os chanceleres e ministros correspondentes cumprissem, o que não se dava de maneira autoritária. Tudo isso comprovou que Chávez possuía então, alto perfil de participação em política externa, além de alto nível de autonomia para falar em nome do povo e tomar decisões para as quais foi eleito para pôr em prática, confirmando então que ele foi o líder predominante no relacionamento comercial com os EUA (HERMANN; HERMANN, 1989).

### 3.5 Resultados

Compreender os elementos que fizeram com que o governo de Chávez tenha passado por inflexões na condução de suas políticas internas e externas e no aparato institucional do país é ponto primordial para melhor entendimento de como o presidente do Executivo foi capaz de centralizar ainda mais o processo decisório, que historicamente é concentrado no presidente da República da Venezuela. Sendo assim, a tentativa de golpe orquestrada pela oposição – com apoio da administração estadunidense -, o *Paro Petrolero* e a vitória de Chávez no Referendo Revogatório em 2004 – que legitimou sua autoridade como presidente e contou com a observação de atores internacionais em sua execução, como o Carter Center – se apresentam como os três pilares para visualizarmos como o processo político foi se alterando.

É importante ressaltar que tais inflexões foram sendo promovidas ao passo que medidas legais as possibilitavam. Ou seja, tem-se que a Constituição Bolivariana foi o primeiro passo que o novo governo eleito tomou no sentido de começar a colocar em prática o projeto político para o qual a maior parte da população votou para que acontecesse. Mas, como visto, naquele momento, o aparato governamental ainda contava com figuras aliadas ao antigo regime, que não se encontravam felizes com o governo chavista e com a reforma constitucional. Foi daí que lograram unir forças para consecutar o golpe, que fracassou. Por conta disso, se tornou necessário, após a recuperação do governo por Chávez, que novas medidas fossem colocadas em voga, com o intuito de homogeneizar a administração pública e prevenir que novos ataques ao aparato governamental eleito pudessem ser planejados e executados.

Nesse sentido, os Poderes Legislativo e Judiciário estiveram nas mãos de pessoal correlato ao governo bolivariano. Aprovar leis e outros mecanismos legais era mais simples para a administração em questão devido a tal composição da Assembleia Nacional. Em função disso, dispositivos legais, em que pesava os cálculos de Chávez em sua formulação, foram facilmente aprovados e aceitos pelos outros Poderes, que concordavam em dividir espaço considerável de suas funções com o Poder Executivo, em que pesava a atuação de Chávez. Ademais, o Poder Judiciário era conformado por juízes indicados pela Assembleia Nacional. Ou seja, ambos os Poderes estatais se encontravam em consonância com o governo eleito, representando focos improváveis de *checks and balances* para as decisões que o Líder do Executivo colocava em ação.

É dentro desse cenário que é aprovada uma nova Lei Habilitante, que conferia poderes praticamente ilimitados para Chávez colocar em prática seus projetos. O líder foi capaz de aumentar seus capacidades e recursos, bem como reduzir o de governadores estaduais, transferindo-os para o governo central e para os conselhos comunais. Indo além, a nova lei concedia competências especiais ao presidente, que poderia atuar por meio de decreto, sem depender da aprovação do Legislativo - por um período de 18 meses - o que gerava o receio de que o governante se tornaria autoritário.

Chávez também buscou por outras formas de participar ainda mais do processo político, bem como de se aproximar da base popular que o elegeu e do restante do povo venezuelano. Nessas linhas, ele desenvolveu diálogo próximo com o povo, por meio da internet e televisão, que permitiam que suas políticas, ideias e ações fossem rapidamente propagadas para grande quantidade de público. Compreende-se que tais canais permitiram manter os grupos apoiadores ainda quando a oposição e críticos ao governo o acusavam de estar promovendo ações não democráticas.

Em termos de política externa, o que constatou-se foi que houve liderança do Poder Executivo forte, cujos poderes reais e formais elencam a existência de baixa institucionalidade, baixo perfil e reduzida autonomia dos outros poderes públicos do Estado e que os demais atores internos tinham seus interesses atendidos na medida em que o acesso ao presidente era garantido. No entanto, atores domésticos auxiliavam na condução da PE, que não era apenas administrada pelo presidente, ainda que sua figura predominasse no processo de tomada de decisões. Acreditava-se que o projeto político bolivariano era de interesse geral da sociedade venezuelana, de forma que os atores domésticos apontados se apresentavam como outros precursores deste e Chávez, o grande líder do processo revolucionário.

Sendo assim, entende-se que fazia sentido para os atores internos agirem em tal ambiente, visto que compreendiam estar fazendo seu trabalho, de acordo com o que a Constituição e outros regulamentos apontavam como suas obrigações e possibilidades de ação em política externa. De acordo com os documentos oficiais e discursos encontrados e analisados ao longo da pesquisa, entende-se que não havia muitas contestações no que se refere à PE colocada a cabo, principalmente para os EUA. Isso se mostrou ser devido à homogeneidade político-ideológica, que fazia com que os atores envolvidos também acreditassem na necessidade de o país ser mais autônomo e garantir sua soberania perante Washington, bem como no imperativo de manter o comércio exterior com o parceiro comercial histórico e de peso para a economia nacional. Havia concordância entre os envolvidos no processo de tomada de decisões, o que facilitava a postura predominante de Chávez em termos de condução da PE.

### 3.5.1 Respostas ao Referencial Teórico

É imperativo analisar os resultados obtidos com a análise específica acerca das alterações em política externa, afinal ela é um elo entre o sistema internacional e o plano doméstico (MILANI, 2015). Por ser então, ao mesmo tempo, uma política de Estado e uma política pública, ressalta-se, por um lado, a importância dos discursos de Chávez que promulgavam a soberania do país, os interesses nacionais e a integridade territorial venezuelana, principalmente quando dialogava com os EUA, mostrando que não iria permitir que o país *hegemon* continuasse a ferir a Venezuela por meio de políticas imperialistas.

Por outro lado, a compreensão de que a política externa é uma política pública nos permite compreender melhor o ambiente em que se davam jogos de poder entre atores econômicos, políticos e sociais domésticos. Ao passo que o governo bolivariano ascendeu no poder, diversos atores que possuíam proeminência no regime de *Punto Fijo* se encontraram em desvantagem, de forma que os antagonismos foram crescendo, até que a tentativa de golpe de 11 de abril de 2002 coloca em evidência os conflitos que se davam internamente. A partir de então, os atores atrelados ao governo ganharam tal jogo político e os opositores, perderam. Porém, isso não resultou que as disputas cessassem, afinal a dinâmica governo *versus* oposição é latente no contexto venezuelano até a atualidade. Nesse sentido, provou-se a realidade que as divergências de acesso ao sistema político-institucional entre os atores domésticos é uma peça-chave do processo decisório de política externa (MILANI, 2015). A predominância de componentes

apoiadores do governo no processo decisório possibilitou que os atores agissem de maneira afeita à Chávez, bem como não contestassem a predominância do líder.

Àqueles acontecimentos internos não se descolam do ambiente externo, afinal provocaram diversas movimentações internacionais, como o endurecimento do discurso para com a administração de George W. Bush e alterações no aparato institucional que envolve o processo decisório de política externa. Essas mudanças permitiram a adequação das instituições ao projeto nacional socialista e ajudam a explicar o forte presidencialismo nos processos de tomada de decisões da política externa. As reformas no serviço exterior se deram com base na *Ley del Servicio Exterior* – que concedeu, formalmente, ao presidente as tarefas de decidir e executar tal política, além de proteção a incidência de novos atores políticos nas relações exteriores e reparos na forma de ingresso na carreira diplomática – na reforma do *Reglamento Orgánico del Ministerio de Relaciones Exteriores*, em 2004, e na reforma parcial, realizada pela Assembleia Nacional, à *Ley del Servicio Exterior* – que consolida como eixo primordial da diplomacia venezuelana a figura do presidente da República -.

Em função disso, os acontecimentos de 2002-2004, contribuíram para que o processo decisório se tornasse calcado de um grau maior de personalismo do presidente Chávez. Como Milani (2015) argumenta, uma das características de sistemas presidencialistas é a tendência que possuem de conceder grande poder para o Executivo. Portanto, não se mostrou um problema, no sentido de quebra democrática, que o personalismo de Chávez tenha se acentuado. O problema reside na baixa autonomia de outros atores nesse cenário. Ademais, as ações de Chávez corroboram o que apresenta Milani (2015) no sentido de que ele possuía legitimidade – principalmente após a vitória no Referendo Revocatório – para determinar sobre a composição do Ministério das Relações Exteriores. Porém, no governo de Chávez, não apenas o MPPRE era formado com funcionários confiáveis para o presidente, como os outros apresentados também.

Sendo assim, é contraditório que um governo que se reafirmava constantemente como precursor de uma estilo de democracia direta, a democracia participativa e protagônica, fizesse uso de um sistema decisório em que a característica central era a grande centralização de decisões em torno de Chávez e baixa a média autonomia de atores domésticos. E ainda, por mais que, em teoria, o povo usufruísse de voz para opinar sobre as políticas do país, a realização de referendos consultivos não acontecia para qualquer temática de política externa, de maneira que a opinião pública não tinha tanta proeminência no processo decisório.

Em relação ao processo decisório (HUDSON; VORE, 1995) o governo promoveu alterações estruturais, dando privilégios de acesso a novos atores nesse cenário. Contudo, esses novos atores eram condizentes com as ideias do governo, o que culminava na falta de espaço para posicionamentos críticos acerca da condução da PECh. Então, tem-se um panorama em que há a centralização de poder nas mãos do Chefe do Estado, o que não permite o estabelecimento de uma forma clara e coesa de compartilhamento de decisões que chocassem com o que Chávez acreditava ser o melhor a se fazer.

A estrutura de política externa, formada por atores governamentais domésticos que detêm a capacidade de comprometer os recursos da sociedade e evitar que uma decisão, quando adotada, possa ser revertida é dada de maneira peculiar na Venezuela chavista (HUDSON; VORE, 1995). Nesse caso, a proeminência das decisões de Chávez, novamente, é o foco, posto que suas decisões eram as que mais comprometiam os recursos da sociedade e que havia maior certeza de que suas disposições não fossem revertidas. Os demais atores possuíam legitimidade para versar sobre política externa, porém suas ações poderiam ser revertidas, a depender do que o presidente interpretasse.

Por mais que houvesse centralização em torno das decisões e ações presidenciais, o Estado não é um ator unitário e, portanto, outros agentes são capazes de conquistar relevância em PE, a depender do governo em questão. Assim, a respeito da existência de grupos específicos que reivindicam seu direito para produzir discursos legítimos em política externa (ARBILLA, 2000), no que tange a temática do relacionamento comercial com os Estados Unidos, encontrou-se consonância com Arbilla (2000) em apenas quatro atores: o Ministério de Relações Exteriores, uma comunidade de analistas de política externa – o Instituto de Estudos Político Diplomáticos Pedro Gual – o Parlamento e a corporação militar. Os demais atores destacados estão presentes na análise de Hill (2003), como o Ministério da Defesa, Ministério do Comércio e ainda, no caso venezuelano, o Ministério da Energia e Petróleo e o Ministério de Despachos da Presidência.

Na Venezuela chavista os partidos políticos, nem mesmo o partido de Chávez, encontrava coesão o suficiente nem estavam dispostos a versar sobre política externa, pauta que deixavam a cargo do líder; lobbies empresariais não eram o foco para o novo governo e atores que no momento de *Punto Fijo* participavam desse processo, deixaram de fazer, como a Fedecámaras; por fim, nem as ONGs nem a sociedade civil organizada dispunha de real participação no processo, nem mesmo via referendo, como visto.

O fato de que os atores domésticos que foram apresentados conseguiam participar da tomada de decisões em política externa se relaciona com a teoria de Hill (2003), que argumenta que os membros de política externa variam de país para país, em que fatores como as qualidades políticas e pessoais, a personalidade dos envolvidos, a natureza do assunto e como são as estruturas políticas do Estado. De fato, todos esses fatores estão envolvidos na análise que realizou-se acerca da Venezuela de Chávez.

Como visto, ser parte do grupo de apoio ao governo; possuir boa relação com o presidente; ter a confiança de Chávez de que iria dar continuidade às políticas bolivarianas e não se voltaria contra o governo; e a estrutura do Estado, que após a tentativa de golpe, busca por mais homogeneidade nas instituições e centraliza mais as decisões no presidente da República são fatores que demarcam quem eram os atores que compunham a elite de política externa, que foi apresentada nesse capítulo. E ainda, neste trabalho, foram analisados apenas os atores relevantes no tocante à temática do relacionamento comercial com os EUA, ou seja, a respeito de outros temas, a elite pode sofrer alterações.

A base teórica do realismo neoclássico se torna útil ao compreender a política externa como um elo entre o doméstico e o sistêmico, tendo que ter em mente que não existe correia de transmissão perfeita que atrele as capacidades materiais da Venezuela, principalmente o petróleo, ao comportamento de política exterior (ROSE, 1998). Afinal, a PE é definida por escolhas feitas pelos líderes, de forma que o que importa, em realidade, são suas percepções acerca do poder relativo. Isso é evidente à medida que demonstra como Chávez inflou seu discurso à administração Bush, visto que sua percepção sobre seu poder relativo era baseada em que o país podia comercializar com outros parceiros e que a Venezuela não poderia mais depender tanto dos EUA. Ao mesmo tempo, sabia que os laços comerciais não seriam rompidos devido às rivalidades políticas, o que o permitiu continuar com a confrontação, apesar que de enxergou os limites dos quais não poderia ultrapassar, ou seja, que não poderia romper tal relacionamento por mais que gostasse da ideia, o que se expressa como estrangulamentos sistêmicos à Venezuela.

A partir do exposto, ficam claras a presença dos três níveis de análise de Breuning (2007) na presente apreciação sobre política externa venezuelana. O nível individual está presente, partindo do objetivo central do estudo, no foco em compreender como Chávez centralizava as decisões de política externa em torno de sua figura como líder, especialmente na temática do relacionamento comercial com os EUA. Foram trabalhadas as ideias, crenças e percepções dele, mostrando como a centralidade da Revolução Bolivariana incidia na PE. Em tal nível,

já que o líder não trabalhava sozinho, foram analisados os demais atores domésticos que compunham o processo decisório.

Por sua vez, o nível do Estado foi tomado em conta quando analisado que grupos de pressão, opinião pública e sociedade civil não conseguiam ter proeminência para atuar no processo em questão; por fim, o nível sistêmico se vê muito presente em toda a análise focada no relacionamento com os EUA, a partir dos constrangimentos que tal relação gerava, bem como das capacidades que a Venezuela tinha de enfrentar isso e até mesmo diversificar parcerias em âmbito internacional.

### 3.5.2 Unidade Definitiva de Decisão

Recapitulando, para que um indivíduo ou grupo (s) de indivíduo (s) tenham capacidade para, de fato, decidir acerca da política externa, eles devem ser capazes de: mobilizar recursos públicos para a implementação da política e possuir possibilidade real para decidir, o que significa ter legitimidade para tal. Num mesmo governo pode-se encontrar mais de uma dessas tipologias, a depender da temática e do período de tempo analisado. Assim, para definir a unidade definitiva de decisão é preciso identificar qual possui a capacidade de comprometer os recursos do governo, bem como a que possui autoridade para impedir que suas posições sejam revertidas por outros atores governamentais. As unidades podem ser um líder predominante, um grupo único ou múltiplos atores autônomos (HERMANN; HERMANN, 1989).

Em termos do relacionamento bilateral comercial da Venezuela com os Estados Unidos ao longo dos governos de Hugo Chávez, tem-se que Chávez usufruía de capacidade para mobilizar os recursos públicos, afinal era o presidente, que por meio de várias bases legais, pôde centralizar o processo político em torno de sua figura, possuindo também a capacidade de coordenar e controlar o que outros atores faziam. Ademais, Chávez possuía legitimidade, *de facto*, para governar e colocar em prática suas decisões, afinal foi eleito pelo povo, com porcentagem expressiva de votos, para consecutar seu projeto político e ainda, conformou ainda mais legitimidade ao vencer o Referendo Revogatório em 2004, as posteriores eleições (2006 e 2012), bem como outros pleitos em que vitórias do governo foram significativas.

As variáveis de controle estabelecidas por Hermann e Hermann (1989) auxiliam na definição da unidade definitiva de decisão. A variável de controle para o líder predominante é a identificação do tamanho da sensibilidade que ele apresenta com relação ao ambiente em que

atua, ou seja, se ele é mais ou menos propício a ser influenciado pelo ambiente. Como visto, Chávez era carismático, sabia se articular bem em nome do país com pares internacionais – desenvolveu com afincos a diplomacia presidencial – estava a par das decisões tomadas por Ministérios e atores domésticos e, em termos do relacionamento com os EUA, não se deixou abalar pelos constrangimentos do ambiente sistêmico.

Por mais que a relação com o governo de Bush não tenha sido amistosa, ele demonstrou baixo nível de sensibilidade, por continuar com o discurso revolucionário e com o antiamericanismo, a despeito das trocas comerciais, que eram importantes. Portanto, soube ser pragmático em tal relacionamento, mesmo quando os EUA o provocavam, mantendo-se intacto nos preceitos da Revolução Bolivariana e garantindo as divisas necessárias com as vendas de petróleo para seu principal sócio comercial.

Ademais, concordamos com Arredondo e Edwards (2018) que consideram que antes do golpe de 2002 era possível identificar, em termos gerais de política externa, que Chávez possuía necessidade de informação moderada para tomar decisões em política externa; desfechava alta participação em PE e apresentava moderada sensibilidade ao entorno. Porém, após o golpe, esse cenário se modifica e o presidente passa a ter como baixa a necessidade de informações para tomar decisões, ao passo que seu interesse em política externa é tido como alto e a sensibilidade ao entorno, como visto, passa a ser baixa. Tal análise se conforma, principalmente, na temática do relacionamento com os Estados Unidos de Bush.

Já em relação ao grupo único, a variável de controle que se apresenta é a possibilidade que tal grupo tem de conseguir um acordo, visto que divergências internas podem aparecer e isso pode impactar em sua capacidade de gerar um acordo que represente o grupo como um todo (HERMANN; HERMANN, 1989). Com base nos atores analisados, não é possível afirmar que eles constituíam-se como um grupo único e coeso, visto que atuavam em esferas diferentes e possuíam graus díspares de autonomia em política externa.

Por fim, os múltiplos atores autônomos são identificados quando se apresentam dois ou mais grupos. Para estes, a variável de controle identificada se dá pela natureza do relacionamento entre eles, buscando monitorar se possuem coesão o suficiente entre si para conseguirem tomar uma decisão ou não, visto que é difícil ter situações em que um único ator, sem o consentimento dos demais, consiga tomar uma decisão efetiva (HERMANN; HERMANN).

Concluiu-se que os atores domésticos acabavam por concordar com os ideais do presidente e possuíam pouco espaço para expressar opiniões que, porventura, fossem contrárias às

do mandatário. Visto isso, percebe-se a impossibilidade de caracterizá-los oficialmente como múltiplos atores autônomos, sendo preferível denominá-los apenas como atores domésticos que versavam sobre política externa, coordenados, em medidas diferentes pelo líder predominante. Ou seja, não pode-se afirmar que constituíam-se como unidades definitivas de decisão.

Tabela 4 – Autonomia e perfil de atuação dos atores em Política Externa

INSTITUIÇÕES	CARACTERÍSTICAS
Assembleia Nacional	baixo perfil e baixo grau de autonomia
MPPRE	médio perfil e baixo grau de autonomia
Ministério de Despachos da Presidência	baixo perfil e baixo grau de autonomia
Instituto de Altos Estudos Políticos e Diplomáticos Pedro Gual	baixo perfil e baixo grau de autonomia
Ministério do Poder Popular da Energia e Petróleo	médio perfil e médio grau de autonomia
Ministério do Poder Popular para o Comércio	não foi possível atribuir pela falta de dados
Ministério do Poder Popular para a Defesa	médio perfil e médio grau de autonomia
presidente do Executivo: Hugo Chávez	alto perfil e alto grau de autonomia

Fonte: elaborada pela autora.

Sendo assim, é possível perceber que os atores domésticos que, de alguma maneira, versam sobre política externa, não possuem autonomia suficiente que impacte o processo frente aos ideais do governo e às atitudes do presidente. Tais atores possuem crenças – que dentro do que foi analisado, se mostram crenças alheias ao bolivarianismo –, que são entendidas como variáveis intervenientes entre as preferências e as decisões de Chávez, o tomador final das decisões. Esse cenário se apresenta como um todo na PECh, de forma que, perpassa também para a temática específica do relacionamento do país com os EUA. De tal feito, tem-se que, a unidade definitiva de decisão em política externa na Venezuela chavista é centrada na figura do líder predominante, visto que outros atores participantes do processo não possuem

proeminência suficiente para serem tratados como tal. Assim, de acordo com Hermann (2002) constata-se que:

Quando se identifica que o líder sozinho tem o poder para comprometer os recursos do regime e não delega formalmente ou tacitamente essa decisão aos conselheiros, a unidade é caracterizada como um líder predominante<sup>141</sup> (HERMANN et al, 2002, p.134, tradução nossa).

Hugo Chávez possuía proeminência para tomar decisões e adotar atitudes e políticas no ambiente externo, possível graças ao ineficiente aparato de *checks and balances* presente no governo. Como os atores que compunham o processo decisório chegavam aos cargos por indicações e por estarem de acordo com os pensamentos e ideais do mandatário, tais instituições não se caracterizavam como plenamente capazes de tecer críticas e recomendações muito ousadas ao presidente. Estes não possuíam total autonomia de ação para impactar e influenciar em decisões. Por sua vez, o líder predominante possuía pouca sensibilidade frente à estímulos extrínsecos ao movimento, sendo menos propício a ser influenciado pelo ambiente.

No entanto, indo além do que a literatura sobre política externa venezuelana aponta e preenchendo tal lacuna, chegou-se também à conclusão de que, a despeito da grande influência e personalismo, a participação de atores domésticos era importante para Chávez e não foi minada, afinal havia funcionários que estavam governando com ele, decidiam com ele, o apoiavam e colocavam em marcha a Revolução Bolivariana da Venezuela, algo que sozinho, não seria capaz de ser levado a cabo. O presidente reconhecia os demais poderes do Estado, os felicitando por ações tomadas sobre diversas situações, o que, novamente, demonstra que atores domésticos o auxiliavam a colocar em ação as políticas do Estado, a despeito da última palavra, no geral, ser a dele.

Conclui-se também que Chávez soube identificar os limites os quais não poderia cruzar na temática do relacionamento comercial bilateral da Venezuela com os Estados Unidos. O líder do executivo sabia, como foi demonstrado por trechos de discursos apresentados na seção anterior, da importância que a manutenção do comércio de hidrocarbonetos configurava para seu governo e para a estabilidade deste, o que indica que enxergava a acuidade que o pragmatismo deveria assumir em tais relações. Tal argumento é corroborado pelo fato de que até o final do governo Chávez, ou seja, até que sua morte o separasse do poder, o pragmatismo foi seguido, apesar das tentativas de diversificação de parcerias. A inclinação na postura

---

<sup>141</sup> O texto na língua original: “When it is identified that the leader alone has the power to commit the regime's resources and does not formally or tacitly delegate this decision to the councilors, the unit is characterized as a predominant leader”.

pragmática somente irá ocorrer no governo de seu sucessor, Nicolás Maduro, momento em que as relações com os EUA assumiram o auge do antagonismo e que o binômio pragmatismo-ideologia pendeu para a condução ideológica, culminando no cenário de relações caóticas que versam no relacionamento até a atualidade.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação demonstrou como se dava o ambiente decisório em torno da política externa venezuelana nos governos de Hugo Chávez, repousando o foco para a temática do processo decisório acerca do relacionamento bilateral com os EUA, mais especificamente para o aspecto comercial de tal relação. Assim, como foi visto, empregar o aparato teórico de uma subárea das Relações Internacionais, a de APE, permitiu compreender com olhar analítico e crítico tal processo e a participação de atores domésticos neste. Ademais, aplicar tais teorias permitiu compreender como elementos domésticos e externos influenciavam na tomada de decisões de PE.

De tal maneira, objetivos da pesquisa, quais sejam, identificar e analisar os atores domésticos que possuíam algum grau de participação na formulação da PE; e investigar a atuação de Chávez como líder, buscando averiguar como foi possível para ele concentrar as estruturas desta ainda mais em suas mãos, foram atingidos de forma mais satisfatória com auxílio das lentes teóricas apresentadas.

Para tanto, foi necessário primeiro recorrer ao ambiente interno da Venezuela antes da ascensão de Chávez com vistas a compreender de maneira mais completa como se davam os processos de política interna e externa em tal país importante da América Latina. Tal recorrido foi realizado em diferentes momentos do texto, em que, por exemplo, o foco para o ambiente político interno pré Chávez foi apresentado no primeiro capítulo e considerações acerca de princípios importantes de política externa foram traçados no segundo e terceiro capítulos. Com isso foi importante apresentar, em algum grau, parâmetros para entender em que pontos o governo chavista apresentava diferenças e semelhanças com os que o antecederam.

Como visto, o movimento popular *Caracazo* foi importante para compreender de onde e como surgiu a insatisfação da população do país em relação ao governo vigente naquele momento, oriundo do pacto de elites denominado *Pacto de Punto Fijo*. Nesse cenário de crise apresentado, Hugo Chávez despontou como uma figura que se preocupava com o povo e que trazia um projeto político diferente de tudo o que o país já havia passado em sua história, dando ênfase para a redução das desigualdades e participação popular na política. Sua retórica carismática conquistou a população, que o apoiava e fazia com que o presidente e seu governo alcançassem êxito nos principais pleitos nos quais concorreram ao longo dos quatorze anos em que estiveram no poder.

No entanto, no primeiro momento não foi possível que a nova administração implementasse mudanças muito enfáticas na condução do país. A crise econômica e política que despontava na Venezuela quando Chávez assumiu o posto limitou sua ação, que tinha que focar na resolução de questões importantes e urgentes que possibilitariam, então, lograr a estabilidade necessária para o novo governo começar a atuar na promoção e ampliação da Revolução Bolivariana no país. Mas, ainda assim, alterações políticas começaram a ser colocadas em prática, como a elaboração da nova Constituição, a Constituição Bolivariana, afinal o governo foi eleito para dar cabo à tais inflexões propostas, tanto na política interna quanto externa.

Como visto, entender como o governo começou a atuar, de maneira tênue, no sentido de modificar algumas políticas do país – por meio da Constituição Bolivariana e das Leis Habilitantes – é importante para visualizar como começou a ser formada a oposição ao governo. Os grupos opositores conseguiram consolidar unidade contra a administração, de forma que tentaram dar um golpe à Chávez em 11 de abril de 2002. A tentativa frustrada do golpe é ponto primordial para que o comando de Caracas tenha alterado sua intensidade de ação no sentido da consecução da Revolução, buscando modificar a composição da administração governamental e dando cabo a novas políticas, procurando, com mais afinco, lograr os objetivos revolucionários, tanto interna quanto externamente.

Ao abordar sobre mudanças em política externa, foi importante demonstrar que nem todos os tópicos de atuação da nova administração governamental foram novidade, visto que havia pontos de concordância com o que os governos anteriores já desfechavam. Porém, é inegável que os governos de Chávez trouxeram inovações à tal política. O ativismo que o presidente possuía em sua consecução é ponto marcante de tal momento, em que a diplomacia presidencial foi muito empregada e o carisma de Chávez, muito reconhecido.

No que versa acerca da temática relevante para o presente trabalho, ou seja, o relacionamento com os Estados Unidos, foram apresentados pontos de inflexão que o governo chavista implementou. Após a tentativa de golpe orquestrada pela oposição, com apoio de setores dos EUA e a vitória do presidente de Miraflores no referendo revogatório de 2004, Chávez passa a atuar com uma retórica mais enfática e antiamericanista em sua política externa, a despeito de compreender a importância da manutenção das relações comerciais com tal parceiro, principalmente no setor petrolífero.

Ademais, ponto crucial para o presente trabalho residiu na apresentação da chamada diplomacia petroleira, essencial para compreender a política externa da Venezuela chavista. Foi ressaltada a importância da busca pela diversificação e redução dos níveis de dependência do comércio petroleiro com os Estados Unidos – ainda que não fosse possível abdicar completamente de tal parceiro – principalmente a partir da exposição da articulação energética regional por meio das iniciativas da ALBA e da PetroAmerica.

Porém, como foi visto, a despeito das tensões entre os pares comerciais e da busca pela diversificação de parcerias pelos dois lados envolvidos, o comércio não foi paralisado ao longo dos governos de Chávez. O pragmatismo foi adotado como pauta condutora da arena comercial das relações e os níveis comerciais se mantiveram estáveis em todo o período. Além disso, é preciso ponderar acerca da dependência que a economia venezuelana possuía em relação à Washington, já que necessitava das divisas oriundas das exportações de petróleo para seu maior e mais importante importador com vistas a manter projetos internos e externos, como também ainda precisava importar bens advindos de tal parceiro do Norte. Por sua vez, os EUA viam as indústrias e reservas petrolíferas venezuelanas com valor geoestratégico.

Visto tudo isto, um dos objetivos específicos da dissertação foi atingido, qual seja o de abordar os quadros conceituais da diplomacia bolivariana, bem como o ambiente de tensão que existia, gerado pelo revisionismo antagônico forte de Chávez e como, mesmo dentro de tal ambiente, podem ser enxergadas aproximações entre a Venezuela chavista e os Estados Unidos. Para além deste, os outros objetivos também foram logrados. Focando em outro dos objetivos específicos, o de investigar se atores domésticos foram relevantes para o processo decisório da PE chavista e em que medida concordavam ou não com o presidente, de forma a identificar se estes representavam, em alguma medida, *checks and balances* para as ações do executivo em relação à temática comercial do relacionamento bilateral com os EUA, a pesquisa conseguiu demonstrar que atores domésticos faziam parte de tal processo, ainda que a maior parte das decisões fossem tomadas por Chávez.

Constatou-se que havia alto grau de liderança e participação do Poder Executivo, cujos poderes reais e formais elencam a existência de baixa institucionalidade, baixo perfil e reduzida autonomia dos outros poderes públicos do Estado. Mas, é relevante salientar que isso não implicava que atores domésticos não participassem do processo. Eles estavam presentes e auxiliavam na condução da PE, que não era apenas administrada pelo presidente, ainda que sua figura predominasse no processo de tomada de decisões. Compreendemos que havia a crença de que o projeto político bolivariano era de interesse geral da sociedade venezuelana, de forma que os

atores domésticos apontados se apresentavam como outros precursores deste e Chávez, como o grande líder do processo revolucionário.

Com isto, entendemos que fazia sentido que os atores internos compreendessem que, por ser um ambiente em que um projeto político bem específico estava sendo colocado em prática, estavam realizando seu trabalho, de acordo com o que a Constituição e outros regulamentos apontavam como suas obrigações e possibilidades de ação em política externa. De acordo com os documentos oficiais e discursos encontrados e analisados ao longo da pesquisa, entende-se que não havia muitas contestações no que se refere à PE colocada a cabo, principalmente na colocada em ação para os EUA. Isso se mostrou ser devido à homogeneidade político-ideológica, que fazia com que os atores envolvidos cressem na necessidade de o país ser mais autônomo e garantir sua soberania perante Washington, bem como no imperativo de manter o comércio exterior com o parceiro comercial histórico e de peso para a economia nacional. Havia concordância entre os envolvidos no processo de tomada de decisões, o que facilitava a postura predominante de Chávez em termos de condução da PE.

Assim, foi possível responder ao objetivo central do estudo, qual seja o de identificar COMO Chávez centralizava as decisões de política externa em torno de sua figura como líder, com foco na temática da condução desta em termos do relacionamento comercial com os Estados Unidos. O Presente já havia herdado um ambiente em que a estrutura decisória de PE era por demasiado centralizada, porém, consegue se aproveitar de tal estrutura para torná-la ainda mais afunilada em torno de sua figura decisória, centralizando ainda mais as decisões em suas mãos e alcançando auxílio de atores domésticos para dar cabo às prerrogativas revolucionárias.

Nesse sentido, foi essencial ter compreendido a alteração na estrutura do governo que ocorre após a tentativa de golpe. Ao princípio do governo, nomes vinculados ao antigo regime político permaneceram na administração Chávez, em conjunto com funcionários afeitos ao governo. No entanto, após os eventos de 2002-2004 (tentativa de golpe da oposição, em 2002; Paro Petrolero, de 2002-2003, e realização do Referendo Revocatório, em 2004) mudanças nas estruturas políticas são percebidas. Estas passam então a ser compostas, majoritariamente, por apoiadores do governo e consecutores das políticas da Revolução Bolivariana.

Ademais, a demonstração de como era a divisão de poder nos país nos permitiu visualizar melhor o quadro político que permitiu que Chávez centralizasse ainda mais um processo que já era centralizado em torno do presidente do Executivo. Tal divisão se encontrava sob o comando de pessoas que também apoiavam o governo, o que auxiliou na promoção de projetos

e políticas que a base governamental, muito centrada na figura de Chávez, propunha. A maioria governamental presente no Poder Legislativo nos permite compreender como e porque era mais simples para a administração em questão aprovar leis e outros mecanismos que estavam de acordo com seus objetivos políticos. Por sua vez, o Poder Judiciário, de acordo com a nova constituição, é formado por juízes indicados por um comitê da Assembleia Nacional. De tal forma, tem-se que a composição da tal casa acaba tendo que passar pela aprovação do Poder Legislativo, que, por sua vez, era composto majoritariamente por aliados do governo.

Ao versar sobre política externa, mudanças não apenas nas agendas e pautas foram logradas, como também na estrutura do processo decisório de tal política. Ao repousar o olhar para o processo doméstico de decisão sobre política externa, tem-se que mudanças imperaram ao longo da administração Chávez. É importante ressaltar que tais inflexões foram sendo promovidas ao passo que medidas legais as possibilitavam. A Constituinte de 1999 é apontada como o instrumento que possibilitou que o presidente assumisse controle crescente sobre os outros poderes, órgãos e instituições. Além dela, outros mecanismos, dados por meio de reformas de leis e regulamentos foram postos em prática nesse sentido, quais sejam, a Ley del Servicio Exterior, de 2001, a reforma do Reglamento Orgánico del Ministerio de Relaciones Exteriores, em 2004, e a reforma parcial da Ley del Servicio Exterior, em 2005.

Assim sendo, a partir de tais leis e reformas em leis, o presidente buscou se aproximar de profissionais que fossem a favor dos projetos empreendidos pelo governo, de maneira a possuir um quadro institucional homogêneo. Era possível para ele confiar que tais atores fossem dar continuidade ao que era percebido como interesses nacionais do país em suas ações. No entanto, isso não tirou o personalismo que ele atribuía à política externa, de forma que em algumas ocasiões, tomava decisões sem consultar os demais, além de atribuir funções para que os chanceleres e ministros correspondentes cumprissem, o que não se dava de maneira autoritária, já que havia consenso por parte dos atores de que o processo decisório se concretizasse de tal forma

Em termos do relacionamento bilateral comercial da Venezuela com os Estados Unidos, especificamente, ao longo dos governos de Hugo Chávez, tem-se que Chávez usufruía de capacidade para mobilizar os recursos públicos, afinal era o presidente, que por meio de várias bases legais, pôde centralizar o processo político em torno de sua figura, possuindo também a capacidade de coordenar e controlar o que outros atores faziam. Ademais, Chávez possuía legitimidade, de facto, para governar e colocar em prática suas decisões, afinal foi eleito pelo povo, com porcentagem expressiva de votos, para consecutar seu projeto político e ainda,

conformou ainda mais legitimidade ao vencer o Referendo Revogatório em 2004, as posteriores eleições (2006 e 2012), bem como outros pleitos em que vitórias do governo foram significativas.

Além disso, é preciso considerar que o presidente buscou participar ainda mais do processo político do país, o tornando mais concentrado em torno de sua figura e se aproximando de sua base eleitoral e de todo o povo venezuelano, por meio de mecanismos como seu programa Aló Presidente e sua página/blog na internet. Tudo isso nos levou a consecutar o objetivo específico que constituía em analisar quais foram as unidades definitivas de decisão que estiveram presentes em relação à política externa para os Estados Unidos no tocante a temática comercial e suas variáveis de controle.

As variáveis de controle estabelecidas por Hermann e Hermann (1989) auxiliam na definição da unidade definitiva de decisão. A variável de controle para o líder predominante é a identificação do tamanho da sensibilidade que ele apresenta com relação ao ambiente em que atua, ou seja, se ele é mais ou menos propício a ser influenciado pelo ambiente. Já em relação ao grupo único, a variável de controle que se apresenta é a possibilidade que tal grupo tem de conseguir um acordo, visto que divergências internas podem aparecer e isso pode impactar em sua capacidade de gerar um acordo que represente o grupo como um todo. Por fim, para os múltiplos atores autônomos, a variável de controle identificada se dá pela natureza do relacionamento entre eles, buscando monitorar se possuem coesão o suficiente entre si para conseguir tomar uma decisão ou não, visto que é difícil ter situações em que um único ator, sem o consentimento dos demais, consiga tomar uma decisão efetiva.

Por um lado, Chávez era carismático, sabia se articular bem em nome do Estado venezuelano, desenvolveu com afinco a diplomacia presidencial, estava a par das decisões tomadas por Ministérios e demais atores domésticos e, em termos do relacionamento com os EUA, não se deixou abalar pelos constrangimentos sistêmicos. De tal maneira, por mais que a relação com o governo de Bush não tenha sido amistosa, ele demonstrou baixo nível de sensibilidade, por continuar com o discurso revolucionário e com o antiamericanismo, a despeito das trocas comerciais, que eram importantes. Portanto, compreendemos que Chávez soube ser pragmático em tal relacionamento, mesmo quando os EUA o provocavam, mantendo-se intacto nos preceitos da Revolução Bolivariana e garantindo as divisas necessárias com as vendas de petróleo para seu principal sócio comercial.

Por outro lado, tendo em vista os atores analisados, em específico, pela dissertação, não é possível afirmar que constituíam-se como um grupo único e coeso, visto que atuavam em esferas distintas e possuíam graus díspares de autonomia em política externa. Ademais, nos deparamos com a impossibilidade de caracterizar os atores como múltiplos atores autônomos, já que acabavam por concordar com os ideais do presidente e possuíam pouco espaço para expressar opiniões que, porventura, fossem contrárias às do mandatário. Sendo assim, entendemos que a melhor caracterização para eles é que se constituíram como atores domésticos que versavam sobre política externa, coordenados, em medidas diferentes pelo líder predominante. Ou seja, não pode-se afirmar que constituíam-se como unidades definitivas de decisão.

Isto pois, tais atores domésticos não possuíam autonomia decisória suficiente para impactar no processo frente aos ideais do governo e às atitudes do presidente. Tais atores possuem crenças, que dentro do que foi analisado, se mostram crenças alheias ao bolivarianismo. De maneira geral, esse cenário se apresenta como um todo na PECh, de forma que, perpassa também para a temática específica do relacionamento do país com os EUA. De tal feitio, tem-se que, a unidade definitiva de decisão em política externa na Venezuela chavista é centrada na figura do líder predominante, visto que outros atores participantes do processo não possuem proeminência suficiente para serem tratados como tal.

Hugo Chávez possuía proeminência para tomar decisões e adotar atitudes e políticas no ambiente externo, possível graças ao ineficiente aparato de checks and balances presente no governo. Como os atores que compunham o processo decisório chegavam aos cargos por indicações e por estarem de acordo com os pensamentos e ideais do mandatário, tais instituições não se caracterizavam como plenamente capazes de tecer críticas e recomendações muito ousadas ao presidente. Estes não possuíam total autonomia de ação para impactar e influenciar em decisões. Por sua vez, o líder predominante possuía pouca sensibilidade frente à estímulos extrínsecos ao movimento, sendo menos propício a ser influenciado pelo ambiente.

Conclui-se também que Chávez soube identificar os limites os quais não poderia cruzar na temática do relacionamento comercial bilateral da Venezuela com os Estados Unidos. O líder do executivo sabia, como foi demonstrado por trechos de discursos apresentados na seção anterior, da importância que a manutenção do comércio de hidrocarbonetos configurava para seu governo e para a estabilidade deste, o que indica que enxergava a acuidade que o pragmatismo deveria assumir em tais relações. Tal argumento é corroborado pelo fato de que até o final do governo Chávez, ou seja, até que sua morte o separasse do poder, o pragmatismo foi seguido, apesar das tentativas de diversificação de parcerias.

Visto isto, entendemos que as questões centrais da presente pesquisa foram respondidas, já que esta foi capaz de demonstrar os atores que participaram do processo decisório da política externa venezuelana, em seu aspecto comercial, frente aos Estados Unidos e logrou salientar em que medida e como Hugo Chávez tinha maior autonomia decisória em política externa do que outros atores domésticos em tal temática. Ademais, nossa hipótese central foi corroborada, visto que comprovamos que Chávez se concentrou como o líder predominante, sendo a unidade definitiva de decisão - nos termos da tipologia desenvolvida por Hermann e Hermann (1989) na pauta do relacionamento bilateral com os Estados Unidos. Demonstramos que existiam outros atores domésticos que participavam do processo decisório de política externa, mas que estes, por diversas razões, apoiavam o presidente em suas decisões, e não se configuraram como checks and balances frente à suas posturas e possuíam menor autonomia decisória.

Por fim, ao analisar tal ponto da condução externa, a pesquisa comprovou que houve limitações para a atuação do presidente Chávez em sua retórica anti-estadunidense, que promovia o confronto com Washington e que tais limites foram identificados pelo próprio presidente. Ele soube empregar uma balança pragmática - importante para a consecução de princípios ideológicos de seu governo - entre sua retórica e suas ações concretas para manter a renda petrolífera, a despeito da participação de outros atores no processo. Seus discursos demonstram que Chávez possuía tal visão e sabia em quais momentos podia enfrentar o parceiro hegemón. Assim, corroboramos o argumento inicial de que por mais que fosse necessário manter uma linha de ação confrontativa para garantir e satisfazer sua base de apoio interna, ele soube identificar em quais arenas e momentos podia seguir tal conduta e em quais não.

Sendo assim, as principais contribuições da presente pesquisa se referem ao fato de que ela promoveu um mapeamento de como o processo de maior centralização do processo decisório em política externa em torno do presidente aconteceu e pôde linkar tal estrutura com as mudanças que Chávez foi promovendo internamente. Ou seja, ao compreender a política externa como uma política pública, que envolve elementos internos e externos ao longo de sua formulação e consecução, foi capaz de explicar as ligações entre as inflexões políticas internas e as externas, bem como demonstrar como alterações internas no que tange a constituição da atuação dos atores domésticos impactaram em tal processo da política externa. Ou seja, apresentou para o leitor como outros atores interessados em PE não conseguiram desenvolver posturas divergentes das do presidente.

Além disso, ao demonstrar que Chávez foi a unidade definitiva de decisão e como ele atuava no processo, analisou que os limites com os quais Chávez deparou-se no emprego da

retórica revolucionária e o que poderia ser implementado na prática com relação à Washington, foram enxergados pelo próprio presidente. A pesquisa foi capaz, também, de suprir a lacuna encontrada acerca da análise de atores que compunham o policy making de política externa do país, ainda que tenha focado em específico nos termos do relacionamento com os EUA.

Em resumo, quando Chávez assume o poder, sabia da importância que a manutenção do comércio petrolífero tem para a economia do país, devido à sua característica rentista, de forma que a manutenção de relações econômicas com os EUA seria importante. Nesse sentido, não é de surpreender que os demais atores domésticos do país também atuassem em tal sentido e defendessem bom relacionamento com os EUA. No entanto, com a ocorrência do golpe de 2002 e as ações desencadeadas desde então, como foi visto, o relacionamento bilateral com o governo Bush acabou sofrendo abalados - que vinham, em grande parte e na maioria das vezes, do próprio Presidente Chávez.-. Depois desses acontecimentos, ficou claro que o governo agia com a finalidade de proteger a administração e não sofrer golpes. Isso se mostrou assim, inclusive e principalmente, no plano internacional.

As declarações de Chávez demonstram a consciência da necessidade de manter relações comerciais, aliado da importância de demonstrar à Washington que o país não iria renunciar a sua autonomia e não se deixaria levar por políticas ditas imperialistas. Ademais, o processo interno de repaginação das instituições venezuelanas, principalmente após o golpe, possibilitou que houvesse maior concordância e homogeneidade entre os atores governamentais. Nesse sentido, tem-se que esses atores, por mais que agissem de acordo com as atribuições a eles concebidas pela Constituição Bolivariana e pelas leis posteriores a ela, acabavam agindo de maneira a concordar com ações do presidente, a escutá-lo e a dar continuidade à política externa chavista.

Entende-se, então, que eles possuíam autonomia limitada, já que podiam agir interna e externamente, com voz de Ministérios e Poder Legislativo, porém acabavam tendo ação limitada aos preceitos conhecidos da Revolução e dos diversos discursos de Chávez. Conclui-se, então, que o presidente da República possuía maior margem de ação e decisão dentro do processo de formulação de políticas externas, de forma a consolidar-se, na nomenclatura de Hermann e Hermann (1989) como a unidade definitiva de líder predominante em política exterior.

Findando, convém expor que a pesquisa se deparou com uma limitação fundamental ao longo de sua consecução, qual seja a dificuldade – demonstrada no capítulo 3 – de encontrar maiores informações a respeito dos atores domésticos selecionados para a análise.

Principalmente em relação ao Ministério do Poder Popular para o Comércio, a barreira para conseguir dados – de um Ministério que já não existe na administração atual – foi grande. Se não fosse pela facilidade que algumas ferramentas online atuais possibilitam, como a Wayback Machine, não teria sido possível analisar a composição e forma de atuação desse ator.

Porém, ainda assim, não conseguimos muitas informações a respeito dele, bem como a respeito do restante dos atores escolhidos, de forma que futuras pesquisas podem se debruçar em aprofundar a análise desses atores domésticos, buscando por declarações e entrevistas de funcionários ou por documentos os quais a presente pesquisa não conseguiu ter acesso. Além disso, futuros trabalhos também podem focar em analisar atores domésticos relevantes para outros temáticas de política externa, de forma mostrar sua forma de atuação específica, bem como seu grau de autonomia decisória, em comparação à autonomia que Chávez desfrutava. Por fim, outra sugestão pertinente gira em torno da realização de uma comparação de atores domésticos e seu grau de autonomia no governo Chávez com os do governo Maduro, buscando demonstrar as semelhanças e diferenças entre o processo decisório dos dois governos bolivarianos.

## REFERÊNCIAS

- Agência Internacional de Energia (IEA). *World Energy Outlook 2018*. Disponível em: <<https://www.iea.org/weo2018/fuels/>> Acesso em: 07. jan. 2022.
- AGULLÓ, J. *Venezuela en el (Nuevo) mundo: fundamentos de la política exterior chavista*. Comunicação feita no encontro da ALAS em Buenos Aires. 2009.
- ÁLVAREZ, R.; BRICEÑO RUIZ, J.; BUSTAMANTE, M.. Venezuela y su participación en el ALCA: opciones y desafíos. *Aldea Mundo*, v. 6, n. 12, p. 39-56. 2002.
- ARAQUE, A. R. Conferencia del Canciller de la República Bolivariana de Venezuela, Alí Rodríguez Araque: La Relación entre Venezuela y Estados Unidos de América: Percepción Versus Realidad. In: TOVAR, Iliana Gómez. *Siete años de diplomacia bolivariana: Discursos de los cancilleres (1999-2005)*. San Francisco, California. 25. fev 2005.
- \_\_\_\_\_, A. R. Discurso del Ministro de Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela, Alí Rodríguez Araque, durante la IV Cumbre de jefes de Estado y/o Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe. Ciudad de Panamá. In: TOVAR, Iliana Gómez. *Siete años de diplomacia bolivariana: Discursos de los cancilleres (1999-2005)*. 29. jul. 2005.
- ARBILLA, J. M. Arranjos Institucionais e Mudança Conceitual nas Políticas Externas Argentina e Brasileira (1989-1994). *Contexto Internacional*, vol.22, n.2, p.337-385, jul./dez 2000.
- ARREDONDO, D.; EDWARDS, D. *Política Exterior de Hugo Chávez en perspectiva comparada: Liderazgo y Centralismo*. 2018. Disponível em: < [https://www.academia.edu/37071989/Política\\_Exterior\\_de\\_Hugo\\_Chavez\\_en\\_perspectiva\\_comparada\\_Liderazgo\\_y\\_Centralismo](https://www.academia.edu/37071989/Política_Exterior_de_Hugo_Chavez_en_perspectiva_comparada_Liderazgo_y_Centralismo)>. Acesso em: 07. fev. 2022.
- AYALA, L. *Una ideología, un régimen y dos gobernantes: la política exterior venezolana y sus matices (2002-2007)*. Tesis de Trabajo de Grado (licenciado en sociología) – Universidad Católica Andrés Bello. Caracas. 2019.
- AYERBE, L. F. (Org.) *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na America do Sul*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- BARRANTES, E. M. M. Política Externa Venezuelana: Chávez e o “puntofijismo”, divergências e paralelismos. *Mural Internacional*, (Online), 2013.
- BATALLA, I.; FERRO, L. *El Golpe De Estado en Venezuela de abril de 2002 y su proyección internacional*. Unidad Multidisciplinaria Facultad de Ciencias Sociales Serie Documentos de Trabajo N° 63- Octubre 2004.
- BBC. *EUA proibem venda de armas para a Venezuela*. 2006. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/05/printable/060515\\_venezuelasancoesmb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/05/printable/060515_venezuelasancoesmb)>. Acesso em: 06. Jan. 2022.
- BBC. *Jimmy Carter, ex-presidente dos EUA, ganha Nobel da Paz*. BBC Brasil. 11 Out. 2002. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021011\\_carteraw.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021011_carteraw.shtml)>. Acesso em: 04, Nov, 2019.
- BORGO, J. C. S. Régimen Administrativo de la Política Exterior: Bases para su establecimiento en la Constitución de 1999. In: AGUANA, Alfredo Arismendi et al. *El Estado Constitucional y el Derecho Administrativo en Venezuela*. Instituto de Derecho Público – Universidad Central de Venezuela. 2005.

BRANDÃO, R. V. Reformas Neoliberais na América Latina. *AEDOS*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 31-56, 2017.

BREUNING, M. *Foreign policy analysis: a comparative introduction*. New York, Palgrave Macmillan, 2007, Cap.1, p.1-26.

BRICEÑO-RUIZ, J. O Mercosul na política de integração de Venezuela. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 1, p. 77-96. 2010.

BRICEÑO MONZÓN, C. A. *La Política Exterior de Venezuela en los Tiempos del Socialismo del Siglo XXI: Entre la autonomía y la subordinación al capitalismo global*. p. 79–103. 2011.

British Petroleum 2019. *BP Statistical Review of World Energy*. Londres. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf>> Acesso em: 07. jan. 2022.

BUNDCHEN, I. C. F. *A imagem de Hugo Chávez na imprensa brasileira: Estudo de caso dos jornais Folha de S.Paulo e Correio Braziliense*. Monografia (Especialização em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BURIN, T. C.T.A. *A diplomacia presidencial de Chávez na Venezuela: entre aspectos novos e tradicionais*. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). p. 1-19, 2011.

CEIC. *Colombia Crude Oil: Production*. 2022. Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/datapage/en/indicator/colombia/crude-oil-production>>. Acesso em: 06. jan. 2022.

\_\_\_\_\_. *Venezuela Petróleo Bruto: Produção*. 2022. Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/datapage/pt/indicator/venezuela/crude-oil-production>>. Acesso em: 06. jan. 2022.

CEDEÑO, J. P. *Diseño de la política exterior venezolana: La incidencia de reformas institucionales*. Tesis (maestría en Estudios Latinoamericanos) – Universidad Andina Simón Bolívar. Ecuador, 2010.

CHÁVEZ FRÍAS, H. *Senderos de la via bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2007.

\_\_\_\_\_, H. *Globalización: la enfermedad del nuevo milenio* (entrevista), Foreign Affairs. 2001. Disponível em: <<http://noticierostelevisa.esmas.com/internacional/511400/globalizacion-enfermedad-del-nuevo-milenio/>>. Acesso em: 06 jan. 2022.

\_\_\_\_\_, H. Selección de Discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Hugo Chávez Frías. 1999: Año de la Refundación de la República. 1999.

\_\_\_\_\_, H. Selección de Discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Hugo Chávez Frías. 2000: Año de la Relegitimación de Poderes. 2000.

\_\_\_\_\_, H. Selección de Discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Hugo Chávez Frías. 2001: Año de las Leyes Habilitantes. *La revolución avanza a paso de vencedores*. 2001.

\_\_\_\_\_, H. Selección de Discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Hugo Chávez Frías. 2002: Año de la Resistencia Antiimperialista. 2002.

\_\_\_\_\_, H. Selección de Discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Hugo Chávez Frías. 2003: Año de la Contraofensiva Revolucionaria y la victoria antiimperialista. 2003.

\_\_\_\_\_, H. Selección de Discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Hugo Chávez Frías. 2004: Año de la gran victoria popular y revolucionaria. 2004.

\_\_\_\_\_, H. Selección de Discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Hugo Chávez Frías. 2005: El año del Salto Adelante Hacia la Construcción del Socialismo del Siglo XXI. 2005.

\_\_\_\_\_, H. *Libro de Frases I*. Ministerio de Comunicación e Información, Caracas. 2006.

\_\_\_\_\_, H. *Speech: Vayanse al carajo*. 2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v?ucvT9bgA17g>>. Acesso em: 12. dez. 2009.

\_\_\_\_\_, H. *Desde la Primera Línea*. Colección TILDE, Caracas. 2011.

\_\_\_\_\_, H. *Aló Presidente, n. 306*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VmPQdGL83FE>>. Acesso em: 07. fev. 2022.

CICERO, P. H. Política externa bolivariana: a inserção internacional da Venezuela ao longo dos dois primeiros mandatos de Hugo Chávez Frías (1999-2007). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 5, n. 10, jul/dez. 2016.

COBO, L. *Venezuela y el mundo transnacional: instrumentación de la política exterior venezolana para imponer un modelo en América Latina*. Ed. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (Ildis)/Centro de Estudios Estratégicos y Relaciones Internacionales (CE-ERI). Caracas. 2008.

CORRALES, J. *The Venezuelan Political Regime Today: Strengths and weaknesses*. Political Science Department. Amherst college. 2008.

\_\_\_\_\_, J. *Using Social Power to Balance Soft Power: Venezuela's Foreign Policy*, *The Washington Quarterly*, 32:4, 97-114, 2009.

\_\_\_\_\_, J. *Conflicting Goals in Venezuela's Foreign Policy*. In: CLEM, Ralph S. & MAIN-GOT, Anthony P (orgs.), *Venezuela's Petro-Diplomacy: Hugo Chávez's Foreign Policy*, Florida: University Press of Florida, 2011.

CORRALES, J.; ROMERO, C. A. U.S. - *Venezuela relations since the 1990s: Coping with midlevel security threats*. Routledge, New York. 2012.

DÁVILA, L. A. Palabras del Canciller de la República Bolivariana de Venezuela, Luis Alfonso Dávila García durante el Acto de toma de posesión del Ministro de Relaciones Exteriores. In: TOVAR, Iliana Gómez. *Siete años de diplomacia bolivariana: Discursos de los cancilleres (1999-2005)*. Caracas. 23. fev. 2001.

DE OLIVEIRA, R. Venezuela, Estados Unidos e Colômbia: Entre crises diplomáticas e uma forte interdependência econômica. *Revista Andina de Estudios Políticos*. Vol. III, N° 1, pp. 17-32. 2013.

ELENA, R. S. *La política exterior de Hugo Chávez*. 2008. Disponível em: <[https://www.academia.edu/2758921/La\\_Pol%C3%ADtica\\_Exterior\\_de\\_Hugo\\_Ch%C3%A1vez?from=cover\\_page](https://www.academia.edu/2758921/La_Pol%C3%ADtica_Exterior_de_Hugo_Ch%C3%A1vez?from=cover_page)>. Acesso em: 07. Fev. 2022.

- EMERSON, G. Strong Presidentialism and the Limits of Foreign Policy Success: Explaining Cooperation between Brazil and Venezuela. *International Studies Perspectives*, p. 484–499. 2015.
- ESCUDE, C. An Introduction to Peripheral Realism and Its Implications for the Interstate System: Argentina and the Cóndor II Missile Project. In: *International Relations Theory and the Third World*, ed. Stephanie G. Neuman. New York: St. Martin's Press, p. 55–76. 1998.
- FERNÁNDEZ, L. R. *El discurso de Hugo Chávez (1999-2009): una década de hegemonía comunicacional y revival propagandístico*. Memoria (doctorado en Historia de la Comunicación Social) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2012.
- FLORES, F. P. A Venezuela depois do referendo: avanços e recuos do projeto socialista de Hugo Chavez. *Observatório Político Sul-Americano OPSA*, Rio de Janeiro, v. 3, n.7, 2008.
- FONSECA, C. O Governo George W. Bush e o relacionamento EUA-América Latina. *Relações Internacionais*, p. 147-158, set. 2008.
- FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado. 2008.
- FORERO, J. *The Chávez Victory: A Blow to the Bush Administration's Strategy in Venezuela*. The New York Times, 20 Ago. 2004. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2004/08/20/world/the-chavez-victory-a-blow-to-the-bush-administration-s-strategy-in-venezuela.html?searchResultPosition=12>>. Acesso em: 22. Nov. 2019.
- GARDINI, Gian Luca. Latin American foreign policies between ideology and pragmatism: A framework for analysis. In: *Latin American foreign policies*. Palgrave Macmillan, New York. p. 13-33, 2011..
- GARRIDO, A. *Guerra Global, Plan Colombia y Revolución Bolivariana*. Caracas. 2003.
- GELFENSTEIN, S. R. Entrevista a Sergio Rodríguez Gelfenstein, internacionalista venezolano. Fue Director de Relaciones Internacionales del Ministerio del Poder Popular Despacho de la Presidencia. In: SÁNCHEZ, Aránzazu Tirado. *La política exterior de Venezuela bajo la presidencia de Hugo Chávez: principios, intereses e impacto en el sistema internacional de post-Guerra Fría*, Barcelona, 2015.
- GERMANI, Gino; TELLA, Torcuato di; IANNI, Octavio. *Populismo y contradicciones de clase em Latinoamérica*. 1ª ed. Cidade do México: Serie Popular Era, 1973.
- GOLINGER, E. *El Código Chávez: Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p. 210.
- GOTT, R. *À sombra do Libertador*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- GRANDE, A. C. *A importância do Petróleo na Política Externa da Venezuela no governo Hugo Chávez*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- GENUA, G. El ALCA y los Patrones de Comercio entre Estados Unidos y Venezuela. *Aldea Mundo*, n. 12, v. 6, p. 30-38. 2002.
- HARNECKER, M. *Um homem um povo: Entrevista concedida por Hugo Chávez Frias*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HERMANN, M. G.; HERMANN, C. Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry. *International Studies Quarterly*, v.33, N.4, p.361-387, Dec./1989.

HERMANN, C. et al. Resolve, accept, or avoid: effects of group conflict on foreign Policy Decisions. *International Studies Review*, New York, v.3, n.2, p.133-168, 2002.

HILL, C. *The Changing Politics of Foreign Policy*. Londres: Palgrave. 2003.

HUDSON, V.; VORE C. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today and Tomorrow. *International Studies Review*, Vol. 39, Issue 2, Oct./1995, p.209-238.

INESDyC, Instituto de Formación Diplomática y Consular. *Instituto de Altos Estudios Diplomáticos "Pedro Gual"*. Disponível em: < <https://www.inesdyc.edu.do/informacion-de-interes/directorio/item/instituto-de-altos-estudios-diplomaticos-pedro-gual>>. Acesso em: 07. fev. 2022.

Instituto de Altos Estudios Diplomáticos "PEDRO GUAL". *Boletín de coyuntura internacional n° 13*. Caracas, 2006.

JACOME, F. Sector de Defensa en Venezuela: Hitos Nacionales e Internacionales (2008 – 2010). In: *Atlas Comparativa de la Defensa en América Latina y Caribe*. 2010.

KLARE, M. T. *Resource Wars: the new landscape of global conflict*. New York: Henry Holt & Company, Incorporated, 2001.

LANDER, E. Venezuela: a busca de um projeto contra hegemônico. In: *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

LIMA, M. R. S. Aspiração internacional e política externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 82, 2005.

LIMA, M. R. S.; SANTOS, F. O congresso e a política de comércio exterior. *Lua Nova*, São Paulo, n. 52, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452001000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452001000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 set. 2012.

LIVERANI, M. *Venezuela: Sistema político y política exterior bajo la Administración Chávez (1999-2006)*. Trabajo Final de Graduación (Licenciatura en Relaciones Internacionales) – Universidad Empresarial Siglo 21. Córdoba, 2008.

LÓPEZ MAYA, M. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Grupo Alfa. 2005.

LÓPEZ MAYA, M. Venezuela: Hugo Chávez y El Bolivarianismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 14, núm. 3, p. 55-82, 2008.

LOPES, M. O. *Imperialismo, petróleo e "Revolução Bolivariana": impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

LUFT, G. United States: A Shackled Superpower. In: LUFT, G.; KORIN, A. (Editores). *Energy Security Challenges for the 21st Century A Reference Handbook*. ABC-CLIO, LLC. Santa Barbara, California. 2009.

MACCARTHY-JONES, A.; TURNER, M. Explaining radical policy change: the case of Venezuelan foreign policy. *Policy Studies*, v. 32, n. 5, p. 549-567. 2011.

MADURO, N. *EUA "não têm moral" para julgar Venezuela, diz chanceler a Rice*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1450979-5602,00.html>>. Acesso em: 07. fev. 2022.

MARINGONI, G. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

MARQUES, A. A.; MEDEIROS FILHO, O. Breve Panorama de Segurança na América do Sul. In: NASSER, R. M & MORAES, R, F de. *O Brasil e a Segurança no Seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*, Brasília, IPEA, 2014.

MCCOY, J. O referendo na Venezuela: Um ato em um drama inacabado. *Novos estud. - CE-BRAP*, no.72, São Paulo, Julho, 2005.

MÉNDEZ, B. L. L. Análisis Hermenéutico del discurso del expresidente Hugo Chávez: El Nuevo Mapa Estratégico a partir del contexto político Ideológico “Contra hegemonía y Socialismo del Siglo XXI”. *Reflexión Política*, v. 17, n. 33, pp. 64-76, 2015.

MILANI, C. R. S. Política Externa é Política Pública? *Insight Inteligência*, p. 57-75, 2015.

MIRANDA, J. A. A. *A política externa da Venezuela no governo Hugo Chávez Frias: atores civis e militares*. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós- Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2012.

MIJARES, V. M. Soft Balancing the Titans: Venezuelan Foreign-Policy Strategy Toward the United States, China, and Russia. *Latin American Policy*, v. 8, n. 2, p. 201–231, 2017.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. 1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

NATALINO, E. C.; GUIMARÃES, A. Q. *A democracia num Barril: o colapso das reformas econômicas neoliberais e a implosão do socialismo do século XXI na Venezuela*. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. p. 1-21, 2017.

NASSER, R. M. *Política externa dos EUA e a integração hemisférica*. São Paulo em Perspectiva, p. 105-113, 2002.

OLIVEIRA, G. L. *A Força Armada Nacional Bolivariana na Política Venezuelana*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola do Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, R. P. *Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)*. 183f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

PEDROSO, C. S. *Entre o bolivarianismo e a adesão à hegemonia: a relação de Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2018.

PEREIRA, F. *O papel da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) na concertação política e integração latino-americana atual*. Disponível em: <[http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PEREIRA\\_SP05-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PEREIRA_SP05-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2021.

PÉREZ, J. A. Intervención del Ministro de Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela, Embajador Jesús Arnaldo Pérez durante la visita de cortesía a la Comisión de Política Exterior de la Asamblea Nacional. In: TOVAR, Iliana Gómez. *Siete años de diplomacia bolivariana: Discursos de los cancilleres (1999-2005)*. Caracas, 31. mar. 2004.

\_\_\_\_\_, J. A. Palabras del Canciller de la República Bolivariana de Venezuela, Embajador Jesús Arnaldo Pérez, en el Acto de Entrega de su cargo. In: TOVAR, Iliana Gómez. *Siete años de diplomacia bolivariana: Discursos de los cancilleres (1999-2005)*. Caracas, 02 dez. 2004.

POERTNER, M. Venezuela Oil Diplomacy and Voting in the U.N. General Assembly. *Journal of International Service*, 85-108. 2011.

RANGEL, V. Palabras del Canciller de la República de Venezuela, José Vicente Rangel Vale, en la Sesión Inaugural de la Etapa Ministerial de la XXV Reunión Ordinaria del Sistema Económico Latinoamericano (SELA). In: TOVAR, Iliana Gómez. *Siete años de diplomacia bolivariana: Discursos de los cancilleres (1999-2005)*. Caracas, 28. out.1999.

RAMÍREZ, R. *Discurso del ministro del Poder Popular para la Energía y Petróleo y presidente de PDVSA, Rafael Ramírez*, ante la Asamblea Nacional sobre el Modelo de Empresas Mixtas. s/d.

REY, J. C. La democracia venezolana y la crisis del sistema populista de conciliación. *Revista de Estudios Políticos*, núm. 74, 533–578, 1991.

ROMERO, C. Venezuela y Estados Unidos: ¿Una relación esquizofrénica? *Nueva Sociedad*, n 206. 2006.

\_\_\_\_\_, C. A Política Externa da Venezuela Bolivariana. *Plataforma Democrática* (Working Paper). 2010.

ROSE, G. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*. v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.

SÁNCHEZ, A. T. *La política exterior de Venezuela bajo la presidencia de Hugo Chávez: principios, intereses e impacto en el sistema internacional de post-Guerra Fría*. Tesis (doctorado en Relaciones Internacionales y Integración Europea) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2015.

SAAVEDRA, K. Aciertos y desaciertos de la política exterior venezolana, 1998-2008. *Politeia*, v. 32, n. 42, p. 227-250. 2009.

SCHENEGOSKI, A. M. ALBUQUERQUE, Edu Silveira. A geopolítica da política externa bolivariana. *GEOUSP* (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71 – 82. 2014.

SEABRA, R. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. *Sociedade e cultura*, vol. 13, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 211-220.

SERBÍN, A. Los Nuevos Regionalismos y la CELAC: Los Retos Pendientes. In: Bonilla, Adrián e Isabel Alvarez (eds.) *Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica*, 2014.

SILVA, M. A.; ARCE, A. M. Política Externa e Integração Regional: a Diplomacia Venezuelana entre a ALBA e a UNASUL. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 1, n. 3, 98-109. 2014.

- SOUSA, F. B. *A atuação geopolítica da Rússia na manutenção do regime bolivariano na Venezuela*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2020.
- SULLIVAN, M. *Venezuela Political conditions and U.S. Policy*. Congressional Research Service. 2009.
- THIES, C. G. Role Theory and Foreign Policy Analysis in Latin America. *Foreign Policy Analysis*, p.1-20, 2014.
- TOVAR, I. G. *Siete años de diplomacia bolivariana: Discursos de los cancilleres (1999-2005)*. Colección Obras del Ministerio de Relaciones Exteriores n° 22 de 200. Caracas, 2006.
- TRINKUNAS, H. A. Defining Venezuela's "Bolivarian Revolution". *Military Review*. p. 39–44. 2005.
- U.S Census Bureau. *Foreign Trade Department. Foreign Trade Statistics; Trade in Goods (Imports, Exports and Trade Balance) with Venezuela*. Disponível em: <[www.census.gov/foreign-trade/balance/c3070.html](http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c3070.html)>. Acesso em: 07. jan. 2022.
- URRUTIA, E. G. Las dos etapas de la política exterior e Chavez. *Revista Nueva Sociedad*, San Jose, n. 205, p. 160-171, set./out. 2006.
- VALENTE, L. *Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez*. 185f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- \_\_\_\_\_. L. A política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. *Boletim do Tempo Presente*, n° 07, p. 1 – 25. 2013.
- \_\_\_\_\_. L. Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 57, n. 1, p. 177-196, 2014.
- Venezuela. *Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV)*, 1999. Georgetown Political Data Base of Americas. Disponível em: <[pdba.georgetown.edu](http://pdba.georgetown.edu)>. Acesso em: 27. set. 2021.
- \_\_\_\_\_. Asamblea Nacional de la Republica Bolivariana de Venezuela. *Ley del Servicio Exterior*. Caracas, 2001.
- \_\_\_\_\_. Asamblea Nacional de la Republica Bolivariana de Venezuela. *Ley de Reforma Parcial de la Ley de Servicio Exterior*. Caracas, 2005.
- \_\_\_\_\_. Asamblea Nacional de la Republica Bolivariana de Venezuela. *Ley Orgánica de la Administración Pública*. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela*. n. 38.267. 7. set. 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministerio del Poder Popular para la Defensa. *Política Presupuestaria para el año de 2008*. 2008.
- \_\_\_\_\_. Republica Bolivariana de Venezuela. *Líneas Generales del Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. 2001.
- \_\_\_\_\_. Republica Bolivariana de Venezuela. *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*. 2007.

\_\_\_\_\_. Republica Bolivariana de Venezuela. *Reglamento Orgánico del Ministerio de Relaciones Exteriores*. 2004.

\_\_\_\_\_. Republica Bolivariana de Venezuela. *Taller de Alto Nivel “El nuevo mapa estratégico”*, 2004.

\_\_\_\_\_. Republica Bolivariana de Venezuela. *Reglamento Orgánico del Ministerio de Energía y Petróleo*. 2005.

\_\_\_\_\_. Republica Bolivariana de Venezuela. *Reglamento Orgánico del Ministerio de Industrias Leve y Comercio*. 2005.

VILLA, R. Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, n.55, v. 21, p. 23-47, 2004.

\_\_\_\_\_, R. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estud. av.* v.19, n.55, 2005.

\_\_\_\_\_, R. A política externa da Venezuela de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo. *Análise de Conjuntura OPISA*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 01-31, 2007.

VILLARROEL, Y. U. P. La política exterior de Venezuela: continuidad y discontinuidad con el pasado. *Cuestiones Políticas*, v. 24, n. 41, p. 169-190, 2008.

VITTO, W. C.; ALMEIDA, E. F. A Venezuela na geopolítica do petróleo norte-americana: uma análise à luz das novas realidades do mercado internacional de petróleo. *OIKOS*, n. 1, v. 19, p. 68-88. 2020.

WATNICK, E. *EUA proíbem venda de armas para a Venezuela*. 2006. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/05/printable/060515\\_venezuelasancoesmb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/05/printable/060515_venezuelasancoesmb)>. Acesso em: 06. Jan. 2022.

WEBER, L. A. *De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos (1999-2018)*. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2019.

ZAPATA, R. *Reflexiones sobre el Servicio Exterior: (II)*. Disponível em <<http://www.aporrea.org/venezuelaexterior/a30960.html>>. Acesso em 07. Fev. 2022.